



# Diário Oficial

Estado de São Paulo

Rodrigo Garcia - Presidente

Jorge Caruso: 1º Vice-Presidente  
Valdomiro Lopes: 2º Vice-Presidente

Fausto Figueira: 1º Secretário  
Geraldo Vinholi: 2º Secretário

Ricardo Castilho: 3º Secretário  
Adilson Barroso: 4º Secretário

PODER  
Legislativo

Diário da Assembléia Legislativa  
15ª Legislatura

Palácio Nove de Julho Av. Pedro Álvares Cabral, 201 CEP 04097-900 Tel. 3886-6122 www.al.sp.gov.br

Volume 115 • Número 180 • São Paulo, quinta-feira, 10 de novembro de 2005 • <http://www.imprensaoficial.com.br>

Imprensa Oficial

## EDIÇÃO ESPECIAL

De Adamantina a Zacarias, todos os 645 municípios paulistas tiveram a oportunidade de participar da decisão sobre a destinação que o governo deve dar aos recursos públicos. As possíveis falhas nesse processo podem ser debitadas na conta do ineditismo da proposta de realizar em todas as 43 regiões de governo do Estado – e em mais seis cidades da Grande São Paulo – audiências públicas para debater com as comunidades o Orçamento Estadual para 2006, colhendo in loco as principais reivindicações e reconhecendo as reais necessidades de cada localidade.

A tarefa de descentralizar a discussão foi enfrentada pela Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa. “Isso nem o Executivo fez”, disse o presidente da CFO, deputado José Calдини Crespo (PFL), ao Diário da Assembléia, ao explicar que o trabalho abrangeria todas as regiões de governo, e não apenas as 16 regiões administrativas em que se divide o Estado.

Com essa consulta popular de abrangência inédita, a Assembléia Legislativa busca a regionalização do Orçamento Estadual.

Os integrantes da comissão, assessores e a equipe de comunicação da Assembléia que acompanharam todas as audiências no Estado percorreram aproximadamente 16 mil quilômetros no período de 77 dias, entre 8 de agosto e 24 de outubro. Foram colhidas junto às populações do interior e da Grande São Paulo aproximadamente 3.800 sugestões ao orçamento de 2006.

O presidente do Legislativo paulista, deputado Rodrigo Garcia (PFL), vê a iniciativa das audiências como uma forma de aproximar o Parlamento das democracias amadurecidas, onde se discute um orçamento não só autorizativo, mas impositivo. Quando recebeu o projeto de lei do Orçamento para 2006, Garcia garantiu ao secretário de Economia e Planejamento, Martus Tavares, que a

proposta sairia da Assembléia melhor do que entrou, referindo-se às modificações que atenderam às demandas surgidas nas audiências. “A partir dessa experiência pioneira em abrangência, a Assembléia Legislativa constituirá um sistema próprio de avaliação de políticas públicas, que permitirá o acompanhamento dos deputados e de toda a sociedade”, disse.

Previstas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as audiências públicas foram realizadas, em sua maioria, nas Câmaras Municipais das cidades-sede das regiões de governo, de 8 de agosto a 24 de outubro. O debate reuniu membros da comissão e parlamentares a líderes políticos, empresariais e comunitários locais, que, após a apresentação de um vídeo explicativo sobre o Orçamento do Estado, tiveram franqueado o uso da palavra.

Segundo o relator do projeto da lei orçamentária, deputado Edmir Chedid (PFL), a regionalização do Orçamento paulista, que é onde se

pretende chegar, vem como consequência desse processo. Essa realidade se revela nos contrastes encontrados de uma ponta a outra do itinerário percorrido pela CFO. Itapeva, a primeira parada da caravana, tem cerca de 90 mil habitantes, mortalidade infantil de 35 crianças para cada mil nascidas e contribui com 0,47% para o Produto Interno Bruto do Estado (dados da Fundação Seade). Uma das últimas sedes visitadas foi São Paulo, que tem 11 milhões de habitantes, índice de mortalidade infantil de 13,96 e é responsável por mais de 50% da riqueza produzida no Estado. Claro que São Paulo também

tem problemas. E é certo ainda que eles merecem atenção. Mas são de ordem diferente dos encontrados, por exemplo, no Vale do Ribeira, onde um expressivo patrimônio cultural e ambiental convive com altos índices de mortalidade e de

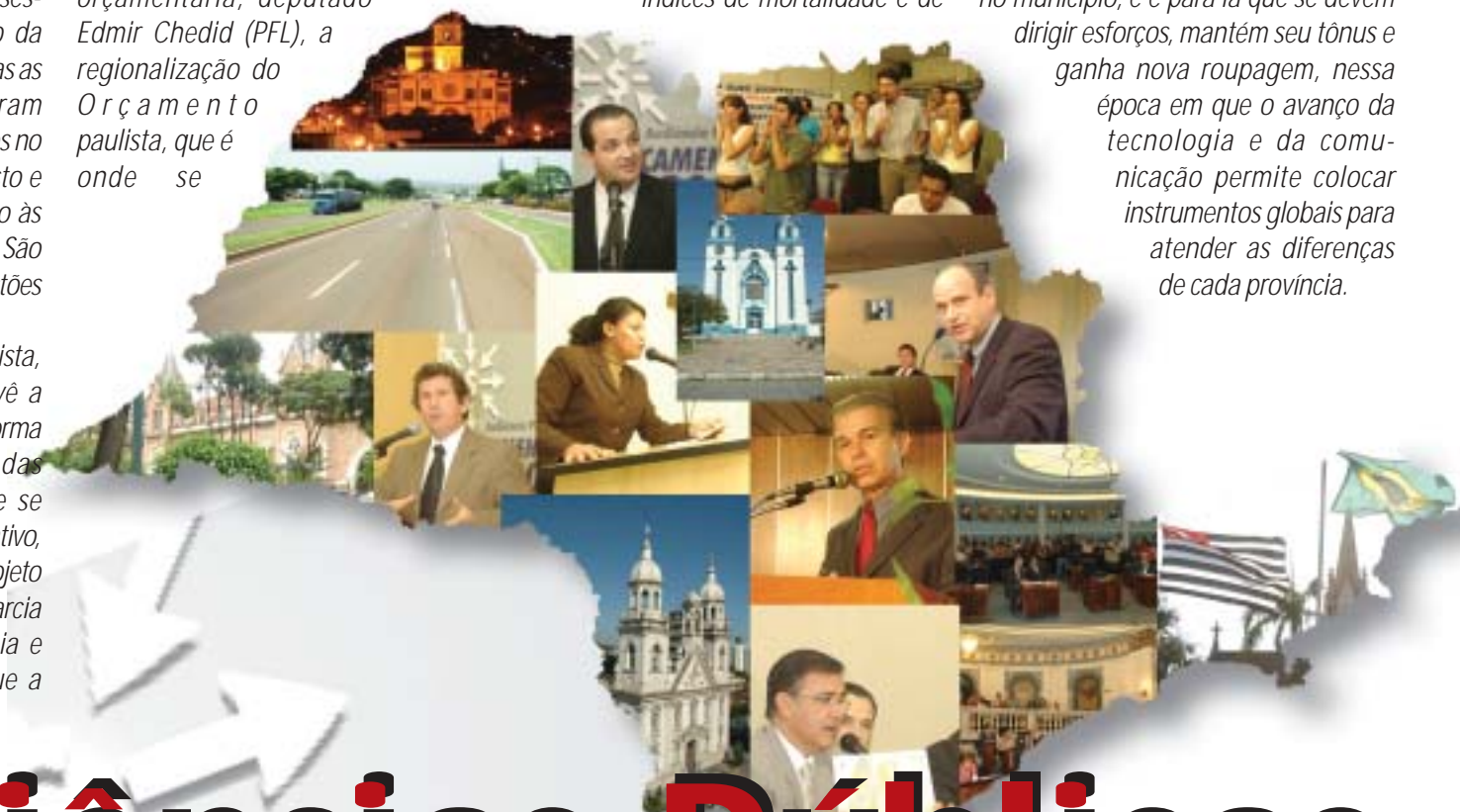
analfabetismo e a falta de perspectiva econômica para o desenvolvimento sustentável (o que explica, por exemplo, que o encontro em Registro tenha apresentado como uma das principais demandas o investimento em saúde, com a construção e o aparelhamento de unidades de atendimento à população).

Uma das reivindicações mais frequentes ao longo das audiências – que reuniram, no total mais de quatro mil pessoas – foi o recapeamento de estradas vicinais. Estima-se que São Paulo tenha 200 mil quilômetros de rodovias desse tipo, uma malha fundamental para a integração social e econômica. A necessidade de destinar mais recursos para as Santas Casas – muitas vezes, o único hospital disponível para os moradores da cidade – também apareceu em grande número de ocasiões.

Mas como o menos importante, nesse caso, é generalizar, vão publicados, a seguir, resumos de cada uma das audiências públicas. E o resultado desse esforço: emendas ao projeto de lei do orçamento encampadas pelo Legislativo, mas ditadas pela voz das comunidades.

A velha tese de que o cidadão mora no município, e é para lá que se devem dirigir esforços, mantém seu tônus e ganha nova roupagem, nessa época em que o avanço da tecnologia e da comunicação permite colocar instrumentos globais para atender as diferenças de cada província.

### Com consulta popular de abrangência inédita, Assembléia Legislativa busca regionalização do Orçamento Estadual

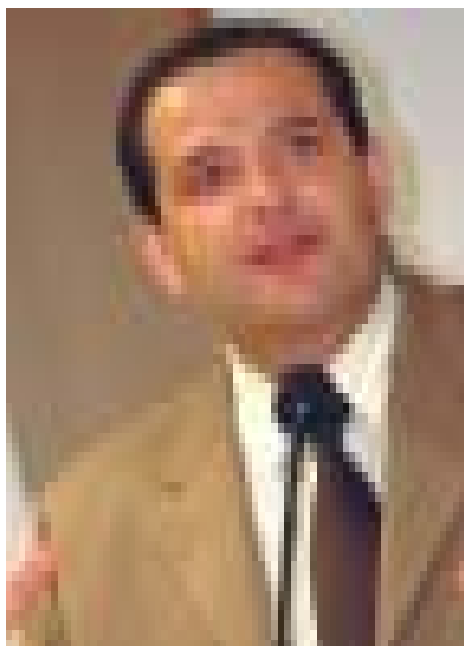


# Audiências Públicas Orçamento 2006

# Membros da Comissão de Finanças e Orçamento



*José Caldini Crespo, presidente da CFO*



*Edmir Chedid, relator do Orçamento 2006*



*Enio Tatto, vice-presidente da CFO*



*Waldir Agnello*



*Mário Reali*



*Vítor Sapienza*



*Paulo Sérgio*



*Jorge Caruso*



*Vaz de Lima*

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

### **Mesa Diretora**

**Presidente:** Deputado Rodrigo Garcia  
**1º Secretário:** Deputado Fausto Figueira  
**2º Secretário:** Deputado Geraldo Vinholi

### **Suplência**

**1º Vice-Presidente:** Deputado Jorge Caruso  
**2º Vice-Presidente:** Deputado Valdomiro Lopes  
**3º Secretário:** Deputado Ricardo Castilho  
**4º Secretário:** Deputado Adilson Barroso

**Secretaria-Geral Parlamentar:** Marco Antonio Hatem Beneton  
**Departamento de Comunicação:** Guilherme Wendel de Magalhães

**Coordenação:** Marta Rangel  
**Editor:** Fernando Duarte Caldas  
**Reportagem:** Marisa Mello

**Redação e revisão:** Celina Fernandes de Castro, Daniela Camargo B. Affonso, Dimar Silva de Deus, Fabiano Ciambra, Josué Rocha, Luciana Machado Podiesi, Luís Galvão, Marcos Luiz Fernandes, Maria Elizabeth Melo Avelar, Marisa Mello, Oriana Tossani, Paulo Meirelles e Vagner Pelosini.

**Edição de Imagens:** Luís Galvão e Roberto Navarro

**Estagiária:** Lais Yumi Nitta

**Diagramação e arte:** Vilma Jacob e Lígia Gonçalves

**Fotografia:** José Antonio Teixeira, Marco Antonio Cardelino e Maurício Garcia de Souza  
**Apoio Técnico:** Bernardete C. de Domenico, Cláudia Valéria de P. Neves, Elias Pereira de Lucena, Maria Célia Valente, Renata Tranquilini Ferraz, Sônia Mariano e Zenaide A. S. Souza  
Telefones: 3886-6032/6033/6673/6674 • TelFax: 3885-8372.  
e-mail: imprensa@al.sp.gov.br



Geraldo Vinholi (2º secretário), Rodrigo Garcia (presidente) e Fausto Figueira (1º secretário)

## Um grande sucesso

É com muita satisfação que apresentamos esta edição especial do *Diário da Assembléia*, relativa às audiências públicas promovidas em 49 regiões de todo o Estado de São Paulo, para debater o Orçamento de 2006.

As audiências, na verdade, fazem parte de um processo amplo, que visa garantir que São Paulo tenha um Parlamento à sua altura. Esse processo implica, acima de tudo, entender melhor os anseios da população do Estado, de maneira a debater e votar projetos que tenham relevância cada vez maior em seu cotidiano.

Implica, também, investir em um relacionamento de crescente aproximação entre a Assembléia Legislativa e a população paulista. Passos como esses são fundamentais para afirmar a imagem de um Legislativo transparente e ousado, que não teme assumir as posições em que acredita.

### **A Assembléia em todo o Estado**

Seguindo nossa linha-mestra, de contribuir para a construção de um Parlamento do tamanho de São Paulo, a Comissão de Finanças e Orçamento tomou a iniciativa de levar a Assembléia Legislativa a cada região de São Paulo. De um pólo a outro do Estado, lideranças comunitárias, empresários, prefeitos, vereadores, estudantes e profissionais liberais participaram dos debates, que abrangeram os aspectos mais distintos do Orçamento de 2006. Cada cidade, cada região, apresentou suas demandas. Agora, muitas sugestões serão transformadas em emendas coletivas e, então, apresentadas aos 94 deputados estaduais que têm assento na Assembléia Legislativa.

As demais contribuições também serão registradas e postas à disposição de todos os parlamentares, que poderão, assim, recolher subsídios essenciais à sua atividade. A maratona de 49 audiências públicas criou, então, uma das mais amplas bases de dados do Estado, capaz de formar uma fotografia realista do que é São Paulo, de quais são as necessidades de cada uma de suas regiões e também do coletivo dos municípios.

O conjunto de audiências públicas representa uma pesquisa qualitativa, que poderá orientar com eficiência o trabalho do Executivo e do Legislativo no próximo período. Todo o material recolhido está à disposição do público no portal da Assembléia Legislativa ([www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)). A *TVAssembléia*,

em suas transmissões, também se encarregará de refletir a realidade das audiências.

### **Experiência acumulada**

A experiência deste ano com as 49 audiências públicas – por meio de um processo amplo de debates – significa um notável aperfeiçoamento da capacidade de discussão e de organização das comunidades, de forma a garantir o máximo de representatividade a seus pleitos.

Esse é o outro pólo do equilíbrio democrático. Só uma sociedade organizada, que sabe o que quer e cobra de seus representantes o melhor encaminhamento de suas exigências, é capaz de moldar um Legislativo eficiente e preocupado com as diferentes parcelas da comunidade.

O fato é que a sociedade paulista estará tanto mais engajada na repetição ampliada da experiência quanto maiores forem a eficiência e a transparência na tramitação e efetivação de suas propostas. O papel do Legislativo paulista será, então, dar continuidade ao trabalho iniciado com as audiências públicas regionais. Todos os deputados e seus gabinetes estão convidados para este grande desafio. É hora de identificar as prioridades que São Paulo reclama e transforma-las em projetos exequíveis, acelerando a sua materialização.

Quando somos convidados a participar de entrevistas à imprensa, é comum o questionamento: “o que os deputados podem fazer por São Paulo e sua população?” Esta Mesa Diretora assume uma postura clara: a maior contribuição que o Parlamento dos paulistas pode aportar ao Estado é exatamente cumprir seu papel como poder constituído. Ou seja: debater e votar os projetos que podem melhorar o ambiente e a vida das pessoas.

O grande êxito obtido nessas 49 audiências públicas, que agora relatamos no *Diário da Assembléia*, demonstra que estamos no caminho certo.

Parabéns a todos!

Rodrigo Garcia – Presidente  
Fausto Figueira - 1º Secretário  
Geraldo Vinholi – 2º Secretário

# Editorial

# Itapeva

- [Apiaí](#)
- [Barra do Chapéu](#)
- [Bom Sucesso de Itararé](#)
- [Buri](#)
- [Capão Bonito](#)
- [Guapiara](#)
- [Iporanga](#)
- [Itaberá](#)
- [Itaóca](#)
- [Itapeva](#)
- [Itapirapuã Paulista](#)
- [Itararé](#)
- [Nova Campina](#)
- [Ribeira](#)
- [Ribeirão Branco](#)
- [Ribeirão Grande](#)
- [Riversul](#)
- [Taquarivaí](#)

## Municípios querem criação de nova região administrativa

Cerca de 100 pessoas participaram da 1ª audiência pública, no dia 8/8, na Câmara Municipal de Itapeva, no qual, segundo o relator do orçamento, deputado Edmir Chedid (PFL), se destacaram as demandas relacionadas à saúde pública. Chedid avaliou o quadro como de "abandono da saúde", na região.

Seis deputados estaduais paulistas estiveram presentes. Além do presidente e do vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Caldini Crespo (PFL) e Enio Tatto (PT), e do relator da LOA, Edmir Chedid, participaram da reunião os deputados Waldir Agnello (PTB), Hamilton Pereira e José Zico Prado, ambos do PT.

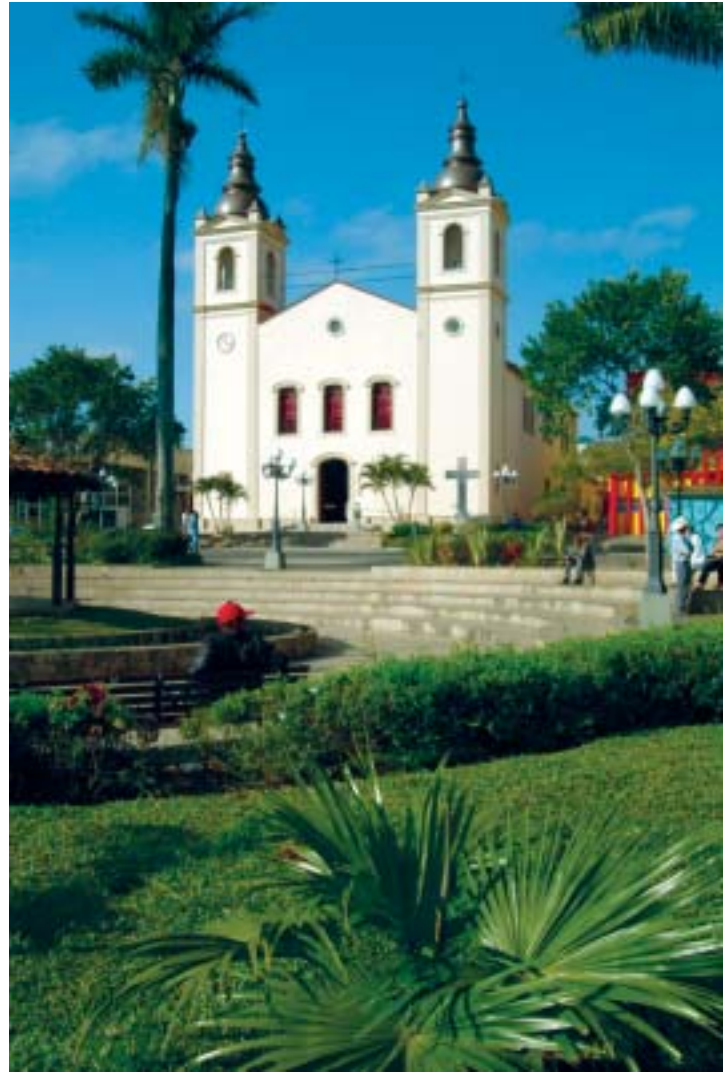
Chedid lembrou da proposta em tramitação na Assembléia que trata da criação da região administrativa de Itapeva. "O líder do PTB na Casa, Campos Machado, havia proposto que o projeto tramitasse em regime de urgência e esse requerimento foi aprovado recentemente pelo plenário. Assim, o que devemos fazer, no Legislativo, é aprovar a matéria o quanto antes possível", afirmou.

Atualmente, Itapeva e municípios vizinhos pertencem à Região Administrativa de Sorocaba. De acordo com o Projeto de Lei 695/2001, do deputado Campos Machado (PTB), a Região Administrativa de Itapeva deve abranger os municípios de Angatuba, Campina do Monte Alegre, Buri, Capão Bonito, Ribeirão Branco, Apiaí, Iporanga, Coronel Macedo, Itaí, Arandu, Paranapanema, Itaberá, Taquarituba, Tejupá, Piraju, Riversul, Itararé, Bom Sucesso de Itararé, Barra do Chapéu, Itaóca, Ribeira, Itapirapuã Paulista, Fartura, Taguai, Barão de Antonina, Itaporanga, Nova Campina, Ribeirão Grande, Sarutaiá, Taquarivaí e Guapiara.

Segundo justificativa do projeto, a transformação de Itapeva em região administrativa permitirá o equânime manejo das verbas orçamentárias, nos mais diversos setores que englobam a assistência social e o desenvolvimento econômico.

Também tramita na Assembléia Legislativa o Projeto de Lei 824/2001, do deputado Jorge Caruso (PMDB), que institui o Fundo de Desenvolvimento da Região Sul do Estado de São Paulo. Os objetivos do fundo, que deverá ter dotação específica no orçamento do Estado, são o financiamento de programas e projetos de desenvolvimento econômico, bem como a apropriação de tecnologia e de recursos técnicos para as atividades produtivas da região.

A Região Sul é a mais pobre do Estado e apresenta grandes carências em saneamento básico e urbanização, bem como os mais baixos índices de desenvolvimento humano.



Acima, igreja matriz de Itapeva; abaixo desta, membros da Comissão de Finanças e Orçamento fazem exposição; ao lado, deputados ouvem reivindicações da região



A cidade de Itapeva localiza-se no sudoeste paulista, integra a Região Administrativa de Sorocaba e é o segundo município do Estado em extensão territorial, com 1.827 km<sup>2</sup>. Compreendida por duas importantes bacias hidrográficas, a do Paranapanema e a do Ribeira, sua economia está fundamentada na indústria de cimento e na agropecuária.

A cidade conta com aproximadamente 83 mil habitantes, segundo o censo de 2000, e situa-se a 300 quilômetros da capital do Estado.

Fundada em 1766, por Antonio Furquim Pedroso, numa paragem denominada Faxina, às margens do rio Apiaí-Guaçu, Itapeva era uma aldeia de índios catequizados, que servia de entreposto para tropeiros que faziam a rota do sul do país rumo a São Paulo e Rio de Janeiro, a primeira regular a ligar os campos do sul às demais regiões do Brasil-Colônia.

A região começou a ser desbravada em 1560, segundo registros sobre a descoberta de minas de ouro e prata. Com a descoberta de minas mais rentáveis em Goiás, Minas Gerais, Bahia e Mato Grosso, Itapeva voltou-se à exploração de sua maior riqueza natural, o calcário. A partir de 1950, passou a receber instalações de importantes empresas do ramo de cimento, como a Portland.

Os índices sociais de Itapeva nas edições de 2000 e 2002 do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que avalia o perfil sócio-econômico dos municípios, baseado nas variáveis de riqueza, longevidade e escolaridade, mostram que Itapeva se manteve no Grupo 5, que agrega os municípios paulistas com baixos níveis de riqueza e indicadores sociais insatisfatórios.

Seus níveis de riqueza e longevidade permaneceram abaixo das médias estaduais, e o de escolaridade, apesar dos progressos, também não conseguiu atingir o valor verificado para o Estado.

No ranking no índice de IPRS, Itapeva está na 367ª em riqueza, 611ª em Longevidade e na 514ª em Escolaridade.

Na análise das condições de vida de seus habitantes feitos para o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), a renda média dos responsáveis pelos domicílios é de R\$ 586, sendo que 67,8% destes ganham no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis têm, em média, 5,4 anos de estudo, 30,4% deles completaram o ensino fundamental e 11,3% são analfabetos.

A idade média dos chefes de domicílios é de 45 anos. Somente 16,8% possuem menos de 30 anos e 22,9% são mulheres. Crianças, com menos de cinco anos somam 10,5% do total da população.

Antiga freguesia de Nossa Senhora dos Prazeres criada em 1766, no município de Sorocaba, nas margens do rio Itapetininga, era um pouso de tropeiros que transportavam gado do Rio Grande do Sul para São Paulo. O português Domingos José Vieira resolveu fixar-se nessas terras e iniciar algumas plantações, dando origem a um pequeno arraial. Decorridos alguns anos, as terras foram perdendo a fertilidade e Domingos Vieira abandonou o local em busca de um outro que lhe desse melhores condições de vida e, não muito distante do primeiro, fundou um novo arraial.

Por essa ocasião, novos povoadores sob a direção de Paschoal Leite de Moraes passaram a residir no local abandonado, dedicando-se à agricultura e à pecuária, e assim o antigo arraial também se desenvolveu.

O crescimento dos dois povoados levou seus chefes a disputar a criação oficial da vila. Em 1768, o capitão Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão nomeou Simão Barbosa Franco para resolver definitivamente qual seria o lugar de fundação e administração da futura povoação de Itapetininga. O núcleo eleito foi o comandado por Domingos José Vieira e, em 8 de outubro de 1770, foi criada a vila de Itapetininga, que em tupi significa "pedra enxuta" ou

"laje seca". Posteriormente, em 13 de março de 1855, a vila recebeu foros de cidade.

Localizada a 173 Km da capital pela Rodovia Castelo Branco ou indo pela Raposo Tavares, passando Cotia, São Roque, Mairinque e Sorocaba, Itapetininga conta com uma população estimada em mais de 125 mil habitantes. Pelos índices do IPRS, edição 2000, o responsável pelos domicílios tem uma renda média de R\$ 780, com 54,5% ganhando, no máximo, três salários mínimos. Seu tempo de escolaridade vai a 6,5 anos de estudo, com 39,7% deles, com o ensino fundamental completo, e 7,8% analfabetos. A idade média dos chefes de domicílios é de 46 anos. Somente 15% possuem menos de 30 anos e 22,9% são mulheres. Crianças com menos de cinco anos perfazem 9,4% do total da população.

Nas edições de 2000 e 2002 do IPRS, Itapetininga manteve-se no Grupo 5, que agrega os municípios com baixos níveis de riqueza e indicadores sociais insatisfatórios. Seus níveis de longevidade e escolaridade ficaram próximos à média estadual, enquanto o nível de riqueza não atingiu o valor observado para o Estado.



Vista da cidade de Itapetininga

### Reserva florestal e vocação turística

Na segunda audiência pública sobre o Orçamento para 2006, realizada em 8/8, o presidente da Câmara Municipal de Itapetininga, Fernando Rosa (PSDB), reivindicou uma unidade de silagem (depósito para armazenamento de cereais), o que, segundo ele, poderia incentivar a produção agrícola, uma vez que a cidade já conta com importante entroncamento rodoviário.

O Horto Florestal de Itapetininga é, de acordo com Fernando Rosa, uma das maiores áreas de vegetação do Estado de São Paulo e deveria receber recursos, por se tratar de importante reserva florestal. O vereador também defendeu mais verbas para a Santa Casa local.

O vereador de Tatuí, José Manuel Correia Filho (sem partido), pontuou em seu pronunciamento importantes demandas da região de Itapetininga, enfatizando as que se referem à sua cidade. Recursos para a Fatec de Tatuí, que realiza seu primeiro vestibular em dezembro próximo, e para o Conservatório de Música, foram solicitados pelo vereador.

Manu, como é conhecido, informou que a Estação Experimental Agrícola de sua cidade está abandonada. "O governo não atenta para o potencial agrícola da região". Para o vereador, são 45 alqueires que poderiam ser usados para a pesquisa agrícola. Ele sugeriu a obtenção de recursos ou mesmo uma parceria com o sindicato rural local para a recuperação da estação experimental.

Os pedidos do município de São Miguel Arcanjo foram sintetizados na fala do presidente da Câmara dos Vereadores da

cidade, Paulo Ricardo (PTB). Segundo ele, a malha viária é a maior preocupação do município, que necessita de verbas para o recapeamento de vicinais que ligam o município ao bairro do Turvinho e ao bairro da Colônia Pinhal. "Desde 1990, o município aguarda a liberação de recursos por parte da Secretaria de Transportes", protestou Paulo Ricardo.

A Santa Casa local atravessa grave dificuldade de manutenção e também precisa de verbas, completou o vereador. O turismo também merece atenção em razão do potencial da região. De acordo com o vereador de São Miguel, Eduardo Augusto dos Santos (PPS), o município tem vocação para o ecoturismo: "É o setor que mais emprega e menos polui. Por que não investir mais recursos no turismo?" Questionou o vereador.



Membros da Comissão de Finanças e lideranças locais

# Itapetininga

Alambari

Angatuba

Boituva

Campina do Monte

Alegre

Capela do Alto

Cerquillo

Cesário Lange

Guareí

Itapetininga

Quadra

São Miguel Arcanjo

Sarapuí

Tatuí

# Jales

Aparecida d'Oeste

Aspásia

Dirce Reis

Dolcinópolis

Jales

Marinópolis

Mesópolis

Nova Canaã Paulista

Palmeira d'Oeste

Paranapuã

Pontalinda

Rubinéia

Santa Albertina

Santa Clara d'Oeste

Santana da Ponte

Pensa

Santa Salete

São Francisco

Três Fronteiras

Urânia

Vitória Brasil

## Duplicação da rodovia Euclides da Cunha é a prioridade

Participaram da audiência pública em Jales os membros da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia paulista Enio Tatto (PT), vice-presidente, Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento, e os deputados Waldir Agnello (PTB), Beth Sáhão e José Zico Prado, ambos do PT.

Beth é de Catanduva, região próxima a Jales, e comentou o veto do governador às emendas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a educação. "Como poderemos atender os pedidos de instalação de mais Fatecs se o governo sequer equipa as existentes?", questionou a deputada.

## Participação

Cerca de 120 pessoas participaram da reunião em Jales, com destaque para os alunos da Escola Juvenal Giraldelelli. A duplicação da rodovia estadual Euclides da Cunha é a maior prioridade da região.

Marquinho Santana (PTB), presidente da Câmara Municipal de São João das Duas Pontas, reforçou a sugestão da criação de uma unidade da Fatec para Jales e a melhoria da rede de saúde.

Benedito Tonholo, funcionário da Prefeitura de Ponta Linda, lembrou a existência de um prédio ocioso (pertencente ao INSS) na avenida Francisco Jales, o qual, segundo ele, poderia abrigar um hospital para atendimento de casos de maior complexidade.

Não só as estradas maiores são motivo de preocupação. Carlos Cardoso quer a pavimentação da ligação Jales – Vitória Brasil. E o prefeito de Paranapuã, Cláudio Pereira da Silva (PT), quer a manutenção das estradas rurais, segundo ele, as mais importantes vias para o transporte da região.

A instalação de um hospital de oncologia em Jales também foi unanimidade entre os participantes. O presidente da Câmara Municipal de Aspásia, Odenir Vieira (PMDB), destacou esse item, além de um reajuste para o funcionalismo público em geral e recursos para Casa do Adolescente de Jales.

A adolescência também foi o motivo da participação da vereadora Sandra Rodrigues (PTB), de Mesópolis. Ela pediu investimentos do governo para a criação de mais casas de adolescentes.



Jales foi originada de processo de planejamento urbano

## Regionalização do orçamento

Eduardo Brito, de Jales, pediu insumos para fomentar o agronegócio e afirmou que o Estado deve se voltar mais para pequenas empresas que vêm surgindo na região, como as confecções.

O estado de abandono da Ponte de Rubinéia, uma das maiores da América do Sul, foi lamentado pelo vereador Jediel Zacarias (PMDB), que pediu recuperação da iluminação e da infra-estrutura da ponte. Ele priorizou a questão da saúde, com a instalação do Hospital do Câncer em Jales e mais verbas para as Santas Casas da região.

Edson Aquino da Silva, vereador de Três Fronteiras, o último a falar, quer mais empregos e distribuição de medicamentos, segundo ele, em falta nas unidades de saúde locais.



Reunião contou com a participação de 120 pessoas



O município de Jales, fundado em 15 de abril de 1941, foi resultado de um processo de planejamento urbano, cujo responsável foi o engenheiro Euphly Jales, que por esse motivo tornou-se um de seus fundadores. O engenheiro chegou à região para proceder a subdivisão judicial da fazenda Ponte Pensa, recebendo um lote de terra como pagamento dos serviços prestados e cedeu uma parte para a formação de um povoado. Realizaram um plano de aproveitamento do solo para a cultura do café, algodão, arroz e cereais em geral através de processos técnicos considerados modernos, na época, e incentivaram também a criação de gado.

O povoado se expandiu e, em 30 de novembro de 1944, foi criado o distrito do município de Fernandópolis. Quatro anos mais tarde, em 24 de dezembro de 1948, obteve sua autonomia político-administrativa com a criação do município. O nome do município foi uma homenagem ao engenheiro e fundador Euphly Jales.

O município de Jales possui uma localização geográfica estratégica, que lhe proporciona o destaque como centro da Região Noroeste Paulista. O perfil municipal de Jales, aliado ao planejamento urbanístico integrado, conduz naturalmente a um desenvolvimento político, social e econômico, alavancando o crescimento regional.

A região de governo de Jales revela contrastes dentro de uma relativa homogeneidade. A maioria de suas cidades foi enquadrada no grupo 3 do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), o das localidades com baixo nível de riqueza mas com bons indicadores sociais. E aí se encontram, por exemplo, tanto o campeão de longevidade, Santa Salete, quanto um dos

últimos colocados no indicador de riqueza, Aspásia, que ocupa o 616º lugar entre os 645 municípios paulistas.

Por outro lado, entre os cinco municípios do grupo 4 – Marinópolis, Nova Canaã Paulista, Paranapuã e Vitória Brasil e Três Fronteiras –, com baixos níveis de riqueza e indicadores sociais intermediários, Três Fronteiras é o último colocado da região em escolaridade (388º lugar) e Vitória Brasil, na 616ª posição, um dos lanterninhas de todo o Estado em longevidade.

A região tem 146.589 habitantes (segundo dados do Seade de 2005), que correspondem a 0,36% da população paulista, e ocupa 3.598 quilômetros quadrados, cerca de 1,45% do território estadual, no noroeste paulista. A taxa de urbanização, de 85,07%, está bem abaixo dos 93,4% da média estadual. A despesa per capita com saúde, de R\$ 146,82, segundo dados de 2003, é 25% menor que a média estadual, de R\$ 171,41. Dos 76.354 leitos para atendimento pelo Sistema Único de Saúde existentes no Estado em 2003, a região dispunha de 436.

A riqueza produzida na região em 2002 veio predominantemente dos setores de serviços e da agropecuária, que movimentaram, respectivamente, cerca de R\$ 496 milhões e R\$ 421,6 milhões. O Produto Interno Bruto (PIB – soma da riqueza produzida), de cerca de R\$ 1,15 bilhão, corresponde a 0,26% do PIB estadual.

Além de Jales, 21 municípios formam a região de governo: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita d'Oeste, Santana da Ponte Pensa, Santa Salete, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil.

A região do município de Fernandópolis, conhecida como sertão da Alta Araraquarense, começou a ser ocupada no início do século XX, mas desde meados do século anterior era ponto importante na comunicação de São Paulo com os estados de Mato Grosso e Minas Gerais, por meio do porto do Taboado e do porto da Quiçaça, respectivamente. Entre seus primeiros povoadores estavam Joaquim Antônio Pereira, Francisco Arnaldo da Silva, Afonso Cáfaró, Américo Messias, Quirino Luiz Ferreira, João Birolli e Carlos Barozzi, e várias eram as fazendas e glebas que faziam parte dessas terras, mas duas despontaram na formação do município propriamente dito. A fazenda Marinheiros e a gleba Santa Rita, pertencente ao agrimensor baiano Joaquim Antônio Pereira. Este destinou, em 1939, parte de suas terras para a fundação de um patrimônio, dando início à organização de Vila Pereira onde também predominava a cultura do café. A par do grau de desenvolvimento, os dois povoados ganharam força e destaque com a aliança de dois fatores primordiais: a presença de terras próprias à cafeicultura e o esforço do trabalho de homens desbravadores. Não demorou, portanto, para que se tornassem rivais e começassem a disputar não apenas a hegemonia, mas o reconhecimento administrativo.

Diante do desenvolvimento das duas localidades, o interventor do Estado, Fernando Costa, em visita à região em 1943, optou por uma posição conciliadora sugerindo a união das vilas. Em 30 de novembro de 1944 foram criados o distrito e o município de Fernandópolis, em homenagem ao interventor, com território desmembrado dos municípios de Tanabi e Pereira Barreto.

O município de Fernandópolis localiza-se a noroeste do Estado de São

Paulo, distando cerca de 555 km da capital, 120 km de São José do Rio Preto, 80 km do limite com o Estado de Minas Gerais e 85 km do limite do Estado do Mato Grosso do Sul.

Com metade dos municípios da região de governo de Jales, a de Fernandópolis vê suas cidades uniformemente distribuídas entre os grupos 3 (seis municípios) e 4 (cinco deles) do IPRS. No indicador de longevidade está uma das maiores disparidades: Pedranópolis é o quinto colocado nesse item, enquanto Turmalina ocupa a 638ª posição.

Mais urbana (taxa de 89,17%, segundo dados do Seade de 2005), a região de Fernandópolis tem menos habitantes que a de Jales (109.351 moram na região) e área de 3.125 quilômetros quadrados. O setor que mais contribuiu para a formação do PIB de 1,45 bilhão de reais da região (0,33% do PIB estadual) foi a indústria, que em 2002 gerou riquezas da ordem de R\$ 655,43 milhões.

Na área da saúde, a Fundação Seade revela que a região de governo de Fernandópolis destina a esse setor verba de R\$ 145,57 per capita e dispõe de 329 leitos para atendimento do SUS. A taxa de mortalidade, de 6,33 por mil habitantes (dados de 2004), está mais próxima do índice estadual, que é de 6,18 por mil habitantes, do que do número apurado na região de Jales: 7,15.

Além de Fernandópolis, a região de governo é composta por Estrela d'Oeste, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Pedranópolis, Populina e Turmalina.



Fernandópolis: nome da cidade homenageia o interventor do Estado Fernando Costa (1943)

### Hospital de oncologia: uma antiga reivindicação

O presidente da Câmara Municipal de Fernandópolis, vereador Alaor Marques (PFL), destacou os sérios problemas vividos pela Santa Casa local. A instituição, ele informou, não conta sequer com um aparelho para realizar endoscopias. Por isso, solicitou a previsão de mais investimentos para o setor no Orçamento do Estado para 2006.

### Voluntários de combate ao câncer

A Associação de Voluntários de Combate ao Câncer (AVCC) foi elogiada em vários pronunciamentos pelo trabalho que desenvolve. A associação atende pessoas da região que necessitam de atendimento oncológico. Os voluntários querem evitar que muitos pacientes desistam do tratamento em razão das dificuldades enfrentadas para se deslocarem até Barretos, onde está localizado o hospital que oferece tratamento especializado.

Segundo autoridades locais, a conclusão das obras do hospital de oncologia em Fernandópolis é antiga reivindicação da AVCC e iria resolver grande parte dos problemas dos doentes da região.

Segundo o enfermeiro Sérgio Nascimento, a AVCC já conta com uma estrutura de hospital, cuja construção foi iniciada em terreno da prefeitura. "Precisamos de R\$ 2 milhões para concluir o projeto, porém seriam suficientes R\$ 200 mil para colocar o ambulatório em funcionamento, permitindo assim oferecer atendimento mínimo necessário aos pacientes em Fernandópolis."

### Agroindústria

A proposta do prefeito da cidade, Massanobu Okuma (PP), é fortalecer o incentivo à agroindústria. Para ele, a deficiência na geração de empregos é a principal causa dos problemas sociais da região.

Da mesma forma, o cidadão de Fernandópolis José Fernando Salo sugere que os investimentos na área social sejam direcionados a programas em favor da criança e do adolescente. "Assim, o governo não vai precisar

gastar tanto com a manutenção das Febems", advertiu. O representante da Igreja Quadrangular, bispo Paulo Sérgio, endossou suas palavras e defendeu a abertura de cursos de profissionalização para jovens.

Adilson Campos reclamou da condição da rodovia Euclides da Cunha, destacando a importância de duplicação da via.

### Vicinas e reativação de aeroporto

Aparecido Rodrigues (PL), vereador de Turmalina, solicitou a construção de um posto intermodal na barragem de Água Vermelha, localizada no Rio Grande, com a finalidade de atender toda a região e incentivar o transporte de produtos. Pediu também a reativação do aeroporto, no mesmo local. O vereador ainda falou sobre a importância de despoluir o Ribeirão Santa Rita e de o governo gerar incentivos ao cultivo de seringueiras, segmento que começa a surgir com força na região.



Pronunciamentos destacaram ações da AVCC

# Fernandópolis

Estrela d'Oeste

Fernandópolis

Guarani d'Oeste

Indiaporã

Macedônia

Meridiano

Mira Estrela

Ouroeste

Pedranópolis

Populina

Turmalina

# São Joaquim da Barra



São Joaquim da Barra: vista da igreja matriz

## Saneamento e segurança

A prefeita de São Joaquim da Barra, Maria Helena Vannuchi (PT), fez uma avaliação positiva da iniciativa da Assembléia e contou a experiência do orçamento participativo na cidade, implantado em sua gestão.

O vereador Rodrigo Borges Nicolau (PT) pediu recursos para a conclusão do emissário da cidade. "Precisamos concluir as obras das lagoas de tratamento de esgoto para que a cidade tenha saneamento básico", afirmou Borges, pleiteando ainda verbas para a criação de infra-estrutura com o objetivo de criar um distrito industrial, uma vez que muitas empresas desejam se instalar em São Joaquim, que está situada à beira da Via Anhanguera e próxima a grandes centros urbanos, como Ribeirão Preto e Franca.

Incremento da segurança pública é a preocupação de Carlos Lima Carvalho, do Conselho de Segurança (Conseg) de São Joaquim. Segundo ele, faltam

policiais militares e viaturas na localidade. Carvalho também apontou as condições da rodovia que liga sua cidade a Barretos. "A estrada está em péssimas condições. Ela é muito utilizada por pacientes que realizam tratamento no Hospital Oncológico de Barretos", lembrou.

As dificuldades enfrentadas pela agricultura foram apresentadas por José Edson Girardi, da Coordenadoria de Defesa Agropecuária de Orlândia, e por João Luis Scarelli, de São Joaquim da Barra. Há muito tempo, não é realizado concurso para o provimento de cargos de técnicos e funcionários para a fiscalização sanitária, bem como para a função de agrônomo. Scarelli reivindicou mais verbas para o Fundo de Expansão da Agricultura e Pesca.

## Educação e saúde

No último bloco de pronunciamentos, o vereador João Baptista Bonadio (PDT), do município de Sales Oliveira, pediu a construção de mais uma escola na sua cidade, de forma a separar mais adequadamente os alunos por faixa etária.

O professor José Geraldo apontou a necessidade de mais funcionários para a rede de ensino e a criação em São Joaquim de uma unidade do Ceama (órgão de regulação do lamspe), uma vez que "o atendimento de saúde local é muito ruim".

A carência no setor de saúde também foi destaque do pronunciamento do presidente da Câmara de São Joaquim, Dejalme de Oliveira Ribeiro (PT). Ele falou também da importância de se construir um terminal de cargas que permita a interligação da via férrea e da rodovia Anhanguera.

O déficit habitacional, entre outros problemas, foi ressaltado por Geraldo Alves de Souza, do Conseg de São Joaquim, que pediu aumento salarial para a polícia e melhorias na estrada que liga sua cidade a Nuporanga.

Nartício Carrara, representante da OAB, cobrou dos deputados a demora em vir a São Joaquim ouvir os reclamos dos cidadãos e não fez qualquer reivindicação por desacreditar na política e no governo.



Waldir Agnello, Edmir Chedid, Enio Tatto, Dejalme Ribeiro e Maria Helena Vannuchi

- Ipuã
- Morro Agudo
- Nuporanga
- Orlândia
- Sales Oliveira
- São Joaquim da Barra



São Joaquim de Oícaí, São Joaquim de Nuporanga, Capão do Meio e São Joaquim, já foram nomes de São Joaquim da Barra, que teve o "Barra" acrescentado por causa do Córrego da Barra, divisor dos municípios de Ipuã e São Joaquim da Barra. A cidade é a sede de governo da região que engloba os municípios de Ipuã, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia e Sales Oliveira.

O município era parada habitual de viajantes e tropeiros. O povoamento inicial ocorreu devido ao êxodo de moradores do sul de Minas Gerais, atraídos pela riqueza da terra.

Diferentemente da região de Franca, os municípios da região de governo de São Joaquim da Barra mostram grande disparidade quanto aos grupos em que se enquadram no IPRS. Nuporanga e Sales Oliveira estão no grupo 4 (baixos índices de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade); São Joaquim da Barra, no 3 (nível de riqueza baixo e bons indicadores sociais); Morro Agudo, no 2 (níveis elevados de riqueza e baixos indicadores sociais) e Ipuã e Orlândia, no 1 (nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais).

O território é bem menor do que o de Franca: 3.207 km<sup>2</sup>, assim como a população, que é de apenas 140.229 habitantes. Também neste caso, há maior concentração na área urbana (133.285 habitantes na cidade e 6.944 no campo). A taxa de crescimento da população é menor do que a de Franca e da média estadual (1,47% ao ano).

O índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (9,02%) é bem maior do que a média do Estado (6,64%), enquanto o de mortalidade é praticamente igual: 6,35 por mil habitantes para 6,18 do restante do Estado (dados de 2004). O município de Sales Oliveira, por exemplo, é um dos mais bem situados no ranking de longevidade do IPRS: ocupa o 38º lugar em todo o Estado, apesar da despesa com saúde, de R\$ 141,01 per capita, estar abaixo da média estadual. Dos 76.354 leitos do SUS no estado, 361 estão nesta região.

O total do valor adicionado foi de R\$ 1.831,48 milhões, distribuídos de forma relativamente equilibrada nos três setores da economia: R\$ 560,55 milhões na agropecuária, R\$ 619,70 na indústria e R\$ 651,24, nos serviços. O PIB é de R\$ 1,8 bilhão, o que representa 0,4% do PIB do Estado.

Situada no nordeste do Estado de São Paulo e tendo o cerrado como vegetação predominante, Franca é a sede da região de governo composta pelos municípios de Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Guará, Igarapava, Itirapuã e Ituverava.

Fundada em 3 de dezembro de 1805, a origem do nome Franca é uma homenagem ao criador do distrito, governador da Capitania de São Paulo, Antonio José da Franca e Horta.

Do ponto de vista dos indicadores econômicos e sociais, os municípios desta região de governo mostram relativa homogeneidade no Índice Paulista de Responsabilidade Social. A maioria dos municípios, de acordo com os dados da Fundação Seade, enquadra-se no grupo 4, aquele em que os municípios apresentam baixos índices de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. Apenas Guará enquadra-se no grupo 5, caracterizado por baixos níveis de riqueza, de longevidade e de escolaridade. Este município está entre os últimos no ranking de escolaridade do Estado (628º lugar, para um total de 645 municípios). Batatais figura no grupo 3, com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais.

A região possui área de 7.173 km<sup>2</sup> e população eminentemente urbana: dos 556.308 habitantes, 527.559 moram na cidade e 28.749 na área rural. Apresenta densidade demográfica baixa quando comparada à média do Estado — 77,56 habitantes/km<sup>2</sup> para 160,70 do Estado —, e taxa de crescimento da população de 1,79% ao ano, bem próxima à do Estado que é de 1,72%.

A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é de 7,63%, maior do que a média do Estado, de 6,64%. A taxa de mortalidade geral é de 5,87 por mil habitantes, ligeiramente inferior à média do Estado (6,18). A despesa per capita com saúde (dados de 2003) é de R\$ 181,51, superior à média do estado, de R\$ 171,41, e o número de leitos do SUS é de 1.159 de um total de 76.354 do Estado (dados de 2003).

A riqueza produzida pela região vem, na sua maior parte, do setor de serviços, que movimentou 1.840,45 milhões em 2002, enquanto o setor de agropecuária produziu 791,03 e a indústria, 961,79, seguindo o padrão estadual que produz mais na área de serviços (213.733,26 milhões), menos no setor agropecuário (32.519,50 milhões) e de forma intermediária na indústria (169.062,16 milhões).



### Segurança pública e atendimento hospitalar

Problemas relacionados à segurança pública e às dificuldades enfrentadas pela Santa Casa de Franca foram os destaques da audiência pública realizada na Câmara Municipal de Franca.

O provedor da Santa Casa de Franca, Onofre Trajano, disse que a defasagem da tabela do SUS chega a 20%. Após apresentar dados que mostram a dimensão dos atendimentos feitos em Franca, pediu mais recursos.

O administrador da Santa Casa, Luiz Carlos, sugeriu que o governo do Estado assinasse o termo da PPI, o novo pacto com o SUS. "Isso permitiria o aumento do teto no atendimento de alta complexidade para R\$ 300 mil, cobrindo o déficit mensal do hospital."



Deputado Waldir Agnello

Waldir Agnello (PTB), presidente da Comissão de Saúde e Higiene da Assembleia, esclareceu que solicitou audiência com o ministro da Saúde para discutir a situação das Santas Casas. "Vamos pleitear aumento no repasse de verbas", assegurou.

### Mais técnicos de agronomia

A falta de funcionários na Coordenadoria de Defesa Agropecuária, a exemplo das reclamações feitas em São Joaquim da Barra, também é um dos grandes problemas de Franca. Antonio Vitor, diretor da unidade, acumula com a função também a de veterinário, o único para atender 13 municípios, num total de 3.500 propriedades agrícolas. Joel Ribeiro, da Coordenadoria de Assistência Integral (Cati), reforçou o pronunciamento de Vitor, pedindo mais funcionários para sua coordenadoria, lembrando que há muito tempo não é realizado o provimento de cargos no setor de agronomia da região.

### Policimento

O vereador Sargento Mambrini (PMN) avaliou que a criminalidade cresceu muito em Franca e disse que é preciso aumentar o número de policiais na cidade. "O efetivo atual é o mesmo de 10 anos atrás, quando a população era 20% menor". Segundo Mambrini, faltam também ações de prevenção ao uso de drogas, uma vez que não há orientação com essa finalidade nas escolas de Franca. Ele ressaltou ainda a necessidade de duplicação de duas rodovias, a que liga Franca a Rifaina e a que se estende de Patrocínio Paulista a Itirapuã.

Gilson Pelizaro, vereador petista, lamentou as condições dos conjuntos habitacionais da CDHU. "Falta escola para atender os jovens do Jardim Pelicano e infra-estrutura no Jardim Parati".

O secretário municipal de Gestão de Franca, Sebastião Manoel Ananias, pediu aumento dos repasses aos municípios para a merenda e o transporte escolar, bem como a reavaliação dos critérios de distribuição do ICMS aos municípios.

O presidente da Câmara Municipal de Itirapuã Paulista, José do Coração (PFL), solicitou a instalação de cursos profissionalizantes na sua cidade e aumento das ações do Programa Renda Cidadã.

Cursos profissionalizantes também foram pedidos pelo vereador de Franca, Maurício Chinaglia (PSB), que quer a criação de uma secretaria especial voltada ao atendimento de deficientes físicos.

O professor Silas (PT), também vereador em Franca, pediu maior atenção do Estado para a região do aeroporto de Franca, que tem difícil acesso, além de sofrer com problemas de violência.

### Representantes da região

Marcelo Valim, vereador do PSDB, lamentou não haver maior participação da população na reunião, bem como a ausência de colegas vereadores e de deputados estaduais de seu partido. Valim descreveu casos que apontam a alta violência em Franca.

Edmir Chedid (PFL) afirmou que Franca é uma cidade geradora de riqueza, com alto reflexo na economia paulista. Ele cobrou a presença de colegas deputados da região na audiência e afirmou que, acima de tudo, está o interesse da população paulista. O deputado ainda falou sobre a guerra fiscal e o trabalho que o governo vem desenvolvendo para reduzir o ICMS em muitos setores da economia paulista.

Enio Tatto afirmou que foi uma surpresa tomar conhecimento de que a cidade tem tantos problemas com segurança pública. "Por isso é importante vir à região e ouvir sobre os problemas que ela vive".



Vereador Marcelo Valim



Sargento Mambrini (em pé): criminalidade cresceu

# Franca

Aramina  
Batatais  
Buritizal  
Cristais Paulista  
Franca  
Guará  
Igarapava  
Itirapuã  
Ituverava

# Guaratinguetá



- Aparecida
- Cachoeira Paulista
- Canas
- Cunha
- Guaratinguetá
- Lorena
- Piquete
- Potim
- Roseira



## Recuperação de estradas

O deputado José Caldini Crespo (PFL), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, prestou homenagem à memória do vereador Pedro Altomare Cosenza Filho (PTB), falecido em 18/8, dia marcado para a audiência pública na cidade de Guaratinguetá.

Crespo abriu os debates da audiência, lembrando que a iniciativa da Assembleia paulista “possibilita a lideranças locais – como representantes de sindicatos e entidades – participarem da discussão das prioridades de gasto do Estado para 2006”.

A recuperação de estradas da região foi a principal demanda apresentada pelos participantes. O presidente da Câmara Municipal de Cunha, João Carlos Barboza (PDT), afirmou que é preciso garantir verbas para o recapeamento da rodovia SP 71, que liga Guaratinguetá a sua cidade.

O vice-presidente da Câmara de Guaratinguetá, Antônio de Oliveira Neto (PFL), ressaltou a necessidade de pavimentar os acostamentos da SP 66 e reiterou a urgência da repavimentação da SP 71.

O presidente da Câmara Municipal de Potim, Juarez Nascimento (PL), pediu um acesso direto da sua cidade à via Dutra, uma vez que no município estão instaladas duas penitenciárias de segurança máxima, cuja ligação é feita por bairros de Aparecida.

## Telefonia

Adilson Mota solicitou que o código de telefone para ligações DDD fosse por município e não por região. Ao justificar seu pedido, afirmou que toda a arrecadação de ICMS por ligação telefônica é direcionada a São José dos Campos, prejudicando os pequenos municípios do Vale do Paraíba.

Acima, componentes da mesa prestam homenagem ao vereador Pedro Altomare. Ao lado, igreja matriz de Guaratinguetá



Do tupi-guarani, lugar onde abundavam garças brancas — fundada em 1630, foi considerada uma das principais vilas da capitania paulista no Vale do Paraíba. Com a descentralização administrativa estadual, Guaratinguetá tornou-se a sede da região de governo que reúne os municípios de Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Lorena, Piquete, Potim e Roseira.

Hoje, o turismo religioso movimenta a região, tendo Aparecida como o maior centro de peregrinação do país. Cachoeira Paulista ganha destaque nessa área com a fundação da emissora católica Canção Nova, que reúne fiéis para acampamentos de oração, e Guaratinguetá destacou-se com a beatificação de Frei Galvão, em 1998.

O território da região corresponde a 3.270 km<sup>2</sup>, para uma população de 327.790 habitantes, com forte concentração urbana (299.291 habitantes nas cidades e 28.499 no campo). A taxa de crescimento da população é de 0,94% ao ano, menor que a média estadual, de 1,47% ao ano. Já a taxa de mortalidade geral é de 6,42 por mil habitantes, ligeiramente superior à média de 6,18 do Estado.

Tendo em vista os indicadores econômicos e sociais do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), os municípios dessa região de governo mostram relativa heterogeneidade. Apesar de localizados no Vale do Paraíba, uma das regiões mais ricas da América Latina, a maioria deles, de acordo com os dados da Fundação Seade, enquadra-se no grupo 5,

que reúne municípios tradicionalmente pobres, caracterizados por baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade.

Entretanto, Guaratinguetá e Lorena, enquadrados no grupo 2, são localidades com níveis elevados de riqueza; Piquete, que tem baixo nível de riqueza, mas bons indicadores de escolaridade e longevidade, está no grupo 3; e Aparecida foi classificada no grupo 4, que tem baixo nível de riqueza e níveis de longevidade e escolaridade intermediários.

A despesa per capita com saúde (dados de 2003) é de R\$ 141,34, pouco inferior à média do Estado que é de R\$ 171,41. Os atendimentos são feitos em 36 unidades de atenção básica de saúde, contando com apenas 567 leitos do SUS dentre os 76.354 oferecidos pelo Estado.

Na área de Educação, a região gastou em torno de R\$ 48 milhões em 2000. No mesmo período, a região contava com 48.612 mil alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental e 15.445 no ensino médio. A evasão no ensino fundamental foi de 4,68%, bem menor que no médio, que ultrapassou os 13%, e a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais foi de 6,35%, pouco menor do que a média do Estado que é de 6,64%.

Em 2002, o valor adicionado da indústria e do setor de serviços contribuiu grandemente com a riqueza da região: os serviços geraram R\$ 985,87 milhões e as indústrias R\$ 963,38 milhões. Comparado com esses valores, o setor agropecuário contribuiu de modo bastante tímido, gerando apenas R\$ 60,26 milhões. O PIB foi de R\$ 2.145,35 milhões, o que representou 0,49% do PIB do Estado.

A partir de meados do século XIX, com a construção da estrada de ferro que liga São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, surge a Vila de Nossa Senhora da Conceição de Cruzeiro, mais tarde município de Cruzeiro, distante 220 km da capital. Localizada no Vale do Paraíba e tendo a serra da Mantiqueira como paisagem de fundo, a cidade é a sede da região de governo que aglutina os municípios de Arapeí, Areias, Bananal, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras.

Com uma população mais urbana que rural (106.284 dos 199.447 habitantes moram na cidade), a região ocupa uma área de 2.792 km<sup>2</sup>, apresentando densidade demográfica baixa quando comparada à média do Estado, 42,78 habitantes/km<sup>2</sup> para 160,70 do estado. A taxa de crescimento geométrico da população de 0,94% ao ano, enquanto no Estado é de 1,72%.

Segundo indicadores econômicos e sociais do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), os municípios dessa região de governo mostram relativa homogeneidade. Também localizados no Vale do Paraíba, a maioria deles, de acordo com os dados da Fundação Seade, enquadra-se no grupo 5, que reúne municípios tradicionalmente pobres, caracterizados por baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Em uma situação ligeiramente melhor, estão Arapeí, Bananal e a sede, Cruzeiro, todos pertencentes ao grupo 4, com níveis intermediários de

longevidade e escolaridade, apesar de o nível de riqueza ainda ser considerado baixo.

A taxa de mortalidade geral é de 6,42 por mil habitantes, ligeiramente superior à média do Estado, 6,18. A despesa per capita com saúde (dados de 2003) é de R\$ 137,81, inferior à média do Estado, de R\$ 171,41, realizando atendimentos em 21 unidades de atenção básica de saúde e contando com apenas 232 leitos do SUS, dentre os 76.354 oferecidos pelo Estado.

Considerando os investimentos em Educação, a região gastou em torno de R\$ 24 milhões em 2001. No mesmo período, a região contava com 19.210 mil alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental e 5.823 no ensino médio, registrando uma taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de 7,3%, maior do que a média do Estado, de 6,64%.

A riqueza produzida pela região vem, na sua maior parte, do setor de serviços, que movimentou R\$ 323,89 milhões 2002, seguido do setor industrial com R\$ 211,67 milhões. A agropecuária produziu apenas R\$ 39,10 milhões. Tendo em vista os parâmetros estaduais de produção de riquezas, a área de serviços da região contribui com 0,15% e a indústria e a agropecuária contribuem, cada uma, com 0,12%.



Cidade de Cruzeiro com a Serra da Mantiqueira ao fundo

### Melhoria em estradas pode alavancar potencial turístico

A Câmara Municipal de Cruzeiro, município situado no extremo leste do Estado de São Paulo, foi sede da oitava audiência pública, e teve a participação dos deputados José Caldini Crespo (PFL), Edmir Chedid (PFL), Enio Tatto, Mário Reali, Carlinhos Almeida, os três do PT, Waldir Agnello (PTB) e Afonso Lobato (PV). Aproximadamente 30 pessoas compareceram à audiência e, entre as autoridades locais, estavam o presidente da Câmara Municipal de Cruzeiro, Laudelino Augusto da Silva (PFL), e a prefeita de Lavrinhas, Marina Lozano (PT).

### Nova ponte

Quase todos os participantes da audiência pública enfatizaram a importância da construção de uma terceira ponte de acesso à Via Dutra, na cidade de Cruzeiro. Segundo eles, o fato de haver apenas duas pontes na cidade, em Cachoeira Paulista e Canas, compromete o trânsito local, e a construção de uma terceira ponte aliviaria o fluxo de automóveis e caminhões.

A obra está orçada em R\$ 13 milhões e o vereador de Cruzeiro Mário Notarangelli afirmou que o governador dissera que o Estado não vai construir a ponte por falta de verba. O pedido foi reforçado pelo presidente da Câmara de Cruzeiro, Laudelino Augusto da Silva (PFL), pela vereadora Simone Costa (PSB), por Marcos de Paula e Paulo de Carvalho, entre outros.

### Turismo

Bananal é uma estância turística, e a vereadora da cidade Lúcia Gonçalves (PFL) destacou a necessidade da liberação de verba de R\$ 500 mil para a



Na mesa, Marina Lozano, Laudelino da Silva, Caldini Crespo, Edmir Chedid e Enio Tatto

recuperação do Solar Aguiar Valim, importante ponto turístico construído em 1560, que servia de residência a membros da Corte Imperial. Ela acredita também que obras de melhoria na SP-247 podem atrair mais turistas.

O deputado Mário Reali também focou o potencial turístico da região. "Aprecio os recursos naturais da Serra da Bocaina, mas receio que poucos tenham conhecimento sobre a capacidade turística da região. Por isso, é preciso a realização de audiências presenciais, para que todos descubram as vocações regionais", disse o deputado.

### Vale histórico

"São Paulo precisa resgatar o vale histórico, melhorando a infra-estrutura de cidades como Queluz e Bananal, além de outras que se encontram na Serra da Bocaina. Mas, para isso, é preciso recuperar a malha rodoviária da região, que se encontra em péssima condição", declarou o deputado Carlinhos Almeida.

Esta também foi a preocupação expressa pelo secretário de Cultura e Turismo de Queluz, José Celso Bueno, que quer incentivo para o turismo histórico.

A situação da Santa Casa também foi lembrada nos pronunciamentos. Os vereadores David Costa e Maria Aparecida Santos pediram UTI neonatal para diminuir a crescente taxa de mortalidade infantil, além de bisturis elétricos, carros de anestesia e leitos para enfermaria.

A deputada mais votada de Cruzeiro, Ana do Carmo, ressaltou a importância das audiências regionais, porque, segundo ela, é preciso democratizar o orçamento estadual com o debate junto à população de cada cidade.

Outro deputado que representa a região, Afonso Lobato, destacou a esperança de uma melhor distribuição do orçamento, com a iniciativa adotada pela Comissão de Finanças e Orçamento de acatar emendas pontuais. "Era angustiante visitar a região e explicar que as reivindicações apresentadas pelas pessoas não poderiam ser atendidas, porque o relator do orçamento só acolheria emendas por setores e não por regiões."

# Cruzeiro

Arapeí

Areias

Bananal

Cruzeiro

Lavrinhas

Queluz

São José do Barreiro

Silveiras



Waldir Agnello, Carlinhos Almeida, Mário Reali e Padre Afonso. À direita, Ana do Carmo

# Limeira

Araras  
Conchal  
Cordeirópolis  
Iracemápolis  
Leme  
Limeira  
Pirassununga  
Santa Cruz da  
Conceição

## Anel viário e campus da Unicamp

Aproximadamente 70 pessoas participaram da audiência pública na Câmara Municipal de Limeira. O prefeito da cidade, Sílvio Félix da Silva (PDT), e a presidente da Câmara de Limeira, Elza Tank (PTB), acompanharam os trabalhos da comissão, presidida pelo deputado José Caldini Crespo (PFL), integrada também pelos deputados Enio Tatto (PT), vice-presidente, e Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento.

O prefeito Sílvio Félix da Silva reivindicou verba para um anel viário e a aprovação da criação de uma nova vara judicial para a cidade. Para ele, a administração municipal precisa da colaboração do Estado para desenvolver políticas sociais necessárias. "É preciso saber administrar, equilibrar gastos dentro de uma política não demagógica. Nosso orçamento é de R\$ 235 milhões para uma população de quase 300 mil habitantes. O ideal seria poder gastar R\$ 1.000 reais por habitante, ou seja, estamos longe do valor necessário para cumprir nossa agenda social. Por isso, precisamos da participação do Estado, principalmente para a infra-estrutura viária", disse Félix.

A vereadora Elza Tank destacou a importância da construção na cidade de Limeira de um hospital voltado ao atendimento a mulher. A vereadora Nilce Segalla (PTB) pleiteou a instalação de uma unidade de comando militar em Limeira, citando o porte da cidade como justificativa.

Zilda Guerra, da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp), protestou contra a política salarial aplicada pelo governo do Estado. "A nefasta aplicação de seguidas gratificações só engana o professorado, prejudicando o aposentado, que não tem direito ao benefício", disse a professora, apontando também o descaso do Estado com a saúde dos idosos.

## Obras na cidade

O secretário de Obras de Limeira, René Soares, reivindicou recursos para obras na cidade, principalmente as que se referem às estradas rurais. Ele destacou, também, a importância de um acesso específico para a rodovia Anhangüera, necessário para desviar o trânsito pesado do centro do município.

Outra demanda apontada por alguns participantes foi a instalação de um campus da Unicamp em Limeira. O professor Giocondo Negro Filho disse que já existe área e projeto da própria universidade para essa finalidade, mas enfatizou que é preciso o Estado se incumbir de seu custeio permanente.

O secretário de Saúde de Limeira, Fausto de Paula, discorreu sobre a falta de medicamentos. A solução para ele é a implantação de uma central de medicamentos do Estado. "Com a queda do poder aquisitivo, várias pessoas recorrem à Unidade Básica de Saúde. O ônus fica todo com o município, inclusive o de medicamentos de alto custo, de competência do Estado."

José Maria Menezes sugeriu recursos para a implementação de exames de acuidade visual nos estudantes da rede pública, e Isabel Candido falou da criação de um Núcleo de Atendimento Integral, voltado à assistência de crianças e adolescentes.

Dalva Radesk, do Sindicato dos Bancários de Limeira, apontou a difícil situação do Hospital de Oncologia local, que atende cerca de 800 pacientes, enquanto o Estado custeia a metade desse número. Ela apontou a falta de um programa de atendimento a usuários de drogas. Para outros setores, como educação e segurança, pediu novos telhados e mobiliários para as escolas estaduais e unidade de policiamento anti-sequestro voltada ao desmantelamento de quadrilhas que atuam em Limeira.

O secretário de Cultura de Limeira, José Farid Zaine, reivindicou mais incentivos para a cultura em geral, bem como para programas desenvolvidos em Limeira, como o Festival Nacional de Teatro. Zaine pediu verbas para o restauro do prédio que abriga a secretaria, Palacete Levi, erguido há 121 anos.



Enio Tatto, Caldini Crespo, Edmir Chedid, Sílvio Félix da Silva, Elza Tank e Zilda Guerra

## Região destaca saúde

Na audiência pública de Limeira, representantes de outros municípios da região expuseram diversas demandas, particularmente na área de saúde. Em nome da Clínica Saião de Araras, Alessandra Basaglia pediu atendimento especial para o doente mental, com a criação de um Centro de Atenção ao Doente Mental, diante do crescente número de pacientes com quadros de depressão e stress.

A saúde também é a preocupação do representante de Leme, José Francisco Fantin, uma vez que a Santa Casa daquela cidade arrecada R\$ 900 mil e gasta R\$ 1,13 mil, o que resulta num déficit mensal de quase R\$ 250 mil.

A vereadora de Cordeirópolis, Fátima Celin (PT), pleiteou a duplicação da estrada que liga sua cidade a Limeira. Sobre os assentados em seu município, a vereadora afirmou que, desde a reforma agrária implementada pelo governo Covas, as famílias se encontram em total abandono. Fátima ainda protestou contra o processo de privatização da Nossa Caixa, segundo ela, o único banco estadual de São Paulo.

A vereadora Rita Gimenes (PSDB), também de Leme, quer a conclusão de estradas de importante ligação daquele município com Araras e com Mogi.

## Palavra aberta

O deputado José Caldini Crespo disse aos participantes que muitos cidadãos têm reclamado de que seus pronunciamentos em outros encontros não obtiveram retorno dos pleitos. "Por isso, estamos recolhendo todas as sugestões por escrito", disse Crespo, ressaltando que a marca principal das audiências foi a garantia da participação de todos que desejassem se manifestar.

Enio Tatto referiu-se à promessa não-cumprida do governador acerca da criação de agências de desenvolvimento que, segundo ele, muito ajudariam no planejamento de um orçamento mais justo.

O deputado Waldir Agnello (PTB) disse que nem todos os pedidos poderão ser atendidos, mas que não faltará empenho dos parlamentares para isso.

A vereadora Elza Tank agradeceu a iniciativa da Comissão de Finanças e Orçamento por se deslocar até Limeira, com o objetivo de ouvir os reclamos da região. "Os vereadores sempre ficam como peças jogadas no Estado, mas são eles que representam suas cidades e precisam ser ouvidos."

Ao final, Edmir Chedid informou que levaria ao Parlamento todos os pleitos apresentados. "Quanto ao anel viário, podemos nos antecipar e levar o pedido a Autoban." O relator disse que todas as propostas seriam avaliadas.



Limeira tem sua história ligada a nove sesmarias doadas, entre 1799 e 1821. Em 1822, realizou-se um censo no qual foi constatada a presença de 951 pessoas livres e 546 escravos morando na região. Mas foi a partir da abertura da nova estrada de Jundiá a Campinas e desta a Piracicaba, iniciada em 1823, que teve início a povoação, às margens do Ribeirão do Tatu, com a edificação da Capela de Nossa Senhora do Tathuiby.

O crescimento urbano levou políticos a reivindicarem a elevação da freguesia à cidade, fato ocorrido em 18 de abril de 1863. Em 20 de abril de 1875, ela passou à condição de Comarca de Limeira. O município de Limeira está localizado a 154 Km a noroeste da cidade de São Paulo, na região central do Estado de São Paulo. Pertence à Região Administrativa de Campinas e constitui-se na sede da Região de Governo que tem o seu nome, integrada por oito municípios: Araras, Leme, Limeira, Pirassununga, Cordeirópolis, Conchal, Santa Cruz da Conceição e Iracemápolis.

Hoje, Limeira possui mais de 230 mil habitantes, caracterizando-se por ser uma cidade industrializada, tendo também forte setor comercial e de serviços. Na agricultura, destacam-se a laranja e a cana-de-açúcar.

Pelos indicadores do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), a região de governo de Limeira apresenta em média bons índices de riqueza e bom nível de indicadores sociais (Grupo 1). Araras, Cordeirópolis, Pirassununga e a própria Limeira estão neste grupo, enquanto Iracemápolis e Santa Cruz da Conceição ficam no Grupo 3 (Municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões). Com baixos níveis de riqueza e nos demais indicadores sociais aparecem os municípios de Conchal e Leme (Grupo 5).

Em comparação com os outros municípios do Estado (645 em seu total), Cordeirópolis se destaca no ranking de riqueza (2002), aparecendo na colocação 35. Os outros municípios da região no G1, Araras, Limeira e Pirassununga estão, respectivamente, nas seguintes colocações: 57, 77 e 94. Iracemápolis

está classificada em 169, e Santa Cruz da Conceição em 355, ambas do Grupo 3. Classificadas no Grupo 5, Leme está em 208 no ranking de riqueza, enquanto Conchal aparece na 383ª posição.

Nos dois outros rankings do IPRS, escolaridade e longevidade, as cidades apresentam, na comparação estadual, as seguintes pontuações: Araras situa-se em 307º lugar em escolaridade e 356º em longevidade; Cordeirópolis, 212º e 137º; Limeira 254º e 158º; Pirassununga 240º e 135º; Iracemápolis 197º e 109º; Santa Cruz da Conceição 382º e 366º; Conchal 547º e 558º; e Leme ocupa em escolaridade a posição 554ª e em longevidade a 553ª.

Com área de 2.902 km², a região de governo de Limeira apresenta uma taxa de urbanização (95,03%) maior do que a média estadual (93,65%), tendo 576.044 habitantes, de um total de 606.154, concentrados em área urbana. Em seus aspectos econômicos, a região teve, segundo dados de 2003, de sua população empregada (118.441 trabalhadores) a maior parte exercendo atividades na área da indústria (42.335 trabalhadores), com a área de serviços apresentando números pouco abaixo (40.339). Ainda sobre o aspecto econômico, a região apresentou um Produto Interno Bruto (PIB) em 2002 da ordem de R\$ 7,45 bilhões, correspondente a 1,7% do PIB total do Estado, que foi da ordem de R\$ 438.148 milhões. O setor de serviços apresenta o maior volume de receita com R\$ 3 bilhões, seguido pela indústria com R\$ 2,6 bilhões e pela agropecuária com um desempenho de R\$ 1,48 bilhões.

Os índices de saúde apresentam-se próximos à média estadual. A taxa de mortalidade está em 6,03 por mil habitantes, no Estado este índice é de 6,18. O gasto per capita na área de saúde é de R\$ 165,41, abaixo do índice para o Estado que é de R\$ 171,41. A região conta com 67 unidades de atenção básica de saúde e tem 1.850 leitos pelo SUS. Na região de Limeira, a média da taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais é superior à média do Estado, Limeira apresenta índice de 7,13 %, enquanto o índice estadual para o ano de 2000 é de 6,64%.

Composta por oito municípios - Analândia, Brotas, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Santa Gertrudes, Torrinha e a própria Rio Claro -, esta região de governo tem 3.319 km<sup>2</sup> e uma população de 263.247 habitantes, representando 0,65% da população do Estado, que está em 40.030.350. Quanto à taxa de urbanização, apresenta índice acima da média estadual, 94,76 % para 93,65%.

A sede da região administrativa foi fundada em 10 de junho de 1827 e, em 1845, tornou-se município. Tem como um de seus destaques a oferta de vagas para vários cursos de nível universitário, oferecidos através de dois institutos da Universidade Estadual Paulista (pública) e das Faculdades Claretianas (privada). Ainda no âmbito da educação, a região apresenta 6,10% de taxa de analfabetismo, abaixo do índice do Estado, que está em 6,64%. Considerando o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), a região está inserida no Grupo 1 (municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais), tendo Analândia e a própria Rio Claro neste grupo. Brotas, Ipeúna e Itirapina apresentam características do Grupo 3 (baixo nível de riqueza com bons indicadores nas demais dimensões). No Grupo 4, que apresenta baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade, estão inseridos os municípios de Corumbataí, Santa Gertrudes e Torrinha.

Os oito municípios da região estão distribuídos da seguinte forma no ranking relativo à escolaridade: Torrinha na 185ª posição, Rio Claro em 186ª, Itirapina em 236ª, Corumbataí em 268ª, Ipeúna em 294ª, Analândia em 362ª, Brotas em 363ª e com índice bem abaixo a cidade de Santa Gertrudes, que ocupa a posição 544ª. No ranking de longevidade temos uma inversão relativa ao índice anterior, o município de Santa Gertrudes aparece como o de melhor desempenho, ocupando a posição 76ª. Parte dos outros municípios fica em

posição intermediária: Ipeúna em 242ª, Itirapina em 300ª, Rio Claro em 316ª, Analândia em 320ª e Brotas em 359ª. Com colocação abaixo, estão Torrinha, ocupando a posição 532ª e, em último, o município de Corumbataí, classificado como um dos piores índices do Estado, na posição 627ª.

Quanto ao ranking de riqueza, o município sede da região encabeça a lista, sendo considerada a 79ª cidade com melhor índice, seguida pelo município de Analândia na posição 89ª. Santa Gertrudes ocupa a posição 174ª e os municípios de Itirapina (202ª), Brotas (241ª), Corumbataí (250ª) e Ipeúna (254ª) ocupam posição acima da média do Estado. Na última colocação, em nível de riqueza, aparece a cidade de Torrinha, colocada em 402ª.

No aspecto de saúde, a taxa de mortalidade da região é de 6,88 por mil habitantes, um pouco acima da média estadual que está em 6,18. O gasto per capita com saúde é menor que a média estadual, a região de governo consome R\$ 154,81, enquanto o Estado gasta R\$ 171,41. São 23 as unidades de atenção básica de saúde que atendem à região. A disponibilidade de leitos através dos SUS, tendo como base o ano de 2003, é de 451.

A região de Rio Claro apresentou como resultado global do PIB, em 2002, o valor de R\$ 3 bilhões, para um PIB estadual de R\$ 438,14 bilhões. O volume de recursos, considerando agropecuária, indústria e serviços, da região ficou em R\$ 2,8 bilhões, dados de 2002. A maior contribuição veio da indústria com R\$ 1,1 bilhão, seguida de perto pelo setor de serviços com R\$ 1 bilhão. A agropecuária contribuiu com R\$ 688,67 milhões. O setor que mais empregou, de um total de 54.598 empregos ocupados, foi o da indústria com 19.982, o de serviços veio logo a seguir com 18.645 e empregos na área do comércio representaram 9.255.



Acima, público presente à Câmara Municipal de Rio Claro. Ao lado, Waldir Agnello, Edmir Chedid, Nevoeiro Jr., Caldini Crespo, Enio Tatto e Aldo Demarchi

### Orçamento cidadão

Mais de 200 pessoas participaram dos debates sobre o orçamento estadual para 2006, na Câmara Municipal de Rio Claro. A audiência pública foi a décima promovida pela Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa. Os deputados José Caldini Crespo (PFL), Enio Tatto (PT), Edmir Chedid (PFL), Aldo Demarchi (PFL), Sebastião Arcaño (PT) e Waldir Agnello (PTB) participaram da reunião.

O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Caldini Crespo, explicou que o orçamento para 2006 já pode ser considerado o "orçamento cidadão", porque tem sido amplamente discutido com a população e de forma regionalizada. "É como se o orçamento fosse um grande bolo, cujas fatias deverão ser distribuídas entre as regiões de todo o Estado", exemplificou Crespo.

O deputado Aldo Demarchi (PFL), representante da região na Assembléia, informou que o orçamento estadual é de quase R\$ 70 bilhões. "Elaborado pelo governador, o orçamento é discutido e votado na Assembléia, e é este Poder que pode alterar o teor do projeto, a partir de sugestões feitas nas audiências públicas."

Antes de o prefeito de Rio Claro, Nevoeiro Jr. (PFL), e do presidente da Câmara local, Valdir Natalino Andreeta (PL), se pronunciarem, cidadãos da região fizeram suas manifestações. Um dos maiores problemas de Rio Claro é a falta de água, por isso, alguns municípios pediram a construção de um açude.

Karl Machado propôs a transformação da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) em agência de fomento, para que não dependa apenas de 1% do orçamento, podendo assim implementar convênios com outras instituições. Outros pleitos de Machado foram a construção de um aeroporto regional em Rio Claro e a conclusão das obras do Memorial Ulysses Guimarães na cidade. O representante da Ciesp, Salvador Brambila, enumerou várias reivindicações para a região: verbas para hospitais oncológicos e Santas Casas, maior distribuição de medicamentos, banco de sangue, melhores salários de professores, equipamentos para escolas técnicas, Fatec, merenda escolar, saneamento básico, pavimentação de vicinais, aumento do efetivo da PM e moradia popular.

As vereadoras de Rio Claro, Maria do Carmo (PMDB) e Mônica Messetti (PFL), pediram, respectivamente, providências a respeito da recusa de atendimento de pacientes de Rio Claro em hospitais oncológicos da região e mais verbas para melhorar o atendimento de saúde. O atendimento aos portadores de diabetes também foi lembrado no pronunciamento do presidente da Associação de Diabéticos, Francisco Neto. Ele quer a revisão da participação dos municípios na distribuição de medicamentos aos pacientes. "A lei é estadual, mas a Secretaria da Saúde definiu que os municípios têm de participar com 20% dos gastos, o que é impraticável, pois compromete praticamente os 12% do orçamento municipal vinculados à saúde por determinação constitucional."



### Educação

Benedito Zaine, de Rio Claro, protestou contra os baixos salários dos professores, bem como de todo o funcionalismo público. "É das poucas categorias que não têm data-base", declarou Zaine. Mario Zaia quer melhores condições para as escolas públicas, para que possam atender toda a demanda, de forma a tirar jovens da rua. A presidente do Sinteps, Neusa Santana, reclamou, como em outras reuniões, do veto do governador às emendas para a educação na LDO.

Ao avaliar que é difícil a instalação de uma unidade da Associação de Assistência à Criança Deficiente (AACD) na cidade, a vereadora Aparecida Rodrigues (PP) pediu a instalação de um centro de reabilitação de portadores de deficiência. Recuperação também foi o teor do pedido de Fábio Camuri, do Desafio Jovem Daniel, entidade que atende dependentes químicos e precisa de infra-estrutura para se manter em funcionamento. Camuri solicitou um local para abrigar os recuperandos, que atenda as exigências da Anvisa.

Mais segurança nas propriedades rurais é o que deseja o presidente do Sindicato Rural, José Schmidt. "A cidade precisa de mais policiais e de viaturas em boas condições", disse Schmidt.

### Verbas para a Saúde

O vereador de Corumbataí, Luiz Fernando Mancini (PMDB), pediu verbas para a Santa Casa de Rio Claro. Jair Soares afirmou que o maior problema da cidade é a falta de profissionais de medicina. Ele também pleiteou a construção de um mini hospital. José Roberto Perin, de Analândia, informou que sua cidade é muito visitada por turistas e que, portanto, precisa de verbas para a recuperação da SP-255, principal estrada de acesso à cidade.

O prefeito Nevoeiro Jr. (PFL) destacou a iniciativa dos deputados, lembrando que foi bem recebida pela população, que compareceu em grande número e apresentou várias demandas, que espera sejam atendidas.

Após as manifestações de todos os inscitos, o relator do orçamento, Edmir Chedid, fez o encerramento da reunião.

"Estamos cumprindo, hoje, um quinto da trilha que temos a percorrer em todo o Estado", disse Chedid. Enumerando as sugestões apresentadas, o deputado citou as entidades que falaram sobre os problemas da educação, bem como os pedidos sobre hemocentro, hospitais oncológicos e medicamentos de alto custo, entre outros. O relator lembrou que o orçamento tem um superávit de até 6% e que esse excedente pode ser aplicado para atender as demandas.

# Rio Claro

Analândia

Brotas

Corumbataí

Ipeúna

Itirapina

Rio Claro

Santa Gertrudes

Torrinha

# Presidente Prudente

- Alfredo Marcondes
- Álvares Machado
- Anhumas
- Caiabu
- Caiuá
- Emilianópolis
- Estrela do Norte
- Euclides da Cunha
- Paulista
- Iepê
- Indiana
- Marabá Paulista
- Martinópolis
- Mirante do Paranapanema
- Nantes
- Narandiba
- Piquerobi
- Pirapozinho
- Presidente Bernardes
- Presidente Epitácio
- Presidente Prudente
- Presidente Venceslau
- Rancharia
- Regente Feijó
- Ribeirão dos Índios
- Rosana
- Sandovalina
- Santo Anastácio
- Santo Expedito
- Taciba
- Tarabaí
- Teodoro Sampaio

## Regularização de terras

O presidente da Câmara Municipal de Presidente Prudente, Ed Thomas (PMDB), quer que a região saia do abandono em que se encontra e seja lembrada pelo governo estadual. O apelo foi feito durante audiência pública promovida na Câmara Municipal de Presidente Prudente. O vice-presidente da comissão, Enio Tatto (PT), presidiu os trabalhos.

"Há a questão das terras devolutas, com várias famílias que precisam ter a situação regularizada. Queremos o cumprimento da Lei 10.600", disse Ed Thomas. O vereador pediu também que Prudente tenha acompanhamento de órgãos ligados à Secretaria de Agricultura para o plantio de cítricos. "Nossa região precisa de incentivo, como o que o governador concedeu à região dele, a diminuição de alíquotas do ICMS."

Thomas destacou que a criminalidade na região aumentou com a instalação de presídios e, portanto, é necessário o aumento do efetivo policial e de viaturas. Ao final, o presidente da Câmara pediu mais atenção ao funcionalismo público, principalmente, o professorado. Professores

A categoria foi representada por Marinez Bisachi, presidente regional da Apampesp (entidade com 18 mil associados no Estado), que sintetizou as reivindicações dos professores: reajuste salarial com o mesmo índice aplicado em contratos do Estado, implantação da data-base, paridade (direito adquirido) entre ativos e aposentados, pagamento de precatórios em dinheiro e não em títulos públicos, contrapartida do governo na manutenção do lamspe.

## Teodoro Sampaio: boa representação

A cidade de Teodoro Sampaio foi bem representada na audiência pública em Presidente Prudente. O prefeito daquele município, Paulo Alves Pires (PSDB), pleiteou a construção de uma sede para o Fórum, bem como uma política de patrulha agrícola para atendimento dos 6.000 assentados do município, que precisam de insumos para o plantio. Também pediu recursos para o Hospital Regional e a instalação no Estado do ensino integral.

O vereador Cláudio Cosseiro declarou que o Fundo de Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema não saiu do papel. "Até o momento, não recebemos verba qualquer." Ele pediu recursos para a construção do Museu da Reforma Agrária em Teodoro Sampaio, mais segurança na rodovia que corta o Parque Florestal em sua cidade, por conta da morte de muitos animais silvestres, e investimentos no hospital regional. Recursos para o mesmo hospital foi o pedido do presidente da Câmara de Teodoro Sampaio, Antonio Edilson Borges (PSDB), que também reivindicou verbas para o atendimento de saúde e social de assentados.

## Desenvolvimento do Pontal

Ao afirmar que sua região é excluída pelo governo estadual, o prefeito de Presidente Venceslau, Ângelo César Malacrída (PT), apontou como exemplo a crescente instalação de presídios no território, de forma a resolver o problema de segurança dos grandes centros urbanos. "Não recebemos quaisquer compensação financeira por isso e ainda temos que arcar com o aumento da criminalidade na região." Malacrída, que também é presidente da Associação de Municípios de Assentados do Pontal, pediu a canalização do córrego Santo Anastácio e a urgente implementação de projetos de desenvolvimento sustentável para o Pontal do Paranapanema. Suas palavras foram reforçadas pelo vereador Osvaldo Oliveira (PMDB) e por João Barreto, ambos de Presidente Prudente.

Vindos de Tarabai, os vereadores Marco Nascimento (PT) e Erinaldo da Silva (PMDB) apresentaram, respectivamente, proposta suprapartidária de duplicação da rodovia Assis Chateaubriand e de



Edmir Chedid, Ed Thomas, Enio Tatto, Mauro Bragato, Paulo Alves Pires e Waldir Agnello

construção de hospital no eixo entre Tarabai, Narandiba, Sandovalina e Estrela do Norte. Mario Albano Jr, de Presidente Epitácio, apontou a necessidade de mais recursos para a saúde, da mudança do posto de pedágio para desviar o tráfego de caminhões pela cidade (para escapar da tarifa) e de maior atenção para os assentados.

O presidente da Unipontal, Marco Antonio Rocha (PTB), prefeito de Regente Feijó, discordeou de Malacrída. Rocha afirmou que o governador tem investido na região. "Prova disso é a duplicação da rodovia Raposo Tavares e o aporte de R\$ 103 milhões para outros setores."

## Outras questões

Laurinda Evaristo, da Comissão de Meio Ambiente da OAB, falou sobre a gravidade dos problemas ambientais da região do Pontal que sofre com erosões. Marisa Oliveira, funcionária da Secretaria da Fazenda, e Vanete Sean, perita criminal, pediram melhorias salariais para suas categorias. A presidente da Associação dos Moradores do Bairro Dona Jacinta, Elza Pereira, quer a regularização das escrituras daquele conjunto habitacional. De Indiana, o vereador Mauro Lopes, vice-presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural, quer um programa de incentivo à produção rural. "É possível sobreviver um tempo sem tecnologia, mas o cidadão não vive sem o alimento."

## Pronunciamentos de deputados

O deputado Mauro Bragato (PSDB), representante da região na Assembléia Legislativa, afirmou que o governador se empenhou para a duplicação da rodovia Raposo Tavares. "Estou sempre acompanhando o que acontece com Presidente Prudente e farei o que for possível para encontrar soluções para as demandas apresentadas." A importância de se ouvir a população in loco foi ressaltada pelo deputado Waldir Agnello (PTB). "Não é demagogia. Trata-se de conhecer as prioridades mais urgentes da região." Agnello defendeu o governador das críticas feitas, destacando que Alckmin é responsável, competente e idôneo. O relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), finalizou o encontro, explicando o que é a política de planejamento. Lembrou a iniciativa de Franco Montoro, quando instalou escritórios regionais de planejamento em todo o Estado. "O Erplan é um instrumento de desenvolvimento. Foi lamentável o fechamento da maioria desses escritórios em 1995."

Chedid informou que a região de Prudente é integrada por 31 cidades e tem mais de 600 mil habitantes. "Para eles, quero dizer que não estamos aqui para discursar a favor ou contra o governo estadual. Não é uma campanha. Deixamos um pouco a ideologia de lado para vir aqui ouvir o cidadão discutir sobre o orçamento participativo."

A fundação da cidade de Presidente Prudente, em 12 de setembro de 1917, foi atribuída ao coronel Francisco de Paula Goulart e, em sua homenagem, o povoado recebeu o nome de Vila Goulart. Em 19 de janeiro de 1919 foi inaugurada uma linha da Estrada de Ferro Sorocabana que trouxe um progresso notável para a região. Dessa forma, em fins de 1919, com a chegada do coronel José Soares Marcondes e uma colonização racionalizada, iniciou-se, na localidade, um núcleo agrícola chamado Vila Marcondes. Em 28 de novembro de 1921, Vila Goulart foi elevada, ao mesmo tempo, à categoria de distrito e município com território desmembrado do município de Campos Novos de Conceição de Monte Alegre.

A região de governo de Presidente Prudente está entre as 100 mais ricas do estado, com PIB de R\$ 4.593,63 milhões, destacando-se por atividades na agropecuária, indústria e serviços. Nas edições de 2000 e 2002 do IPRS, a região manteve-se no Grupo 1, reunindo municípios com bons níveis de riqueza, escolaridade e longevidade. É destacado o avanço em escolaridade, cujo patamar manteve-se bem superior à média estadual. O indicador sintético de escolaridade cresceu 12 pontos, reflexo do aumento das taxas de conclusão dos ensinos fundamental e médio, com marcada expansão do atendimento à pré-escola, que aumentou de 66,2% para 91,2%.

Localizada no sudoeste do estado, esta região de governo é composta pelos seguintes municípios: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo

Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio, municípios que totalizam a área territorial de 18.045 quilômetros quadrados, com população de 580.213 habitantes e uma taxa de urbanização de 85,70%.

Conta com 1.198 estabelecimentos na área industrial, que geram 18.154 empregos no setor. O total de trabalhadores empregados da região é de 87.166. O indicador de longevidade aponta para taxas praticamente inalteradas, registrando pequeno aumento da mortalidade de pessoas com 60 anos ou mais. A taxa de mortalidade geral, por mil habitantes, no ano de 2004, foi de 6,27. Segundo dados da Fundação Seade, a região apresenta uma taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais, já o total do estado, no ano de 2000, foi de 6,64%.

Destaca-se nessa região de governo, também sede da 10ª Região Administrativa do Estado, um importante pólo regional: o município de Presidente Prudente, colocado na 29ª posição entre as cidades brasileiras que oferecem formação escolar, técnica e universitária. Sede dos campi da Unoeste e da Unesp, suas instituições de ensino concentram 80 mil alunos, desde o básico, o técnico e o universitário.

Segundo dados oficiais do município, a agropecuária é um setor de destaque, que define a cidade como a 3ª maior bacia leiteira do estado, além de "berço do cavalo quarto-de-milha e capital do gado nelore mocho". Outro indicador da economia do município no setor é estar colocado entre os maiores exportadores de carne bovina do país. Distante 560 quilômetros da capital, tem ligação com três estados: Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Paraná, localizada em entroncamento viário privilegiado (rodovias SP 270- Raposo Tavares, SP 501 - Julio Budisk e SP 425 - Assis Chateaubriand), além da hidrovía Tietê-Paraná-Uruguaí, que otimizam o escoamento de sua produção.



A história da região está associada à Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (Caic), que, em 1937, voltou sua atenção para a zona do espigão do Aguapeí-Peixe, reiniciando a colonização da região em continuação ao processo que já havia começado no Estado. A partir de negociação, em 1937, entre a Caic e a firma Boston Castle Company Limited, ficou estabelecido que, em 1938, seria aberto um caminho na mata, aproveitando-se os trechos mais antigos. Nesse mesmo ano, foi iniciada a abertura das estradas laterais de penetração e, sob a direção do engenheiro Alberto Aldwini, também a venda de terras.

O plano de colonização da Caic dividiu a gleba em pequenos lotes, eliminando o latifúndio e formando propriedades com área média de 10 alqueires, todas servidas por água e estradas. O nome dado a este município respeitou o critério utilizado pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro, segundo o qual a cidade deveria ter a sua denominação vinculada a uma seqüência alfabética ligada a um nome feminino, Ada. O restante do nome ficou a cargo de uma pessoa ligada a um dos diretores da empresa.

Os motivos que proporcionaram o rápido crescimento de Adamantina foram o surto cafeeiro e a chegada de ferrovia com ponto final no município, fazendo convergir, para a cidade, passageiros e a produção agrícola da região que se estendeu até o rio Paraná. Em 24 de dezembro de 1948, foi criado o distrito e o município de Adamantina com território desmembrado do distrito-sede de Lucélia e do distrito de Aguapeí do Alto, atual município de Flórida Paulista.

A região de governo de Adamantina ocupou, no ranking do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) de 2002, a segunda melhor posição entre os municípios paulistas nos indicadores de escolaridade. Houve um aumento de 78,3% para 95,2% na proporção de estudantes entre 15 e 17 anos que concluíram o ensino fundamental.

Em contrapartida, os indicadores das dimensões de riqueza e longevidade foram reduzidos, o que resultou na mudança do Grupo 3, que se caracteriza por baixos níveis de riqueza e bons indicadores sociais, para o Grupo 4, constituído por municípios com níveis baixos de riqueza e indicador de longevidade ou escolaridade insatisfatório, conforme classifica o IPRS.

A indústria e o comércio alavancam a economia da região, garantindo, além de outros serviços, a colocação de 18.518

trabalhadores, levando-se em conta que o valor adicionado da agropecuária é de R\$ 215,8 milhões.

No período de 2000/2002, a região de Adamantina perdeu posições na dimensão longevidade, com aumento da taxa de mortalidade infantil, que se elevou de 8,6 para 20,8 por mil nascidos vivos. A taxa de mortalidade perinatal também foi desfavorável: de 16,2 passou a 24,0. Paralelamente, o Estado apresentou taxa de 15,04. A região conta com 23 Unidades de Atenção Básica de Saúde.

Adamantina teve aumento do valor adicionado per capita, no mesmo período, e a redução de pontos nesta dimensão foi provocada pela retração do consumo de energia elétrica no comércio, na agricultura, nos serviços e nas residências, segundo apontam dados da Fundação Seade.

A região tem 580.213 habitantes e ocupa uma área de 2.950 quilômetros quadrados, apresentando uma taxa de urbanização de 86,68%.

Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Sagres, Salmourão e Rinópolis são os 11 municípios que compõem esta região de governo.

O município de Adamantina, sede da região de governo, pertence à Região Administrativa de Presidente Prudente. Sua população, em 2005, segundo dados da Fundação Seade, é de 34.330, apresentando taxa de urbanização de 91,60, enquanto a da região é de 85,70. Adamantina está localizada a 596 quilômetros da capital paulista e é servida pelas rodovias SP 294, Comandante João Ribeiro de Barros, que faz a ligação entre Bauru, Marília e Panorama, e SP 280, rodovia Castelo Branco.

Acompanhando a tendência da região de governo, na dimensão longevidade, o município teve, em 2004, uma taxa de mortalidade infantil de 19,32 por mil nascidos vivos, enquanto o total do Estado, no mesmo período, teve uma taxa de 14,25.

Adamantina é um município voltado para a agropecuária, com predominância de plantéis de bovinos, com gado de corte, em regime de criação extensiva e confinados, rebanho de equinos, além de bacia leiteira, usinas de cana-de-açúcar, entre de diversificada produção de grãos, com áreas agrícolas irrigadas.



### Santas Casas deficitárias

O prefeito de Adamantina, José Francisco Micheloni (PFL), apontou a saúde como prioridade da região em pronunciamento feito na Biblioteca Municipal daquela cidade, durante a abertura da 11ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa.

Ele explicou que os prefeitos da região fizeram uma reunião preparatória do evento, e definiram que a situação deficitária das Santas Casas é o principal problema da região, além da falta de compensação, por parte do Estado, pela instalação de inúmeros presídios em toda a região.

O presidente da Câmara Municipal de Adamantina, Oswaldo Fiorillo (PSDB), falou ao público de cerca de 150 pessoas que sua reivindicação é a criação da região administrativa da Nova Alta Paulista, com sede em sua cidade.

Também integraram a mesa de trabalhos do encontro a vice-prefeita e secretária municipal da Educação de Adamantina, Elisabete Meirelles, o relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), o vice-presidente da CFO, Enio Tatto (PT), e os deputados Mauro Bragato (PSDB) e Waldir Agnello (PTB).

### Recuperação de estradas

Na audiência pública de Adamantina, realizada no dia 25/8, a recuperação de estradas foi apontada pelo prefeito de Lucélia, João Pedro Morandi (PT), como uma das principais demandas locais.



Vista de Adamantina



Cerca de 150 pessoas participaram da audiência



José Francisco Micheloni (em pé): prefeitos da região fizeram reunião preparatória

Ademar Costa, de Irapuru, pediu benfeitorias na rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, principal ligação de Bauru a Panorama, cortando a região.

Melhor infra-estrutura para a regional da Agência de Pesquisa Tecnológica Agrícola foi a reivindicação do pesquisador Sérgio Kakimoto. Ele explicou que a agência regional atende 33 municípios, desde Oriente até Panorama, e que não tem equipamentos suficientes nem mesmo um veículo. Kakimoto enfatizou ainda que é preciso haver mais verbas para que os municípios com menos de 20 mil habitantes possam elaborar planos diretores, de forma a planejar melhor o crescimento econômico.

O secretário de Esportes de Adamantina, Ivanildo Maia, solicitou recursos para a manutenção de projetos financiados pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Pediu também incentivos para programas de esportes que atendam crianças de 3 a 14 anos.

### Professorado

A audiência da região de Adamantina foi marcada por forte presença de integrantes do magistério público estadual. Os representantes da Apampesp, Denis Martins e Antonio Jorge, a estudante Maria Fernanda e a representante do Sinteps, Neusa Santana, entre outros, falaram em defesa da promoção da qualidade do ensino público e contra a desvalorização do professorado em São Paulo. Pediram melhorias das condições das escolas e, acima de tudo, a revalorização profissional.

### Dossiê de pedidos

"Foi interessante que os 12 prefeitos presentes na reunião tenham apresentado em conjunto um dossiê de pedidos para esta região", declarou o relator do orçamento, Edmir Chedid. Este afirmou que não pretende encontrar culpados, quer providências para resolver os problemas existentes em cada região do Estado.

Chedid disse ainda que uma forma de se obter mais recursos é combater a sonegação de impostos. Ele informou que a Assembléia votou, em 23/8, o projeto que cria o fundo para a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. "O secretário de Agricultura, Duarte Nogueira, não pode mais dizer que não tem dotação", afirmou Chedid.

O deputado Enio Tatto (PT) finalizou a reunião lembrando que os encontros foram feitos com responsabilidade pela Comissão de Finanças e Orçamento, da qual ele é vice-presidente. "Espero que não haja surpresas contrárias a nossa vontade, como deputados votando em plenário contra as propostas que pretendemos incluir no orçamento."

# Adamantina

Adamantina

Flora Rica

Flórida Paulista

Inúbia Paulista

Irapuru

Lucélia

Mariápolis

Osvaldo Cruz

Pacaembu

Pracinha

Sagres

Salmourão

# Jundiáí

- Cabreúva
- Campo Limpo Paulista
- Itatiba
- Itupeva
- Jarinu
- Jundiáí
- Louveira
- Morungaba
- Várzea Paulista

## Mais investimentos em tratamento de esgoto

A falta de recursos estaduais para a saúde foi um dos principais problemas apontados por representantes da região de Jundiáí, durante a 13ª audiência pública.

Com cerca de 70 pessoas, a reunião teve a participação da presidente da Câmara Municipal de Jundiáí, Ana Tonelli (PMDB), que destacou a área de Saúde como a mais crítica para a região.

Carlos Alves, membro do Conselho Municipal de Saúde, citou que no ano de 2004 o aporte do governo federal para a saúde foi de R\$ 43 milhões, enquanto que o estadual foi zero.

Valderez Pacioli, do Núcleo Começar de Novo do Rotary, voltado a mulheres que sofreram cirurgia de retirada de mama, enfatizou a necessidade da troca do obsoleto aparelho de mamografia do Hospital São Vicente por um acelerador linear. Mais hospitais foi o pedido do cidadão Pedroso.

Além da Saúde, o vereador Antonio Santos (PT), de Várzea Paulista, também abordou a questão do abastecimento de água. "A Sabesp comprou os serviços há 10 anos e, até agora, não instalou a rede de tratamento de esgoto, despejando todos os resíduos no rio Jundiáí."

A falta de investimentos no tratamento de esgoto, por parte da Sabesp, na região de Jundiáí, foi um dos problemas mais mencionados pelos cidadãos que participaram da audiência pública. Os prefeitos de Jarinu, Vanderlei Rodrigues (PSDB), e de Várzea Paulista, Eduardo Pereira (PT), os cidadãos José Luiz Pedroso, de Campo Limpo Paulista, e João Batista Pinheiro, de Itupeva, e o vereador de Campinas, Paulo Búfalo (PT), abordaram o tema saneamento básico em seus pronunciamentos.

## Duplicação de rodovia e Fatec

Vanderlei Rodrigues também solicitou uma escola técnica para Jarinu, bem como a duplicação da SP-354. O prefeito de Várzea Paulista disse que sua cidade tem vários problemas de infra-estrutura urbana, sobretudo no que tange aos hospitais públicos, inexistentes no seu município. O vereador Búfalo apontou a necessidade de mais cursos técnicos em Campinas.

A defesa de melhores condições para o professorado foi feita por Paulo César Mauro, de Várzea Paulista. Ele ainda reforçou as palavras da presidente da Câmara de Jundiáí, Ana Tonelli (PSDB), pedindo mais recursos para o Iamspe. O suporte aos conselhos regionais ligados ao Conselho Estadual da Criança e do Adolescente foi cobrado por Lucinda Lopes, de Jundiáí. "O Estado não tem nos proporcionado local e estrutura para trabalhar."

Outras demandas apresentadas por representantes da região de Jundiáí foram a duplicação da rodovia Ermenegildo Tunolli, a Itatiba-Jundiáí, e a instalação de uma Fatec. Quem sintetizou esses pedidos foi o prefeito de Itatiba, José Roberto Fumach (PMDB). O presidente da Câmara de Itupeva,

Marco Antonio Machi (PSDB), também pediu a duplicação e o tratamento de esgoto, enquanto Luciano Braz, de Várzea Paulista, solicitou uma Fatec e lamentou a superlotação das salas de ensino estaduais, cujos alunos também não contam com merenda no período noturno. Lucélio Russo Jr, secretário municipal da Fazenda em Itupeva, explicou as dificuldades de sua cidade, basicamente a duplicação da SP-66, e a necessidade de ampliação do hospital da cidade. Ainda pleiteou a recuperação da ponte sobre o córrego de Itupeva.



Edmir Chedid, relator do orçamento



Vista da cidade de Jundiáí

## Traduzindo a expectativa popular

O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Caldini Crespo (PFL), ao falar das finalidades das audiências públicas, comentou que todos os cidadãos aspiram a uma melhor qualidade de vida e que o objetivo do Legislativo é traduzir a expectativa popular em emendas ao orçamento, por meio das sugestões apresentadas nas reuniões realizadas em todas as regiões do Estado.

Também compuseram a mesa de trabalho os deputados Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento, Mário Reali, Sebastião Arcanjo, o vice-presidente da CFO, Enio Tatto (todos do PT), Waldir Agnello (PTB), Ana Tonelli, presidente da Câmara de Jundiáí, e José Roberto Fumach, prefeito de Itatiba. Todos os deputados presentes se pronunciaram, alternando suas falas com as dos cidadãos. Enio Tatto enfocou a criação das agências regionais, dizendo que, até o momento, estas não foram implementadas pelo governo do Estado. "Com um orçamento de quase R\$ 70 bilhões de reais, são necessários mecanismos para dividi-lo proporcionalmente entre as regiões."

O relator do orçamento, deputado Edmir Chedid, fez um relato dos pedidos que ouviu na região e disse que a oportunidade de a comissão realizar audiências públicas surgiu a partir da eleição do presidente do Legislativo, Rodrigo Garcia, que abriu as portas da Assembléia ao debate público.

Chedid espera que, no próximo ano, não existam as mesmas demandas, porque o orçamento estadual tem um superávit anual que pode ser voltado ao atendimento desses pedidos. Para financiar melhor a saúde, segundo o relator, o Estado precisa aumentar o teto de recursos para as Santas Casas e participar com a contrapartida na manutenção do Iamspe.



Membros da comissão e lideranças da região, na Câmara de Jundiáí



Sede de governo de uma região composta por nove municípios, incluindo a própria Jundiáí, a cidade, de 432 quilômetros quadrados, banhada pelos rios Jundiáí, Guapeva e Jundiáí-Mirim, situada próxima à capital, tem cerca de 350 mil habitantes e tradição na produção agrícola de uva, morango e pêssego.

Emancipada em 1865, localizada em uma estratégica área de entroncamento ferroviário, Jundiáí recebeu imigrantes ingleses, espanhóis e, principalmente, italianos, que vieram substituir a mão-de-obra escrava na agricultura cafeeira. Atualmente, além da atividade agropecuária, o município tem importante pólo industrial e, com a instalação de parques temáticos, o turismo passou a gerar mais empregos na região.

Considerando os indicadores econômicos e sociais da Fundação Seade, esta região de governo, diferente da de Bragança, se encontra em situação bastante homogênea. Ainda de acordo com a Seade, que classifica os municípios por grupos, além do município sede – Jundiáí, Itatiba e Morungaba fazem parte do grupo 1, pois apresentam um nível elevado de riqueza com bons indicadores sociais. Já no grupo 2, que reúne os municípios com nível elevado de riqueza, mas com deficiência em indicadores sociais, estão Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Louveira e Várzea Paulista.

Nesta região, o índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, de 6,32%, é menor do que a média estadual, de 6,64%. Jundiáí, com uma taxa de 5,01%, tem um índice ainda menor. Por sua vez, enquanto Jundiáí tem uma taxa de mortalidade geral a cada mil habitantes de 6,53%, acima da média estadual, que é de 6,18%, a região tem um índice melhor (5,83%). Entretanto, em Jundiáí, a mortalidade por agressões, de 14,94 a cada cem mil habitantes, é quase a metade da média estadual. Em relação à longevidade, a região

também apresenta índices melhores do que a média estadual. O valor gasto com Saúde, por habitante, nesta região está acima da média do Estado. Em 2003, enquanto a média estadual ficou na faixa dos R\$ 170,00, a região gastou por volta de R\$ 211,00. Em relação ao saneamento básico, que envolve abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo, Jundiáí apresenta índices iguais à da média estadual, já a região, índices um pouco abaixo desta média, mas sem grandes contrastes.

Com uma área territorial de 1755 quilômetros quadrados, esta região de governo tem uma população estimada em 745 mil habitantes. A taxa geométrica de crescimento da população, de 2,16% ao ano, se encontra acima da média estadual, que é de 1,72%. Em relação à urbanização, o índice de 91,27% é superior à média do Estado (93,65%). O comércio e a prestação de serviços são os setores responsáveis por empregar a grande maioria dos trabalhadores desta região, mas o trabalho nas indústrias tem sua importância na economia regional. No ranking estadual de riqueza do Índice Paulista de Responsabilidade Social da Fundação Seade, Jundiáí – o melhor classificado desta região de governo – esteve, em 2002, na 17ª colocação entre os 645 municípios do Estado, mas a região, como um todo, também foi bem avaliada, pois ficou na categoria considerada alta.

Em 2004, a região exportou cerca de R\$ 647 milhões, sendo que Jundiáí foi responsável por mais de um terço deste valor. O PIB desta região, de R\$ 10,7 bilhões, é bem maior do que a região de Bragança. Jundiáí também merece destaque, pois deste montante, R\$ 6 bilhões correspondem ao PIB daquela cidade. A frota de veículos da região é por volta de 280 mil carros. Em julho de 2000, o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios na região, de R\$ 1.061,10 é equivalente à média estadual, R\$ 1.070,00. Jundiáí, por sua vez, apresentou uma média salarial mais alta (R\$ 1.300,00).

Distante cerca de 80 quilômetros da capital, localizada entre São Paulo e o sul de Minas Gerais, sede de uma região de governo composta por dezesseis municípios, Bragança Paulista é considerada estância climática desde 1964. Atualmente, a cidade, famosa pela tradicional produção de embutidos, tem uma produção têxtil e de laticínios.

Bragança já fez parte do município de Atibaia, tendo se emancipado em 24 de outubro de 1856, mas somente em 1944 recebeu a denominação de Bragança Paulista, para se distinguir de uma cidade homônima do Estado do Pará. Por sua vez, em 1991, os Distritos de Vargem e Tuiuti desligaram-se de Bragança Paulista.

Os indicadores econômicos e sociais desta região, de acordo com a classificação proposta pela Fundação Seade, por meio do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), colocam-na em uma situação heterogênea. Por esta classificação, apenas Amparo está no grupo 1, pois apresenta um nível elevado de riqueza com bons indicadores sociais. No grupo 2 estão Atibaia, Nazaré e Bragança Paulista – apresentam elevado nível de riqueza, mas com deficiência em indicadores sociais. Por apresentarem nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores em outras áreas, Águas de Lindóia, Monte Alegre do Sul e Lindóia se encontram no grupo 3. Nos grupos 4, que agrega municípios com nível de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade; e 5, que engloba os municípios em pior situação no IPRS, se encontram Pinhalzinho, Serra Negra, Socorro, Tuiuti, Pedra Bela, Piracaia, Bom Jesus dos Perdões, Joanópolis e Vargem.

Embora Bragança já conte com uma universidade, o índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é de 7,79%, acima da média estadual, que é de 6,64%. A região de governo apresenta um índice ainda mais alto (de 9,03%). O índice 7,11% de mortalidade geral a cada mil habitantes, embora acima, está próximo do índice do Estado (6,64%).

Com base nos dados de 2003, da Fundação Seade, verifica-se que os gastos efetuados com Saúde, por esta região de governo, ficam aquém da média estadual. Enquanto a

despesa média do Estado, com habitante, ficou na faixa dos R\$ 171,00, a região de Bragança gastou apenas R\$ 143,00. O coeficiente (de 1,77 por mil habitantes) de leitos gerais ou especializados situados em estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) destinados a prestar atendimento gratuito à população, também ficou abaixo da média estadual, que é de 1,97 por mil habitantes.

Em relação ao saneamento básico, que engloba abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo, Bragança apresenta índices semelhantes à média estadual, enquanto que a região apresenta índices um pouco abaixo desta média, mas sem grandes contrastes.

Enquanto o município sede tem cerca de 140 mil habitantes, numa área de 489 km<sup>2</sup>, a região de governo tem uma população estimada em 520 mil habitantes numa área de 4.074 quilômetros quadrados. A taxa geométrica de crescimento da população desta região, de 2,12% ao ano, se encontra acima da média estadual, que é de 1,72%. Em relação à urbanização, o índice de 82,28% também é inferior à média do Estado (93,65%).

A maioria dos trabalhadores desta região de governo atua no comércio, mas a prestação de serviços e o trabalho nas indústrias têm papel importante na economia regional. No ranking estadual de riqueza proposto pela Fundação Seade, que leva em consideração critérios como consumo de energia elétrica em residências, agricultura, comércio e nos serviços, bem como a remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público, somente Amparo, Atibaia, Bragança e Nazaré Paulista se encontram entre os cem municípios com melhor classificação.

Em 2004, esta região faturou com exportações cerca de R\$ 215 milhões e apresentou um Produto Interno Bruto (PIB), em 2002, de R\$ 3,5 bilhões. A frota de veículos da região é por volta de 200 mil carros. Em julho de 2000, o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios na região, de R\$ 891,00, ficou abaixo da média estadual, que foi de R\$ 1.070,00.



Recorde de público, audiência reuniu aproximadamente 400 pessoas

### Grande participação popular e de lideranças locais

Cerca de 400 pessoas participaram da reunião na Câmara Municipal de Bragança Paulista. Segundo o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa, deputado José Caldini Crespo (PFL), a reunião bateu todos os recordes de participação das sessões até então realizadas para debater o orçamento. A grande participação popular e a presença de 47 vereadores, seis prefeitos, seis vice-prefeitos, três ex-prefeitos da região, além de 180 formulários propondo sugestões, ratificaram a liderança política exercida na região pelo deputado Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento.

A sessão programada para durar duas horas e meia, das 15h30 às 18h, estendeu-se até às 20h30, dada a expressiva participação popular. Foram mais de cinco horas de debate e de apresentação de propostas pelos representantes das cidades da região, que foram catalogadas pelo relator.

O prefeito de Bragança Paulista, Jesus Chedid (PFL), apresentou um documento contendo 58 propostas para o desenvolvimento da região, priorizando as seguintes: conclusão da segunda etapa do Hospital Bom Jesus; implantação de campus da Unesp; implantação da Fatec; duplicação da Rodovia Capitão Barduíno; pavimentação da vicinal que liga Bragança a Morungaba (também proposta pelo presidente da Câmara de Morungaba); pavimentação da vicinal que liga Bragança a Vargem; ampliação do prédio do Fórum; implantação de estação de tratamento de esgoto; verba para a Santa Casa de Misericórdia; construção de anel viário interligando as rodovias Capitão Barduíno SP-08 e Alkindar Monteiro Junqueira SP-63; construção de anel viário ligando a SP-63 e Fernão Dias; aumento do efetivo policial civil e militar; implantação do ensino médio nas escolas; instalação de usina de reciclagem e tratamento do lixo em caráter regional; redução do ICMS nas regiões que fazem divisa com o Estado de Minas Gerais, visando a instalação e manutenção de indústrias



Relator do orçamento, Edmir Chedid



Plenário da Câmara Municipal de Bragança Paulista

no Estado de São Paulo; e pagamento de royalties pela água retirada do município para o abastecimento de São Paulo feito pela Sabesp.

### Despoluição de rios

A despoluição de rios que cortam a região e pavimentação de estradas vicinais foram as principais reivindicações apresentadas pelos prefeitos de Tuiuti, Socorro, Morungaba e Joanópolis.

José Costa (PMDB), prefeito de Joanópolis, acrescentou às reivindicações o asfaltamento da estrada que liga seu município a São José dos Campos, além de investimentos da Sabesp na cidade, que, segundo ele, tem potencial para abastecer toda a região.

Representantes de Serra Negra, Amparo e Pinhalzinho priorizaram o envio de recursos para os hospitais de seus municípios.

A construção do fórum local, mudanças no critério de repasse do ICMS e a recuperação da ponte que liga o município a Socorro foram sugestões apresentadas pelo vereador Carlos da Costa (PSDB), de Águas de Lindóia.

Para o relator do Orçamento, deputado Edmir Chedid, Bragança Paulista e região participaram e corresponderam de acordo com a posição que ocupam no contexto político-administrativo do Estado. Segundo o parlamentar, a audiência evidenciou que o governo estadual precisa olhar com mais carinho para a região.

Chedid enfatizou, ainda, que esses encontros proporcionam ao cidadão, aos representantes de organizações sociais e às autoridades locais ferramentas para que encaminhem aos parlamentares suas propostas sobre gastos e investimentos do Estado. "Como relator, pretendo analisar todas as sugestões apresentadas", concluiu.

# Bragança Paulista

Águas de Lindóia

Amparo

Atibaia

Bom Jesus dos Perdões

Bragança Paulista

Joanópolis

Lindóia

Monte Alegre do Sul

Nazaré Paulista

Pedra Bela

Pinhalzinho

Piracaia

Serra Negra

Socorro

Tuiuti

Vargem

# Andradina

Andradina  
Castilho  
Guaraçai  
Ilha Solteira  
Itapura  
Lavinia  
Mirandópolis  
Murutinga do Sul  
Nova Independência  
Pereira Barreto  
Sud Mennuci  
Suzanópolis

Zico Prado (na tribuna) relatou que prefeitos do Estado decidiram fazer marcha ao Palácio dos Bandeirantes



## Mais universidades públicas

A Educação ganhou, mais uma vez, espaço importante nas audiências públicas para discussão do orçamento do Estado de 2006. Vários representantes da Unesp e de outras entidades educacionais estiveram na audiência realizada na Câmara Municipal de Andradina, no dia 1º/9. Críticas e sugestões sobre guerra fiscal, desemprego, saúde, meio ambiente, segurança pública foram outros temas abordados no encontro.

O vereador Pedro Ayres de Souza (PT), representante da presidência da Câmara de Andradina afirmou que a região tem muitas carências. "Todos aqui sentem o empobrecimento do oeste paulista. As indústrias passam por nossas cidades e se instalam no Mato Grosso do Sul, onde uma concorrência desleal contra o nosso Estado é feita a partir de incentivos fiscais." Para ele, isso deveria motivar maior participação das pessoas – o público presente era de cerca de 30 pessoas. "A divulgação local foi inexistente. Não fosse a imprensa da cidade ter noticiado o evento, nem eu estaria aqui", disse.

Em defesa de mais verbas para o setor educacional, falaram Denise Ricca, funcionária do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, seguida pelo estudante João Vitor Pinheiro, do campus de Ilha Solteira, que reclamou estrutura adequada para atender à expansão de vagas na Unesp.

Os professores Emanuel Rocha e Berenice Damaceno também pediram mais recursos para a universidade estadual. A instalação de uma universidade pública em Andradina foi solicitada por Auro Fernandes.

Melhor salário para os professores foi o pedido de Odilei Tavares, cidadão de Andradina, que também apontou outros problemas: "A cidade sofreu impacto ambiental com a construção da usina de Jupia e não recebe um centavo por isso", disse. Tavares acrescentou o pedido de construção de um hospital público na cidade.

Educação e prática de esportes estão associadas. Para o prefeito de Guaraçai, Alceu Caetano (PTB), é preciso haver mais incentivo aos esportes com a destinação de 1% do orçamento para o setor.

A funcionária pública estadual Marilu Cerchiarri pleiteou infra-estrutura adequada para a Polícia Técnica de Andradina, que precisa de um novo prédio.

## Cesp: impacto negativo

A situação de isolamento causada pelo alagamento de áreas do município de Pereira Barreto, com a formação da represa Três Irmãos, foi descrita pelo vereador Fabricio Quaresma (PFL): "Sofremos com o desemprego, porque a cidade não tem mais área agrícola. Perdemos um frigorífico para Sud Mennuci, em razão da falta de asfaltamento de um trecho de apenas dois quilômetros, que o Estado não quis fazer".

Quaresma afirmou que seu município está cobrando a Cesp pela negligência no tratamento de esgoto. "A empresa assumiu o serviço há um tempo e nada fez quanto a benfeitorias. Agora quer devolvê-lo ao município como está, totalmente deficitário."

Antonio Gomes da Silva, cidadão de Itapura, disse que a Cesp é a maior responsável pelo desastre econômico e social de seu município. "Tínhamos uma usina que fornecia energia até Avanhandava. Foi extinta com a chegada da Cesp. Hoje, Itapura está abandonada."

"Mirandópolis também está esquecida pelo governo do Estado", queixou-se o vereador Joaquim Ortega (PFL), indicando que estradas e hospitais estão em precárias condições.



Andradina, conhecida como terra do rei do Gado

A Santa Casa de Guaraçai também tem problemas. De acordo com seu provedor, Mário Nogueira, o hospital precisa de duas salas de cirurgia. "Aceitamos qualquer ajuda, R\$ 5 mil já podem minimizar nossas dificuldades."

Precária também é a infra-estrutura da regional da Agência Paulista de Tecnologia de Agronegócios (Apta), segundo o pesquisador Rerilson da Hora. Ele disse que a Apta não conta com recursos para que os funcionários possam implementar seu trabalho. "Comprei a tinta para a impressora e isso me custou 10% do salário."

## Excesso de presídios

O excessivo número de presídios tem trazido problemas à região de Andradina. O vice-prefeito de Lavinia, Rodolfo Mansan (PSDB), relatou uma tentativa de resgate de preso que resultou em violento episódio no Hospital de Mirandópolis. "Para preservar a integridade dos habitantes da região, queremos a construção de um hospital específico para o atendimento de presidiários." As palavras de Mansan foram apoiadas pelo vereador de Tupi Paulista – que também abriga um presídio -, Paulo Bompadre (PRP).

## Estradas ruins

Outra queixa apresentada por cidadãos refere-se à má conservação das estradas locais. Flávio José, cidadão de Castilho, pediu asfaltamento das ligações de sua cidade à rodovia Marechal Rondon, à Nova Independência e a Andradina. Laércio dos Santos (PT), presidente da Câmara de Suzanópolis, completou o pronunciamento de Flávio, falando da via de acesso 612, abandonada há 10 anos, no município de Aparecida. Gustavo Trevisan, assessor do vereador Pedro Ayres (PT), disse que sua cidade, Andradina, foi excluída pelo governo do Estado das benfeitorias a serem feitas na rodovia Euclides Figueiredo, diferente do tratamento dado a outros municípios como Araçatuba e Pereira Barreto. "Estamos abandonados pelo Estado e pelos deputados. A lembrança fica por conta do período eleitoral, quando os candidatos caem de pára-quadras na região."

## Chapéu na mão

Para o deputado José Zico Prado (PT), as autoridades públicas precisam mudar a forma de trabalhar. Zico relatou que um fórum de prefeitos do Estado de São Paulo decidiu organizar uma marcha ao Palácio dos Bandeirantes, sede do Executivo estadual, para reivindicar mais recursos aos municípios. "Entretanto, por intermédio do presidente da Associação Paulista de Municípios, Celso Giglio, o governador ordenou aos prefeitos que não participassem. O que Alckmin quer é vê-los tirar o chapéu e mendigar verbas", disse Zico Prado.

O relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), encerrou a série de pronunciamentos lamentando a ausência de prefeitos da região. "A impressão dada é que suas cidades não têm problemas. Depois, eles acabam com o chapéu na mão, implorando recursos ao governo estadual." Chedid fez um resumo dos problemas apresentados pelos moradores da região de Andradina. Citou as dificuldades enfrentadas pela regional da Apta: "São 14 funcionários e um único veículo, sem gasolina para percorrer as áreas agrícolas de 31 cidades".

O deputado disse que pretende fazer contato com os participantes que efetuaram reivindicações para saber detalhes e valores das obras e melhorias solicitadas. Quanto ao pequeno público, Chedid ressaltou que a qualidade é mais importante do que a quantidade. "Prefiro que sejam poucos, contanto que falem com qualidade, como aqueles que se manifestaram aqui."

Enio Tatto encerrou o evento dizendo que a participação de todos possibilitou uma radiografia dos graves problemas da região. Referindo-se às palavras de Chedid, lembrou que muitos deputados pedem instalação de universidades públicas e depois votam contra verbas para essas mesmas universidades.



Conhecida como a "Terra do Rei do Gado", Andradina surgiu do desejo de seu criador, Antônio Joaquim de Moura Andrade (o "Rei do Gado"), de construir uma nova rota interligando o trecho entre as estações de Guaraçai e Paranópolis na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A cidade surgiu em 11 de julho de 1937 e, apenas cinco meses após a formação do povoado, tornou-se distrito.

Hoje, o município de Andradina é a sede da região de governo que engloba também os municípios de Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura, Lavinia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennuci e Suzanópolis. Metade destes municípios (Guaraçai, Lavinia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência e Sud Mennuci) enquadra-se no grupo 3 do Índice Paulista de Responsabilidade Social (dados do Seade de 2002), com nível de riqueza baixo, mas bons indicadores sociais. Andradina, Itapura e Suzanópolis encontram-se no grupo 4, cujos municípios têm baixos índices de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade. No grupo 2 (níveis elevados de riqueza e baixos indicadores sociais), está Pereira Barreto e, no grupo 1, com nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais, Ilha Solteira.

Com área de 7.462 km<sup>2</sup>, 3% da área do Estado, a região de governo de

Andradina tem 184.690 habitantes (dados de 2005) e taxa de crescimento anual da população de 0,62%, bem abaixo da média estadual, que é de 1,72%. O mesmo acontece com a densidade demográfica: a região de governo de Andradina possui 24,75 habitantes/km<sup>2</sup>, enquanto que o Estado tem 160,70.

Composta por uma população na sua maioria urbana (156.626 pessoas vivem na cidade, contra 15.824, no campo), a região produz predominantemente na indústria (R\$ 1.740 milhões em 2002) e de forma equilibrada no setor de serviços (R\$ 660 milhões) e na agropecuária (R\$ 480 milhões). O PIB da região é de R\$ 2.839 milhões, 0,65% do PIB de todo o Estado.

Com relação aos indicadores sociais, a região de Andradina apresenta melhor índice do que o Estado na Saúde. Em longevidade, a região, atingiu a faixa média dos 68 anos. Os gastos com saúde são de R\$ 199,03 per capita, enquanto o Estado despense R\$ 171,41. Já a taxa de mortalidade é pior do que a estadual: 6,74 por mil habitantes, para 6,18 do Estado, bem como o analfabetismo da população de 15 anos e mais, que é de 10,67%, enquanto a do Estado é de 6,64%. Apesar disso, os municípios de Andradina e Nova Independência estão muito bem situados no ranking de escolaridade do Estado: ocupam o 13º e o 21º lugares, respectivamente, num total de 645 municípios.

Em setembro de 1945, Írio Spinardi, João Vendramini e Virgílio e Florêncio Fioravante estabeleceram um núcleo na Zona da Mata, compreendido entre os rios do Peixe, Feio e Paraná. Lançaram em Tupã um concurso destinado a escolher o nome da nova Cidade. Dracena, o nome escolhido, é uma planta de folhagem verde e amarela, que só nasce em regiões férteis. No dia 8 de dezembro – dia da Imaculada Conceição – de 1945, foi lançada a pedra fundamental da cidade, que hoje é conhecida como “Cidade-Milagre”.

Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d’Alho e Tupi Paulista fazem parte da região de governo que tem Dracena como sede. Cinco destes municípios enquadram-se no grupo 4 do Índice Paulista de Responsabilidade Social (Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde e Paulicéia); quatro, no grupo 3 (Dracena, Santa Mercedes, São João do Pau d’Alho e Tupi Paulista), e um no grupo 5 (Panorama).

A área territorial é de 2.957 km<sup>2</sup>, o que representa apenas 1,19% da área do Estado. A população, 109.145 habitantes, é numericamente inferior à população da região de Andradina, mas a densidade demográfica é superior: 36,91

habitantes/km<sup>2</sup>, ainda bem abaixo da média estadual (160,7 habitantes/km<sup>2</sup>). A maioria da população – 87,25% – vive na cidade. O crescimento da população é de apenas 0,20% ao ano, média ainda menor do que a de Andradina.

A maior parte da riqueza da região é produzida no setor de serviços (61,18%) e de forma equilibrada na indústria e na agropecuária. O PIB equivale a somente 0,13% de todo o Estado, perfazendo um total de R\$ 558,37 milhões em 2002.

Dois municípios da região – Dracena e Tupi Paulista – estão muito bem situados no ranking de escolaridade do Estado, ocupando, respectivamente, o 11º e o 5º lugares. Apesar disso, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais é de 11,93%, ainda maior do que a de Andradina. No quesito longevidade, a região apresenta grandes contradições. Enquanto São João do Pau d’Alho está em 6º lugar, Paulicéia e Panorama ocupam a 624ª e a 618ª posições. A região como um todo apresenta mortalidade geral de 7,83 por mil habitantes, superior à do Estado (6,18). O gasto per capita com saúde é de R\$ 165,05 (dado de 2003), enquanto que o estadual é de R\$ 171,41.



### Presídios e segurança pública

“Minha cidade era conhecida como ‘cidade aconchego’ e servia de refúgio àqueles que fugiam dos violentos centros urbanos. Hoje, ela é perigosa e ninguém mais dorme com janelas abertas”, afirmou Cleber Angeluci (PFL), vereador de Tupi Paulista, durante a audiência pública realizada, no dia 1º de setembro, na Câmara Municipal de Dracena. O vereador pleiteou uma compensação financeira em função da instalação de presídios na região.

O vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto (PT), coordenou os trabalhos da 16ª audiência pública, cuja mesa foi formada pelos deputados José Zico Prado (PT) e Edmir Chedid (PFL), relator da peça orçamentária, pelo presidente da Câmara dos Vereadores local, José Antonio Pedretti (PMDB), e pelo prefeito de Dracena, Elzio Stelato Júnior (PSDB).

Segundo Pedretti, foi a primeira vez que uma comitiva oficial esteve na cidade para dar a oportunidade de a população se posicionar sobre as reivindicações para a região. “O mais importante é que se trata de um procedimento oficial e, portanto, sabemos que teremos respaldo.”

O prefeito Stelato afirmou que a Assembléia Legislativa está promovendo uma nova forma de participação popular. Comentando a presença de poucas pessoas, aproximadamente 30, Stelato lamentou que os habitantes da região tenham perdido a chance de apresentar suas reivindicações. Em seguida, encaminhou as suas, questionando se o orçamento estadual possui flexibilidade para atender as demandas apresentadas.

Tatto informou sobre o superávit orçamentário e a possibilidade de apresentação de emendas ao orçamento. Stelato solicitou verba para a construção de mais um módulo no campus da Unesp, bem como para a pavimentação da ligação entre o centro da cidade e o campus. A ampliação da Santa Casa também foi pleiteada pelo prefeito.

### Cidades representadas

O prefeito de Paulicéia, Ronney Ferreira (PSDB), disse que, depois da saída de várias indústrias, o turismo deveria ser a principal atividade a receber incentivos na região. “Sem dúvida, é a melhor área para a oferta de empregos.” O prefeito também pleiteou a conclusão das obras de uma ponte em sua cidade.

De Junqueirópolis, o presidente do PT local, Valdir Anhunci, pediu mais recursos para a assistência social. “Cada esfera de governo manda um programa pronto para divulgar sua marca, que, muitas vezes, não atende o município. Este deveria receber as verbas diretamente por meio de seus conselhos municipais.”

O vereador de Ouro Verde, Paulo Sergio Martin (PSDB), falou que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento precisa fazer concurso para provimento de cargos que deem andamento ao programa das microbacias, “importante para o setor agrícola”.

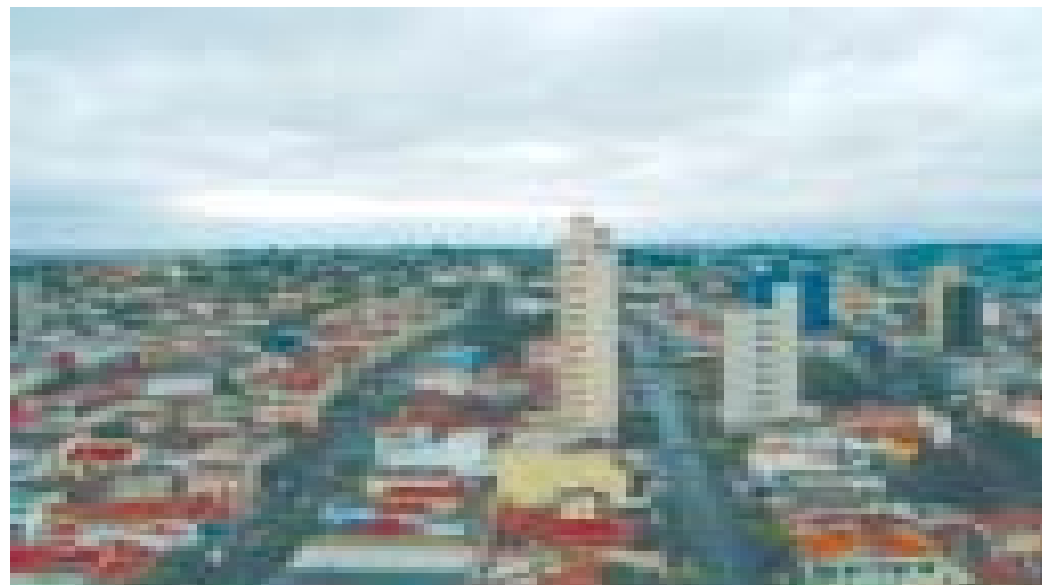
Paulo Bompadre (PRP), vereador de Tupi Paulista, não concorda com “a prática de correr atrás de recursos”. Ele reclamou do governo mais atenção para a região, não apenas com o intuito de instalar presídios. “Espero que o relator não nos esqueça também.”

### Setores

Mais creches, posto de saúde, semáforos, recursos para Santa Casa e a construção de uma escola de ensino fundamental foram solicitados pelo vereador de Dracena, Francisco Rossi (PL).

Em nome da Associação de Moradores do Bairro Emilio Zanata, Osmar Pestana apontou a necessidade de conservação das praças e de espaços de lazer. Ele pleiteou também semáforos e creches.

O representante da OAB, Sebastião Carvalho Neto, disse que é imprescindível para a região a construção da ponte sobre o rio Paraná, ligando a região ao Estado do Mato Grosso do Sul. “Isso alavancaria o desenvolvimento



Vista de Dracena

local, pois maior número de pessoas, rumo ao Mato Grosso, passaria por nossa região e movimentaria a economia local.”

O cidadão dracense Sérgio Braga ratificou o pedido do prefeito Stelato referente ao campus universitário. “Precisam ser construídos laboratórios para incrementar a pesquisa voltada ao agronegócio”, indicou.

### Saúde em crise

Cecília Aparecida Miyai, trabalhadora da área de saúde, pediu mais verbas para a Empresa Municipal de Saúde e para o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Nova Alta Paulista. “Os equipamentos também estão obsoletos, precisam ser substituídos e também é preciso mais recursos para procedimento eletivo.”

Para Marco Aurélio Almeida, do Lyons Clube, a Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) neonatal para a Santa Casa é fundamental em Dracena, uma vez que não existe equipamento similar num raio de 100 quilômetros. “Muitas crianças têm morrido na região pela falta da UTI.”

### Insegurança

Segurança é uma preocupação da região de Dracena. O vereador Angeluci, de Tupi Paulista, afirmou que os presídios e unidades da Febem levaram instabilidade aos moradores da região. Ele explicou que não houve compensação financeira aos municípios pela instalação desses estabelecimentos. “Ganhamos apenas problemas, como as pessoas de convívio dos presos que aportam às cidades sem infra-estrutura, recorrendo a atos de violência para obter dinheiro, além do transporte constante de presos pela região.”

A Casa de Passagem é um segmento que precisa de atenção. Para o cidadão de Dracena, Almir Machado, crianças e adolescentes merecem mais recursos do Estado. Investir na educação dos jovens, com a instalação de uma Fatec, também é importante para ele.

### Ação parlamentar

O deputado José Zico Prado (PT) declarou que, em momento algum, os parlamentares foram a qualquer região com a intenção de fazer campanha. “Antes da presidência de Rodrigo Garcia na Assembléia, nós não podíamos apresentar emendas pontuais para as regiões. Com a oportunidade de fazermos isso neste orçamento, decidimos ouvir as reivindicações locais.”

“Os prefeitos têm o direito de exigir do governador um projeto de desenvolvimento para suas cidades e não ter que implorar verbas”, concluiu Zico.

Edmir Chedid, relator do orçamento, explicou que cada sugestão apresentada na audiência terá uma resposta, mesmo que seja transformada em emenda ou não, bem como os motivos sobre as decisões. “De qualquer forma, queremos cumprir a determinação constitucional de regionalizar o orçamento.”

O relator afirmou que é preciso aperfeiçoar a cobrança dos sonegadores de impostos para aumentar a arrecadação estadual. “Queremos estabelecer critérios na divisão do orçamento, para que este seja adequado e não haja desperdício por causa da falta de planejamento.” Chedid também disse que pretende indicar a aplicação do superávit orçamentário no atendimento de algumas demandas.

Entretanto, segundo Chedid, há solicitações que são de competência dos municípios e não há como a Assembléia atendê-las por meio de apresentação de emendas ao orçamento estadual. Citou o exemplo da iluminação pública e esclareceu que as pessoas vão poder acompanhar, através do portal do Legislativo, qual andamento teve a sugestão apresentada na audiência pública.



Zico Prado, José Antonio Pedretti, Enio Tatto, Elzio Stelato Jr. e Edmir Chedid

# Dracena

Dracena  
Junqueirópolis  
Monte Castelo  
Nova Guataporanga  
Ouro Verde  
Panorama  
Paulicéia  
Santa Mercedes  
São João do Pau d’Alho  
Tupi Paulista

# Assis

- Assis
- Campos Novos Paulista
- Cândido Mota
- Cruzália
- Florínia
- Ibirarema
- Lutécia
- Maracaí
- Palmital
- Paraguaçu Paulista
- Pedrinhas Paulista
- Platina
- Tarumã

## Comunidade universitária presente

Cidadãos ligados ao segmento universitário marcaram presença na audiência pública realizada na Câmara Municipal de Assis, no dia 5/10, levantando temas de interesse do setor educacional. Um campus da Unesp fica localizado no município.

Coordenada pelo deputado José Caldini Crespo (PFL), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, a reunião em Assis, 17ª da série de audiências, teve a participação do presidente da Câmara local, Célio Francisco Diniz (PTB), do prefeito de Platina, Donizete Ferreira de Lima (PMDB), da presidente da Câmara de Paraguaçu Paulista, Almira Ribas Garmes (PSDB), do deputado Renato Simões (PT) e do relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL).

## Derrubada do veto à LDO

João da Costa Chaves Jr., da diretoria da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), foi o primeiro a se pronunciar, pleiteando a derrubada do veto do governador às emendas da LDO que favoreciam as universidades. O professor Sérgio Augusto Zanoto também reclamou do que chamou de processo danoso da expansão de vagas sem infra-estrutura.

Outros segmentos da educação representados também apontaram questões sobre a política governamental dirigida ao setor. Cleni Dias, da Apampesp, destacou que a política atual de governo deixou o aposentado órfão. Ela pediu a participação do governo na manutenção do Iamspe. Denise Rikala falou em nome dos funcionários do Centro Paula Souza, e pleiteou maior dotação orçamentária.

## Pólo de biotecnologia

Dorival Finotti, representante da Biomavale, afirmou que a meta de sua organização é criar um pólo de biotecnologia, de forma a implementar projetos voltados à saúde, à clonagem, à pesquisa agrícola e à genética. "Desde o início de nossa luta, com a criação de curso específico na Unesp local, estamos desenvolvendo o projeto com recursos próprios sem a participação do governo."

Recursos para pavimentação de 100 quilômetros de estradas da região, criação de loteria estadual para as Santas Casas, instalação de unidade da Fatec, criação de centro esportivo de referência e compensação para municípios que abrigam presídios foram as sugestões do vereador de Assis, José Luiz Garcia (PT).

O presidente da Câmara de Assis, Célio Diniz (PTB), lamentou não ter conseguido elaborar um documento com reivindicações, uma vez que ele e sua assessoria haviam sofrido um acidente ao retornar de Brasília, na noite anterior à audiência.

O vice-prefeito de Assis, João Rosa (PFL), afirmou que a região carece de investimentos do Estado. "Sempre fizemos sugestões que nunca foram acolhidas. Os deputados da região fazem propaganda das emendas



Renato Simões, Almira Ribas Garmes, Caldini Crespo e lideranças regionais



Vista noturna da igreja matriz de Assis

apresentadas e depois justificam que foram rejeitadas porque o governador não acata propostas regionais."

## Reivindicações de Palmital

Vereadores de Palmital, Homero Marques Filho (PT) e Manoel Eduardo Silva (PFL) pleitearam verba para a construção de uma sede para a Apae naquele município. Homero indicou ainda a necessidade de recursos para a Santa Casa de Palmital e para a Associação Alexandre Carbonato, que desenvolve trabalho social contra a fome.

O vice-prefeito do município de Pedrinhas Paulista, Wilson Alves da Silva (PFL), falou em nome dos professores e da direção da escola estadual Antonio Benedictis, cuja condição de conservação é péssima. Também pediu recursos para creche municipal.

## Emendas pontuais

O deputado Renato Simões, líder do PT na Assembléia Legislativa, disse que o Estado impõe há anos a derrota a emendas pontuais ao orçamento. "Havia entendimento sustentado pela bancada do governo de que o orçamento deveria se basear em programas e ações estaduais. Isso permitia ao Executivo aplicar recursos nas regiões de acordo com a conveniência do governador."

O líder do PT lembrou que o Executivo havia decidido colher sugestões somente pela internet, a exemplo do que fez na LDO. "Entretanto, a iniciativa da Assembléia de fazer as audiências presenciais mudou o rumo do tratamento dado ao orçamento e o governador acabou decidindo fazê-las nas sedes administrativas do Estado."

Simões destacou como prioridade da região a compensação aos municípios que possuem presídios instalados e defendeu o ensino público superior.

O relator Edmir Chedid finalizou o encontro com um balanço do que foi apresentado. Segundo ele, "os representantes municipais deveriam levar suas reivindicações também ao Legislativo estadual e não apenas às secretarias de Estado."

Quanto à preocupação dos funcionários da Educação acerca do veto às emendas para o setor na LDO, Chedid declarou que é preciso cobrar os parlamentares no que se refere à forma como votaram. "Alguns visitam a região e prometem defender o ensino público, e depois votam a favor do veto."

Segundo o relator, as Santas Casas têm sido temática constante nas audiências públicas e, com certeza, deverão receber mais recursos no próximo orçamento.



Localizada no Sudoeste paulista, a 440 quilômetros da capital, a cidade de Assis, conhecida como Cidade Fraternal, comemora em 2005 cem anos de fundação. Como sede de região de governo, aglutina os municípios de Campos Novos Paulista, Cruzália, Cândido Mota, Florínia, Ibirarema, Lutécia, Maracaí, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina e Tarumã.

No ano de 1905, perante o tabelião de Campos Novos do Paranapanema, o capitão Francisco de Assis Nogueira efetivou a doação de 80 alqueires de terras de cerrado para patrimônio de uma capela sob triplice invocação: Sagrado Coração de Jesus, São Francisco de Assis e Obra Pia do Pão de Santo Antônio, iniciando em seguida sua construção. Em torno da capela foi se formando um povoado que tomou o nome da cidade italiana de Assis, homenagem a um dos seus santos padroeiros.

A chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1914, representou um marco para o desenvolvimento da região, além da melhoria na comunicação e no transporte entre as cidades vizinhas.

A economia tem como base a prestação de serviços, sem deixar de lado a agricultura e a pecuária, com destaque para o gado de leite e, mais recentemente, a piscicultura. O município é grande produtor de soja, milho, cana-de-açúcar, feijão e hortaliças. No setor industrial, as velhas serrarias e máquinas de beneficiar café do início foram, aos poucos, sendo substituídas por usinas de açúcar e álcool, torrefações, cervejarias etc.

Por outro lado, a instalação, em 1957, da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, uma das extensões da Universidade de São Paulo (USP), que hoje integra a Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), propiciou o desenvolvimento educacional e cultural da região. Entre os cursos oferecidos, estão os de letras, história, psicologia, ciências biológicas e o de biotecnologia, o único da América Latina. Em nível superior, a cidade conta também com o Instituto Educacional de Assis (Ieda), a Fundação Educacional de Assis (Fema) e a Universidade Paulista (Unip). O território da região corresponde a 5.508 km²,

para uma população de 238.310 habitantes, com forte concentração urbana (219.908 habitantes nas cidades e 18.402 no campo). A taxa de crescimento da população é de 1,19%, pouco menor que a média estadual, que é de 1,47% ao ano; já a taxa de mortalidade geral é de 7,2 por mil habitantes, superior à média de 6,18 do Estado. O índice de natalidade é inferior ao do Estado, 13,27 comparados aos 15,94.

Tendo em vista os indicadores econômicos e sociais do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), fornecidos pela Fundação Seade, a maioria dos municípios dessa região de governo enquadra-se no grupo 3, que traz localidades com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores de longevidade e escolaridade. É o caso de Assis, Cândido Mota, Cruzália, Ibirarema, Lutécia, Maracaí, Platina. Há três municípios no grupo 4, que apresenta baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e escolaridade: Campos Novos Paulista, Florínia e Paraguaçu Paulista. Entretanto, Palmital, Pedrinhas Paulista e Tarumã foram enquadrados no grupo 1, com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais. Percebe-se, dessa forma, a heterogeneidade da região.

A despesa per capita com saúde (dados de 2003) foi de R\$ 184,16, superior à média do Estado que é de R\$ 171,41. Os atendimentos são feitos em 61 unidades de Atenção Básica de Saúde, contando com 677 leitos do SUS dentre os 76.354 oferecidos pelo Estado.

Na área de Educação, a região gastou em torno de R\$ 54 milhões em 2000. No mesmo período, a região contava com 36.543 mil alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental e 12.295 no ensino médio. A evasão no fundamental foi de 3,97, bem menor que no médio, que ultrapassou os 13%, e a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais foi de 9,06%, bem maior do que a média do Estado que é de 6,64%.

Em 2002, o valor adicionado do setor de serviços contribuiu grandemente com a riqueza da região, gerando R\$ 915,30 milhões. O setor agropecuário gerou R\$ 601,14 milhões e a indústria R\$ 542,70 milhões. O PIB foi de R\$ 2.044,57 milhões, correspondendo a 0,47% em relação ao Estado.

No começo do século passado, Jacinto Ferreira de Sá deixou Santa Cruz do Rio Pardo para se estabelecer nas terras que adquirira de Escolástica Milchert da Fonseca, localizadas no antigo povoado de Salto Grande do Paranapanema, e que correspondiam praticamente à área do atual município de Ourinhos. Em 1906, providenciou a construção de um grupo escolar e de um templo metodista no loteamento recém-aberto, iniciando a ocupação do povoado que passou a ser conhecido como Jacarezinho.

Dois anos mais tarde, foi construído no local um posto da Estrada de Ferro Sorocabana, transformado em estação em 1912, que contribuiu para seu crescimento. Em 13 de dezembro de 1915, o povoado foi elevado a distrito do município de Salto Grande e, em 13 de dezembro de 1918, a município.

Atualmente, Ourinhos é uma cidade de comércio forte, setor de serviços em franca evolução, atraindo consumidores de toda a região, e um parque industrial diversificado. No campo agro-industrial, sobressaem os setores de açúcar e álcool, óleo de soja, ovos, leite, destilado de cana e café. Dois distritos industriais, dotados de toda infra-estrutura, abrigam empresas já consolidadas e em fase de implantação.

A localização estratégica e a malha rodo-ferroviária são favoráveis tanto para quem produz como para quem distribui riquezas. Como sede de governo, Ourinhos que reúne os municípios de Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ipaussu, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Timburi e Óleo.

Com uma população mais urbana que rural – 197.918 dos 218.445 habitantes moram na cidade – a região ocupa uma área de 3.827 km<sup>2</sup>, apresentando densidade demográfica baixa quando comparada à média do Estado – 57,08 habitantes/km<sup>2</sup> para 160,70 do Estado, e taxa de crescimento

geométrico da população de 1,51% ao ano, próxima à do Estado que é de 1,72%.

Os indicadores econômicos e sociais do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) mostram que os municípios dessa região de governo têm nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores em longevidade e escolaridade. Além da sede, estão nesse grupo Bernardino de Campos, Óleo, Ribeirão do Sul.

No grupo 4, que apresenta nível intermediário de longevidade e escolaridade, estão Espírito Santo do Turvo, Ipaussu, Santa Cruz do Rio Pardo e São Pedro do Turvo. Timburi, Salto Grande, Chavantes e Canitar são considerados municípios desfavorecidos tanto em riqueza como nos indicadores sociais.

O índice de natalidade da região é inferior ao do Estado, 15,08 comparados aos 15,94. A taxa de mortalidade geral é de 6,90 por mil habitantes, superior à média do Estado (6,18).

A despesa per capita com saúde (dados de 2003) é de 153,84 reais, inferior à média do Estado, de 171,41, realizando atendimentos em 37 unidades de Atenção Básica de Saúde e contando com apenas 532 leitos do SUS, dentre os 76.354 oferecidos pelo Estado.

Considerando os investimentos em Educação, a região gastou em torno de R\$ 47 milhões em 2000. No mesmo período, a região contava com 33.450 mil alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental e 10.851 no ensino médio, registrando uma taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de 9,06%, maior do que a média do Estado, de 6,64%.

A riqueza produzida pela região vem, na sua maior parte, do setor de serviços, que movimentou R\$ 837 milhões em 2002, seguido do setor industrial com R\$ 570,40 milhões. A agropecuária produziu R\$ 434,66 milhões. A região participa com 0,42 do PIB estadual, produzindo R\$ 1.829,47 milhões.



### Aeroporto e construção de distritos industriais

A audiência pública sobre o orçamento 2006 em Ourinhos teve um início diferente das outras 17 reuniões já realizadas pela Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa em todo o Estado. Quem abriu os trabalhos, no dia 5 de setembro, foi o presidente da Câmara Municipal, José Claudinei Messias.

O deputado José Caldini Crespo (PFL) assumiu a presidência da reunião, assistida por um público de aproximadamente cem pessoas, na sua maioria, estudantes de Geografia da Unesp.

Crespo lembrou que aproximadamente 10% do orçamento é voltado a investimentos. "Num total de R\$ 80 bilhões de receita, R\$ 7 bilhões podem ser aplicados nas regiões do Estado em setores macro (hospitais, estradas etc.), atendendo reivindicações que, entretanto, não incluem pedidos localizados, como calçamento ou iluminação de ruas."

O presidente da CFO disse que os participantes poderão acompanhar o andamento das propostas por meio do portal da Assembleia ([www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br)).



Cerca de cem pessoas acompanharam a audiência regional

### Prioridade em Ourinhos

Recuperação da Santa Casa de Ourinhos é, segundo o prefeito Toshiro Misato, prioridade para a cidade. Ele solicitou também a construção de um hospital de especialidade no atendimento de traumatologia, inexistente na região. "Mais cursos para a Fatec de Ourinhos é um pleito do setor de agronegócios que eu apresento também." O prefeito solicitou também a ampliação do aeroporto de Ourinhos. "A construção de distritos industriais seria o ideal para municípios como o nosso, distantes dos grandes eixos", informou Misato, destacando a importância da criação, por parte do Estado, de programas municipais de empreendimento. O prefeito sugeriu a implantação de atendimento do Iamspe em Ourinhos.

### Estudantes da Unesp

Rafael Naves, estudante de Geografia da Unesp de Ourinhos, representou seus colegas presentes na audiência pública e destacou que a expansão do ensino é importante, mas que é preciso ter estrutura suficiente. Naves também falou da revisão do convênio com a prefeitura para a manutenção dos cursos na universidade, porque receia que fiquem à mercê de mudanças políticas locais. O estudante leu manifesto contra o veto do governador às emendas para a educação na LDO.

Em defesa do Centro Paula Souza, André Santos enfatizou a importância da vinculação de 1% do orçamento a essa instituição e pleiteou a construção de um anfiteatro na Fatec de Ourinhos. Outra representante da Fatec de Ourinhos, Laura de Paula afirmou que a unidade carece de moradia para alunos, laboratórios de pesquisa, vale-alimentação e auxílio-transporte.

### Outros municípios

A prioridade para Ipaçu, de acordo com o vereador Roberto Florêncio (PFL), é um centro médico que possa atender também outros municípios próximos. Florêncio reclamou da negligência do Estado quanto à recuperação de ponte situada perto da sua cidade, na rodovia Raposo Tavares.

Ronaldo Massafera, cidadão de São Pedro do Turvo, quer asfaltamento de 15 quilômetros na vicinal que liga sua cidade à rodovia BR-153.

O presidente da Câmara de Chavantes, Sebastião Guilmo (PSDB), apontou os problemas existentes na estrada que liga Ourinhos à rodovia Raposo Tavares, que se estende até seu município.



Claudinei Messias (2º a dir.), presidente da Câmara abriu a audiência

### Mais reivindicações de Ourinhos

Para o vereador Hélio Migliari Filho (PSDB) a despoluição de rios da região que deságuam no Paranapanema é fundamental.

Presidente da Fundação SOS Ourinhos, Odair Aquino Campos, declarou que o investimento na área social deixa a desejar. "As políticas públicas excluem os migrantes e os sem-teto. Muitos sequer têm acesso a documentos." A organização não-governamental atende pessoas originárias de outras localidades, sobretudo, do Paraná.

Roberto Cesário, em nome da comissão municipal do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe), cujo atendimento em Ourinhos está em vias de instalação, reivindicou a contrapartida do governo na manutenção do instituto, bem como mais recursos para as Santas Casas.

### Santa Casa deficitária

No último bloco de manifestações na audiência pública em Ourinhos, o diretor da Santa Casa local, Bruno Moreira, explicou a situação deficitária em que se encontra a instituição. "Recebemos R\$ 70 mil em verbas para o pronto atendimento, enquanto a despesa é de mais de R\$ 200 mil."

A vereadora de Ribeirão do Sul, Rosa Vaz Cruz (PSDB), defendeu o auxílio-transporte para estudantes, a instalação de uma unidade do Poupatepo em sua cidade e melhor salário para os professores do Estado.

### Balanço final

Ao fazer um balanço da reunião, o relator do orçamento 2006, deputado Edmir Chedid (PFL), informou que mais de 70 pleitos foram apresentados na audiência. Todos eles, disse Chedid, serão sistematizados, de forma a serem transformados em emendas regionais. "Muitas reivindicações feitas aqui, com o auxílio para transporte de alunos do ensino médio e a contrapartida do Iamspe, constaram do relatório da LDO, mas infelizmente foram derrotadas em plenário", disse Chedid.

O relator explicou que o intuito da comissão é aplicar melhor os recursos estaduais. "Não trabalhamos contra ou a favor do governo do Estado. Queremos contribuir por meio de emendas elaboradas a partir de sugestões feitas nas audiências." O deputado disse que a melhoria da saúde no Estado depende não apenas da ampliação de verbas, mas também da devida regionalização dos investimentos e dos gastos. "O Estado tem programas que funcionam bem, mas deixam algumas regiões de fora."

Aos universitários presentes, Chedid disse que aumentar as verbas para a educação em 1% representa um montante de R\$ 150 milhões a mais para o setor. "Isso resolveria boa parte dos problemas vividos pela Unesp e pela Fatec", disse, referindo-se ao veto do governador a emendas da LDO.



Público ouve o Hino Nacional e, em seguida, o da cidade

# Ourinhos

Ourinhos  
Bernardino de Campos  
Canitar  
Chavantes  
Espírito Santo do Turvo  
Ipaussu  
Óleo  
Ribeirão do Sul  
Salto Grande  
Santa Cruz do Rio Pardo  
São Pedro do Turvo  
Timburi

# Botucatu

Anhembi  
Areiópolis  
Bofete  
Botucatu  
Conchas  
Itatinga  
Laranjal Paulista  
Pardinho  
Pereiras  
Porangaba  
Pratânia  
São Manuel  
Torre de Pedra

Hamilton Pereira, Milton Flávio, Luiz Rúbio, Caldini Crespo, Enio Tatto, Valdemar Pinho e Mário Reali

## Manutenção de estradas e saneamento básico

Na audiência pública realizada na Câmara Municipal de Botucatu, no dia 8/10, manifestaram-se cidadãos e políticos dos pequenos municípios que compõem aquela região, que aproveitaram a oportunidade para fazer suas sugestões.

O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Caldini Crespo (PFL), abriu a audiência com a participação dos deputados Hamilton Pereira (PT), Milton Flávio (PSDB), Mário Reali (PT) e o vice-presidente da comissão, Enio Tatto (PT). Também compuseram a mesa de trabalho o presidente da Câmara Municipal de Botucatu, Luiz Rúbio, e o vice-prefeito Valdemar Pinho, ambos do PT.

Representantes de municípios próximos a Botucatu foram os primeiros a se pronunciar na audiência sobre o orçamento. José Tadeu Chaguri, de Anhembi, disse que os municípios pequenos são penalizados na divisão do bolo orçamentário. "Minha cidade não tem arrecadação própria e precisa de recursos para manutenção de estradas rurais, que somam mais de 50 quilômetros em Anhembi."

Estrada também é um problema para Pratânia. Segundo o vereador Luiz Basseto (PMDB), a via que liga sua cidade a São Manuel, denominada Chico Landi, precisa de recuperação, pois atende o transporte de produtos agrícolas, outro setor que, de acordo com Basseto, também precisa de incentivo, principalmente, depois da aprovação do programa de microbacias.

## Categorias em protesto

Diversas categorias do funcionalismo estiveram representadas na reunião de Botucatu. Valdemar Fraga, ferroviário, protestou contra o governo estadual pelo tratamento dado aos funcionários das ferrovias, por meio de aumentos desiguais entre as companhias e, sobretudo, o descaso com que trata os aposentados.

A presidente da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp), Zilda Guerra, afirmou que é preciso acordar o aposentado. "Vamos nos mobilizar para cobrar do governo do Estado uma política digna para o funcionalismo, sobretudo, para o inativo", disse a professora, lembrando que a categoria não tem reajuste há 10 anos. "Recentemente, o governador anunciou que vai apresentar projeto concedendo 15% de reajuste. Vamos acompanhar se isso de fato vai ocorrer", anunciou Zilda, lembrando que também iria cobrar a participação do governo na manutenção do lamspe.

## Sabesp e meio ambiente

Danos ao meio ambiente, poluição de rios que cortam a região e cobrança indevida por serviço inexistente. Segundo alguns participantes da audiência em Botucatu, esses procedimentos têm sido o padrão da Sabesp nas cidades da região. Paulo Sergio, de Botucatu, reclamou da infra-estrutura oferecida pela empresa.

Sidnei Vieira (PFL), vereador em Conchas, destacou que a Sabesp sofre várias ações judiciais pelos graves prejuízos causados ao meio ambiente e pela cobrança da taxa de tratamento de esgoto, que não existe no município. Outro morador de Conchas, Edinilson Desiderio, também protestou contra a empresa, que, segundo ele, tem poluído seguidamente os rios da região. Ele destacou ainda a "péssima situação" do hospital de Conchas, que já foi uma

referência e, hoje, está prestes a ser fechado. Desiderio pediu o recapeamento da rodovia Marechal Rondon no trecho que passa por sua cidade.

Marcelo Alessandro (PT), vereador de Laranjal Paulista, reforçou a questão contra a Sabesp, destacando que a falta de saneamento tem provocado epidemia de hepatite em sua cidade. O vereador denunciou a superlotação da cadeia local, pleiteando a construção de um centro de detenção provisória. "Falando em segurança, a Polícia Civil também precisa de recursos, uma vez que tem utilizado material e até funcionários emprestados pela prefeitura."

Segundo Alessandro, seu município é preterido na concessão de verbas por parte do Estado. "Estamos na região periférica de Botucatu e de Sorocaba, ficando de fora no repasse de recursos estaduais."

## Recuperação de estradas

A recuperação da Marechal Rondon foi o pedido de Heitor Camarim Jr. (PT), vereador de Laranjal Paulista, que também pleiteou atenção especial ao esporte. "Que haja consenso para a aprovação do Fundo Estadual do Esporte, projeto que está para ser apresentado."

O vereador Benedito José (PT) apontou a necessidade de promover benfeitorias nas vicinais de Botucatu. São elas que ligam a cidade a Pratânia, a Rio Bonito e ao aeroporto. Outro pleito do vereador é a transformação da estação ferroviária em museu.

A repavimentação da vicinal que liga São Manuel a Pratânia foi solicitada pelo vereador Anízio Aparecido (PSB). "São Manuel cultiva cana-de-açúcar e cítricos, o que gera alta demanda de transporte para esses produtos", disse ele, destacando ainda as dificuldades do hospital de seu município.

O diretor da Seccional de Botucatu, Tadeu de Castro, pediu a construção de um prédio próprio para o Instituto Médico Legal (IML) e a realização de concursos setorizados, para evitar a evasão de funcionários. "Quando recebemos funcionários de outras cidades, eles acabam criando problemas aqui para forçar a transferência para seu município de origem, ficando a região sem funcionários."

O vice-prefeito Valdemar Pinho apontou uma série de problemas no atendimento de saúde de alta e de média complexidade na região.

Lello Pagani (PT), vereador de Botucatu, quer a construção de uma ciclovia que sirva de acesso para a Unesp e também citou problemas no DER, que, de acordo com Pagani, está constantemente sem verbas para a manutenção de estradas.

O aumento no repasse para as universidades foi cobrado por Luiz Carlos Bentivenha, da Direção Regional de Ensino.

O presidente da Câmara de Botucatu, Luiz Rúbio, sobre a iniciativa da Comissão de Finanças e Orçamento, disse que "a Assembléia deu um banho de cidadania, ouvindo autoridades e sociedade civil, na busca de soluções para os problemas da região".

O deputado Milton Flávio (PSDB) informou que o governo recuperou estradas da região, cuja manutenção é de competência do município. "Sabemos que muitos não têm condições de fazê-lo e espero que a Comissão de Finanças tenha como destinar verbas para isso." Flávio disse que a distribuição de recursos entre as universidades é injusta, uma vez que a USP fica com o montante maior. "Por que não há transparência na aplicação do orçamento de cada universidade?" Questionou o deputado.

Mário Reali (PT) discordou de seu colega deputado. "A possível falta de transparência no orçamento das universidades não justifica deixar de aumentar o repasse ao setor, uma vez que a expansão de ensino trouxe novas unidades que precisam de recursos."

Para o vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto, a distribuição do orçamento é injusta porque falta a implementação de agências de desenvolvimento que apontem, em cada região, quais os segmentos que mais precisam de recursos. Sobre o lamspe, Tatto lembrou de emenda à LDO que previa que o governo deveria contribuir com 0,25% ao ano do montante recolhido pelos funcionários públicos junto ao instituto. "A matéria foi alvo de consenso na inclusão como emenda e, posteriormente, rejeitada pela base governista em plenário."

Tatto destacou a importância de aumentar a receita do Estado, com a cobrança dos sonegadores. "Nos últimos anos o Estado diminuiu em 52% a arrecadação dos devedores."



As mais antigas referências à região e, especificamente, à serra de Botucatu falam de Peabiru, caminho que ligava São Vicente a Assunção, no Paraguai. As terras delimitadas pelo rio Paranapanema e pela serra de Botucatu, que antes serviram de ponto norteador para caminhantes rumo ao interior, foram divididas em sesmarias a partir de 1721. A partir de 1830, intensificou-se a presença de criadores e lavradores, sobretudo de Sorocaba, Itapetininga e Tietê. A região e m 1835 já estava ocupada e dividida em quatro fazendas principais: fazenda Monte Alegre, pertencente ao capitão José Gomes Pinheiro; fazenda Rio Claro, pertencente ao capitão Inácio Piauí; fazendas Boqueirão e Pulador reunidas em uma só propriedade e transferidas para o capitão Joaquim de Oliveira Lima e José Inocêncio Rocha; e fazenda Bom Jardim, pertencente a um possessor de sobrenome Marques. Em fins de 1843, o capitão Gomes Pinheiro dispôs-se a doar parte de suas terras para a formação de uma freguesia requerida por Felisberto Antônio Machado, entre outros. A doação se fez em 19 de fevereiro de 1846, quando foi criada a freguesia de Botucatu, topônimo tupi cujo significado é "bons ares" ou "bom clima", no município de Itapetininga.

Os herdeiros de Joaquim Costa foram obrigados a ir para o sertão em busca de outras posses, chegando nas proximidades de Avaré. A freguesia de Botucatu prosseguiu se desenvolvendo até que em 14 de abril de 1855 foi elevada a vila, recebendo foros de cidade posteriormente, em 16 de março de 1876. Na virada do século XIX era conhecida como a cidade mais progressista do interior paulista. Botucatu não teve apenas uma relevância política, mas foi importante entroncamento ferroviário da Estrada de Ferro Sorocabana.

O índice de longevidade dos habitantes da região de governo de Botucatu, de 72 anos, superior ao do Estado (67), foi um dos fatores para mantê-la, nas edições de 2000 e de 2002, no grupo 1 do IPRS (municípios de alta riqueza, média ou alta longevidade e média ou alta escolaridade). As taxas de mortalidade geral e de natalidade (por mil habitantes), em 204, são de 7,07, enquanto a do Estado, nessa área, é de 6,18, conforme dados da Fundação Seade.

A população da região de governo de Botucatu, em 2005, distribuída numa área de 6.394 quilômetros quadrados, é de 263.204 habitantes – apenas 28.586 na área rural. As atividades principais são a indústria, a agropecuária e serviços, com um PIB (em 2002) de 2,349 bilhões de reais.

De acordo com dados comparativos das regiões de governo, a de Botucatu perdeu posições nas dimensões sociais, com falta de investimentos em saúde (2,96 leitos do SUS por mil habitantes, em 2003, período em que o Estado apresentou 1,97). Os dados do Seade, de 2004, apontam taxas de esperança de vida: 4,63 anos; mortalidade geral, por 1000 habitantes:

7,07; e de mortalidade por Aids de 4,63, por mil habitantes. A taxa de mortalidade infantil, considerados 1.000 nascidos vivos, é de 13,14. Já a instrução da população, em porcentual, no ano de 2000, revelou uma taxa de analfabetismo de 8,18, enquanto o Estado apresentou 6,64. Segundo o IPRS, o atendimento pré-escolar teve aumento e também a do ensino médio. Aumentou o indicador de escolaridade, segundo a análise, mas em ritmo menor do que o total do Estado, o que explica a perda de posições do ranking.

O município de Botucatu, com um PIB de 1.153,23, apresenta perfil econômico diversificado, com parque industrial de outras regiões importantes do país e atividade destacada na área agrícola, marcada pela citricultura. Indústrias de porte como Duratex S/A, Indústria Aeronáutica Neiva/Embraer, entre outras empresas satélites ligadas ao setor aeronáutico, Induscar/Caio, Hidroplás, Staroup, Brass-Hidro, Eucatex S/A e Centro Flora Anidro Brasil, são alguns indicadores da vocação industrial do município.

Botucatu é sede importante campus da Unesp, com faculdades de áreas diversas, além de unidades da PUC/SP e da ITE (Faculdade de Direito). Distante 247 km da capital, com acesso pelas rodovias SP-80 (Castelo Branco) e SP-300 (Marechal Rondon), o município está localizado no centro-sul do Estado. Entre as atrações naturais do município, uma Área de Proteção Ambiental (APA), que ocupa 26% de sua área territorial. O município é abastecido por duas bacias hidrográficas, do rio Tietê, ao norte, e do rio Pardo, ao sul.

Dois municípios da região de governo de Botucatu, Itatinga e Laranjal Paulista, superaram, no nível longevidade, o patamar do Estado. Segundo o IPRS, o avanço é traduzido pela redução das taxas de mortalidade infantil e perinatal. Os esforços empreendidos pelo município de Laranjal Paulista resultaram no ganho de 43 posições no ranking longevidade. No período de 2000/02, a taxa de mortalidade infantil diminuiu de 14,6 para 10,1, apesar de ter continuado com o indicador de riqueza abaixo do conjunto do Estado. O único patamar da escolaridade que teve aumento significativo foi no atendimento pré-escolar, que passou de 42,2% para 82,3%.

A redução da taxa de mortalidade infantil e perinatal, de 18,1 para 9,5 (por mil nascidos vivos), no período de 2000/02, é outra variável apresentada no município de Itatinga que demonstra empreendimentos na melhoria da saúde materno-infantil. Apenas esta variável gerou ganho de posições no ranking de longevidade, uma vez que a taxa de mortalidade das pessoas de 15 a 39 anos de idade aumentou de 1,9 para 2,1, e a das pessoas com 60 anos e mais também aumentou, de 38,3 para 44,2, o que sugere maiores investimentos na saúde dos jovens e idosos.

A origem de Avaré vincula-se ao desbravamento que começou no povoado de Botucatu. Sua área costumava aparecer em mapas antigos da província de São Paulo como "terras desconhecidas". Localizava-se, portanto, numa vasta região inexplorada demarcada pelo rio Paraná, na divisa de São Paulo com Mato Grosso, e habitada por várias tribos indígenas, especificamente pelos índios caiuás que perambulavam nos vales dos rios Paranapanema, Feio e do Peixe. Em 1849, o capitão Tito Correa de Melo saiu de Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais, para tomar posse das terras que havia comprado em Botucatu, iniciando entre amigos e parentes uma campanha para desbravar o sertão paulista. O primeiro lugar visitado pelos mineiros foi o vale do rio que os índios caiuás chamavam de "Abaré", cujo significado em tupi é "homem diferente", isto é, "pai". Após expulsar ou exterminar os índios, o mineiro José Teodoro de Souza colocou no local o nome de Rio Novo ao Abaré e dividiu a região desbravada entre os componentes de sua caravana. Major Vitoriano, considerado o fundador da cidade, construiu em 1861 uma capela com o nome de Nossa Senhora das Dores do Rio Novo e o povoado estabeleceu-se ao seu redor, tornando-se, em 7 de abril de 1870, freguesia do município de Botucatu. Mais tarde, em 7 de julho de 1875, foi elevada à categoria de vila. A autonomia do município e a mudança de nome foram conseguidas ao mesmo tempo, reivindicadas por uma petição da Câmara Municipal do Rio Novo, em 29 de maio de 1891.

A retração no consumo de energia elétrica imposta pelo racionamento de 2001 levou a região de governo de Avaré, como a maioria das regiões do Estado, a apresentar, na edição do IPRS de 2002, acentuada redução no ranking de riqueza: de 48 para 39. A região permaneceu no Grupo 4, com seus 15 municípios que apresentam baixos níveis de riqueza (no último índice, este nível teve queda de 48 para 39) e nível intermediário de longevidade e/ou escolaridade. A região teve um PIB de R\$ 1.851,14 e ICMS (arrecadação per capita, em 2002) de R\$ 142,31. Em 2004, o valor das exportações foi de US\$ 5.444.774. Com uma população de 273.972 pessoas, praticamente equilibrada entre feminina (136.328) e masculina (137.644) e taxa de migração (por mil habitantes) de 4,25, a região ocupa área de 8.126 km<sup>2</sup>, apresentando taxa de crescimento anual da população de 1,48, segundo dados da Fundação Seade, no ano de 2005. Índices da dimensão longevidade mostram que a natalidade, em 2004, de 7,9 (por mil habitantes) supera a do total do Estado (6,18). O mesmo ocorre com a de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), na região, 15,90, e no Estado, 14,25.

Avaré, cidade sede de região de governo que também integra os municípios da região administrativa de Sorocaba, localizada no sudoeste do Estado, está distante da capital paulista 267

quilômetros. Tem acesso pelas rodovias Castelo Branco, Raposo Tavares e Marechal Rondon. Destaca-se por seus diversos haras, com as raças Manga Larga, Quarto de Milha, Apaloosa e Pôneis, o que a transformou em ponto de realização de concursos enduros e provas equestres. A represa Jurumirim leva para o município esportistas náuticos, em concorridas competições regionais, o que resultou na instalação de indústrias náuticas no seu entorno. A vocação econômica do município é a indústria, agricultura e pecuária. A pintora Djanira nasceu em Avaré, para orgulho de seus habitantes.

Avaré perdeu posições no ranking riqueza (estava em 173ª em 2000 e caiu para a posição 187ª em 2002), com nível de riqueza inferior à média do Estado. Diminuiu o rendimento médio do trabalho formal (de R\$ 615 para R\$ 565) e o valor adicionado per capita (decreceu de R\$ 3.353 para R\$ 2.934). O município obteve progressos em longevidade e escolaridade, mas segundo análise do IPRS, sua permanência no grupo 4 indica a necessidade de maiores investimentos nas áreas sociais, considerando-se que a evolução nas áreas de saúde e educação não foi suficiente para elevar seu patamar.

Laras, município limítrofe com Avaré, migrou do grupo 5 para o grupo 4. Aumentou o valor adicionado per capita e nos rendimentos, mas não o suficiente para compensar a redução no consumo de energia elétrica nos setores primário, terciário e residencial. Com isso, o indicador diminuiu e o município perdeu posições no ranking. Por outro lado, investiu nas dimensões sociais — fator da transferência de grupo — e o escore longevidade ficou acima da média estadual. A taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) diminuiu de 18,4 para 10,0, em 2002, enquanto a média da região de governo, em 2004, era de 15,90. O indicador escolaridade elevou-se em 9 pontos, destacado pelo atendimento pré-escolar, cuja taxa elevou-se de 45,8% para 63,4%. Apesar de elevar o valor adicionado per capita de R\$ 3.708 para R\$ 4.981, o município de Cerqueira César, limítrofe com Avaré, perdeu muitas posições no ranking de riqueza, pois diminuiu o rendimento médio do trabalho formal, registrou queda de R\$ 1.417 para R\$ 482. Outro indicador deste ranking decresceu: o consumo de energia elétrica por ligação no comércio, na agricultura e nos serviços foi de 9,2MW (em 2000) para 7,4MW (em 2002). Cerqueira César perdeu posições no ranking longevidade ao apresentar, para o mesmo período, o aumento de 15,1 para 16,5 na taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos). Ao registrar perdas de posições nas três dimensões, o município não ultrapassou a média estadual em nenhuma delas, mantendo-se no grupo 3. O indicador de escolaridade teve melhora expressiva, como o aumento nas taxas de atendimento à pré-escola e na proporção de concluintes do ensino fundamental, mas não o suficiente segundo análise do IPRS.



### Preservação da Represa Jurumirim

A Câmara Municipal de Avaré foi sede, no dia 8 de setembro, da 20ª audiência pública, promovida pela Comissão de Finanças e Orçamento, que ouviu propostas para emendas ao Orçamento estadual para 2006. Participaram o presidente da comissão, José Caldini Crespo (PFL), o vice Enio Tatto (PT), os deputados Hamilton Pereira, Mário Reali e Sebastião Arcanjo, todos do PT, e o presidente da Câmara Municipal local, José Ricardo Barreto (PSDB).

Barreto destacou algumas reivindicações da região: "Avaré e demais municípios da região são estâncias e precisam de um plano de aproveitamento turístico do potencial da Represa Jurumirim". Lembrou outra vocação de Avaré, o agronegócio, sublinhando o cultivo de cana-de-açúcar, a citricultura e a produção de gado nelore, que precisam de incentivos.

Pavimentação de estradas de ligação também foi mencionada por Barreto, inclusive o acesso a Itatinga. Aumento do efetivo militar para atender a demanda gerada pela instalação de vários presídios. A Santa Casa de Avaré não foi esquecida por Barreto, que mencionou o alto déficit do hospital. Unidade da Fatec também foi pleiteada pelo presidente da Câmara.

Representante do Conselho de Desenvolvimento do Meio Ambiente, Eros Alonso pediu atenção para a situação da Represa Jurumirim. "É preciso contar com recursos para sua preservação. Nosso conselho também é contra o esvaziamento da represa para suprir o fornecimento de energia. Já tivemos um problema similar e foi muito custoso recuperar a Jurumirim."

Segundo Alonso, os pequenos produtores de leite também precisam de incentivo para aumentar a produção, podendo inclusive fazer o fornecimento para a merenda escolar.

A preservação do meio ambiente também foi apontada como uma das principais necessidades da região pelo prefeito de Piraju, Chico Pipoca (PP). Ele falou ainda do problemático atendimento no hospital de sua cidade.

A Jurumirim preocupa também o vereador João Michelin Neto (PFL), de Itai. O centro da represa se localiza em seu município, onde, segundo ele, o esgoto é despejado sem tratamento pela Sabesp.

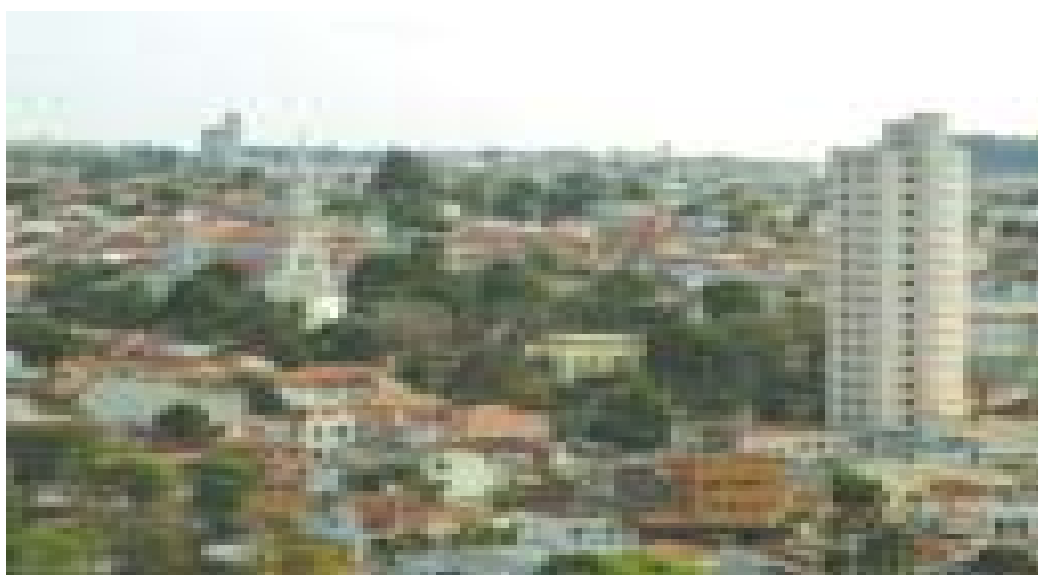
### Dificuldades da cidade

Antonia de Angelis, presidente do PT de Avaré, cumprimentou a Comissão de Finanças e Orçamento pela iniciativa e apresentou algumas demandas como o aproveitamento do prédio do extinto Cefam para a instalação de unidade da Fatec, conforme anunciou o governador do Estado durante visita à cidade. A compensação mediante recursos extras para a saúde e a educação por conta do alto número de presídios instalados na região também foi proposta por Antonia. Ela pleiteou ainda a consolidação da reforma agrária, lembrando que a cidade de Laras possui a segunda maior área de terras devolutas do Estado, com cerca de 50 km. "Sugiro que seja implementado um projeto nessa região para que a comunidade de assentados possa trabalhar com o biodiesel."

Paulo de Matos reivindicou a pavimentação de acesso a conjuntos habitacionais do governo e do acesso ao aeroporto de Avaré. Antonio Córdia lamentou a



Deputados Sebastião Arcanjo e Hamilton Pereira (à direita)



Avaré conquistou autonomia em 1891

inexistência de um hospital regional e de uma universidade pública em Avaré.

Paulo Ribeiro solicitou a construção de um centro de assistência comunitária, para atendimento da população carente que vive próxima aos presídios. "Os detentos têm atenção especial com médicos de várias especialidades, enquanto a comunidade vizinha está abandonada."

### Municípios representados

De Itaporanga, Gilberto Valente pleiteou a instalação de unidade do Corpo de Bombeiros em seu município. José Albuquerque (PL), vereador de Itai, pediu a construção de vicinais em sua cidade, que possui muita produção agrícola. Segundo o vereador, também é alta a criminalidade na Vila Capitão Cesário, em Itai. Ele solicitou a instalação de um posto policial para o local. Albuquerque pediu também um ginásio de esportes e recursos para a Santa Casa, que sequer possui ambulância.

Manduri, representada pelo vereador Odécio Luiz (PMDB), precisa de infraestrutura para galerias pluviais e de um ginásio de esportes. Já o vereador Ariovaldo Santos (PTB) reivindicou para Tejuapá incentivos aos produtores de gado de corte e leiteiro e aos cafeicultores. Seu bairro, Distrito de Águas Virtuosas, carece de pavimentação nos nove quilômetros de estrada que liga o distrito a Itaguaí.

### Participação e ação

O deputado Sebastião Arcanjo (PT) afirmou que a participação da população é fundamental para que a comissão atinja seu objetivo e elabore um orçamento com melhor distribuição. Quanto à Sabesp, Tiãozinho lembrou que muitos contratos já estão para vencer sem que a empresa tenha implementado o saneamento básico previsto.

Hamilton Pereira quer mais ação, sobretudo, dos parlamentares que foram bem votados na região. "Que o Vale do Paranapanema deixe de ser o Vale da Fome e se transforme no Vale da Beleza", disse o deputado, que acredita no potencial da região.

Mário Reali destacou que é importante levar ao governo as demandas da região, como a criação de um hospital regional, segundo ele, uma prioridade para Avaré e municípios do entorno. A continuidade na implantação de escolas técnicas também é importante, mas é preciso criar recursos para mantê-las em funcionamento.

Enio Tatto encerrou a reunião afirmando que os pequenos municípios só poderão ser contemplados com recursos no orçamento por meio do trabalho da comissão. "Não fosse esta iniciativa de regionalizar a discussão do orçamento, os prefeitos dessas cidades continuariam implorando verbas, enquanto o dinheiro público continua sendo mal aplicado." Citando o caso do aeroporto de Itanhaém, que custou milhões e atende, em média, cinco passageiros, o parlamentar comentou: "Se a comunidade daquela cidade tivesse discutido a aplicação do orçamento, isso não teria acontecido, uma vez que Itanhaém carece de outros serviços públicos."

**AVARÉ**

Águas de Santa  
Bárbara  
Arandu  
Avaré  
Barão de Antonina  
Cerqueira César  
Coronel Macedo  
Fartura  
Laras  
Itai  
Itaporanga  
Manduri  
Paranapanema  
Piraju  
Sarutaiá  
Taguaí  
Taquarituba  
Tejuapá

# São Carlos

São Carlos  
 Descalvado  
 Dourado  
 Ibaté  
 Porto Ferreira  
 Ribeirão Bonito  
 Santa Rita do Passa  
 Quatro  
 São Carlos

## Documento destacou dificuldades na área de saúde

A 21ª audiência pública que discutiu propostas para o orçamento estadual de 2006 foi realizada na Câmara Municipal de São Carlos, no dia 12 de setembro, coordenada pelo vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto (PT).

Segundo Tatto, os representantes da sociedade civil teriam prioridade para fazer os pronunciamentos. "A participação também pode se dar por meio de formulários que serão cadastrados por técnicos da Assembléia."

O prefeito de São Carlos, Newton Lima (PT), lembrou que o município já está habituado à prática do orçamento participativo: "É bom saber que o mesmo procedimento está sendo difundido no Estado."

O prefeito apresentou trechos do documento elaborado na última Marcha dos Prefeitos, destacando as dificuldades da Saúde. "Apenas a participação da União na manutenção do SUS não tem sido suficiente para custear a saúde pública." Segundo Lima, a Santa Casa de São Carlos atende cerca de seis municípios e recorre à prefeitura para cobrir seus custos. "É preciso que o Estado também dê a contrapartida do financiamento."

A presidente da Câmara Municipal de São Carlos, Diana Cury (PMDB), disse que a descentralização de decisões é o maior anseio daqueles que apoiam a democracia. "Meu único apelo é pela derrubada do veto às emendas da LDO, porque a Educação merece atenção", afirmou.

## Reivindicações diversificadas

A implementação de convênio com o lamspe foi solicitada pelo vereador de São Carlos, José Pinheiro (PSDB). Ele enfatizou a necessidade de se construir uma estação elevatória de tratamento de esgoto, com orçamento previsto de R\$ 1,3 milhão, para a despoluição do rio Mogi-Guaçu. Pinheiro também requisitou a conclusão da rodovia Guilherme Scatena.

Rubens Maciel (PPS), vereador, abordou o problema da segurança pública. Ele pediu reforma da estrutura interna dos prédios que abrigam serviços das polícias Civil e Militar. Também reivindicou viaturas para o destacamento do Corpo de Bombeiros de São Carlos.

## Secretários apresentam sugestões

João Muller, secretário de Governo de São Carlos, pleiteou o recapeamento da vicinal Abel Teruggi, utilizada para escoamento da produção agrícola, sobretudo, de usinas de álcool, entre os distritos de Água Vermelha e de Santa Eudóxia. Muller pediu também melhoria na frota municipal de caminhões e tratores.



Membros da comissão na Câmara Municipal de São Carlos

O secretário municipal de Fazenda, Gilberto Perre, reforçou a questão da Saúde, apontando que o fornecimento de medicamentos, por parte do Estado, tem sido obtido constantemente mediante decisões judiciais. "Não é diferente com o repasse para o transporte escolar, também de competência estadual. O mesmo não tem sido feito, e o município tem arcado com o custo de R\$ 2 milhões."

O secretário municipal de Agricultura de São Carlos, Sérgio Gonçalves, apontou uma série de dificuldades vividas em seu município. Disse que a produção de leite passa por uma crise e precisa de incentivos, destacou que não foi implantado em São Carlos o Programa Melhor Caminho, assim como as pontes metálicas solicitadas pela cidade. Gonçalves afirmou que o governador vincula o orçamento às suas relações pessoais com os prefeitos.

Pediu também a conclusão da ligação entre São Carlos e Descalvado e infra-estrutura para agricultura familiar.

Marcelo de Paula, secretário municipal de Saúde, se restringiu a três solicitações: a participação do Estado no extrato dos gastos de saúde, a contrapartida no financiamento de atendimento de alta e média complexidade e a reposição de funcionários. O secretário justificou os pedidos exemplificando que enquanto o município pagou R\$ 1,6 milhão nos procedimentos de cateterismo, o Estado cobriu apenas R\$ 600 mil, e que muitos servidores estão sendo aposentados sem que outros sejam contratados.

A vereadora Diana Cury apontou a ausência do Estado em serviços de sua competência: "Cada vereador tem direito a indicar os segmentos que precisam de recursos no limite de até 1,5% do orçamento municipal. Saibam que a maioria dessas indicações foi para equipar a polícia científica e as escolas estaduais."

## Opinião dos deputados

Estiveram presentes à audiência de São Carlos os deputados Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento, José Zico Prado (PT) e Mário Reali (PT). Prado disse que a omissão do governo estadual ao longo dos últimos anos é clara. "Por isso, a comunidade tem o direito e, agora, a oportunidade de dizer onde aplicar o dinheiro público, pois o governador não pode seguir investindo os recursos como bem entende".

Para Mário Reali o orçamento é mal aplicado: "É fundamental que os recursos sejam perenes e não fiquem à mercê da vontade do governador". O deputado disse que as santas casas não podem sobreviver mediante esmolas, precisam de uma destinação estabelecida. "Com a iniciativa da CFO, o orçamento será uma peça real de planejamento dos investimentos do Estado."

O relator do orçamento, Edmir Chedid, afirmou: "Até então, a Assembléia sempre votava o orçamento sem acolher emendas regionalizadas, mas percebemos que esse não é o procedimento correto. O ideal é descentralizar a máquina administrativa com atendimentos regionalizados".

Chedid destacou que num universo de R\$ 80 bilhões (total do orçamento paulista) basta a vontade política para investir um pouco mais em cada região do Estado. "São Paulo não pode seguir perdendo know-how para outros Estados. É preciso que o governador avance nas reduções de alíquotas de ICMS e que aperte a fiscalização contra os sonegadores."



São Carlos abriga campi da USP e da Universidade Federal



A ocupação das terras do município de São Carlos, por volta de 1720, se iniciou na região conhecida como sertão de Araraquara com a abertura de um caminho terrestre para as minas de Cuiabá, no Mato Grosso. Em 1726, a estrada já estava concluída. Partia de Itu, atravessava o rio Piracicaba e acompanhava a margem direita do Tietê, passando por terras onde mais tarde seria aberta a sesmaria de Pinhal, requerida em doação por Carlos José Botelho em 1831. Em 1857, foi fundado o povoado de São Carlos do Pinhal, e nesse mesmo ano, nas terras da sesmaria de Pinhal, Jesuíno de Arruda recebeu a concessão para erguer uma capela sob a invocação de São Carlos e o povoado passou a distrito de paz, atraindo inúmeras famílias que se dedicaram à lavoura. Aos poucos, a povoação foi se desenvolvendo e progredindo administrativa e economicamente. Em 24 de maio de 1858, foi criada a freguesia do município de Araraquara e, em 18 de março de 1865, foi elevada à condição de vila. Poucos anos mais tarde, em 21 de abril de 1880, recebeu foros de cidade e, em 26 de dezembro de 1908, teve alterada sua denominação para São Carlos.

A via férrea beneficiou São Carlos a partir de 1884, quando foi inaugurada a estrada de ferro ligando Rio Claro a São Carlos e, em 1894, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro inaugurou o ramal ferroviário para Ribeirão Bonito, facilitando a comunicação entre essas cidades e evidenciando a importância do município como grande centro cafeeiro do Estado de São Paulo. A partir de 1920, com a crise do café, a economia de São Carlos sofreu um natural abalo, recobrando as forças, no entanto, com a atividade industrial, com a divisão das grandes propriedades agrícolas com o incremento da policultura e da pecuária. O desenvolvimento cultural da cidade ganhou impulso com a criação da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, em 1947. Localizada no centro geográfico do Estado de São Paulo, a cidade de São Carlos, sede da região de governo que tem seu nome, teve o cerrado como a vegetação original predominante. Hoje, ainda há áreas de cerrado e fragmentos de mata preservada, incluindo vários exemplares de araucária de grande porte, árvore-símbolo da cidade. A presença dos campi da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) reforçam o caráter de pólo de desenvolvimento científico e tecnológico, que conta ainda com dois centros da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que produzem tecnologia de ponta nas áreas de melhoramento

genético bovino e de desenvolvimento de equipamentos agropecuários.

Composta por sete municípios, Descalvado, Dourado, Ibaté, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Santa Rita do Passa Quatro e São Carlos, esta região de governo está classificada pelos critérios do IPRS – Índice Paulista de Responsabilidade Social — dentro do grupo 1 (municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais).

Com uma área de 3.829 km<sup>2</sup> e uma taxa de urbanização de 94,36%, pouco acima da média estadual de 93,62%, a região de governo de São Carlos tem uma população total de 374.802 habitantes, com 353.670 residindo em sua área urbana e apenas 21.132 em sua área rural. Apesar de apresentar, como região, bons índices sociais, a análise individualizada por município revela contrastes. Descalvado, Porto Ferreira e São Carlos aparecem no mesmo grupo 1 do IPRS, enquanto Ribeirão Bonito e Santa Rita do Passa Quatro estão no grupo 3 (municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões), já Ibaté está no grupo 4 (baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e escolaridade). No último grupo do IPRS (grupo 5), Dourado apresenta baixos índices em todos os parâmetros, riqueza, escolaridade e longevidade.

Em relação à média estadual, a região de São Carlos apresenta índices de mortalidade quase semelhantes: 6,22 por mil habitantes. No Estado o índice é de 6,18. No aspecto de despesas com saúde, a média da região (R\$ 155,44 per capita) está abaixo da estadual, que é de R\$ 171,41. A oferta de leitos pelo SUS é de 958 e as unidades de Atenção Básica de Saúde espalhadas pelos sete municípios somam 51. Quanto a taxas de analfabetismo, a porcentagem em relação ao Estado é um pouco mais elevada, 7% para 6,64%.

Já em relação a parâmetros econômicos, a região apresentou em 2002 um volume de produção da ordem de 3.978,18 milhões de reais, com destaque para participação da área de serviços, que gerou 1.515,47 milhões de reais. A indústria veio a seguir com 1.378,09 milhões de reais e a agropecuária contribuiu para o total com 1.084,61 milhões de reais. Quanto a postos de trabalho ocupados, as estatísticas de 2003 apontam um total de 53.228 trabalhadores com empregos formais. Deste total, a área de serviços, com 1.958 estabelecimentos, é a que mais emprega: são 22.581 postos ocupados. As 534 indústrias, com 18.305 empregados, vêm a seguir. O comércio absorve 8.662 trabalhadores, distribuídos por 1.876 estabelecimentos, e outras áreas respondem por 3.680 empregos.

Sede de uma região de governo constituída por 19 municípios, o atual município de Araraquara, cujo nome vem do tupi-guarani e significa o refúgio das araras, tem sua história vinculada à fuga de um morador de Itu, Pedro José Zeto, condenado ao degredo. Zeto atravessou o rio Piracicaba e embrenhou-se no sertão de Araraquara, apossando-se de terras desocupadas. Em 1805, construiu uma capela dedicada a São Bento, em torno da qual floresceu a povoação de São Bento de Araraquara, que se desenvolveu graças à cultura cafeeira. Em 6 de fevereiro de 1889, recebeu os foros de cidade.

Composta pelos municípios de Américo Brasiliense, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu e Araraquara, a região de governo está classificada dentro do Grupo três do IPRS (municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões).

Ao se estabelecer uma classificação baseada no Índice Paulista de Responsabilidade Social, é possível agrupar os 19 municípios da seguinte forma: no Grupo 1 (nível elevado de riqueza, com bons indicadores sociais) estão os municípios de Araraquara, Gavião Peixoto e Matão; no Grupo 3 (nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões) aparecem Américo Brasiliense, Borborema, Cândido Rodrigues, Ibitinga, Itápolis, Motuca, Rincão, Santa Lúcia e Taquaritinga; já no Grupo 4 (baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade) estão Boa Esperança do Sul, Dobrada, Fernando Prestes, Nova Europa, Santa Ernestina e Tabatinga. No grupo 5 está o município de Trabiçu, que está relacionado entre os municípios mais desfavorecidos do Estado, tanto em riqueza como nos indicadores sociais.

Com base no Índice, que considera escolaridade, longevidade e riqueza, para classificar os municípios, foi estabelecido um ranking das 645 cidades do Estado. Como destaque da região de governo de Araraquara, temos com as melhores classificações no ranking de riqueza a cidade de Gavião Peixoto (66) e a sede Araraquara (88), nas últimas posições aparecem Tabatinga (443) e Santa Ernestina (447). Em longevidade os melhores índices são para as cidades de Borborema

(43) e Matão (82), na ponta oposta, com as piores classificações, estão Nova Europa (480) e Trabiçu (630). No aspecto escolaridade, os destaques positivos são para os municípios de Nova Europa (33) e Matão (55), já como destaques negativos aparecem Boa Esperança do Sul (437) e Dobrada (472).

No aspecto de demografia, a região de governo de Araraquara apresenta perfil semelhante, em porcentagem de urbanização (92,97), à média estadual (93,65), com sua população de 548.951 habitantes distribuída, em seus 7.189km<sup>2</sup>, da seguinte maneira: 510.381 em área urbana e 38.570 na área rural.

Ao analisar atividade econômica, os índices apurados pela Fundação Seade, em 2002, apresentam como resultado total, gerado pelos três setores da economia considerados, R\$ 8.850,29 milhões. O setor industrial apresentou desempenho de R\$ 3.117,92 milhões, muito semelhante ao do setor agropecuário com R\$ 3.117,31 milhões. No setor de serviços os números registram R\$ 2.615,07 milhões. Os dados da região diferem da tendência do Estado, em que o setor de serviços aparece em primeiro lugar, seguido pela indústria. Com relação a trabalho, a região apresentava, em 2003, 45.809 trabalhadores formais, destes 19.598 na área de serviços, 10.769 na indústria e 9.460 empregados pelos 1.986 estabelecimentos comerciais. O restante, 5.982 trabalhadores, estão distribuídos entre atividades agropecuárias e outras de menor impacto econômico.

Na área de saúde, a mortalidade geral (por mil habitantes) apresenta pequena variação para cima em relação à média estadual, 6,51 para 6,18. A despesa per capita com gastos com saúde, da ordem de R\$164,16, é inferior à média do Estado, que foi de R\$ 171,41. A região contava, em 2003, com 65 unidades básicas de saúde instaladas e 1.653 leitos do SUS disponíveis. No aspecto educação, a região, que foi palco da 22ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, apresentou índice de analfabetismo de 8,32%, acima da média estadual de 6,64%, pelos dados de 2000.



### Faculdade de medicina: 42 anos de espera

O presidente da Câmara Municipal de Araraquara, Ronaldo Napeloso (PPS), apresentou aos membros da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembléia Legislativa um documento contendo as reivindicações da cidade referentes ao orçamento estadual de 2006. A mesa de trabalhos foi composta também pelos deputados Mário Reali (PT), Edmir Chedid (PFL) e José Zico Prado (PT).

Um antigo pleito da região, várias vezes lembrado no transcorrer do encontro, aguardando a disponibilidade de recursos, é a instalação de uma faculdade de medicina, proposta aprovada pela Assembléia Legislativa em 1963.

Napeloso mencionou outros pedidos, como a duplicação da rodovia Araraquara-Jaú, a pavimentação de vias públicas, a criação de unidade da Fatec, a disposição de verbas para as duas santas casas da região e para o hospital psiquiátrico, a construção de casas populares, a dotação de viaturas para o Corpo de Bombeiros, a pavimentação do acesso à Febem e a recuperação de instalações de escolas estaduais.

O líder de governo na Câmara, vereador Carlos Nascimento (PT), afirmou que a Assembléia restabeleceu o processo democrático ao levar o orçamento a debate público. "É importante também que possam ser discutidos o PPA e a LDO."

Nascimento fez um resumo das sugestões da região. "A construção de escola técnica ambiental se faz necessária ante a degradação ambiental, decorrente, sobretudo, do cultivo de cana-de-açúcar. A criação da Defensoria das Águas é outra sugestão para a proteção do meio ambiente. A ampliação do Programa Estadual de Proteção a Testemunhas seria uma forma de minimizar a criminalidade". Nascimento reivindicou também programas de capacitação profissional para os trabalhadores que perderam postos na coleta de cana, a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável para os assentamentos da reforma agrária e o desenvolvimento da economia solidária.

Na área de saúde, Nascimento pleiteou mais recursos para o centro de atendimento psiquiátrico, bem como a criação de programa de combate à anemia falciforme.

### Representantes do Itesp

Entre os cerca de 80 participantes da audiência pública, estavam presentes representantes do Instituto de Terras de São Paulo (Itesp), que apresentaram reivindicações da categoria e do próprio instituto. Segundo Alberto Vasquez, os funcionários do Itesp dão assistência técnica na região de Araraquara para cerca de 10 mil famílias assentadas. "Além da reposição salarial de 45,7%, queremos recursos para melhorar a infra-estrutura dos assentamentos", disse.

Outra categoria do funcionalismo presente na audiência foi a Apampesp, que representa os professores aposentados do Estado. Araci Mendes defendeu para o funcionalismo o reajuste anual conforme estabelece o artigo 37 da Constituição estadual, a data-base e o pagamento de precatórios.

### Municípios vizinhos

O vereador do município de Américo Brasiliense, Donisete Rorato (PT), que também é funcionário público, pediu o fim da política de abonos e gratificações com a incorporação desses itens ao salário. "É importante limitar o número de alunos por sala de aula e exigir a contrapartida do governo no financiamento do lamspe", ele acrescentou.

Outro vereador de Américo Brasiliense, Augusto Santana Rios(PP) solicitou um ônibus para o transporte de esportistas, um prédio sede para a Polícia Civil e a construção de um hospital em sua cidade.

O presidente da Câmara de Matão, Aparecido de Souza (PT), pediu mais atenção ao hospital oncológico de Barretos, que recebe pacientes de toda a



Araraquara: nome vem do tupi e significa refúgio das araras



Público acompanha apresentação de sugestões

região. Disse ainda que seu município precisa recuperar as vicinais e também construir um hospital na parte alta da cidade. "Gostaríamos da instalação de uma escola agrícola para os assentados e da elaboração de política de segurança alimentar", afirmou o vereador, que ainda pleiteou a construção de sedes para o Corpo de Bombeiros e para o Poder Judiciário.

Luiz Carlos Cicuto, vereador de Trabiçu, fez um desabafo sobre o descaso do governo estadual com relação aos pequenos municípios, que imploram por verbas para todos os setores básicos, como a saúde, a segurança, o transporte e a educação.

### Febem

O último bloco de participantes foi formado por moradores de Araraquara e deputados da região. José Carlos Porsano explicou que o governador instalou unidade da Febem na cidade, prometendo a pavimentação de vias de acesso à Araraquara e à unidade. "Hoje, a unidade está esquecida pelo governo, uma vez que a ligação ao prédio é totalmente deficitária, sendo que nada foi implementado além do prédio da Febem."

Pedro Batistini, do Rotary de Araraquara, esclareceu que a faculdade de medicina de Araraquara foi criada mediante lei aprovada pela Assembléia Legislativa em 1963. "Na época, o estabelecimento deveria ser instalado no então distrito de Américo Brasiliense, hoje município emancipado. Esperamos que o próximo orçamento contemple esse pleito, após 42 anos de espera."

Discutir políticas regionais é uma forma nova de abordar o orçamento público. A afirmação foi feita pelo deputado José Zico Prado, que comentou a situação do Itesp e das santas casas: "A comissão tentará contemplar as demandas de Araraquara. Porém, é importante que o povo acompanhe a votação do orçamento no final do ano".

O deputado Mário Reali destacou que muitas ações previstas no Plano Plurianual não estão contempladas no Orçamento ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Reali disse que sugestões apresentadas em diferentes regiões, como recursos para as santas casas, deveriam ser carimbadas no orçamento, ou seja, ter a destinação garantida no próprio texto a ser encaminhado pelo Executivo.

### Recursos existem

O relator do orçamento, deputado Edmir Chedid, explicou que existem pequenos municípios que passam por problemas de sobrevivência, apesar de estarem em uma região rica. "Eles precisam de investimentos para a saúde, estradas vicinais e para criação de mais faculdades", avaliou. O deputado não prometeu incluir todas as sugestões integralmente no orçamento deste ano, mas não descartou a possibilidade de as propostas serem consignadas gradualmente. "Final, uma obra não é concluída em poucos meses", ponderou.

Segundo o relator, o governador deve se licenciar no próximo ano e seu vice, Cláudio Lembo, já sabe que deverá executar um orçamento elaborado com a opinião de toda a população do Estado. "O Estado tem recursos para aumentar os investimentos. Exemplo disso é a CDHU, que tem em caixa cerca de R\$ 600 milhões, recursos suficientes para a construção de mais casas populares", informou o deputado.

O deputado Enio Tatto concordou com o vereador de Trabiçu quanto às dificuldades dos pequenos municípios para conseguir apoio às suas reivindicações, quando estes não têm representação no Legislativo estadual.

Tatto informou que a margem de remanejamento do orçamento paulista é de 17%, uma das maiores do país. "Não é necessário esse percentual. Vamos reduzir isso e aplicar mais dinheiro no atendimento das demandas existentes."

# Araraquara

Américo Brasiliense  
Araraquara  
Boa Esperança do Sul  
Borborema  
Cândido Rodrigues  
Dobrada  
Fernando Prestes  
Gavião Peixoto  
Ibitinga  
Itápolis  
Matão  
Motuca  
Nova Europa  
Rincão  
Santa Ernestina  
Jeriçara  
Miguelópolis  
Patrocínio Paulista  
Pedregulho  
Restinga  
Ribeirão Corrente  
Rifaina  
São José da Bela Vista

# Jaú

Bariri  
Barra Bonita  
Bocaina  
Boracéia  
Dois Córregos  
Igaracu do Tietê  
Itaju  
Itapuí  
Jaú  
Mineiros do Tietê

População lota auditório para ouvir e fazer sugestões ao orçamento

## Serviços de saúde e infra-estrutura

O público de aproximadamente cem pessoas que esteve na Câmara Municipal de Jaú acompanhou a execução do hino da cidade e apresentou demandas da região para serem incluídas no orçamento do Estado.

A mesa de trabalhos da audiência foi formada pelo vice-prefeito da cidade, Milton Prado Lira (PL), o presidente da Câmara local, José Carlos Borgo (PMDB), e pelos deputados José Caldini Crespo (PFL), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto (PT), vice-presidente, Pedro Tobias (PSDB) e Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento.

O vice-prefeito de Jaú, Milton Prado Lira, informou que os municípios que integram a região redigiram uma carta de reivindicações. O primeiro tópico é a maior atenção do Estado para as Santas Casas. Recursos para merenda e transporte escolares, aumento do efetivo policial, construção da terceira faixa da rodovia Barra Bonita-Santa Maria da Serra, bem como seu recapeamento, ampliação do Programa Melhor Caminho, infra-estrutura turística para cidades à beira do rio Tietê e saneamento básico em cidades com mais de 50 mil habitantes compõem o conjunto de solicitações da região.

## Representantes locais

Vereadores de Jaú acrescentaram outras demandas. José Luiz Sette (PSDB) pediu R\$ 5 milhões para o Hospital Amaral Carvalho, que atende diversas cidades. Emílio Baldini (PMDB) pleiteou a instalação de um curso universitário público de Agronomia no Colégio Técnico Agrícola Elias Ferreira.

A criação da região administrativa de Jaú, redistribuição de pedágios, municipalização da arrecadação de multas rodoviárias e melhoria da estrada de Santa Maria da Serra foram os pedidos de José Mineiro de Camargo (PSB). Heloísa Almeida Leite (PTB) ressaltou a necessidade de aprimoramento da merenda escolar e a universalização do saneamento básico.

O hospital de Jaú também é a preocupação do vereador Carlos Ramos (PT), que quer apenas que o governo do Estado pague o que deve à instituição. Segundo ele, as Santas Casas encontram-se sucateadas, frente à falta de organização do Executivo, "pois, enquanto o hospital de Jaú atravessa dificuldades, em Bauru sobram leitos". Ramos acrescentou que a política salarial do funcionalismo público também é desastrosa. "Não há planos de carreira ou reposição salarial. De nada adianta apresentarmos pleitos que, se conquistados, serão vetados pelo governador. Assim, peço que derrubem o veto à emenda para Educação na LDO", afirmou.

## Boracéia

Segundo Marcos Bilancieri, o município de Boracéia foi um dos que mais cresceram no Estado, conforme estatísticas dos dois últimos anos. O município, diz ele, tem sofrido com o tráfego de veículos que cruzam a cidade. Em função disso, pediu a construção de ponte ou a melhoria dos serviços da balsa de ligação a Itapuí, além da construção de um acesso para o município de Arealva. Também solicitou cursos técnicos na região e um posto do Corpo de Bombeiros.

## Sindicalistas

O presidente do Sindicato do Segmento de Papel e Papelões de Jaú, José Itamar, reivindicou incentivos do governo estadual para a instalação de uma fábrica de papel, uma vez que a cidade é a segunda maior produtora de embalagens do Estado.

Outra representante sindical, Sílvia Lima, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, protestou contra a ação empreendida pela tropa de choque da Polícia Militar nas imediações da Assembleia Legislativa, quando professores e alunos teriam sido reprimidos com violência. "Por que a nossa luta? O governo estadual repassou até agora apenas R\$ 140 mil para as 120 unidades do Centro Paula Souza, 10% do previsto no orçamento. O restante foi contingenciado. Só queremos a derrubada do veto à emenda da LDO que garantiria mais recursos para nosso segmento."

Ângela Silva, do Fórum de Participação Popular, também falou sobre a situação das escolas técnicas, reforçando a necessidade de uma faculdade de Agronomia na região.

Na parte final da audiência pública sobre o orçamento em Jaú, alternaram-se as manifestações de parlamentares e de representantes da sociedade civil. O jornalista José Cláudio pediu mais atenção aos moradores de cortiço e recursos específicos para o Poder Judiciário, porque, segundo afirmou, os funcionários da Justiça não têm material de trabalho ou equipamentos.

O presidente da Câmara de Bariri, Luiz Gonzaga Febraro (PSDB), reivindicou a duplicação da rodovia Jaú-Ibitinga, a melhoria da balsa que faz o trajeto Itapuí-Boracéia e a implementação de uma travessia entre Itaju e Arealva, bem como recursos para a Santa Casa e uma unidade do Corpo de Bombeiros para o município.

Pedro Santos, dos Movimentos Populares, reforçou o pedido da melhoria da balsa de Itapuí e maior atenção aos moradores de rua e sem teto.

O deputado Pedro Tobias (PSDB) rebateu as críticas ao governo do Estado. Sobre o veto ao aumento de repasse para as universidades, o parlamentar explicou que hoje o aluno do ensino superior público de São Paulo é o mais caro do mundo, com investimentos de R\$ 37 mil por aluno/ano, enquanto os dos ensinos médio e fundamental despendem R\$ 1,2 mil por aluno/ano. "É nesse segmento que temos que investir." Tobias disse que as universidades têm autonomia financeira, mas precisam informar à sociedade o que fazem com o orçamento de quase R\$ 4 bilhões que recebem ao ano, e gastos praticamente na totalidade com pagamento de pessoal (96%). O deputado apontou ainda a necessidade da duplicação da rodovia que liga Jaú a Araraquara.

O vice-presidente da CFO, Enio Tatto PT, destacou que o orçamento não pode continuar a ser feito como antes, com a destinação de verbas apenas para municípios que contam com representantes da base aliada do governo. "Acredito que isso vai mudar, sobretudo, a partir da experiência da nova mesa diretora e da atual Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia." Tatto lembrou o excedente orçamentário de aproximadamente 5% ao ano, que, segundo ele, deve ser aplicado para atender reivindicações regionais.

O relator do orçamento, Edmir Chedid PFL, finalizou a reunião afirmando que a Assembleia Legislativa quer induzir os prefeitos, vereadores, representantes de entidades, sindicalistas e demais segmentos sociais a se reunirem nas cidades-sede de governo, para discutir como implementar investimentos orçamentários em cada região. "Caberá a este relator encaminhar, posteriormente, o entendimento das sugestões. Assim, poderemos iniciar um processo de adequação do orçamento às demandas, tentando atender a todos da melhor forma possível."



Sede de governo de uma região composta por dez municípios, Jaú, distante cerca de 300 quilômetros da capital, localiza-se na área central do Estado. A cidade, com território de 687 km<sup>2</sup> e população de 122 mil habitantes, tem como principais atividades econômicas as indústrias calçadista – que agrega cerca de 200 fábricas –, têxtil, alimentícia e metalúrgica.

A cultura canavieira também se destaca na região, sendo grande produtora de açúcar e álcool. Jaú comemorou em 15 de agosto deste ano 152 anos de fundação. Conhecida na época de seu surgimento como Barra do Ribeirão de Jaú, esta região costumava ser ponto de descanso dos bandeirantes que estavam a caminho das minas de Cuiabá, seguindo pelo rio Tietê. Resultado da iniciativa de alguns de seus moradores, que, reunidos na fazenda de Lúcio de Arruda Lima, decidiram fundar o povoado com terras doadas por Francisco Gomes Botão e tenente Manoel Joaquim Lopes, entre a margem esquerda do rio Jaú e a do córrego da Figueira. Os próprios povoadores tratavam de executar os planos da futura cidade e, entre as primeiras construções, estavam um cemitério e uma choupana destinada a serviços religiosos católicos. A antiga capela de Nossa Senhora do Patrocínio do Jaú, em território de Brotas, no município de Rio Claro, foi elevada a curato por provisão de 1856, ordem do bispo de São Paulo, dando início ao desenvolvimento político-administrativo do município de Jaú.

De acordo com a classificação proposta pela Fundação Seade e com base nos indicadores econômicos e sociais das cidades, constata-se que esta região de governo, composta por apenas dez municípios, se encontra em situação heterogênea. No grupo 1, por apresentarem nível elevado de riqueza com bons indicadores sociais, estão Barra Bonita e Jaú. No grupo 3, que agrega cidades com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais, estão Bariri e Itaju. As cidades de Bocaina e Boracéia, por apresentarem índice de riqueza baixo, mas com nível médio de longevidade, estão no grupo 4. Dois Córregos, Igaracu do Tietê e Itapuí, municípios em pior situação no IPRS, estão no grupo 5.

Nesta região, o índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, é de 9,13%. Jaú, com uma taxa de 7,42%, embora menor que a média regional, tem um índice acima da média estadual, que é de 6,64%. Quanto à taxa de mortalidade geral a

cada mil habitantes, Jaú e região, com índice de 7%, estão próximos da média estadual, que é de 6,18%. Por sua vez, em relação à mortalidade por agressões percentuais, a região tem índices muito melhores que a média estadual, pois, enquanto o Estado tem 28,40 vítimas a cada cem mil habitantes, a região apresenta 5,82 mortes por agressões. Em relação à longevidade, com base em classificação proposta pela Fundação Seade, Jaú se encontra na categoria considerada alta, já a região, em categoria média.

O valor gasto com Saúde, por habitante, nesta região está aquém da média do Estado. Em 2003, enquanto a média estadual ficou na faixa dos R\$ 170, esta região gastou por volta de R\$ 105. Jaú, com um gasto médio de R\$ 85, foi ainda mais econômico. Em relação ao saneamento básico, que envolve abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo, Jaú apresenta índices semelhantes à média estadual. Com uma área territorial de 3 mil quilômetros quadrados, esta região de governo tem uma população estimada em 280 mil habitantes. A taxa geométrica de crescimento da população desta região de 1,58% ao ano, se encontra abaixo da média estadual, que é de 1,72%. Em relação à urbanização, o índice de 95,51% é superior à da média do Estado (93,65%).

Assim como na região de Bauru, o comércio e a prestação de serviços também são os setores responsáveis por empregarem a maioria dos trabalhadores desta região, mas o trabalho nas indústrias tem sua importância na economia regional. No ranking municipal de desenvolvimento humano, que classifica o município em relação a outras cidades do Estado, de acordo com índices de longevidade, educação e renda, apenas Jaú e Barra Bonita estão entre os cem mais bem posicionados.

Em 2004, com exportações, esta região faturou, em reais, cerca de 41,5 milhões, sendo que Jaú, com cerca de 19 milhões em exportação, foi responsável por quase metade deste valor. O PIB desta região, de R\$ 2,2 bilhões, é inferior ao da região de Bauru. Jaú, município sede desta região de governo, com R\$ 738 milhões, é responsável por quase um terço do PIB regional. A frota de veículos da região é de 97 mil carros. Em julho de 2000, Jaú apresentou uma média salarial R\$ 890. Já o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios na região foi R\$ 790, mas ambos ficaram aquém da média estadual naquela ocasião, que foi de R\$ 1.070.

Localizado na área centro-oeste do Estado, distante 290 quilômetros da Capital, Bauru é a sede de uma região de governo composta por dezenove municípios. Devido ao cultivo de café e à construção da Estrada de Ferro Sorocabana, no início do século passado, a região teve grande desenvolvimento político-administrativo na ocasião. Atualmente, Bauru, com população estimada em 343 mil habitantes, território de 674 km<sup>2</sup>, tem como principais atividades econômicas o comércio e a prestação de serviços. O município tem, ainda, três distritos industriais, desenvolvida atividade agropecuária, e cinco universidades que agregam 18 mil universitários.

A vasta região onde hoje se localiza Bauru era, antigamente, habitada por indígenas. Felcissimo Antônio de Souza Pereira se deslocou até Botucatu, numa viagem demorada e lá registrou a posse, colocando no final do documento: Bauru, 15 de abril de 1856. O atributo de fundador da cidade foi dado, no entanto, ao bandeirante mineiro Azarias Ferreira Leite que ali chegou em 1889, iniciando a cultura de café em sua fazenda. Com isso, outros pioneiros foram atraídos para o povoado, que passou a ser grande produtor de café. Em 30 de agosto de 1893, foi criado o distrito no extinto município de Espírito Santo da Fortaleza. Em 1º de agosto de 1896, a sede do município foi transferida de Espírito Santo da Fortaleza para o povoado de Bauru, assumindo o município esta denominação.

De acordo com a classificação proposta pela Fundação Seade – por meio do Índice Paulista de Responsabilidade Social, que afere os indicadores econômicos e sociais das cidades e as classifica em grupos, numa escala de 1 a 5 — observa-se que das dezenove, apenas o município sede se encontra no grupo 1, pois apresenta um nível elevado de riqueza com bons indicadores sociais. Agudos, Arealva, Borebi, Duartina, Iacanga, Lençóis Paulista, Pederneiras e Piratininga estão classificadas no grupo 3, que agrega as cidades com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais. Já Avai, Cabralia Paulista, Lucianópolis, Macatuba, Paulistânia, Pirajuí, Reginópolis e Ubirajara, por apresentarem nível de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade situam-se no grupo 4. Completam esta região de governo Iacanga e Presidente Alves. Ambos estão no grupo 5, que reúne os que estão em pior situação no IPRS.

Bauru apresenta índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, de 5,24%. Em conjunto, a região de governo apresenta índice de 7,10%, maior que a média estadual (6,64%). Em 2004, a região apresentou índice de 6,29% de mortalidade geral a cada mil habitantes, equivalente à média estadual (6,18%). Já o índice referente à mortalidade por

agressões dessa região, de 13,51 a cada cem mil habitantes, é bem inferior à da média do Estado, que é de 28,40. Em relação à longevidade, a região apresenta índices semelhantes à média estadual.

Com base nos dados de 2003, da Fundação Seade, verifica-se que essa região de governo teve uma despesa per capita com Saúde aquém da média estadual. Enquanto o Estado gastou cerca de R\$ 170, em média, com habitante, esta região de governo gastou apenas R\$ 115. O município sede gastou menos ainda, cerca de R\$ 100. O Coeficiente (de 4,17 por mil habitantes) de leitos gerais ou especializados situados em estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) destinados a prestar atendimento gratuito à população, está acima da média estadual, que é de 1,97 por mil habitantes. Por sua vez, Bauru tem um coeficiente ainda mais alto (5,10).

Em relação ao saneamento básico, que engloba abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo, Bauru e os demais municípios apresentam índices semelhantes à da média estadual.

Esta região de governo tem uma população estimada em 586.324 habitantes numa área de 8.589 quilômetros quadrados. A taxa geométrica de crescimento da população, de 1,53% ao ano, se encontra abaixo da média estadual, que é de 1,72%. Em relação à urbanização, o índice de 82,28% também é inferior à da média do Estado (93,65%).

A maioria dos trabalhadores desta região de governo atua no comércio e na prestação de serviços, sendo que a indústria responde por uma pequena parcela no emprego de mão de obra. No ranking estadual de riqueza proposto pela Fundação Seade, que leva em consideração critérios como consumo de energia elétrica em residências, agricultura, comércio e nos serviços, bem como a remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público, esta região foi classificada, segundo dimensões do IPRS, na categoria alta.

Em 2004, com exportações, esta região faturou R\$ 245 milhões e apresentou um Produto Interno Bruto (PIB), em 2002, de R\$ 4,7 bilhões. A frota de veículos da região é de 200 mil carros. Em julho de 2000, o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios (R\$ 950) ficou abaixo da média estadual, que foi de R\$ 1.076. Bauru, entretanto, apresentou rendimento salarial na faixa de R\$ 1.131.



### Participação de estudantes e professores

Estudantes da Unesp e representantes da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo assistiram, no dia 15/9, à abertura da 24ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, realizada na Câmara Municipal de Bauru. O público de aproximadamente cem pessoas compareceu para discutir o orçamento estadual para 2006.

O presidente da comissão, José Caldini Crespo (PFL), disse que é muito difícil um cidadão conhecer todo o território paulista. “Por isso, a comissão constatou que para conhecer as dificuldades e as necessidades de cada município da região era preciso ir ouvir o que a comunidade tem a dizer.”

Na audiência, os primeiros pronunciamentos foram feitos por representantes de segmentos da Educação e estudantes. Sílvia Lima, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, protestou contra a repressão feita pela tropa de choque da Polícia Militar aos manifestantes que estavam nos arredores da Assembléia Legislativa no dia anterior, para pedir a derrubada do veto do governador à emenda da LDO que aumenta o repasse de verbas para a Educação.

Também se manifestaram os estudantes Juliana Leitão, da Une, Gustavo Mineiro, do DCE da Fatec, e a professora aposentada Maria José Xavier. Juliana disse que as portas da Casa do povo estavam fechadas por ocasião dos incidentes envolvendo policiais. E Mineiro cobrou o voto do deputado Pedro Tobias em favor do que a população quer. Já a aposentada, além de reforçar o pedido de derrubada do veto, reivindicou a contrapartida do governo na manutenção do Iamspe, segundo ela, um hospital construído com o dinheiro dos funcionários públicos.

### Em torno da Educação

A audiência prosseguiu com a polêmica em torno da Educação. Seguidas manifestações sobre o assunto resultaram num debate acalorado. O jornalista Pedro Valentim, de Bauru, afirmou que somente os ricos estão nas universidades públicas, e que os recursos adicionais deveriam ser aplicados no ensino médio, para melhor preparar os alunos que se candidatam ao ensino superior.

O professor da Unesp Geraldo Bérnago disse que os saudosos da ditadura colocaram a polícia contra os manifestantes, porque estes desagradam as elites. “Hoje, com a ampliação do ensino médio, os formados acabam aumentando a demanda universitária, que, portanto, também precisa ser ampliada.”

Segundo o professor, a presença da Unesp em um município não provoca apenas impacto na economia do futuro. “Ela movimenta a economia presente. Professores e alunos também são consumidores.”

Outra professora, Marilena, falou em nome da Apeosp, do CPP e da Afuse. Ela disse que os servidores da Educação estão apanhando da polícia há muitos anos. “Isso tem acontecido seguidamente, porque a Educação não é tratada com respeito.”

Roberto Graziani, representante da Secretaria Estadual da Cultura, após pedir incentivos para as oficinas de cultura, tentou defender o governo e foi contestado com veemência pelos estudantes.

Mariuze Lima, do Sindsaúde, pediu melhores condições para o atendimento de saúde e lembrou que o projeto de reajuste anunciado pelo governador ainda não chegou ao Legislativo.

Nilma Silva, da Unesp, destacou o trabalho de pesquisa feito dentro das universidades e do qual a comunidade não tem conhecimento. Bruno Terribas,



Estudantes da Unesp protestam contra veto do governador a emendas à LDO

estudante de Jornalismo da Unesp, esclareceu que o embate entre escola pública ou privada não interessa ao meio acadêmico, nem as acusações políticas fazem diferença. “O que importa é defender o ensino.”

### Demandas sem polêmica

Poucos falaram sobre as demandas específicas de Bauru. Wilson Brasil pediu a iluminação do trecho da rodovia Marechal Rondon entre Gasparini e Unip. Valdir Caso pediu tratamento de esgoto despejado nos rios Bauru e Tietê, a duplicação da rodovia Bauru-Iacanga e a ligação ao aeroporto de cargas de Bauru, a ser concluída no próximo ano. Esses dois pedidos foram apoiados pelo vereador Benedito Silva (PSDB), que também reivindicou a conclusão do Hospital do Centrinho. O vereador Paulo Martins Neto (PFL), pediu a conclusão de viaduto entre os bairros de Bela Vista e Vila Falcão.

Apesar de ter sido alvo de críticas dos manifestantes, o deputado Pedro Tobias (PSDB) conseguiu pontuar, sem interrupções, as demandas que considera importantes para Bauru, como o recapeamento da rodovia que liga a cidade a Marília, a conclusão do acesso ao aeroporto e a ampliação do Hospital do Centrinho, que, segundo ele, precisa de equipamentos e aparelhos auditivos.

O vice-presidente da comissão, Enio Tatto (PT), explicou que o impasse quanto ao veto à emenda para a Educação foi gerado porque havia um acordo de que seria aprovada essa única emenda. O governador não a vetaria, uma vez que os deputados haviam aberto mão de outros itens. “Não foi o que ocorreu, o Executivo acabou vetando a emenda que favoreceria a Educação.”

Tatto disse que não se surpreende com as manifestações, porque elas são a expressão de uma sociedade livre, que muito lutou pela democracia.

Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento, afirmou que a reunião assumiu um tom político e que não houve muitas apresentações de demandas. “Mas, a audiência pública também é campo de debates polêmicos”, disse ele, ponderando, porém, que a comissão foi a Bauru, independentemente de partidos, para aprovar um orçamento mais justo. “Não pretendemos fazer do orçamento um palanque político, queremos investir os recursos de maneira mais justa.”

O deputado Chedid visitou o Centrinho e ressaltou o trabalho feito naquele hospital junto a pacientes com lábio leporino. “Temos que encontrar um meio de garantir mais recursos para que o tio Gastão, como é conhecido o diretor do Centrinho, continue seu trabalho.”

O presidente da Câmara, Antonio Carlos Garms (PSDB), reforçou as reivindicações para o Centrinho e disse que o local atende pessoas inclusive de outros países.

# Bauru

Agudos

Arealva

Avai

Balbinos

Bauru

Borebi

Cabralia Paulista

Duartina

Iacanga

Lençóis Paulista

Lucianópolis

Macatuba

Paulistânia

Pederneiras

Pirajuí

Piratininga

Presidente Alves

Reginópolis

Ubirajara



Pedro Tobias, Enio Tatto, Caldini Crespo e Antonio Carlos Garms

# Marília

- Álvaro de Carvalho
- Alvinlândia
- Echaporã
- Fernão
- Gália
- Garça
- Júlio Mesquita
- Lupércio
- Marília
- Ocaçu
- Oriente
- Oscar Bressane
- Pompéia
- Vera Cruz
- Santa Lúcia
- Tabatinga
- Taquaritinga
- Trabiju

## Melhorias em educação e estradas

Professores da ativa e aposentados marcaram presença na audiência pública realizada em 19/9, na Câmara Municipal de Marília, com a presença de aproximadamente 40 pessoas.

Vinicius Camarinha, deputado pelo PSB, lembrou a máxima de Franco Montoro: "o povo não vive no Estado ou na União, vive nos municípios". O parlamentar apresentou algumas reivindicações que considera importantes para Marília: duplicação da rodovia Marília-Bauru, recursos para ampliação do atendimento de saúde de Marília, atenção para entidades assistenciais e infra-estrutura para a Fatec local. Camarinha também saudou os segmentos da Educação presentes na audiência.

## Servidores estaduais

A sede da Polícia Técnico-Científica de Marília precisa de novas instalações. A demanda foi apresentada por Maria Leonor Munhoz. Ela explicou que o local é inadequado e falta espaço para manter os arquivos.

A professora aposentada Laura Gradim, em nome da Apampesp, disse que já se cansou de mendigar reajuste salarial.

Além de solicitar a encampação da Faculdade de Medicina de Marília pela Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, Vanderlei Pinto, da Unesp, pleiteou saneamento básico para a cidade, a duplicação da rodovia Marília-Bauru, e recursos para implementação de novos cursos na universidade em que trabalha.

Maria Valéria Barbosa, da Fatec, pediu a derrubada do veto às emendas da Educação na LDO e criticou o deputado Zuza Massih (PRP), da região, pela falta de diálogo com sua comunidade e pela sua ausência na reunião. Valéria destacou também a existência de muitas favelas em Marília, e pediu recursos para moradias populares.

O Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza foi representado por Denise Rikala. "A preocupação do Sinteps tem sido manter a qualidade do Centro Paula Souza frente à crescente ampliação de cursos da Fatec. Assim, precisamos de mais verbas e da derrubada do veto." Denise também informou que grande parte dos recursos destinados inicialmente no orçamento ficam retidos pelo governador.

## Vereadores da região

Alvinlândia enviou representantes para a audiência em Marília. O presidente da Câmara daquela cidade, Ivan Zinetti (PMDB), pediu a instalação de uma universidade pública no município. O vereador Alcídio Oliveira (PFL) indicou como demanda o prolongamento da rodovia Castelo Branco, estadualização da BR-153, recursos para serviços de assistência social e a ampliação do atendimento da Fundação para o Remédio Popular. O vereador de Garça,



Viniçius Camarinha (à direita) fala na Câmara Municipal de Marília

Massao Ogawa (PSDB), priorizou a segurança pública, pedindo o aumento do efetivo policial e o aprimoramento do trabalho da polícia comunitária.

Os vereadores de Marília também apresentaram sugestões. Valter Cavina (PSDB), pontuou como prioridade a construção de marginais na rodovia do Contorno. Reivindicou ainda o prolongamento da rodovia Castelo Branco e a conclusão da ponte que liga São Paulo (em Paulicéia) ao Mato Grosso, com passagem inferior. Carlos Bassan (PT), disse que é necessário haver mais incentivo para as pequenas e micro empresas. "O pequeno empreendimento tem sido a saída para o desemprego." Hely Biscaro (PDT), pleiteou melhores salários para o funcionalismo, sobretudo para os policiais civis. Pediu recursos para o hospital de Marília e protestou contra o abandono em que se encontram as ferrovias no Estado.

## Inclusão social

Adelson Monteiro disse que os bairros distantes do centro de Marília sofrem com problemas de violência nas escolas e com a falta de urbanização. "Precisamos de investimentos na Educação, inclusive no ensino superior, para melhor atender os jovens e garantir a inclusão social", disse.

Rosalina Costa, da Apampesp, reforçou a reivindicação da contrapartida do governo estadual para a manutenção do lamspe. Sueli Lima, da Unesp, protestou contra a repressão aos professores e alunos universitários, nas imediações da Assembléia Legislativa, e insistiu na importância da derrubada do veto às emendas da Educação na LDO.

## Final de reunião

Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento, lembrou a alta taxa de mortalidade em rodovias da região. Segundo ele, isso justifica os diversos pedidos de melhoria para as estradas.

O relator explicou que os escritórios regionais responsáveis pelo planejamento de investimentos do Estado estão restritos às sedes administrativas e não têm condições de reunir a sociedade para ouvir suas sugestões, a exemplo do que a Comissão de Finanças e Orçamento está fazendo agora.

"O orçamento trata as aplicações de forma genérica, aponta melhorias na rede de esgoto, mas não especifica em que localidade isso vai acontecer. Precisamos definir isso no relatório, a partir das sugestões apontadas", afirmou Chedid, ressaltando que os secretários estaduais, muitas vezes, não determinam o que cada região precisa, porque não conferem os problemas *in loco*.

Para o relator, é inadmissível que Marília sofra com a falta de urbanização de favelas, enquanto a CDHU tem dinheiro em caixa para investir em construção de moradias.

O presidente da Câmara de Marília, Herval Seabra (PMDB), encerrou o evento saudando a iniciativa da comissão de ir a Marília para ouvir quais são os problemas da região, segundo ele, muito bem compilados pelo deputado Edmir Chedid.



Vereador Valter Cavina, na tribuna



As terras de excepcional qualidade da região atraíram os primeiros pioneiros. Dois desses desbravadores, Antônio Pereira da Silva e seu filho José Pereira da Silva (Pereirinha), adquiriram, em 1923, 53 alqueires de terras, os quais constituíram o "Alto Cafezal", primeiro nome dado a Marília. Bento de Abreu Sampaio Vidal, em 1926, também adquiriu uma extensa faixa de terra.

A Companhia Paulista de Estrada de Ferro chegou a Lácio; as estradas que iam sendo inauguradas no ramal eram denominadas por ordem alfabética, sendo que o próximo ramal deveria ter seu nome começado pela letra "M".

Foram propostos vários nomes, como "Marathona", "Mogúncio" ou "Macau"; mas Bento de Abreu não ficou satisfeito com nenhum deles. Propôs o nome Marília inspirado no livro de Thomaz Antonio Gonzaga, Marília de Dirceu. Marília chegou à categoria de município em 24 de dezembro de 1926, mas sua instalação oficial foi em 4 de abril de 1929, data em que é comemorado seu aniversário.

O município de Marília é a sede da região de governo que engloba também os municípios de Álvaro de Carvalho, Alvinlândia, Echaporã, Fernão, Gália, Garça, Júlio Mesquita, Lupércio, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia, Vera Cruz, Santa Lúcia, Tabatinga, Taquaritinga e Trabiju.

De acordo com dados da Fundação Seade, a população da região é de 338.191 habitantes, 0,85% da população do Estado, enquanto a área, de 5.030 km<sup>2</sup>, representa 2,02% da área estadual. A taxa geométrica de crescimento populacional ao ano, entre 2000 e 2005, foi de 1,53%, abaixo da

do Estado, de 1,72%, embora a mesma taxa apenas do município de Marília tenha sido de 2,05%.

As taxas de natalidade (por mil habitantes), de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos) e de mortalidade geral (por mil habitantes) são todas ligeiramente superiores às do Estado: 6,58 para 6,18, 14,68 para 14,25 e 6,58 para 6,18, respectivamente. Contudo, a taxa de mortalidade por agressões (por cem mil habitantes) é bem menor do que a do Estado: 12,31 para 28,40. Destaca-se a taxa de mortalidade por acidentes de transporte (por cem mil habitantes), de 18,62, superior à do Estado, de 17,36.

A região como um todo se enquadra no grupo 3 do Índice de Responsabilidade Social, cujos municípios têm nível de riqueza baixo, mas bons indicadores nas demais dimensões (longevidade e escolaridade). Apenas os municípios de Gália e Trabiju estão no grupo 5, que enquadra os municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza como nos indicadores sociais. Pompéia é o único município da região no grupo 1, com nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais.

A economia da região concentra-se no setor de serviços, tendo produzido, em 2002, R\$ 1.117,40 milhões, 57,68% da produção total. A agropecuária produziu R\$ 259,03 milhões e a indústria, R\$ 560,67 milhões. O PIB da região é de R\$ 1.976,28 milhões, 0,48% do PIB estadual, que é de R\$ 438.148,30 milhões.

A região de governo de Marília investe mais em saúde, per capita, do que o Estado. Enquanto a média da região é de R\$ 234,25, a do Estado é de R\$ 171,41. A porcentagem de analfabetismo, porém, é maior do que a estadual: 8,65% para 6,64%.

Fundada em 12 de outubro de 1929 por Luiz Souza Leão, Tupã localiza-se no espigão dos rios do Peixe e Feio (ou Aguapeí). Inicialmente, a região era uma densa floresta, o que fez com que a exploração da madeira se tornasse uma importante atividade. O nome Tupã (deus do Trovão ou Espírito Bom) é uma homenagem aos índios, os primeiros habitantes do local.

Em dois de outubro de 1934, o povoado foi elevado à categoria de distrito do município de Glicério. O distrito foi elevado a município em 30 de novembro de 1938, com território desmembrado dos municípios de Araçatuba, Birigui, Glicério e Marília.

Arco-Íris, Bastos, Borá, Herculândia, Iacri, João Ramalho, Parapuã, Quatá, Queiroz, Quintana e Rinópolis são os municípios da região de governo cuja sede é o município de Tupã.

A população da região é de 150.925 habitantes, aproximadamente 0,38% da população do Estado. Ocupa uma área de 4.093 km<sup>2</sup>, 1,65% da área de todo o Estado, que é de 248.600 m<sup>2</sup>. A taxa geométrica de crescimento populacional ao ano, de 0,66%, é bem inferior à estadual, de 1,72%.

A taxa de natalidade é de 7,06 por mil habitantes, ligeiramente superior à do Estado, enquanto que a taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos apresenta taxa significativamente superior à estadual: 17,11 para 14,25. A mortalidade geral

é de 7,06 por mil habitantes, a por agressões é bem inferior à estadual – 10, por cem mil habitantes, para 28,40 do Estado; a causada por acidentes de transporte é praticamente igual: 17,34 para 17,36.

A região de governo de Tupã está no grupo 4 do IPRS, grupo que engloba os municípios que apresentam baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e escolaridade. Quase todos os municípios da região enquadram-se neste grupo. Apenas Bastos, Borá e Queiroz estão no grupo 3, com nível de riqueza baixo mas bons indicadores sociais, e Herculândia, no 5, com índices baixos tanto em riqueza como nos indicadores sociais.

A agropecuária é a atividade que mais movimentava a economia da região: R\$ 579,79 milhões, seguida pela de serviços, R\$ 512,25 milhões e, bem atrás, a indústria, R\$ 283,34 milhões. O PIB, em 2002, foi de R\$ 1.351,64 milhões, 0,31% do PIB de todo o Estado.

Diferentemente da região de Marília, a de Tupã investe menos em saúde do que o Estado: R\$ 126,20 per capita, contra R\$ 171,41 do Estado. No saneamento, porém, atende, por exemplo, no esgoto sanitário, uma porcentagem maior do que a estadual: 93%, para 86% do Estado. A taxa de analfabetismo da região, de 11,26%, é bem maior do que a do Estado, de 6,64%.



### Região prioriza obras viárias e hospitais

A Câmara Municipal de Tupã recebeu em 19/9 cerca de 50 pessoas para participar da audiência pública que colheu sugestões ao orçamento estadual de 2006. Na mesa de trabalhos estavam o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Caldini Crespo (PFL), o relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), o prefeito de Tupã, Waldemir Lopes, o presidente da câmara local, Antonio Alves de Sousa, e a procuradora Heloisa Barreto.

Crespo anunciou os resultados parciais da série de audiências promovida em todas as regiões de governo do Estado: "Até o momento, já recebemos mais de duas mil propostas nas 25 reuniões realizadas", disse, lembrando que a comissão não pode prometer atender a todos os pedidos, mas que vai tentar adequá-los da melhor forma possível. "Queremos que a destinação de recursos seja mais precisa, evitando que uma fila de prefeitos se forme na porta do Executivo para, praticamente, implorar verbas".

### Servidores da segurança

Telma Tulim, da Delegacia de Defesa da Mulher, disse que a região sente a falta de um representante no Legislativo e alertou para os problemas criados pela instalação de muitos presídios na região.

Outro representante da Segurança Pública em Tupã, o perito criminal Antonio Carlos Meireles protestou contra o reajuste diferenciado dado pelo governador aos servidores do setor. Pediu também mais cursos para a Unesp da cidade e o asfaltamento de toda a ligação entre Tupã e Clementina.

### Problemas da cidade

O prefeito de Tupã, Waldemir Lopes, afirmou na audiência pública que grande parte dos problemas municipais é decorrente da distribuição incorreta do ICMS, que permite às cidades com alta arrecadação receber repasses maiores. "O rico fica cada vez mais rico." Lopes também reclamou da sistemática de parcerias na qual somente o município investe nos projetos. Como exemplo, citou parcerias na área de educação, que consomem recursos do município em detrimento de aplicações em obras que são de sua exclusiva competência. "O Estado tem de arcar com o que lhe compete", advertiu.

O prefeito também pediu mais recursos para a saúde, sobretudo em razão de os hospitais da cidade e região receberem presidiários - que acabam tendo atendimento prioritizado -, enquanto gestantes, idosos e crianças ficam aguardando atendimento em extensas filas.

De acordo com Lopes, o asfaltamento das cidades está prejudicado e a cobrança por esse serviço foi proibida. "Não temos recursos para proceder à repavimentação. Assim, solicito que nos apontem uma solução para o problema." O prefeito também apontou a necessidade de recuperação de vicinais, como a que liga Tupã à cidade de Iacri. Lopes cobrou a participação das usinas de álcool no financiamento dessas obras. "Elas são, em grande parte, as responsáveis pela deterioração das estradas".

### Estradas e ligações

Recapamento de vicinais, recuperação de ruas, duplicação da rodovia Bauru-Marília e extensão da rodovia Castelo Branco até o município de Quatá foram algumas das reivindicações apresentadas pelo presidente da Câmara de Tupã, Antonio Alves de Sousa.

O vereador Celso Morelli também mencionou a extensão da rodovia Castelo até Quatá. Morelli sugeriu maior aporte de recursos para procedimentos eletivos de saúde, bem como os de alta e média complexidade. Também apontou os problemas envolvendo o atendimento especial de presos nos hospitais da região. Seu colega Cláudio Gomes quer a duplicação da rodovia que liga Tupã a Panorama, enquanto outro vereador, Valter Moreno, fez o que ele mesmo chamou de desabafo, reclamando do esquecimento ao qual foram relegados, pelo Estado, os municípios pequenos em serviços essenciais como saúde, transporte e educação.

Estradas melhores foram o foco do pronunciamento do vereador de Tupã, Danilo Aguiar Filho. Ele pleiteou a recuperação do trecho Iacri-Panorama da SP-294 (rodovia Comandante João Ribeiro Barros), da estrada municipal Tupa-Estremadura (passando pela represa do Sete), e das ligações entre Tupã e os municípios de Arco-Íris e de Queiroz, e ainda entre a cidade e os distritos de Parnaso e Varpa.

Lázaro Rodrigues Filho, secretário da Agricultura de Tupã, lamentou as condições em que se encontram as ferrovias e estradas da região, o que, segundo ele, compromete o escoamento da produção, travando o desenvolvimento econômico.



Procuradora federal Heloisa Barreto

O secretário de Administração de Tupã, João Bento Oliveira, destacou o investimento na área social: "O Estado precisa propiciar meios de inclusão social, seja mediante ampliação de cursos universitários públicos ou por ações contra o desemprego."

### Outras participações

Neide Disperati, da Associação de Aposentados e Pensionistas, defendeu a implantação de uma universidade da terceira idade em Tupã. Neide lembrou que a cidade é uma estância turística e que precisa ter esse setor priorizado, com recursos para a restauração do solar e do museu de Tupã.

Sonia Lopes, vereadora de Bastos, enumerou várias propostas, como aumento de verbas para a Educação, recuperação da vicinal da seda e da ligação entre Tupã e Panorama, para o escoamento da produção de ovos. A implantação do Fórum de Bastos também foi solicitada pela vereadora, que não deixou de mencionar a necessidade de reformar o Recinto de Exposições de Bastos.

### Regionalização do orçamento

O relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), disse que a intenção do Legislativo é regionalizar o orçamento em 2006 e o custeio do Estado em 2007. Seu relatório deverá incluir recursos para a recuperação de vicinais e para as Santas Casas. "A saúde é deficitária e nenhuma das administrações do governo federal tem aplicado a arrecadação da CPMF como deveria. Temos de cobrar da União esse procedimento, que é um direito dos municípios e de seus habitantes. Deputados com expressiva votação na cidade poderiam ter feito mais por Tupã, se já estivesse consagrada a regionalização do orçamento. Mas, nem por isso, vamos criticar o governo. Estamos na cidade para colher sugestões que contribuam para a elaboração de um orçamento diferenciado", afirmou Chedid. O parlamentar citou as propostas feitas e afirmou que todas foram anotadas com cuidado para integrar seu relatório.



Moradores da região de Tupã participam da audiência. Na primeira fila (segundo à direita), o relator Edmir Chedid

Tupã

Arco-Íris

Bastos

Borá

Herculândia

Iacri

João Ramalho

Parapuã

Quatá

Queiroz

Quintana

Rinópolis

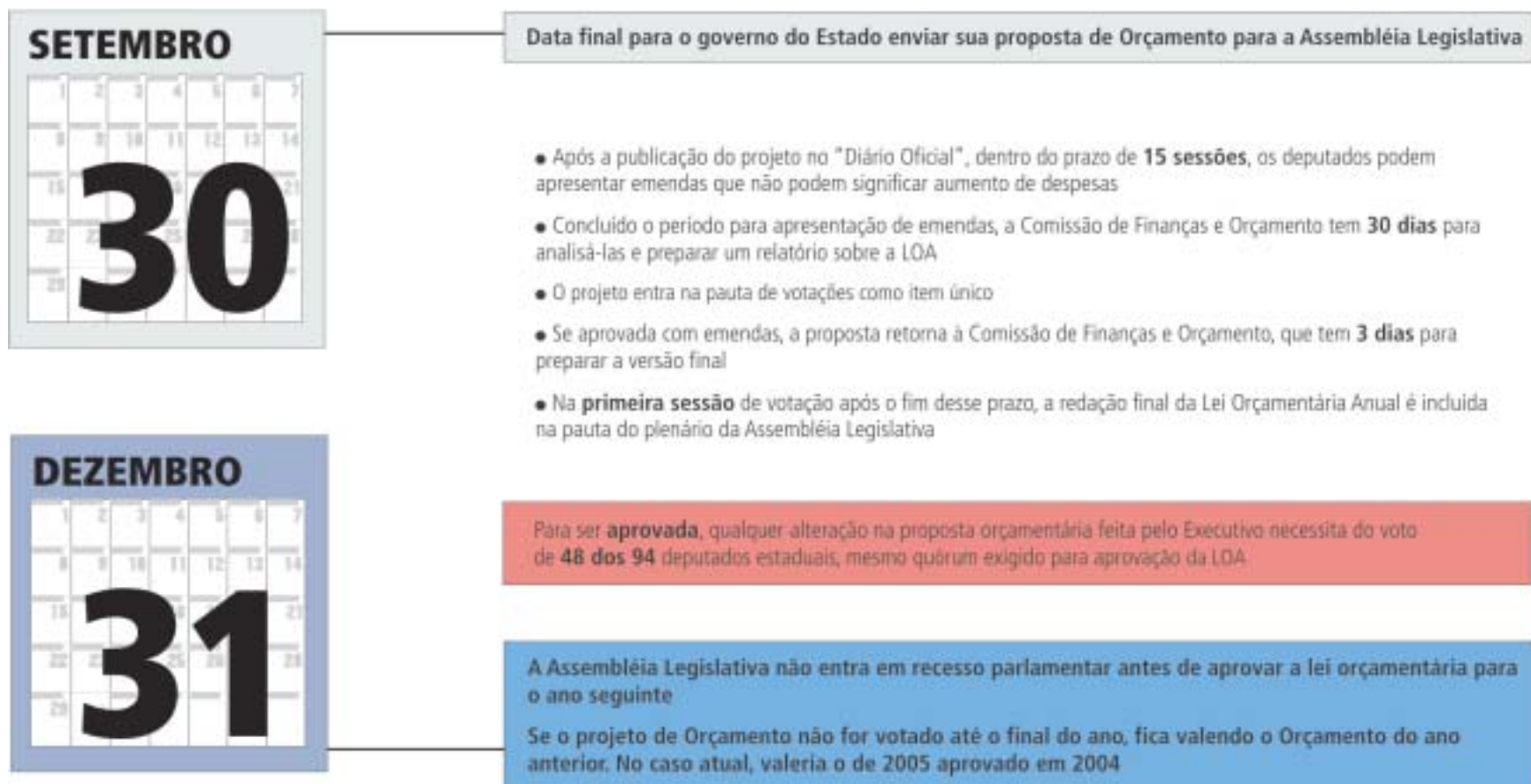
Tupã

# ENTENDA COMO É FEITO O O

## As leis orçamentárias



## A tramitação do Orçamento



## Glossário

**Amortização da dívida** - Despesas com pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária.

**Contingenciamento** - Procedimento empregado para assegurar o equilíbrio orçamentário, ou seja, permitir o equilíbrio entre a execução das despesas e a disponibilidade efetiva de recursos.

**Déficit orçamentário** - Situação em que as despesas são maiores do que as receitas, havendo distinção entre déficit previsto e o déficit da execução orçamentária.

**Déficit primário** - É a soma das receitas menos as despesas

do governo, sem contar os gastos com juros das dívidas interna e externa.

**Despesa corrente** - Classificação que agrupa e detalha as despesas de custeio das entidades do setor público e custos de manutenção de suas atividades, tais como as relativas a vencimentos e encargos com pessoal, juros da dívida, compra de matérias-primas, bens de consumo, serviços de terceiros e outros.

**Dívida consolidada** - Montante total das obrigações financeiras do Estado assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a 12 meses. Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 meses cujas receitas tenham constado do Orçamento.

**Emenda ao projeto de lei orçamentária** - Meio pelo qual os deputados atuam sobre o projeto de Lei Orçamentária Anual, acrescentando, suprimindo ou modificando a proposta do Executivo. As emendas podem ser de texto, receita e despesas.

**Investimentos** - Despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de móveis considerados necessários à realização dessas obras, e com a aquisição de instalações, equipamento e material permanente.

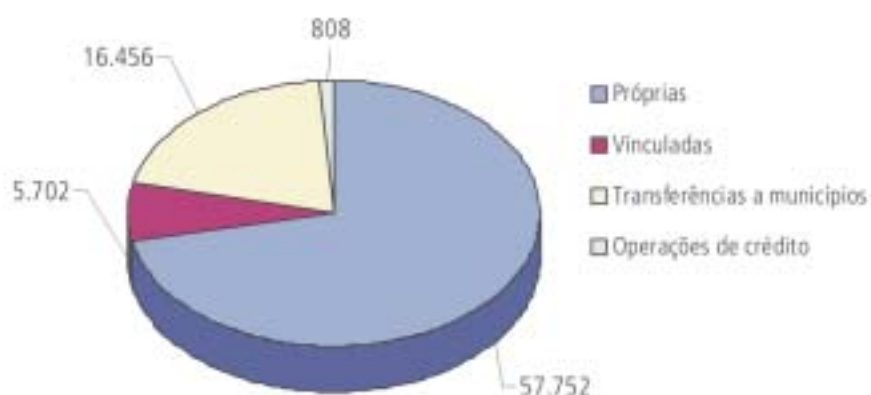
**Juros e encargos da dívida** - Despesas com pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como o da dívida pública mobiliária.

**Orçamento público** - Documento que prevê as quantias de moeda que, em um período determinado,

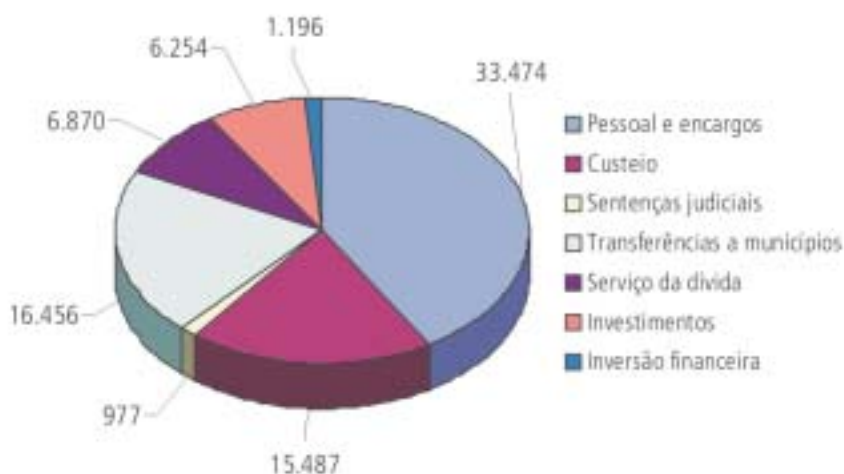
# ORÇAMENTO DE SÃO PAULO

## Como SP pretende arrecadar e gastar r\$ 80,7 bi em 2006

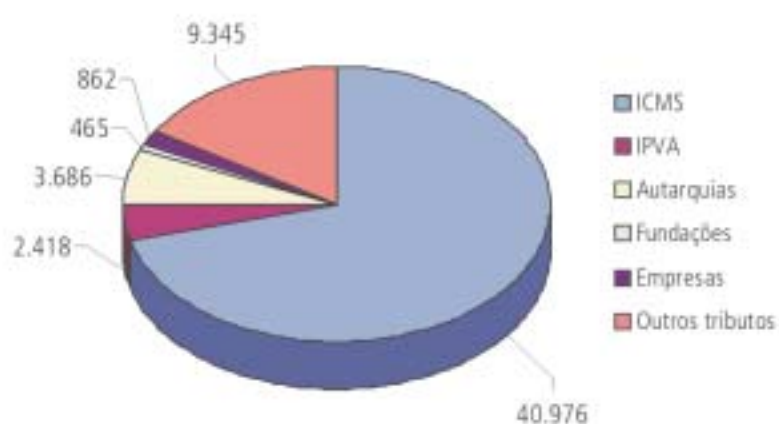
As receitas (em R\$ milhões)



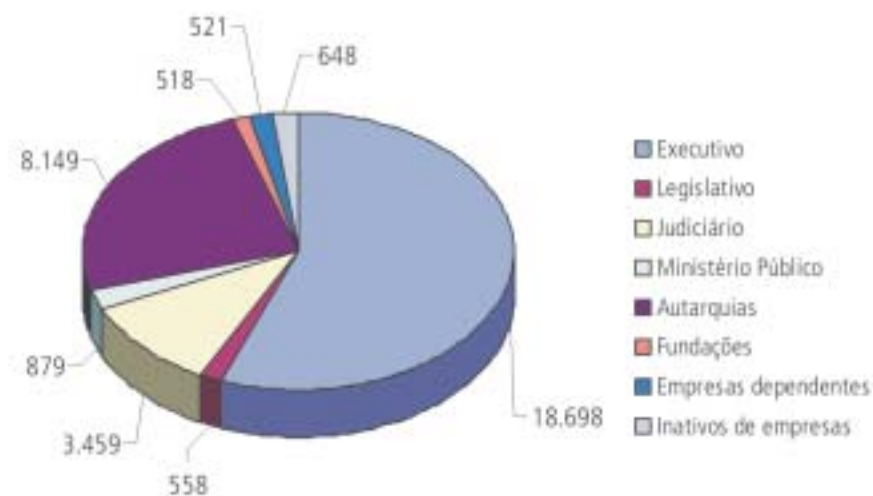
As despesas (em R\$ milhões)



A origem das receitas próprias (em R\$ milhões)



O custo para manter o funcionalismo estadual (em R\$ milhões)



devem entrar e sair dos cofres públicos. Formalizado por lei de iniciativa do Poder Executivo, estima a receita e fixa a despesa da administração pública, com a especificação de suas principais fontes de financiamentos e das categorias de despesas.

**Receita** - Soma de valores recebidos durante um certo período de tempo - ingressos provenientes de impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recurso, arrecadados para atender às despesas.

**Receita corrente líquida** - Somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea "a" do inciso I e no inciso II do

art. 195, e no art. 239 da Constituição; b) nos Estados, as parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional; c) na União, nos Estados e nos municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

**Receita corrente** - Receita que aumenta apenas o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, que se esgota dentro do período anual. São os casos, por exemplo, das receitas dos impostos que, por se extinguirem no decurso da execução orçamentária, têm de ser elaboradas todos os anos.

**Receita vinculada** - Corresponde à receita ou parcela de receita que é arrecadada com destinação específica a um determinado setor, órgão ou programa, estabelecida na

legislação vigente. Instrumento de garantia de recursos à execução do planejamento. O aumento da vinculação introduz maior rigidez na programação orçamentária.

**Relatoria** - Tarefa atribuída ao parlamentar, por designação do presidente de comissão, de analisar proposição, dar seu parecer, elaborar relatório e propor seu voto quanto à matéria a ser apreciada pela comissão. O relator pode apresentar emendas alterando o projeto e deve se pronunciar quanto às emendas apresentadas.

**Superávit financeiro** - Diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de créditos a eles vinculadas.

**Superávit orçamentário** - Diferença positiva entre as receitas estimadas e as despesas orçamentárias.

# Lins

Cafelândia

Getulina

Guaíçara

Guaimbê

Guarantã

Lins

Pongai

Promissão

Sabino

Uru

## Fomento ao turismo e à produção de biodiesel

O vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa, Enio Tatto (PT), coordenou a audiência pública destinada a debater e colher sugestões da comunidade de Lins e região ao orçamento estadual para 2006. O evento foi realizado na Câmara dos Vereadores daquele município, com a participação de cerca de 80 pessoas, em sua maioria integrantes da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp).

Integraram a mesa de trabalhos os deputados Waldir Agnello (PTB), Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento, Ricardo Castilho (PV) e Pedro Tobias (PSDB), o presidente da Câmara de Lins, Durval Marçola (PSDB), e o prefeito da cidade, Waldemar Casadei (PMDB).

O prefeito afirmou que a região encontra-se estagnada e, por isso, as demandas locais orientam-se fundamentalmente para a área de desenvolvimento. Ele disse que a região precisa de incentivos para a produção de biodiesel, pois tem potencial para se tornar um pólo produtor desse segmento. "Para incrementar a pesquisa, precisamos instalar na cidade uma Fatec", observou.

Casadei ressaltou outro potencial de Lins, o turismo, lembrando a qualidade das águas termais da cidade. O prefeito também abordou a situação precária da Santa Casa.

A professora Maria Macedo sintetizou na audiência as reivindicações contidas em carta distribuída pela Apampesp. As solicitações foram, basicamente, o cumprimento do artigo 37 da Constituição Estadual, que estipula reajuste anual para os servidores, o fim da política de gratificações, isonomia de benefícios entre ativos e aposentados, contrapartida do governo na manutenção do lamspe, e pagamento de precatórios.

## Fomento ao desenvolvimento regional

Os participantes da reunião apresentaram demandas diversificadas. A ex-prefeita Valderes Moya apontou a necessidade de pavimentação dos bairros Santa Maria, Tangara e T. Massako, bem como o recapeamento das ruas centrais de Lins.

O secretário de Esportes, Cultura, Lazer e Turismo do município, Benedito Furquim, sugeriu a elaboração de lei de incentivo fiscal de apoio ao esporte e a implementação de projetos culturais em cidades com menos de 100 mil habitantes.

Iberê Silvestre, perito criminal, pleiteou nova sede para a Polícia Técnica e também infra-estrutura, como melhores laboratórios, uma vez que existem 910 habitantes por perito.

Ide Campos, do Programa Saúde da Família (PSF) do assentamento de Promissão, reivindicou 14 radioamadores, 13 motos, uma central de rádio e uma ambulância. Sugeriu também a criação de mais uma equipe do PSF para outro assentamento em Promissão, com a devida estrutura. O vereador Aparecido Silva (PMDB) protestou contra a retenção no Hospital Clemente Ferreira de Bauru de ambulância doada pelo governo estadual a Lins, e pediu a concessão de duas ambulâncias para sua cidade.

O vereador Edgard de Souza (PT) enumerou uma série de reivindicações, como a criação de mecanismos de fomento regional, com ênfase para o biodiesel e agricultura familiar, e destacou o potencial turístico da cidade, que possui águas termais e é banhada pelo rio Tietê. Souza pediu ainda uma Fatec, com cursos voltados para os segmentos do couro e de carne, além de verbas para a Santa Casa e para o Corpo de Bombeiros. O vereador protestou contra a isenção fiscal concedida pelo governo do Estado ao grupo Mc Donald's.

Também vereador de Lins, Wagner Casadei enfatizou que a abertura de linha de crédito para o turismo deve abranger aqueles municípios que têm interesse em iniciar projetos turísticos e não em apenas ampliar os já existentes.

## Área da Saúde

A coordenadora administrativa da Santa Casa, Silvana Botasso, apontou as prioridades para o hospital: reforma do pronto socorro, do centro cirúrgico e das UTIs e ainda um novo aparelho de Rádio X.

Construção de prédio para sediar a Secretaria da Saúde, que abrigue um Centro de Saúde e de Zoonose, e ambulâncias foram os pedidos do diretor de Projetos da Prefeitura de Lins. Ainda para a área de saúde, solicitou ajuda para implantação de programa municipal de



Waldir Agnello, Edmir Chedid, Durval Marçola, Enio Tatto e Waldemar Casadei

atendimento odontológico em bairros carentes. O diretor citou também a questão do turismo, solicitando a transformação de Lins em estância turística.

O vereador Orrelino Rocha (PPS), também destacou a péssima condição da saúde pública na região. "Estamos cansados de ficar implorando verbas ao governo. O ideal é a garantia das verbas para Santas Casas no próprio orçamento", disse Rocha.

A situação da Santa Casa de Lins preocupa também a vereadora Guadalupe Boa Sorte (PSDB), que ressaltou a necessidade de melhorar o atendimento regionalizado do lamspe. Ela pediu a instalação de uma Fatec e a pavimentação de bairros da cidade.

## Comunidade negra e área rural

Segundo a representante da Associação de Moradores da Vila Popular, Selma Morais, a comunidade negra de Lins anseia pela construção da Praça Zumbi dos Palmares.

A recuperação de vicinais foi lembrada pelo sindicalista rural Nelson Castanho. Ele enumerou outras demandas: ampliação do Programa Melhor Caminho, mais segurança no campo, concurso para técnicos da Secretaria da Agricultura, crédito para pequenos e médios agricultores, implantação de entreposto intermunicipal e expansão do Programa de Microbacias.

Em nome dos funcionários do Itesp, Jose Ferreira pediu melhor infra-estrutura para os assentamentos rurais e reajuste salarial para sua categoria.

## Guaimbê

O vereador de Guaimbê, Cláudio Silva (PMDB), defendeu e pediu incentivos para as rádios comunitárias, que, segundo ele, desenvolvem trabalho de serviço público. A saúde também fez parte de seu discurso, pois falou de vários hospitais que foram fechados na região e da desqualificação do hospital de Guaimbê. "Deve ser feito um redimensionamento dos recursos aplicados na Saúde. Nossa cidade ganhou uma UTI neonatal que nunca foi usada e que poderia ser útil em outro município."

Albertino Brandão, vice-prefeito de Guaimbê, pediu uma creche, a cobertura da quadra da escola Belmiro Rocha e três pontes metálicas.

O radialista Alexandre Vicente pediu atenção para o loteamento Nossa Senhora Aparecida 5, que precisa de infra-estrutura, abastecimento de água, luz e esgoto. Atendimento para idosos, com criação de clube da terceira idade, e computadores para creche de Guaimbê foram outros pedidos de Vicente.

## Deputados

O deputado Ricardo Castilho (PV), 3º secretário da Assembleia, recordou seu passado político de lutas na região e colocou-se à disposição para atender a população. O deputado Pedro Tobias (PSDB) destacou que a saúde merece prioridade e que a iniciativa da comissão é válida porque, pela primeira vez, o interior do Estado tem o mesmo tratamento dispensado à Grande São Paulo no que se refere a sugestões para o orçamento.

O deputado Waldir Agnello (PTB), membro da comissão, afirmou que nem todos os pedidos poderão ser contemplados, mas que a comissão tem obrigação de ouvir todas as reivindicações.

O relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), explicou que o governo do Estado não especifica no projeto orçamentário as localidades que irão receber determinadas verbas. "É preciso pontuar quem e quando vai receber cada recurso orçamentário."

Segundo Chedid, o orçamento tem excedente financeiro, enquanto a região de Lins tem, segundo dados do Seade, um montante muito pequeno de repasse do ICMS. "Por isso, a importância de uma reforma tributária que altere os critérios de distribuição do imposto e mude esse quadro." Em seguida, o deputado arrolou os pedidos feitos na audiência pública e falou sobre a projeção de crescimento da receita paulista, o que, segundo ele, pode propiciar o atendimento de muitas demandas.

Matriz São João Bosco, em Lins



A pequena região de governo de Lins, no Noroeste paulista, é formada por apenas dez municípios. Metade deles – Cafelândia, Getulina, Guaíçara, Guaimbê e Guarantã – está classificada no grupo 5 do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), composto por cidades com baixos níveis de riqueza, longevidade e escolaridade. Guarantã, por exemplo, ocupa o 626º lugar no ranking de escolaridade e o 594º no de longevidade.

Apenas Promissão, com nível de riqueza baixo e bons indicadores sociais, foi enquadrada no grupo 3 do IPRS. A própria cidade-sede da região de governo passou do grupo 3, em 2000, para o grupo 4 em 2002 – apesar de ostentar, entre os indicadores, um honroso 14º lugar na classificação geral de escolaridade. O mesmo tipo de situação é encontrado em Pongai, onde o 67º lugar no ranking de escolaridade convive com o 416º posto em longevidade e o 521º em nível de riqueza. Com 163.303 habitantes, distribuídos em área de 4.516 quilômetros, a região de governo de Lins, segundo dados da Fundação Seade, tem taxa de urbanização de 89,99%, inferior aos 93,65% do Estado (embora o município-sede conte com 97,78% de sua população vivendo em área urbana).

Embora com bons indicadores na área de saneamento, a região tem taxa de mortalidade de 7,35 por mil habitantes, superior aos 6,18 do Estado. E,

apesar da boa classificação de alguns municípios isoladamente no ranking de escolaridade do IPRS, o número de analfabetos é superior ao índice estadual: 9,34% contra 6,64%.

As despesas per capita com saúde, em 2003, eram de R\$ 100,32. Esse número está bem abaixo das verbas gastas no setor tanto pelo Estado (R\$ 171,41) como pelo município-sede da região de governo (R\$ 141,03), resultando também em menor taxa de natalidade, com índice de 13,76.

O Produto Interno Bruto da região – de R\$ 1,56 bilhão – corresponde a 0,36% do PIB estadual. Para a produção de riquezas contribuem, de forma relativamente equilibrada, a indústria (R\$ 521,46 milhões), a agropecuária (R\$ 500,26 milhões) e o setor de serviços (R\$ 575,76 milhões). O rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios era de R\$ 729,21, em julho de 2000, inferior à média de R\$ 1.076,21 apresentada pelo Estado.

O município de Lins começou a se formar com um núcleo populacional em torno de uma estação ferroviária da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A estação do Campestre passou a chamar-se, em 1908, Albuquerque Lins, em homenagem ao governador da então Província de São Paulo. Em 1920, foi criado o município de Lins. Hoje com quase 70 mil habitantes, a cidade é sede da região de governo que abrange ainda os municípios de Cafelândia, Getulina, Guaíçara, Guaimbê, Guarantã, Pongai, Promissão, Sabino e Uru.



A fundação da cidade data de 2 de dezembro de 1908, ocasião em que uma pequena estação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi inaugurada, recebendo o nome de Araçatuba devido à presença abundante de araçás na região. Inicialmente habitada pelos índios Coroados ou Caingangues, a área testemunhou grandes conflitos. O combate mais marcante ocorreu em 1912, quando os indígenas invadiram o povoado em represália à ocupação. O desbravamento, no entanto, não parou e, por volta de 1914, teve início a venda dos primeiros lotes de terra. Nessa mesma época foi construída a capela de Santo Onofre e, sob a ação de José Cândido, que chefiava uma equipe de catequizadores, a resistência foi definitivamente aplacada com a expulsão dos índios para a Serra do Diabo. Afastado o risco das disputas, o povoado pôde, então, se desenvolver e a produção agrícola foi bastante favorecida pelo estabelecimento, cada vez mais intenso, de famílias de agricultores, não apenas brasileiros mas italianos e japoneses. Em 20 de dezembro de 1917, Araçatuba tornou-se distrito de paz no município de Penápolis e, em 8 de dezembro de 1921, acabou conquistando sua autonomia político-administrativa.

Araçatuba é hoje a quarta maior vendedora de gado de corte do país e tem no agronegócio a base de sua economia, segundo informa o site da prefeitura local. A boa situação de Araçatuba – pesquisa realizada em 2003 pela revista Exame situou-a como a 98ª melhor cidade brasileira para investimentos econômicos – transparece nos dados do IPRS. Nas duas edições do índice, o município aparece no grupo 1, com nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais.

Se em toda a região de governo, Araçatuba é a única enquadrada no grupo 1, por outro lado, nenhum dos demais 30 municípios que a compõem se encontra no grupo 5. Há 21 cidades no grupo 3 e nove no grupo 4.

Entre os destaques na classificação formulada pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social estão Auriflâma, Turiúba e Rubiácea, respectivamente terceira, oitava e décima colocadas no ranking estadual de escolaridade. Em longevidade, os municípios mais bem classificados

são Santo Antônio do Aracanguá (26º lugar) e Coroados (27º). No item riqueza, a cidade mais bem posicionada é Araçatuba, em 113º lugar. Os municípios com resultados mais preocupantes são Avanhandava e Glicério, que ocupam o 529º e o 484º lugares no ranking de escolaridade: Nova Castilho (634º) e Bento de Abreu (603º), que estão entre os últimos do Estado no item longevidade; e ocupando a 635ª e a 595ª classificações no indicador de riqueza, estão Luiziânia e Guzolândia, respectivamente.

Segundo dados da Seade, a região de governo de Araçatuba tem 519.837 habitantes, distribuídos em área de 11.126 quilômetros quadrados. As taxas de natalidade (6,60 por mil habitantes) e de urbanização (93,22%) apresentadas estão próximas das encontradas no Estado de São Paulo (6,18 e 93,65%, respectivamente).

Em saneamento, o nível de atendimento à população revela números superiores aos encontrados no Estado, segundo dados de 2000. Na região de governo, o abastecimento de água atinge 99,03% da população, enquanto no Estado esse índice é de 97,38%. A porcentagem de moradores que contam com esgoto é de 96,65%, mais de dez pontos percentuais acima do índice estadual, que é de 85,72%.

As despesas per capita com saúde, em 2003, eram superiores às realizadas no Estado – R\$ 209,44 e R\$ 171,41, respectivamente. O indicador do nível de instrução da população, por sua vez, revela que 8,71% da população é analfabeta, indicador que se reduz para 6,64% no âmbito estadual e chega a 6,31% na cidade-sede de Araçatuba. O Produto Interno Bruto da região, de R\$ 4,09 bilhões, correspondente a 0,94% do PIB paulistano. Além da cidade-sede, a região de governo de Araçatuba é composta por Alto Alegre, Auriflâma, Avanhandava, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Birigüi, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Gastão Vidigal, General Salgado, Glicério, Guararapes, Guzolândia, Lourdes, Luiziânia, Nova Castilho, Nova Lusitânia, Penápolis, Piacatu, Rubiácea, Santo Antônio do Aracanguá, Santópolis do Aguapeí, São João de Iracema, Turiúba e Valparaíso.



### Presídios ampliam demandas de serviços

Na Câmara de Araçatuba, em 22/9, o vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto (PT), compôs a mesa de trabalho da audiência pública com os deputados Waldir Agnello (PTB), Ricardo Castilho (PV), Edmir Chedid (PFL) e o prefeito de Nova Castilho, Roberto Lopes.

A vice-prefeita de Araçatuba, Marilene Marques, saudou os membros do Legislativo estadual pela iniciativa de sair da capital para ouvir o que o interior tem a dizer. “Basta de siglas que o povo não entende (PPA, LDO, LOA etc.). É preciso ouvir o que as pessoas têm a pedir, com simplicidade”, disse ela.

A vereadora Marly Garcia (PMN) pediu verbas para a valorização da cultura, (especificamente para o Museu Tião Carrero), para o Centro de Tradições e para a infra-estrutura de turismo, uma vez que a cidade é banhada pelo Rio Tietê e pode ter a difusão de praias.

### Penápolis apresentou dossiê de reivindicações

O secretário municipal de Planejamento de Penápolis, Alexandre Mello, apresentou um dossiê de reivindicações colhidas durante uma série de reuniões realizadas no primeiro semestre deste ano em sua cidade. Ele explicou que os encontros tiveram o objetivo de debater propostas para o orçamento participativo de Penápolis e apresentou como principal demanda a remodelação do financiamento das Santas Casas, a ampliação das unidades básicas de saúde e a implantação de policlínicas para complementar o serviço das referidas instituições. Mello também apontou a necessidade da construção de um rodoanel para desviar o tráfego de caminhões no centro da cidade e do incentivo ao turismo cultural, com verbas para espaços de cultura e museus de Penápolis.

### Nova Castilho, Birigüi e Luiziânia

O prefeito de Nova Castilho, Roberto Lopes (PSDB), reclamou da prática de contingenciamento orçamentário por parte do governo. “De que adianta fazermos reivindicações, se depois o governo não libera a verba?” Lopes foi informado pelo deputado Enio Tatto que se o gasto não estiver consagrado no orçamento, não há como cobrar a liberação do recurso.

Roque Bonfim, assessor de Planejamento de Birigüi, informou que a região é a maior produtora de energia elétrica, mas não recebe nenhuma contrapartida por isso, pois as sedes de companhias de energia estão localizadas em municípios maiores, como Campinas.

O excesso de presídios trouxe problemas para a região de Araçatuba, declarou Bonfim, explicando que as famílias dos presos acabam se mudando para os municípios que abrigam presídios e vivem sem as condições básicas de saúde, educação e assistência social.

Segundo o vereador Marcos Roberto de Brito, Luiziânia é uma cidade sem saída. “Faltam 20 quilômetros para ligar o município à cidade de Santópolis e permitir acesso a quem passe por Luiziânia.” Ele também pleiteou a instalação de uma universidade pública em sua cidade.

### Problemas de Araçatuba

Vanderlei Santiago, do setor de Finanças e Orçamento de Araçatuba, sugeriu a reformulação dos critérios de distribuição do orçamento, tomando como



Membros da comissão ouvem propostas dos representantes da região



Câmara Municipal de Araçatuba

exemplo o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, que distribui recursos per capita.

O vereador Edival dos Santos cobrou a transformação de Araçatuba em estância turística, devido ao seu potencial de lazer. Reclamou da superlotação nas Santas Casas e pediu o aumento do teto de financiamento dessas instituições, além da reforma das escolas estaduais. “É importante saber se há destinações nesse sentido na LDO, uma vez que o orçamento é baseado na lei de diretrizes.” O vereador quer que o Estado assuma o custeio do que lhe compete.

Cobrir as quadras esportivas de todas as escolas estaduais foi um dos pedidos do vereador Cláudio Henrique da Silva, de Araçatuba, de forma a atender os alunos e as famílias que freqüentam os estabelecimentos nos finais de semana. Entretanto, a prioridade para ele é a canalização do córrego Alvoradinho, pois a falta dessa obra tem causado muitos transtornos ao bairro Alvorada. “Um milhão de reais seriam suficientes para interromper o sofrimento daqueles que residem no entorno e que a cada chuva forte encaram as enchentes.” Silva também pleiteou um anfiteatro para a Escola José Arantes Terra e sugeriu mudança no critério de repasse do ICMS, com a distribuição de recurso no destino e não mais na origem de mercadorias.

Albert da Silva, representante da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, defendeu um programa exclusivo de assistência aos quilombolas, que não contam com uma política afirmativa.

### Avaliação dos parlamentares

Ricardo Castilho, 3º secretário da Assembléia, destacou que há déficit nas Santas Casas, oriundo da má administração e de repasses insuficientes do SUS. Sobre a transformação de municípios em estâncias turísticas, Castilho afirmou que existem 210 pedidos na Assembléia Legislativa, e que os subsídios para as estâncias devem ser reavaliados. O deputado Waldir Agnello (PTB) afirmou que está visitando as regiões e estabelecendo compromissos com a população. “Nem tudo poderá ser atendido, mas podemos unir esforços numa parceria com a União ou com a iniciativa privada. Precisamos de um plano orçamentário para melhor aplicar o dinheiro público.”

No encerramento do encontro, o relator Edmir Chedid (PFL) disse que o governo, de fato, tem deixado de cumprir obrigações como o custeio da merenda e do transporte escolar, de competência estadual, depois da municipalização do ensino. “Queremos ajudar o governador a construir um orçamento regionalizado e, sobretudo, pontual, não genérico. Isso porque há 11 anos temos aprovado orçamentos, sem ver exatamente onde e como foram consumados os gastos, como, por exemplo, um determinado recapeamento de estrada previsto na dotação”, afirmou Chedid.

Para o relator, falta uma política de orçamento estadual. “Há pequenos entraves que comprometem o desenvolvimento de uma cidade e poderiam ser solucionados no orçamento, com a destinação de verbas para uma obra específica e muitas vezes simples.”

# Araçatuba

Alto Alegre

Araçatuba

Auriflâma

Avanhandava

Barbosa

Bento de Abreu

Bilac

Birigüi

Braúna

Brejo Alegre

Buritama

Clementina

Coroados

Gabriel Monteiro

Gastão Vidigal

General Salgado

Glicério

Guararapes

Guzolândia

Lourdes

Luiziânia

Nova Castilho

Nova Lusitânia

Penápolis

Piacatu

Rubiácea

Sto. Antonio do

Aracanguá

Santópolis do Aguapeí

São João de Iracema

Turiúba

Valparaíso

# São José dos Campos

Caçapava  
Igaratá  
Jacareí  
Jambeiro  
Monteiro Lobato  
Paraibuna  
Santa Branca  
São José dos Campos

## Despoluição de rios e córregos

As questões ambientais relacionadas ao rio Paraíba, as condições das estradas vicinais e a segurança pública foram os principais temas abordados na 29ª audiência pública, realizada em São José dos Campos, no dia 26/9. O encontro foi aberto pelo vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto (PT).

A despoluição do rio Paraíba é o maior problema da região de São José dos Campos, segundo o vereador Cristóvão Gonçalves (PSDB). A principal demanda, para o município, é zerar o tratamento de esgoto com a construção da estação de tratamento de Parangaba.

Rose Gaspar (PT), secretária municipal de Esportes e Recreação de Jacareí, acredita que discutir o orçamento regionalmente possibilitará uma melhor distribuição da receita do Estado. Recuperar a estrada vicinal que liga Jacareí a São José dos Campos, segundo a secretária, é uma antiga reivindicação que vem sendo reiterada há mais de cinco anos.

## Caçapava bem representada

Caçapava foi a cidade mais representada na audiência pública de São José dos Campos, por onde passaram cerca de 60 pessoas. Segundo o vereador Gilles Willemín (PFL), os espaços destinados ao esporte em Caçapava estão em péssimas condições. "Tanto o ginásio quanto as quadras esportivas e as pistas de bicross precisam de reforma." Willemín pediu também novas viaturas para o Corpo de Bombeiros e a pavimentação da estrada vicinal de Cataúba.

Fernando Diniz (PV), também vereador de Caçapava, pleiteou a pavimentação da vicinal de ligação entre sua cidade e Monteiro Lobato, a instalação de mais um distrito policial e o aumento do efetivo da polícia.

## Educação sempre presente

Também vereadora de Caçapava, Ana Paula (PT) focou seu pronunciamento na educação e pleiteou uma unidade da Fatec em sua cidade, para permitir o acesso ao ensino superior dos jovens carentes.

Funcionários da Unesp e da Fatec estavam representados na audiência. Neusa Santana, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, reiterou a importância de a Assembléia derrubar o veto do governador às emendas da LDO que aumentam o repasse de verbas para o ensino superior. Paulo Arantes, da Unesp, apoiou as palavras de Neusa, lembrando a difícil situação por que passa a instituição com a expansão de ensino sem o aporte de estrutura para o atendimento de novos alunos.

## Bairro do Bosque dos Eucaliptos

O nome é bonito, mas, de acordo com os moradores desse bairro da zona sul de São José dos Campos, ele é totalmente esquecido pelas autoridades, tanto que nem ônibus passa pelo local. A taxa de criminalidade é alta e a região não tem hospital, apontaram Juscelino Rebouças, Maria das Graças Moreira, Mara Silva, Dulcineia Mota e Leandro Gimenez, que falaram em nome dos 280 mil moradores do Bosque, cujas principais demandas são a construção de um hospital geral e a instalação de um comando da Polícia Militar.



Rose Gaspar, secretária de Esportes de Jacareí



Carlinhos Almeida, Enio Tatto e Padre Afonso Lobato

## Outras participações

O prefeito de Monteiro Lobato, João Bueno (PMDB), reivindicou a construção da estrada do Livro, melhorando o acesso existente para a Chácara do Visconde, local onde viveu o escritor Monteiro Lobato.

O vereador de São José dos Campos, Vagner Baleeiro (PT), priorizou a despoluição dos córregos Alambari e Parangaba, a duplicação da SP-50, a instalação da Fatec de São José (já anunciada, mas não concluída) e um melhor repasse para a merenda escolar.

Vladimir Mursa apontou a necessidade de aumentar o número de funcionários no setor administrativo da polícia técnica, bem como novas instalações para o setor. Ele também informou que a verba para a nova sede do IML de Cruzeiro foi liberada pelo governo estadual.

Rose Gaspar voltou à tribuna para solicitar outro distrito policial em Jacareí e a recuperação de quadras esportivas nas escolas estaduais de sua cidade.

Maria Zelita, do Sindicato dos Servidores Municipais de São José dos Campos, reclamou do horário das audiências, afirmando que a grande maioria da população não pode comparecer porque trabalha. Ela disse que a Santa Casa de sua cidade tem atendido somente pacientes de convênios médicos, o que lamenta, porque a instituição deveria se destinar ao povo carente. Também protestou contra o pequeno repasse estadual para a merenda escolar, segundo ela, de aproximadamente seis centavos por refeição.

O coordenador do Orçamento Participativo de Jacareí, Alexandre Amorim, sintetizou os pedidos da cidade em três reivindicações: manutenção das vicinais que ligam Jacareí a outras localidades, aumento do efetivo policial na cidade e recuperação dos estabelecimentos de ensino público, cujas instalações estão em péssimas condições.

## Deputados da região

Padre Afonso Lobato (PV) disse que a grande tarefa da Comissão de Finanças e Orçamento é destacar prioridades dentre as demandas apresentadas para serem incluídas na peça orçamentária. "Não existem salvadores da pátria, uma vez que os deputados não concentram as decisões. Porém, o importante é a possibilidade de se apresentar emendas que contemplem as demandas regionais", declarou o deputado, lembrando, entretanto, que o orçamento é limitado.

Também deputado da região, Carlinhos Almeida (PT) destacou que a Assembléia Legislativa realizou as audiências públicas sobre o orçamento porque o governo do Estado decidiu fazê-las apenas pela internet.

Sobre as demandas, Carlinhos Almeida explicou que os recursos destinados pelo Estado ao esporte não atingem 1% do total do orçamento público. "Isso justifica tantos pedidos para essa área." Almeida disse que havia apresentado emenda para a instalação do distrito policial no Bosque dos Eucaliptos, a qual não foi acolhida porque não havia o entendimento no Legislativo estadual de se aprovar emendas pontuais no orçamento.



São José dos Campos nasceu, inicialmente, ocupando o território correspondente a uma fazenda de pecuária, criada oficialmente a partir da concessão de sesmarias, por volta de 1590, a pedido de padres jesuítas. Essa fazenda localizava-se às margens do rio Comprido, hoje divisa natural entre São José e Jacareí.

Entretanto, o processo de industrialização do município somente toma impulso a partir da instalação do Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), em 1950, e também com a inauguração da rodovia Presidente Dutra, possibilitando assim uma ligação mais rápida entre Rio de Janeiro e São Paulo e cortando a parte urbana de São José dos Campos. A conjugação desses fatores permitiu que o município caminhasse para o potencial científico-tecnológico em que se encontra, sendo considerado o maior pólo de pesquisa e produção de ciência e tecnologia do país.

Desde aviões, que são exportados para os cinco continentes, até satélites que ajudam a monitorar os vastos recursos naturais do Brasil, São José dos Campos é sede de um moderno complexo industrial com mais de setecentas empresas, dos setores automobilístico ao farmacêutico e eletro-eletrônico, além de um novo pólo em implantação, o de telecomunicações. Como sede da região de governo, São José aglutina os municípios de Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna e Santa Branca. O território da região corresponde a 3.844 km<sup>2</sup>, que abriga uma população de 930.915 habitantes, predominantemente urbana. A taxa de crescimento da população é de 1,81% ao ano, maior que a média estadual, de 1,72% ao ano. Já a taxa de mortalidade geral é de 5,24 por mil habitantes, inferior à média de 6,18 do Estado.

Tendo em vista os indicadores econômicos e sociais do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), São José e Jambeiro pertencem ao grupo 1, que destaca os municípios com nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais. Caçapava e Jacareí pertencem ao grupo 2: embora tenham níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais. No grupo 3, está Monteiro Lobato, com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores de longevidade e escolaridade. Apesar de localizados no Vale do Paraíba, uma das regiões mais ricas da América Latina, três municípios dessa região de governo foram enquadrados no grupo 4, em que figuram cidades com baixos níveis de riqueza e nível intermediário de longevidade e escolaridade. São elas Igaratá, Paraibuna e Santa Branca.

A despesa per capita com saúde (dados de 2003) é de R\$ 292,13, muito superior à média do Estado, que é de R\$ 171,41. Os atendimentos são feitos em 80 unidades de atenção básica de saúde, contando com 1.171 leitos do SUS dentre os 76.354 oferecidos pelo Estado. Na área de Educação, a região gastou em torno de R\$ 236,26 milhões em 2000. No mesmo período, a região contava com 129.786 mil alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental e 45.351 no ensino médio. A evasão no ensino fundamental foi de 2,29%, bem inferior à do médio, que chegou a 10,77%, enquanto a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais foi de 6,16%, pouco menor do que a média do Estado, 6,64%.

Em 2002, o valor adicionado da indústria foi o que mais contribuiu com a riqueza da região, gerando R\$ 11,97 bilhões, enquanto o setor de serviços gerou R\$ 4,54 bilhões e a agropecuária apenas R\$ 76,59 milhões. O PIB foi de R\$ 18,30 bilhões, o que representou 4,18% do PIB do Estado.

Fundada no início do século XVII, desde a época colonial Taubaté começou a se expandir por ser passagem obrigatória entre São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e ponto de partida das expedições colonizadoras – as entradas e bandeiras –, tendo sido ali instalada a “Casa de Fundição de Ouro”. Foi também centro de área rural, abastecedora das zonas de mineração e das tropas que pelo vale do Paraíba transitavam. Sua projeção sócio-econômica aumentou na segunda metade do século XIX, em pleno ciclo cafeeiro, trazendo benefícios e riquezas para a terra, até culminar como centro industrial, pecuarista e rizicultor, além de centro cultural.

Hoje, Taubaté confirma sua posição dentro do cenário econômico brasileiro, por meio da expansão industrial de porte de primeiro mundo, especialmente objetivando o crescimento da produção de automóveis. Conseqüentemente, a fixação da indústria de autopeças, entre outros segmentos diversificados, com investimentos maciços de capital estrangeiro na região, vem proporcionando impulsos efetivos de desenvolvimento.

Como sede de região de governo, Taubaté aglutina os municípios de Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luís do Paraitinga e Tremembé.

Com uma população muito mais urbana que rural (488.465 dos 537.178 habitantes moram na cidade), a região ocupa uma área de 4.385 km<sup>2</sup>, apresentando densidade demográfica razoável quando comparada à média do Estado, 122,50 habitantes/km<sup>2</sup> para 160,70 do Estado. A taxa de crescimento geométrico da população, de 1,79% ao ano, é pouco superior à do Estado, que é de 1,72%.

Segundo indicadores econômicos e sociais do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), os municípios dessa região de governo mostram relativa homogeneidade. Apesar de localizados em uma das regiões mais ricas do país, o Vale do Paraíba, a maior parte dos

municípios foram enquadrados nos grupos 4 e 5, que reúne cidades com baixo nível de riqueza, de longevidade e de escolaridade. São eles: Lagoinha, Natividade da Serra, São Luís do Paraitinga e Tremembé (grupo 4), e Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí (grupo 5). No grupo 2, caracterizado por níveis de riqueza elevados, mas não exibindo bons indicadores sociais, encontram-se Campos do Jordão e Pindamonhangaba. A sede, Taubaté, pertence ao grupo 1, apresentando nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais.

A taxa de mortalidade geral é de 6,15 por mil habitantes, ligeiramente inferior à média do Estado, 6,18. A despesa per capita com saúde (dados de 2003) é de R\$ 139,55, inferior à média do Estado, de R\$ 171,41, realizando atendimentos em 74 unidades de atenção básica de saúde e contando com 1.133 leitos do SUS, dentre os 76.354 oferecidos pelo Estado.

Considerando os investimentos em Educação, a região gastou em torno de R\$ R\$ 155.041.162, em 2000. No mesmo período, a região contava com 75.092 mil alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental e 28.867 no ensino médio, registrando uma taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de 6,16%, pouco menor que a média do Estado, de 6,64%.

A riqueza produzida pela região vem, na sua maior parte, do setor industrial, que movimentou R\$ 3,20 bilhões em 2002, seguido do setor de serviços com R\$ 2,12 bilhões. A agropecuária produziu apenas R\$ 118,95 milhões. O PIB da região é de R\$ 6,11 bilhões, correspondendo a 1,40% do PIB do Estado.



### Vale do Paraíba preocupa-se com meio ambiente

A 30ª audiência pública realizada pela Comissão de Finanças e Orçamento, no dia 26/10, colheu sugestões da comunidade de Taubaté e região ao orçamento para 2006. O encontro, que aconteceu na Câmara Municipal, foi o último da série realizada nas cidades sedes de governo situadas do Vale do Paraíba. Os temas que mais motivaram os participantes foram meio ambiente, conservação das estradas vicinais, saúde, educação e segurança pública.

Orestes Vanone Filho (PSDB), presidente da Câmara de Taubaté, destacou a iniciativa da Assembléia de visitar as regiões para verificar as demandas populares. As reivindicações de Vanone foram um novo campus para a Unitaú e mais qualidade na segurança pública, com o aumento do efetivo policial.

O vereador Carlos Peixoto (PSC) esclareceu que o Parlamento Regional do Vale, presidido por ele, é uma espécie de fórum de discussão da situação socioeconômica das cidades do Vale do Paraíba, no qual, segundo ele, foram ouvidas dos moradores diversas questões que comprometem a qualidade de vida da população.

Peixoto falou sobre o bairro Vila Velha, situado entre Taubaté e Caçapava, o qual precisa de mais investimentos, assim como as estradas rurais de Taubaté, que carecem de recuperação.

Eles integraram a mesa de trabalhos, que também contou com o prefeito de Natividade da Serra, João Batista de Carvalho (PPS), e os deputados Afonso Lobato (PV) e Carlinhos Almeida (PT).

### A questão ambiental

Participantes de diversas cidades do Vale do Paraíba abordaram a questão ambiental na audiência pública sobre o orçamento. Alcenir Palma, assessor do deputado Carlinhos Almeida (PT), sugeriu a realização de uma auditoria ambiental no rio Paraíba, que já conta com zoneamento minerário. Ele também pleiteou a extensão do Programa Alimenta São Paulo, bem como do Projeto Fábrica de Cultura ao Vale.

O presidente da Câmara de Natividade da Serra, Evail Santos (PST), apontou que os municípios que cedem espaço para o plantio de eucaliptos (que serve apenas para atender as grandes indústrias) deveriam receber compensação financeira. O vereador também reivindicou o recapeamento da rodovia que liga seu município ao de Redenção da Serra. Evail destacou o problema ocorrido na represa da Cesp, em sua cidade, onde a erva daninha salvinia se alastrou, comprometendo o meio ambiente.

### Cidades participantes

Vagner Costa, membro do Instituto Criança e Vida de Campos Jordão, lamentou a ausência dos vereadores de seu município, que, segundo ele, enfrenta muitos problemas. Ele ressaltou a crise da Santa Casa da cidade, que praticamente está fechando, e a alta criminalidade nos bairros periféricos do município.

Alex Torres, assessor do deputado Edmir Chedid (PFL), pediu a conclusão das obras de saneamento básico na cidade de São Luís do Paraitinga e melhorias nas estradas vicinais da região.

O vereador Antoline (PFL), vice-presidente da Câmara de Guaratinguetá, sugeriu a recuperação da estrada que liga sua cidade à Via Dutra e o asfaltamento do acostamento da SP-66, no trecho de Roseira a Cruzeiro.

Representando Pindamonhangaba, o vereador José Carlos Cal (PTB) solicitou mais um curso para a Fatec de sua cidade, o de técnico-agrícola. Também reivindicou o asfaltamento dos conjuntos habitacionais da CDHU, Arco-íris e Cícero Prado, a duplicação da SP-62 e a pavimentação do trecho de 5 quilômetros



Deputatos Enio Tatto e Padre Afonso Lobato

da Estrada do Atanásio, que liga os distritos de Moreira César e Industrial.

O vereador Paulo Cândido (PT), de São Bento do Sapucaí, quer a pavimentação da SP-162-50, estrada João Furquim, que liga o município a Santo Antonio do Pinhal.

### Reivindicações de Taubaté

Programa Bom-Prato em Taubaté. Este foi o pedido do vereador local, Henrique Nunes (PPS). Unidade da Fatec e verbas para a despoluição do córrego do Judeu, no bairro Emecal, foram os pleitos do vereador Jefferson Campos (PT), de Taubaté.

A vereadora Maria Gorete (PMN) pediu a implantação de infra-estrutura completa para o IML de Taubaté. “Não queremos apenas um posto avançado.” Ela também abordou a deficiência no atendimento do lamspe. “A unidade do instituto em Taubaté recebe verba de apenas R\$ 100 mil por ano”, citou a vereadora, que também quer recursos para o Asilo São Francisco, que atende idosos.

Valentim Aparecido, diretor do Hospital Regional do Vale do Paraíba, em Taubaté, solicitou a complementação dos equipamentos necessários ao hospital.

A criação de um Conselho de Segurança rural e mais verbas para a educação foram as propostas de Benedito Machado, assessor da vereadora de Taubaté, Polyana Gama (PPS). Já o assessor do vereador Ângelo Filippini (PSDB), Sérgio Ricardo, sugeriu a criação de um parque e de um velódromo na área anexa à Casa de Custódia de Taubaté, além da implantação de uma Delegacia do Idoso.

Os deputados Carlinhos Almeida (PT) e Afonso Lobato (PV) fizeram um resumo dos problemas apresentados. “A única possibilidade de atender essas reivindicações é regionalizar o orçamento”, disse Carlinhos. Para Lobato, a população paga o imposto e tem o direito de decidir onde aplicar o dinheiro público. “Hoje, colhemos elementos suficientes para melhor investir nesta região”, disse Lobato.

# Taubaté



Reunião na Câmara Municipal de Taubaté



População acompanha a audiência pública

Campos do Jordão  
Lagoinha  
Natividade da Serra  
Pindamonhangaba  
Redenção da Serra  
Santo Antônio do Pinhal  
São Bento do Sapucaí  
São Luís do Paraitinga  
Taubaté  
Tremembé

# Votuporanga



Acima, deputados e moradores da região ouvem propostas e, ao lado, entrada da Câmara Municipal



[Álvares Florence](#)  
[Américo de Campos](#)  
[Cardoso](#)  
[Cosmorama](#)  
[Floreial](#)  
[Macaubal](#)  
[Magda](#)  
[Monções](#)  
[Nhadeara](#)  
[Parisi](#)  
[Pontes Gestal](#)  
[Riolândia](#)  
[Sebastianópolis do Sul](#)  
[Valentim Gentil](#)  
[Votuporanga](#)

A 31ª audiência pública sobre o orçamento para 2006, realizada no dia 29 de setembro, na Câmara Municipal de Votuporanga, teve como destaques temas relacionados aos setores de educação, saúde e meio ambiente. A reunião foi aberta pelo deputado Waldir Agnello (PTB), membro efetivo da Comissão de Finanças e Orçamento.

Sílvia Helena de Lima, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, manifestou o luto da categoria frente à decisão da Assembléia Legislativa de manter o veto do governador às emendas que beneficiavam o setor de educação no Estado de São Paulo, incluindo a que destinava mais 1% de recursos ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. "O Legislativo enterrou nossas últimas esperanças de promover um ensino de qualidade. Assim, não temos incentivos para apresentar demandas para o orçamento. Espero que os parlamentares o façam, porque devem isso à nossa categoria, que merece ser tratada com dignidade."

Lázara Fernandes, em nome da Apampesp, pediu isonomia entre funcionários ativos e inativos quanto aos benefícios. Também reivindicou a contrapartida do governo na manutenção do lamspe e a data-base para o funcionalismo, entre outros pleitos.

#### Dificuldades na área de Saúde

O vereador Alcides Pelicer (PDT), de Votuporanga, enfatizou a importância de o governo entrar com sua contrapartida no financiamento do lamspe e falou sobre a necessidade de valorização do policial, cujo reajuste salarial é menor do que o de outras categorias do funcionalismo. "O governador precisa conceder reajuste justo para todo o funcionalismo."

Servidor do IML e do Instituto de Criminalística de Votuporanga, Israel Lemos apontou a necessidade de recursos para a nova sede dos institutos, bem como para a Santa Casa de Votuporanga, que, segundo ele, está em dificuldades.

O presidente do PT de Votuporanga, Jurandir Benedito da Silva, indicou como demanda local a conclusão das obras de saneamento básico e mais recursos para a saúde.

Saúde foi também o tema de Odécio Alves, funcionário da Superintendência do Controle de Endemias. Ele protestou contra a corrosão dos salários e disse que o setor passa por um processo de desmonte no Estado. "O mau atendimento no setor da Saúde não é culpa do funcionário, que opera com a total falta de recursos, mas sim do governo que não provê os serviços." Alves reclamou maior valorização do funcionalismo.

A Santa Casa é a maior preocupação da Associação Italiana de Votuporanga, representada por Valdemir Bernadelli. "Pedimos a verba de R\$ 1 milhão para a recuperação do hospital, imprescindível para a nossa região."

#### Desmonte da educação e saúde

Segundo a deputada Beth Sahão (PT), na gestão do atual presidente do Legislativo, Rodrigo Garcia, foi adotada a prática de levar a discussão do

orçamento ao interior do Estado. "Isso é muito proveitoso, porque o peso da participação das pessoas é fundamental para a elaboração do orçamento. Mas é preciso acompanhar de que forma ele será cumprido", disse Beth, lembrando que a peça orçamentária de 2003 previa a criação de 40 agências regionais, o que não aconteceu. Para a deputada, o veto do governador aos recursos para a educação mostrou o descaso do governo com o ensino público.

A saúde também sofre o sucateamento, destacou Beth. "O governo não concede reajuste a esses servidores porque não quer", disse a deputada, afirmando que o mesmo acontece com relação às Santas Casas. "Emendas ou projetos que beneficiam esse segmento têm sido sucessivamente vetados pelo Executivo."

O deputado José Zico Prado (PT) afirmou que as Santas Casas não podem ser tratadas com migalhas. "Os representantes dos municípios têm que exigir o comprometimento do governo", disse o parlamentar, pontuando que o governo do Estado ainda não entendeu a importância do debate sobre o orçamento. "O Executivo cumpre agenda. Veio a São José do Rio Preto e realizou audiência sobre o orçamento, mas duvido que tenha incluído alguma demanda no projeto de lei orçamentária."

Waldir Agnello (PTB) enfatizou a importância das audiências e lamentou que as manifestações tenham mostrado o governador como administrador negligente. "O governador tem feito investimentos nesta região e, além disso, é um político ilibado", considerou.

#### Demandas regionais

O cidadão José Fernando Sala, de Parisi, fez um relato sobre a poluição que afeta os rios da região. Ele pediu a despoluição do Rio Marinheiro e do Córrego do Viradouro, bem como a ampliação do Programa de Microbacias.

Incentivar o trabalho dos pesquisadores científicos do Pólo Regional de Desenvolvimento mediante aporte de estrutura e melhores salários foi a solicitação de Fabiana Maldonado, funcionária da Estação Experimental de Votuporanga.

Celso Ribeiro, da Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, quer abertura de linha de crédito para que trabalhadores de baixa renda possam construir suas moradias.

O vereador Osvaldo Carvalho (PL), de Votuporanga, sintetizou as demandas da cidade. Implementação do contrato de opção, para garantia de preços de produtos agrícolas, tratamento do esgoto de toda a região, pavimentação das vicinais que ligam sua cidade a Valentim Gentil e a Floreal e veículo para o atendimento do programa de microbacias foram alguns dos pedidos do vereador.

Maior incentivo para cooperativas de pequenos produtores foi a solicitação de Edna Ribeiro, da Cooperativa de Apicultores de Votuporanga.

A mesa de trabalho da audiência foi integrada pelos deputados José Zico Prado e Beth Sahão, ambos do PT, o presidente da Câmara local, Osmair Ferrari, e o vice-prefeito de Votuporanga, Pedro Stefanelli. O público presente foi de cerca de 70 pessoas.



Colina bonita é o significado em tupi-guarani de Votuporanga, cidade sede de governo que reúne 15 dos 645 municípios do Estado. A história do município está relacionada ao loteamento de uma enorme gleba de terras na região de São José do Rio Preto, pertencente à empresa Theodor Wille & Cia. Ltda., em 1937. Sete anos após, 1944, torna-se município.

Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Floreal, Macaubal, Magda, Monções, Nhadeara, Parisi, Pontes Gestal, Riolândia, Sebastianópolis do Sul, Valentim Gentil e Votuporanga integram uma região com 4.651 km², que está classificada no grupo 3 do Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS (municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores nas demais dimensões).

Com uma taxa de urbanização de 89,27%, menor que a média estadual de 93,65%, a região tem, dos seus 163.252 habitantes, apenas 17.250 ocupando a área rural, enquanto os 145.732 habitantes restantes estão em área urbana.

A região de Votuporanga, apesar de apresentar índices mais negativos que a média estadual em relação à mortalidade geral, 7,10 (por mil habitantes) para 6,18 no Estado, e em relação à taxa de analfabetismo, que é de 10,75%, no Estado este índice é de 6,64%. Apresenta médias superiores quanto ao abastecimento de água, 99,22% para 97,38%, e esgoto sanitário, onde 94,48% da demanda é atendida, enquanto no Estado o índice é de 85,72%.

Quanto às características econômicas, a região tem sua maior renda advinda da área de serviços. Pelos dados de 2002, de um total de R\$ 1.101,64 milhões gerados, R\$ 512,04 vieram da área de serviços, R\$ 357,78 milhões da área da agropecuária e R\$ 222,82 milhões da indústria. A renda média da pessoa responsável pelo domicílio na região, apurada em 2000, era menor que a média estadual, R\$ 691,61 para R\$ 1.076,21.

No aspecto saúde, os dados apontam uma despesa em reais por habitante da ordem de R\$131,10, abaixo da média estadual, que é de R\$ 171,41. A região tem 368 leitos disponibilizados pelo SUS e 27 unidades de atenção básica de saúde.

Como destaques quanto ao IPRS, a cidade de Américo de Campos aparece entre as melhores do Estado, sexto lugar no ranking de escolaridade. O município de Monções vem a seguir ocupando a trigésima posição, entre as 645 cidades do Estado. Nas piores classificações quanto a este critério estão Cardoso (426) e Riolândia (518). Outro componente do IPRS é a longevidade, Sebastianópolis do Sul (46) e Valentim Gentil (50) são as melhores colocadas, Pontes Gestal (550) e Riolândia (554) apresentam os piores índices. Quanto ao aspecto riqueza a melhor cidade classificada é a sede de governo, Votuporanga, na 256ª posição; a segunda colocada é Magda, que aparece em 337º lugar. As duas cidades que apresentam os menores índices de riqueza da região são Álvares Florence (526) e Macaubal (585).

Os primeiros fatos ligados à formação do município foram a doação de terras para a formação do patrimônio de São José, por Luiz Antônio da Silveira, em 19 de março de 1852. Em 6 de novembro de 1906, teve seu nome alterado para Rio Preto. Seu período de maior desenvolvimento foi marcado pela chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquara, em 1912, que a transformou num pólo comercial regional e concentrou toda a produção de mercadorias produzidas no chamado "Sertão do Avanhandava", em virtude de sua situação de ponta de linha férrea, o que impulsionou não só o progresso do município, como o de áreas vizinhas e muitos distritos próximos, que começaram a pleitear emancipação. A crise de 1929 abalou em demasia a economia do município, somente recuperada, em parte, em 1935, com a intensificação da cultura de grãos, retomando assim seu prestígio econômico. Em 1942, foi instalada a primeira grande indústria de extração de óleo comestível, retirado do algodão, do milho, da mamona e do amendoim. Dessa época em diante, o município cresceu e tornou-se pólo de desenvolvimento da região. A denominação atual foi adotada em 30 de novembro de 1944.

Classificada como do Grupo 1 do IPRS (municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais), a região de governo de São José do Rio Preto é composta, além do município sede, pelos municípios de Adolfo, Bady Bassitt, Balsamo, Cedral, Guapiçu, Ibirá, Icem, Ipiguá, Jaci, José Bonifácio, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Planalto, Poloni, Potirendaba, Tanabi, Ubarana, Uchôa, União Paulista e Zacarias.

Os 31 municípios estão distribuídos por uma área de 9.759 km<sup>2</sup>, com uma taxa de urbanização próxima à média estadual, 92,53% para 93,65%. Da população de 711.801 habitantes, 658.632 estão em área urbana e 53.169 na área rural. Quanto à taxa de mortalidade geral, a região apresenta o índice de 6,66 (por mil habitantes), próximo à média estadual, que é de 6,18. Nos gastos com saúde, computados os dados de 2003, a despesa per capita foi de R\$ 170,46, no Estado o valor foi de R\$

171,41. Ainda na área de saúde, o total de leitos pelo SUS estava em 1.867 e existiam 70 unidades básicas de saúde. Os dados relativos ao saneamento apresentam, no abastecimento de água, atendimento de 97,29% da população, no esgoto sanitário, 97,22% e na coleta de lixo, 99,40%.

A taxa de analfabetismo apresentou índice superior à média estadual, 7,58% para 6,64%.

No aspecto econômico, as estatísticas apontam para um contingente de 77.666 trabalhadores formais, distribuídos prioritariamente pelas áreas de serviços, 38.110, comércio, 22.074 e indústria, 13.467. A área de serviço aparece com o melhor desempenho, com R\$ 213,73 milhões, seguida pela industrial, com R\$ 69,06 milhões, e pela agropecuária, com R\$ 32,51 milhões. Quanto ao IPRS, temos os municípios de Ipiguá, Onda Verde e São José do Rio Preto, classificados como no Grupo 1. No segundo grupo, onde estão municípios com nível de riqueza elevado, mas níveis intermediários nos indicadores sociais, aparecem os municípios de Adolfo, Guapiçu e Orindiúva. No Grupo 3 (nível de riqueza baixo, mas bons indicadores sociais) estão Balsamo, Icem, Jaci, José Bonifácio, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Palestina, Paulo de Faria, Poloni, Potirendaba, Tanabi, Uchoa e Zacarias. Como municípios com baixos níveis de riqueza e níveis intermediários em longevidade e escolaridade (Grupo 4) aparecem Bady Bassitt, Cedral, Ibirá, Planalto, Ubarana e União Paulista.

Como destaques do ranking estadual do IPRS (645 municípios) aparecem como melhores classificados no aspecto escolaridade os municípios de Tanabi (28) e Poloni (35). Como piores neste aspecto estão Ubarana (605) e Orindiúva. Quanto a longevidade, os melhores classificados são Mendonça (2) e Onda Verde (13). Como os de pior classificação aparecem União Paulista (588) e Adolfo (479). No ranking de riqueza aparecem como destaques positivos São José do Rio Preto (74) e Ipiguá (78) e com as piores marcas Nipoã (546) e Mirassolândia (523).



### Universidades e sistema viário

A 32ª audiência pública para debater o orçamento de 2006, realizada no dia 29/9, na Câmara de São José do Rio Preto, serviu para recolher sugestões de políticos e representantes da comunidade sobre educação e saúde. O encontro foi presidido pelo deputado Waldir Agnello (PTB).

O prefeito de São José do Rio Preto, Edinho Araújo (PPS), fez um resumo das demandas da região. "Para incentivar o desenvolvimento é preciso que o governo implemente ações voltadas à geração de empregos", disse. Ressaltou a importância da destinação de recursos para as universidades e para o sistema viário. Como prioridades para a cidade, o prefeito destacou a desativação do Instituto Penal Agrícola, localizado no perímetro urbano, e a adequação das instalações do fórum local.

O presidente da Câmara Municipal, Eduardo Piacenti (PPS), apoiou as palavras do prefeito e destacou a iniciativa da comissão em realizar audiências regionais.

### Outras reivindicações

A Santa Casa de São José do Rio Preto, uma das maiores do Estado, realiza consultas simples e atendimentos de complexidade. Em 2004 registrou a internação de mais de 9 mil pessoas. Com essas informações, o provedor Nadi Cury justificou o pedido de recursos do Estado, lembrando que as únicas verbas provêm da administração municipal.

Vereador de São José do Rio Preto, Jair Afonso (PPS) pediu recursos para a criação do curso de Psicopedagogia na universidade pública local, para o Centro de Pesquisa da Pesca e para o Programa de Microbacias na região.

Dilson de Lima, do Sindicato de Feirantes e Comércio Varejista, indicou a necessidade de uma unidade de atendimento de queimados, bem como de deficientes físicos e mentais, uma vez que o local que fazia essa assistência foi fechado. "A área de geriatria também é deficitária", disse Lima, lembrando a deterioração do solo por parte da indústria canavieira e pleiteando a implementação de programa do uso do solo.

### A favor da Educação

Marinha Brito representou a regional da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp). Isonomia de benefícios entre aposentados e ativos, fixação de data-base, incorporação de gratificações e repasse da cota de 2% do governo ao lamspe foram suas solicitações.

O diretor da Unesp de Rio Preto, Johnny Olivieri, protestou contra a manutenção do veto do governador ao aumento das verbas para Educação. "Para que queríamos mais verbas? Ora, para incentivar a pesquisa e prestar melhores serviços à sociedade", disse Olivieri, declarando que será impossível ampliar o ensino universitário sem recursos adicionais.

O representante da Adunesp, Vanildo Bianchi, cobrou coerência dos parlamentares que aprovaram as emendas para a Educação numa primeira oportunidade de apreciação da LDO, derrubaram o veto nas comissões, porém acabaram votando com o governo do Estado, mantendo o veto em plenário. "Espero que o aumento de repasse possa ser incluído agora na lei orçamentária."

A deputada Beth Sahão (PT) falou sobre o insucesso das emendas para a



Audiência na Câmara Municipal de São José do Rio Preto



São José do Rio Preto: pólo de desenvolvimento da região

Educação, destacando que ele se deve à intransigência do governador, que, entretanto, não teve a mesma postura com relação à sonegação da Daslu, responsável por um prejuízo na arrecadação de R\$ 1 bilhão de reais. "Um por cento a mais para o Centro Paula Souza equivale a pouco mais de R\$ 300 milhões."

Denise Rikala, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, afirmou que os funcionários da Educação foram mais uma vez prejudicados com a manutenção do veto. "Apesar de o governador alardear que o funcionalismo terá um bom aumento, sabemos que os servidores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza continuarão ganhando bem menos que o restante do funcionalismo."

### Outras reivindicações

A situação da Febem em Rio Preto foi exposta por Janaina Simão, do Conselho Estadual do Direitos da Criança e do Adolescente (Condeca). Ela disse que a unidade passa por sérios problemas, está à beira de uma rebelião e precisa de um redimensionamento.

Newton César Pinto (PSB), presidente da Câmara Municipal de Mirassol, concentrou as reivindicações de sua cidade no aumento de recursos para área social, na recuperação da indústria moveleira e na construção de uma nova interligação em Mirassol, sobre a rodovia Washington Luiz.

Vindo de outra cidade da região, Bady Bassitt, o cidadão Fabio Cortes pediu a construção de um hospital público em seu município e de um trevo sobre a BR-153, para ligar sua cidade a Nova Aliança e Adolfo.

Jorge Abdanur, da Polícia Técnica de São José do Rio Preto, quer a construção da sede para o Instituto de Criminalística da cidade.

### A palavra dos deputados

José Zico Prado (PT) frisou que as demandas apresentadas em todo o Estado são praticamente as mesmas: melhoria de estradas, verbas para Santas Casas e saneamento básico. "Isso mostra o caminho a seguir."

Deputado da região, Valdomiro Lopes (PSB) apontou como prioridade para Rio Preto um conjunto de ações de incentivo ao agronegócio e à piscicultura. "Com a anunciada transferência da competência de expedição de licenças ambientais do Ibama para o governo estadual, esse processo será possível."

O relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), fez um resumo das demandas apresentadas. Sobre o veto, que garantiria melhores salários para os professores e a expansão do ensino universitário, o relator explicou que a Assembléia o manteve mediante o compromisso do governo de que o repasse seria incluído no projeto do orçamento.

A assistência social no Estado, segundo Chedid, não reajusta seus valores há 9 anos, o que acaba gerando uma demanda no setor, como foi apresentado por alguns participantes desta reunião. "Não queremos engessar a aplicação de recursos pelo governo, mas podemos redirecioná-los de uma outra forma, sobretudo, se considerarmos a informação do secretário da Fazenda, Eduardo Guardia, de que a arrecadação deve crescer 14%", disse o deputado, destacando que há margem para ampliar os investimentos do Estado.

A reunião contou com a participação de aproximadamente 70 pessoas.

# São José do Rio Preto

Adolfo

Bady Bassitt

Balsamo

Cedral

Guapiçu

Ibirá

Icem

Ipiguá

Jaci

José Bonifácio

Mendonça

Mirassol

Mirassolândia

Monte Aprazível

Neves Paulista

Nipoã

Nova Aliança

Nova Granada

Onda Verde

Orindiúva

Palestina

Paulo de Faria

Planalto

Poloni

Potirendaba

São José do Rio Preto

Tanabi

Ubarana

Uchôa

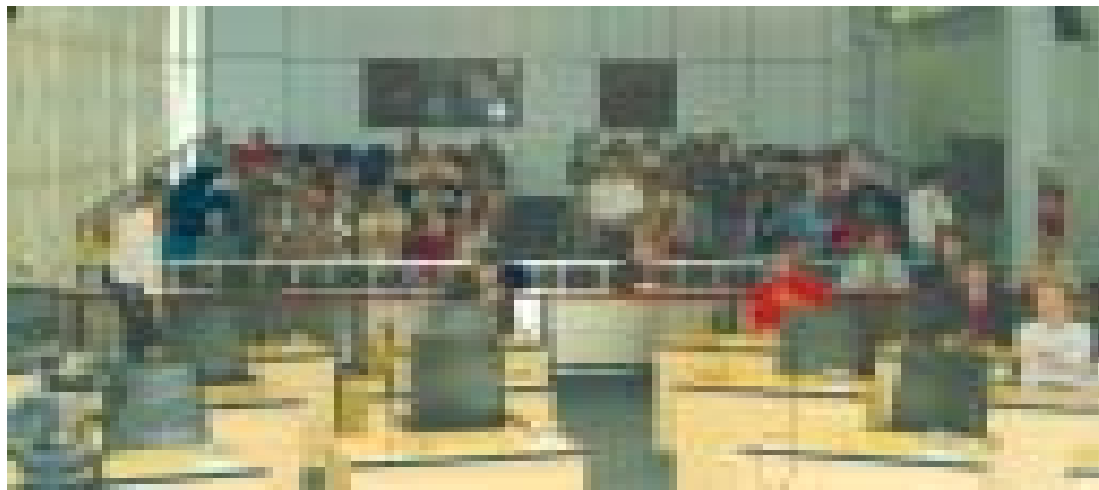
União Paulista

Zacarias

# Sorocaba

Alumínio  
Araçariguama  
Araçoiaba da Serra  
Ibiúna  
Iperó  
Itu  
Jumirim  
Mairinque  
Piedade  
Pilar do Sul  
Porto Feliz  
Salto  
Salto de Pirapora  
São Roque  
Sorocaba  
Tapiraí  
Tietê  
Votorantim

Maioria dos participantes falou sobre saneamento básico



## Obras viárias e internacionalização do aeroporto

Saúde, educação, benfeitorias para estradas e outras sugestões de cunho social foram os temas apresentados pelos participantes da 33ª audiência pública, realizada no dia 3 de outubro, na Câmara Municipal de Sorocaba.

O deputado José Caldini Crespo (PFL), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento dirigiu a mesa de trabalhos composta pelos deputados Enio Tatto (PT), vice-presidente da comissão, Hamilton Pereira (PT) e Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento e pelo vice-presidente da Câmara de Sorocaba, Antonio Arnaud Pereira (PT). Cerca de 80 pessoas participaram da reunião.

Caldini Crespo explicou que o artigo 174 da Constituição, que determina a regionalização do orçamento, a lei mais importante discutida na Assembleia, até agora não foi aplicado.

## Municípios da região

Os primeiros a se pronunciarem foram os moradores de municípios próximos.

Para Capela do Alto, o vice-presidente da Câmara daquela cidade, Nelson Batista de Miranda (PFL), pediu a construção de um teatro e de uma rotatória na SP-71.

A secretária de Meio Ambiente de Ibiúna, Maria Aparecida Ribas, solicitou atenção do governo com a questão ambiental. Segundo a secretária, em seu município será concluído em breve um aterro sanitário na cabeceira do rio Sorocaba. "Isso pode comprometer a qualidade de vida em toda a região."

Eugênio Fazori, de Mairinque, solicitou o asfaltamento da ligação entre o bairro Dona Catarina e sua cidade. "O hospital de Mairinque é outra prioridade do município, bem como a recuperação do entorno da represa da cidade."

Aparecida de Abreu, moradora de Jumirim, pediu uma escola técnica que atenda jovens das cidades de Tietê e Cesário Lange. "Em Tietê, há instalações desativadas. Basta recuperar os equipamentos."

A recuperação da SP-141 e a construção do entorno da SP-127 foram os pedidos do vereador de Tatuí, Oséias Rosa (PFL).

Araçoiaba da Serra teve mais de um representante. Roseli Camargo pediu para o bairro de Jundiacanga uma escola estadual, medicamentos para a unidade de saúde e a pavimentação do principal acesso à localidade. O vereador João Alves Cardoso (PTB) apontou a necessidade de melhorias nas vicinais.

O vereador de Laranjal Paulista, Heitor Junior (PT), destacou a recuperação de estradas como principal sugestão, sobretudo, melhorias na rodovia Marechal Rondon.

João Santos (PP), vereador de Iperó, lembrou a falta de segurança decorrente da instalação de presídio na cidade. Ele pediu aumento do efetivo policial.

Superlotação da cadeia de Porto Feliz foi a preocupação manifestada pelo vereador José Geraldo Cunha Filho (PFL), que ressaltou a recuperação da estrada que liga seu município a Rafard. "Porto Feliz também carece de moradias populares e de melhores condições de atendimento na Santa Casa. Espero que o Legislativo aprobe, em breve, a Loteria estadual da saúde", acrescentou.

Representando Piedade, o vereador Marcelo Rego (PFL) sugeriu a recuperação da SP-79, solicitou recursos para o hospital de sua cidade e aumento do efetivo policial. "A superlotação carcerária também é um problema a ser resolvido em Piedade."

Zélia de Almeida, cidadã de Sorocaba, disse que tem uma grande preocupação com o aeroporto de Sorocaba, que poderia atender ao transporte de cargas das grandes cidades, desafogando Congonhas e Viracopos. "A ampliação do aeroporto seria um grande ganho para nossa região."

Antonio Arnaud Pereira, vice-presidente da Câmara de Sorocaba, indicou como prioridade a solução para as dificuldades do conjunto hospitalar da cidade, que precisa de um abrigo para os pacientes que aguardam atendimento. Arnaud sugeriu também a necessidade de pavimentação de avenidas de Sorocaba que dão acesso ao escoamento da produção local, a construção de rotatória na 2ª saída de Sorocaba, o recapeamento da rodovia que liga a cidade a Iperó, a recuperação da SP-79 e o asfaltamento da Estrada de Ipatinga. Quanto ao aeroporto, o vereador justificou o pedido de qualificação para aeronaves de grande porte, lembrando que o aeroporto de Jundiaí recebeu R\$ 5 milhões, sendo que aquela cidade não teve o mesmo crescimento que Sorocaba.

O vereador João Donizeti (PSDB) pleiteou o desvio de pedágios na SP-79. Gabriel Bittencourt, presidente do Parlamento Regional de Sorocaba, reivindicou uma escola técnica para a região e a melhoria da estrutura e da segurança nas rodovias. Tarso Donizeti sugeriu a construção do acesso entre os bairros situados atrás da linha férrea de Sorocaba e a Vila São João.

Alexandre Carli ressaltou a importância para Sorocaba da instalação de uma escola técnica e de unidades dos programas Bom Prato e Poupatempo. Destacou também a internacionalização do aeroporto como um dos anseios do município.

A reestruturação do complexo hospitalar e mais moradias populares foram as solicitações da cidadã Celina da Silva.

Neusa Santana, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, e Ricardo José Coelho, presidente do Sindicato dos Engenheiros do Estado, defenderam o aumento do repasse de verbas para as universidades. O engenheiro também pediu mais atenção aos ferroviários, que, segundo ele, estão esquecidos pelo Estado.

Francisco Campos quer o pagamento de precatórios. Jorge Yoshino, da Cati, solicitou melhoria salarial e realização de concursos para as carreiras de agrônomo e de técnico agrícola. Marco Antonio de Moraes apoiou as palavras de Yoshino e somou àqueles profissionais também os trabalhadores da fiscalização sanitária.

## Moradores de Porto Feliz

Porto Feliz contou com boa representação na audiência pública de Sorocaba. O vereador Carlos Roberto de Oliveira (PT) pleiteou a recuperação de estradas que passam pela cidade, inclusive a estrada rural Bom Retiro, um núcleo de lazer para o bairro Jorge Nassif e maior investimento na Santa Casa local.

Já a vereadora Simone Prado (PL) ressaltou a importância de se aparelhar a Polícia Civil e da criação de mais uma delegacia, além da criação da seccional de Itu. Simone enfatizou também a questão do complexo hospitalar de Sorocaba, lembrando que seria interessante a instalação de policlínicas, de forma a evitar o transporte de pacientes para outros centros urbanos. "Espero também que não se esqueçam da UTI para a Santa Casa de Porto Feliz."

A vereadora Valquiria Ditata (PSDB), de Araçoiaba da Serra, quer a reativação da maternidade na cidade, o recapeamento da estrada que liga ao bairro Aparecida e a distribuição de água para o bairro do Barreiro.

Outro participante de Laranjal Paulista, o ex-prefeito Roque Lázaro abordou a melhoria da rodovia Marechal Rondon e a construção de um centro esportivo e de casas populares. José dos Reis Boaventura, morador de Iperó e agricultor do assentamento Ipanema, pediu mais incentivos para a agricultura, como maquinário e meios de transporte. Moradores de Sorocaba encerraram a participação dos cidadãos no último bloco. José Adão de Jesus reivindicou um centro de atendimento do egresso – a região tem 10 penitenciárias. Maria de Jesus Brito pediu mais transparência e divulgação na aplicação de impostos, bem como dos trabalhos parlamentares. Adailton Santos solicitou uma unidade do Corpo de Bombeiros. E Sebastião Albuquerque, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e região, indicou o aporte de verbas para o Centro de Referência do Trabalhador.

Os deputados Hamilton Pereira (PT), Enio Tatto (PT) e Edmir Chedid (PFL) relacionaram as demandas apresentadas e mostraram dados sobre a tramitação do orçamento estadual.

Localizada na região sudoeste do Estado, distante cerca de cem quilômetros da capital, Sorocaba, com uma população estimada, pelo IBGE, em 2004, de 552.194 habitantes, área territorial de 456 quilômetros quadrados, é sede de uma região de governo com 17 municípios.

Dom Francisco de Souza, governador-geral do Brasil entre 1591 e 1602, por acreditar na existência de ouro na região, a visitou em 1599, tendo construído na localidade um pelourinho, símbolo do poder real na ocasião. Novos ciclos de desenvolvimento marcaram a história de Sorocaba, incrementada a partir de 1875, com a inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana.

Devido a sua posição estratégica, Sorocaba, cujo nome tem origem na linguagem Tupi-Guarani, e significa "terra rasgada", tornou-se marco obrigatório para os tropeiros, que transitavam entre as regiões norte, nordeste e sul. Em razão deste fluxo, a cidade ganhou a Feira de Muares, onde brasileiros de todos os estados reuniam-se para comprar e vender animais. Os indicadores econômicos e sociais da Fundação Seade, através do Índice Paulista de Responsabilidade Social, mostram que a região de governo de Sorocaba encontra-se em situação heterogênea. No grupo 1, que agrega cidades com nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais, de acordo com a classificação proposta pela fundação, estão Alumínio, Salto, São Roque e Sorocaba. Seis municípios da região – Araçariguama, Ibiúna, Itu, Mairinque, Tietê e Votorantim – estão no grupo 2, que reúne os municípios com nível elevado de riqueza, mas com deficiência em indicadores sociais. Araçoiaba da Serra e Jumirim, por apresentarem nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores em outras áreas, estão no grupo 3. Salto de Pirapora e Tapiraí, pelo nível de riqueza baixo e com níveis médios de longevidade, estão no grupo 4. Os municípios em pior situação nesta região, ainda segundo os dados do IPRS, são Iperó, Piedade e Pilar do Sul, classificados no grupo 5.

Nesta região, o índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, de 6,77%, é semelhante à média estadual, de 6,64%. Sorocaba, por sua vez, se destaca

com taxa de 4,66%. Em relação à taxa de mortalidade geral a cada mil habitantes, Sorocaba e região têm médias semelhantes ao Estado, que é de 6,18. Entretanto, a mortalidade por agressões na região, de 22,52 a cada cem mil habitantes, está um pouco abaixo da média estadual, de 28,4. Em relação à longevidade, a região também apresenta índices melhores do que a média estadual. O valor gasto com Saúde em 2003, de cerca de R\$ 170 por habitante, nesta região, é semelhante à média do Estado. Em relação ao saneamento básico, que envolve abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo, Sorocaba e região apresentam índices semelhantes à média estadual, sendo que em relação ao tratamento de esgoto, têm índices até melhores que a média do Estado.

Com uma área territorial de 7.129 quilômetros quadrados, esta região de governo tem uma população estimada em 248.600 habitantes. A taxa geométrica de crescimento da população desta região de 2,40% ao ano, se encontra acima da média estadual, que é de 1,72%. Em relação à urbanização, o índice de 87,83% é superior à da média do Estado, de 93,65%. Já Sorocaba tem 98,82% de área urbanizada.

O comércio e a prestação de serviços são setores responsáveis por empregarem mais de 80% das pessoas nesta região. No ranking estadual de riqueza do Índice Paulista de Responsabilidade Social da Fundação Seade, de 2002, oito municípios desta região de governo estão classificados entre os cem melhores dos 645 municípios do Estado. A região, como um todo, também foi bem avaliada, pois ficou na categoria considerada alta. Em 2004, esta região obteve, com exportações, valores acima de US\$ 1,46 bilhão, sendo que Sorocaba foi responsável por quase metade deste valor. O PIB (produto interno bruto) desta região, de R\$ 10,9, é bem maior do que a região de Registro. Sorocaba também merece destaque, pois deste montante, R\$ 4,8 milhões correspondem ao PIB daquela cidade. A frota de veículos da região é por volta de 432 mil carros. Em julho de 2000, o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios na região, de R\$ 926, ficou aquém da média estadual, de R\$ 1.070. A média salarial de Sorocaba, entretanto, foi mais alta, R\$ 1.088.

Conhecido inicialmente como Porto Registro, por ser passagem obrigatória para registrar o ouro garimpado na região, na época do Brasil Colonial, o município, posteriormente, passou a ser chamado apenas de Registro. Situado no Vale do Ribeira, localizado entre a capital paulista e a divisa do Paraná, Registro é cortado pela rodovia Régis Bittencourt, que dá acesso à região sul do país.

Ainda como povoado pertencente a Iguape, desenvolveu-se economicamente com a chegada de colonizadores japoneses, em 1913, período em que a região era a maior produtora de arroz no Estado. Em 30 de novembro de 1944, emancipou-se de Iguape, tornando-se município. Atualmente, Registro é sede de região de governo com 14 municípios.

Os indicadores econômicos e sociais desta região, de acordo com a classificação proposta pela Fundação Seade, através do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), que classifica os municípios por grupos, colocam-na em uma situação com certa homogeneidade. Dos 17 municípios da região, apenas Registro e Ilha Comprida estão, respectivamente, nos grupos 3 e 2. O município sede apresenta nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores em outras áreas. Já o segundo apresenta elevado nível de riqueza, mas com deficiência em indicadores sociais. As demais cidades se dividem em dois grupos: Cananéia, Eldorado, Iguape, Miracatu, Pariquerera-Açu e Sete Barras, por apresentarem nível de riqueza baixo, mas com índices médios de longevidade estão no grupo 4. No grupo 5, que agrega os municípios em pior situação no IPRS, estão Barra do Turvo, Cajati, Itariri, Jacupiranga, Juquiá e Pedro de Toledo.

Esta região apresenta índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, de 11,84%, quase o dobro da média estadual, de 6,64%. O índice de mortalidade por agressões, de 20,58 a cada cem mil habitantes, está abaixo do índice do Estado, de 28,40. Com base nos dados de 2003, da Fundação Seade, verifica-se que os gastos efetuados com Saúde, por esta região de governo, ficam aquém da média estadual. Enquanto a despesa média do Estado, com habitante, ficou na faixa dos R\$ 171, a região gastou apenas R\$156. Registro gastou ainda menos, R\$ 133,71. O coeficiente de 1,15 por mil habitantes, de leitos gerais ou especializados, situados em estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, conveniados

ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) destinados a prestar atendimento gratuito à população, também ficou abaixo da média estadual (1,97 por mil habitantes). Registro, com coeficiente de 0,36, se encontra em situação ainda mais precária. Em relação ao saneamento básico, o abastecimento de água e a coleta de lixo apresentam índices percentuais pouco abaixo da média estadual, mas em relação ao esgoto sanitário verifica-se que a região, com 65,99% de domicílios particulares permanentes atendidos por uma única ligação, está bem abaixo da média do Estado, de 85,72%. Pela Fundação, Registro tem 74,24% de domicílios atendidos.

O município sede tem cerca de 60 mil habitantes, numa área territorial de 688 quilômetros quadrados, já a região de governo tem uma população estimada em 286.232 habitantes numa área de 12.129 quilômetros quadrados. A taxa geométrica de crescimento da população desta região, de 1,53% ao ano, se encontra abaixo da média estadual, de 1,72%. Em relação à urbanização, o índice de 68,73% é inferior ao da média do Estado (93,65%). Por sua vez, Registro tem 81,41% de área urbanizada.

A maioria dos trabalhadores desta região de governo atua no comércio e na prestação de serviços. No ranking estadual de riqueza proposto pela Fundação Seade, que leva em consideração critérios como consumo de energia elétrica em residências, agricultura, comércio e nos serviços, bem como a remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público, apenas Ilha Comprida, na 15ª posição, se destaca. Dos demais municípios, nenhum está entre os 300 melhores do Estado. Registro, segundo melhor colocado, é o 323º do ranking.

Com exportações, em 2004, esta região faturou R\$ 9.576 milhões e apresentou um PIB (produto interno bruto), em 2002, de R\$ 1.287 milhões. A frota de veículos da região é por volta de 42 mil carros. Em julho de 2000, o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios na região, de R\$ 610, ficou abaixo da média estadual, que foi de R\$ 1.076. Em Registro, as pessoas tiveram rendimento de R\$ 759.



### Região apresentou dossiê com reivindicações

A maioria dos 50 participantes da audiência pública sobre o orçamento do Estado para 2006 realizada em Registro, no dia 3/10, destacou a Saúde e reformas em estradas como prioridades para a região.

O presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Caldini Crespo (PFL), garantiu que as pessoas presentes seriam ouvidas para que pudessem apresentar propostas regionais à peça orçamentária. "Não podemos saber exatamente quais equipamentos uma Santa Casa necessita ou que trechos de determinada estrada precisam de reparo", disse ele ao frisar a importância das sugestões da população.

A mesa de trabalhos foi integrada pelo prefeito de Registro, Clóvis Vieira Mendes (PMDB), pelo presidente da Câmara Municipal da cidade, Raul Calazans (PT), pelo vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto (PT), e pelo deputado Hamilton Pereira (PT).

### Prioridades do Vale do Ribeira

Um dossiê com reivindicações da região foi entregue pelo presidente da União dos Vereadores do Vale do Ribeira, Frederico Simões (PFL), também vereador em Registro. O documento apresentou os pedidos de instalação de centros de atendimento de quimioterapia, de saúde auditiva e de obstetria no hospital regional de Pariquerera-Açu, além de uma unidade neonatal para o hospital São João, em Registro. O relatório também requer a pavimentação da SP-139 entre os quilômetros 47 e 77, o fechamento da barragem do Valo Grande e a abertura do canal de Cananéia, além de verbas para o Instituto de Terras do Estado de São Paulo.

O Consórcio Intermunicipal de Saúde é constituído por 25 cidades. Sua representante, Maria Amarante, de Pariquerera-Açu, apresentou as seguintes demandas para o Hospital São João: unidade neonatal, centro de cirurgia ortopédica, construção de anexo e serviço de oftalmologia. Para o Hospital Regional do Vale do Ribeira, Amarante solicitou a implementação do serviço de audiologia, a ampliação da lavanderia, caldeiras e cozinha, além da instalação da casa da gestante.

### Agricultura e reforma agrária

A reativação do trabalho do Itesp foi o tema do vereador Otávio Shimoda (PCdoB). Ele pediu mais atenção aos servidores do instituto. Um campus da Unesp também foi solicitado por ele, reforçando o pedido do médico Luiz Tiepo, de Pariquerera-Açu.

Enquanto o vereador de Barra do Turvo Admilson da Cruz (PT) solicitou a expansão do programa de agricultura familiar no Vale do Ribeira, o vereador de Registro Zózimo Henrique (PSDB) explicou que a falta de projetos de reforma agrária é um grande obstáculo para o desenvolvimento da região, que também carece de uma unidade da Fatec.

A questão do Valo Grande, canal de Iguape construído em 1835, foi o assunto abordado pelo vereador de Ilha Comprida, Marcos de Oliveira (PSDB). Ele disse que é preciso o fechamento da barragem, por meio de comportas, para que se possa restabelecer a vida marinha no estuário de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida, com conseqüente recuperação do desenvolvimento do setor pesqueiro.

Benedito Ribeiro Filho (PFL), vereador de Registro, também externou sua preocupação com a questão do meio ambiente, sugerindo a construção de uma usina de compostagem de lixo, além da criação de centros de lazer em bairros rurais e a recuperação do sistema viário.

O prefeito de Jacupiranga, João Batista de Andrade (PT), advertiu que a melhoria do acesso entre a capital e o Vale do Ribeira é imprescindível para o desenvolvimento do Vale, juntamente com a quebra da monocultura da banana — que tem sofrido com a praga 'toca negra'. Ele enfatizou a importância da pavimentação da SP-193, que liga seu município a Cananéia.

A duplicação da rodovia Padre Manoel da Nóbrega, no trecho que vai de Peruipe à BR-116, foi solicitada pelo vereador Sergio Miashiro (PFL), de Pedro de Toledo. Três foram os pedidos do vice-prefeito de Jacupiranga, Roberto Carlos Garcia (PV): projeto para piscicultura, criação de incubadora de agronegócio e ampliação do Qualis (programa de atendimento de saúde).

### Fundo de Desenvolvimento

O prefeito de Registro, Clóvis Vieira Mendes, cobrou o segundo depósito devido pelo governo do Estado ao Fundo de Desenvolvimento do Vale do Ribeira. "Fomos proibidos de tocar no assunto, mas não vou prejudicar minha região, deixando de fazer um pedido tão importante." Para implementar o turismo, o prefeito reiterou a melhoria de estradas e destacou a falta de extensão

ferroviária até Cajati, o que constitui um gargalo no transporte da região. "Nós apostamos no setor de turismo para trazer mais progresso ao Vale do Ribeira", explicou.

Clóvis Mendes pediu ainda a extensão ao Vale do Ribeira do gasoduto de Sorocaba, além da criação de uma secretaria de recursos minerais que atraia a Companhia Vale do Rio Doce.

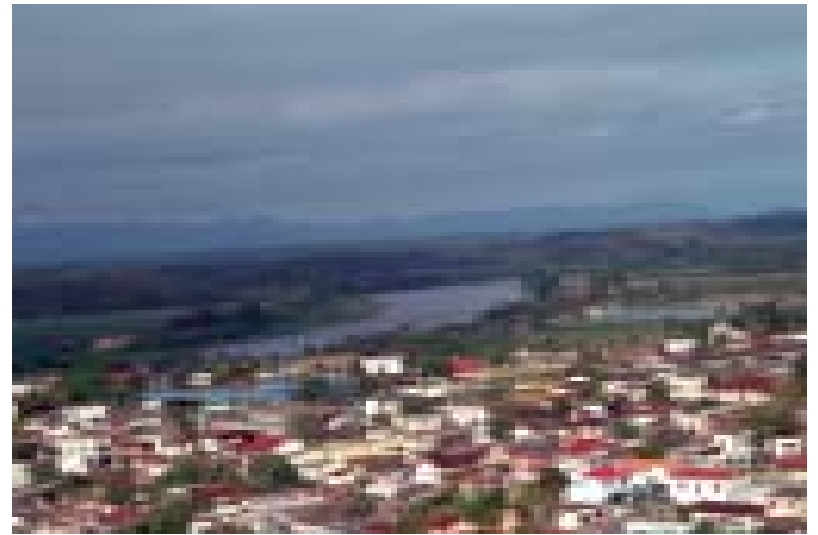
O presidente do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e prefeito de Sete Barras, Miro Kabata, retomou a discussão sobre o aporte de recursos para o Fundesvar, além da compensação financeira pelo tombamento ambiental. Já para o presidente da Câmara Municipal de Registro, Raul Calazans, o caráter suprapartidário das audiências promovidas pela Comissão de Finanças e Orçamento merece menção. Calazans disse que se o Fundesvar está previsto na Constituição Estadual, ele deve receber dotação orçamentária anualmente. Sobre o Parque do Jacupiranga, falou que o objetivo não é retirar área, mas apenas substituir áreas de preservação por áreas de habitação, uma vez que quem elabora a lei com o mapa na mão muitas vezes desconhece o local sobre o qual está legislando. "Por isso, apoio o projeto do deputado Hamilton Pereira", disse.

### Manifestação dos parlamentares

O deputado Hamilton Pereira disse: "Quando damos a palavra aos líderes locais, podemos ter um diagnóstico dos reais problemas das regiões, o que resulta em melhor aplicação dos recursos". Hamilton elaborou projeto para o redesenho do Parque do Jacupiranga com o objetivo de garantir a sobrevivência de comunidades locais, mas a matéria foi vetada pelo governador.

Enio Tatto fez o encerramento da audiência destacando que é de suma importância que a sociedade cobre, na Assembléia, a aprovação de suas sugestões, que serão incorporadas ao orçamento mediante emendas feitas no relatório do deputado Edmir Chedid (PFL).

"Os pequenos municípios eram sacrificados por terem poucos eleitores e, portanto, pouca representação. Estamos dando oportunidade para que os prefeitos dessas cidades se manifestem", disse Tatto, que concluiu explicando a importância da regionalização do orçamento. "Problemas simples, passíveis de serem resolvidos com pouco dinheiro, podem ser alvo de emendas pontuais", afirmou o vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, destacando que há dinheiro para investimentos, uma vez que o orçamento apresentado pelo secretário de Economia e Planejamento, Martus Tavares, supera a previsão da comissão.



Registro está à beira do rio Ribeira do Iguape

# Registro

Barra do Turvo

Cajati

Cananéia

Eldorado

Iguape

Ilha Comprida

Itariri

Jacupiranga

Juquiá

Miracatu

Pariquerera-Açu

Pedro de Toledo

Registro

Sete Barras



Mesa de trabalhos da 34ª audiência

# Barretos

[Altair](#)  
[Barretos](#)  
[Bebedouro](#)  
[Cajobi](#)  
[Colina](#)  
[Colômbia](#)  
[Embaúba](#)  
[Guaira](#)  
[Guaraci](#)  
[Jaborandi](#)  
[Monte Azul Paulista](#)  
[Olimpia](#)  
[Pirangi](#)  
[Severinia](#)  
[Taiacu](#)  
[Taiúva](#)  
[Terra Roxa](#)  
[Viradouro](#)  
[Vista Alegre do Alto](#)

Praça central de Barretos



## Ampliação do aeroporto e duplicação de rodovias

Barretos foi sede da 35ª audiência pública da Comissão de Finanças e Orçamento, realizada no dia 6/10, que debateu o orçamento estadual de 2006. O vice-presidente da comissão, Enio Tatto (PT), conduziu os trabalhos no Complexo Educacional Amador Alves Queiroz, ao lado da deputada Beth Sahão (PT), do vereador Olimpio Jorge Nabem (PSDB) e do secretário de Planejamento, Wilson Brito, em reunião que contou com a participação de cerca de 50 pessoas.

Tatto destacou que, anualmente, os deputados apresentavam mais de duas mil emendas e todas elas eram recusadas. "Isso acontecia devido a uma antiga praxe, sob a orientação do Executivo, de a Assembléia fazer o mínimo de alterações no projeto do orçamento", disse Tatto, destacando que a partir deste ano o procedimento não será mais esse. Segundo o deputado, a comissão decidiu colher sugestões da população nas diversas regiões do Estado, para que os deputados possam aproveitá-las na forma de emendas que serão votadas e muitas poderão ser incluídas no orçamento.

O vereador Olimpio lembrou a situação das escolas, que precisam de quadras cobertas, principalmente, para atender à demanda de famílias que as utilizam para o lazer nos finais de semana. "Gostaria de uma parceria com a Secretaria de Turismo para implementar um parque temático na cidade." De acordo com Pinho, a ciclovia que liga o Parque do Peão até a cidade também precisa de cuidados. Além disso, reivindicou a duplicação da rodovia Faria Lima. Wilson Brito disse que a discussão da lei orçamentária é um processo que tende a crescer. "Nós já adotamos esse hábito em Barretos, com o debate entre as secretarias, levando posteriormente as informações à população."

Para a região, Brito sugeriu a ampliação do aeroporto, visando o transporte de carga internacional, a duplicação das rodovias Faria Lima e Assis Chateaubriand, um campus da Unesp, uma unidade da Fatec e a doação ao município de Barretos do recinto Paulo de Lima Correia, que já abrigou a festa do peão e, segundo ele, se encontra abandonado pelo Estado. Domingos Caruso Neto, comerciante de Guaraci, usou a palavra somente para agradecer a iniciativa da comissão de ouvir os cidadãos.

Antonio Carlos Parreira, presidente do PMN de Barretos, quer que a Nossa Caixa, banco público estadual, incremente a venda de seus bilhetes de loteria, o que geraria mais recursos para os municípios.

Ledi Salvi Silva, da polícia técnica de Barretos, pediu uma sede própria para o Instituto de Criminalística e a realização de concurso público para a categoria, bem como a melhoria dos equipamentos de informática.

## Agricultura diversificada

O secretário de Meio Ambiente de Barretos, Márcio Ferreira, advertiu que a região tem sérios problemas com saneamento, sobretudo, com os resíduos sólidos. A agropecuária em Barretos gera um dos maiores faturamentos do Estado, com cana-de-açúcar, gado e laranja. "Precisamos de incentivo para outros setores, de forma a socializar o campo." Município de Colômbia, Silvia Gonzaga pediu socorro para a situação das famílias assentadas, segundo ela, esquecidas pelo Incra. "Cresce o número de desempregados, órfãos da monocultura da cana."

## Idosos e negros

O morador de Barretos, Clóvis Queiroz Filho, pediu atenção para o idoso. "O atendimento do escritório do INSS em minha cidade é vergonhoso e culpo as três esferas de governo por isso." O conselho municipal do idoso é negligente, disse Queiroz, considerando importante a criação de centros médicos de referência específicos para o idoso. Ele pleiteou ainda que as universidades públicas produzam medicamentos. Para o representante da comunidade negra de Barretos, Francisco Miranda, falta uma política voltada aos negros. "Cresce o número de jovens infratores e de gestantes precoces diante da carência de projetos sociais." Miranda disse que a cidade tem alta percentagem de negros e precisa criar mais espaço para o atendimento de saúde voltado a doenças específicas de negros.

## Recursos para Santa Casa

Os vereadores de Guaira foram unânimes ao pedir mais recursos para a Santa Casa da cidade. José Reinaldo dos Santos (PFL), Renato César Moreira (PFL) e José Natal Pereira (PSDB) enfatizaram a necessidade de mais equipamentos para o hospital.

José Reinaldo solicitou também o recapeamento da rodovia que liga Guaira a Miguelópolis. Moreira reforçou o pedido e acrescentou o da recuperação da rodovia Fábio Talarico, que liga o município a Franca. Lembrou também a necessidade de aumentar o efetivo policial e de dotar a polícia local de viaturas. Natal Pereira também pleiteou verbas para entidades assistenciais e a instalação de cursos técnicos profissionalizantes.

O prefeito de Pirangi, Luís Carlos Moraes (PSDB), destacou a importância da reforma tributária e de equipar as universidades públicas, bem como da recuperação das estradas vicinais.

## Viradouro e Taiúva

Agilizar as obras do trecho de 17 quilômetros da Rodovia Arcolino Zanqueta, que liga Viradouro e Pitangueiras, pleiteadas pelas prefeituras dos dois municípios, foi o pedido do chefe de gabinete de Viradouro, Erney de Paula, representando na ocasião o prefeito José Lopes, e do vereador daquele município, Luiz Geraldo Cardoso. Erney de Paula solicitou também a criação de curso sobre açúcar e álcool pelo Centro de Educação Tecnológica Paula Souza, de Barretos.

Marcelo Ramos (PDT), vereador de Taiúva, pediu a duplicação completa da rodovia Faria Lima. O prefeito de Barretos, Emanuel Mariano (PPS), sintetizou as demandas da cidade e da região. Segundo Mariano, a cidade contribui com 6% da produção agrícola do Estado, enquanto a região contribui com 20%. "Isso já justifica a recuperação de nossas estradas", apontou o prefeito. Mariano também falou em defesa das santas casas e da estadualização da Fundação Educacional de Barretos (FEB). Ele pediu uma unidade da Fatec e a ampliação do aeroporto, nos moldes do que foi feito em Campinas, para que atenda o segmento industrial.

O prefeito reclamou do projeto de lei do deputado Ricardo Tripoli (PSDB), aprovado pela Assembléia e que, na prática, inviabiliza o rodeio. "Nossa cidade sobrevive da festa do peão e será muito prejudicada com essa lei."

O vice-presidente da FEB e secretário de Indústria e Comércio de Barretos, Paulo Roberto Teixeira, solicitou recursos para que as universidades possam investir na pesquisa científica e tecnológica. "Isso contribui diretamente para o desenvolvimento regional." Ele também deseja a revitalização do distrito industrial de Barretos, com infra-estrutura de água, luz, arruamento e a instalação de uma incubadora de empresas.

Beth Sahão, deputada da região, fez um balanço das propostas apresentadas, após destacar a importância das audiências.

Segundo Beth, a Assembléia é historicamente isolada e as audiências estão permitindo descentralizar as atividades do parlamento, regionalizando o debate. "As audiências permitem que a sociedade civil organizada possa interferir na elaboração da peça orçamentária", disse a deputada, lembrando que é preciso fiscalizar a aprovação e a aplicação dessas sugestões transformadas em emendas. De acordo com a deputada, colocar propostas no orçamento, infelizmente, nem sempre significa sua realização. "Por isso, vocês devem fiscalizar o exercício do Legislativo e do Executivo, cobrando-os."

A deputada foi interpelada por algumas professoras aposentadas do Estado. Após ouvir os reclamos das aposentadas, Beth disse que sua bancada apresentou emenda para que os inativos incorporassem as gratificações aos proventos. "Entretanto, a proposta foi rejeitada", disse. Em seguida, Beth concedeu aparte ao diretor do Escritório Regional de Planejamento (Erplan) de Barretos, Onofre Resende, que reclamou de que muito pouco sobra para investimentos do total do orçamento paulista. "O pagamento de dívidas com a União soma 13%, mais 30% para Educação e 12% para a Saúde. O restante é para gerir tudo o que sobra."

Sobre os rodeios, Beth salientou que a bancada protocolou projeto revogando artigos da lei de Tripoli que atingem diretamente alguns segmentos, como a suinocultura, a pecuária e as festas de peão.

com os dados da região de governo: para um valor adicionado total de R\$ 8 bilhões, em 2002 (segundo a Fundação Seade), o agronegócio contribui com R\$ 2,97 bilhões. A região tem Produto Interno Bruto de R\$ 7,91 bilhões, que correspondem a 1,81% da soma do PIB paulista.

As despesas com Saúde, da ordem de R\$ 180,66 por capita, estão acima do indicador para o Estado, que é de R\$ 171,41 por pessoa, permitindo maior longevidade na população que detém uma vida média de 70 anos. Em contrapartida, a região apresenta um índice de natalidade menor que o Estado, chegando somente a 13,41. A taxa de analfabetismo de 8,69% é superior ao índice estadual de 6,64%.

Com 417.747 habitantes (dados do Seade, em 2005) e área de 8.298 quilômetros quadrados, a região de governo de Barretos abrange ainda os municípios de Altair, Bebedouro, Cajobi, Colina, Colômbia, Embaúba, Guaira, Guaraci, Jaborandi, Monte Azul Paulista, Olimpia, Pirangi, Severinia, Taiacu, Taiúva, Terra Roxa, Viradouro e Vista Alegre do Alto.

Dos 19 municípios que formam a região de governo de Barretos, no norte do Estado de São Paulo, dez estão no grupo 4 do IPRS (baixo índice de riqueza e indicadores sociais de nível intermediário). A cidade-sede, Barretos, foi enquadrada no grupo 2 (nível de riqueza elevado, mas sem bons indicadores sociais).

Na região, o último colocado no ranking de escolaridade é Colina, município que ocupa o 602º lugar (e o 197º posto na classificação de riqueza). Jaborandi (612º lugar) e Cajobi (569º) apresentam as piores classificações em longevidade e riqueza, respectivamente.

Os melhores resultados no ranking do IPRS aparecem em Olimpia (45º em escolaridade), Vista Alegre do Alto (20º em longevidade) e Guaira (49º em riqueza).

A cidade de Barretos é famosa pela Festa do Peão de Boiadeiro, criada em 1955, e uma das principais atividades econômicas do município é a criação de gado de corte. Essa vocação agropecuária se confirma

Formada por 16 municípios, no noroeste paulista, a região de governo de Catanduva tem, além da cidade-sede, mais duas enquadradas no grupo 1 do Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS (municípios com alto nível de riqueza e bons indicadores sociais): Ariranha e Novo Horizonte (esta subindo do grupo 3, no qual foi incluída na versão anterior do índice). A maioria das localidades manteve na segunda edição do IPRS o enquadramento anterior. Apenas Palmares Paulista e Sales sofreram queda na classificação, passando, respectivamente, do grupo 4 para o 5 e do 3 para o 4.

As piores classificações nos rankings do IPRS são de Palmares Paulista (417º lugar em escolaridade), Itajobi (572º em longevidade) e Sales (474º em riqueza). Por outro lado, Novais destaca-se em escolaridade (39º lugar) e longevidade (11º), embora o indicador riqueza (333º lugar) acabe por colocar o município no grupo 3. A região de governo de Catanduva reúne população de 262.692 habitantes, segundo dados de 2005 da Fundação Seade, em território de 4.343 quilômetros quadrados. A economia é predominantemente agropecuária. Da riqueza produzida na região, que soma cerca de R\$ 3,22 bilhões, as atividades do campo contribuem com aproximadamente R\$ 1,33 bilhão. O Produto Interno Bruto estadual de R\$ 3,19 bilhões corresponde a

0,73% do PIB. As despesas com saúde são da ordem de R\$ 160,55 por capita, abaixo do indicador para o Estado, que é de R\$ 171,41 por pessoa. O índice de natalidade também é menor, atinge 12,92 contra o do Estado de 15,94. A mortalidade geral supera em 2,44 ao do Estado, atingindo 16,69.

Os serviços de saneamento são oferecidos a percentuais da população maiores do que os registrados no Estado. Por outro lado, a taxa de analfabetismo registrada em 2000 – de 9,93% – está bem acima da média estadual (6,64%).

Não há registros exatos dos fundadores da cidade de Catanduva, que se origina do bairro de Cerradinho, localizado em terras do município de São José do Rio Preto. Atualmente, a cidade-sede da região de governo está no centro de um pólo de produção de cana-de-açúcar: num raio de 120 quilômetros, conta com cerca de 35 usinas para produção de álcool e açúcar. Os demais municípios que formam a região de governo são Ariranha, Catiguá, Elisiário, Irapuã, Itajobi, Marapoama, Novais, Novo Horizonte, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Sales, Santa Adélia, Tabapuã e Urupês.



### Despoluição do São Domingos

As principais sugestões colhidas na 36ª audiência pública realizada na Câmara Municipal de Catanduva, no dia 6/10, trataram dos temas mais recorrentes nessas reuniões: saúde, educação, meio ambiente e reforma de estradas vicinais.

Coordenou os trabalhos o vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, responsável pelo evento, Enio Tatto (PT), acompanhado pelo 2º secretário da Assembleia, Geraldo Vinholi (PDT), a deputada Beth Sahão (PT), o prefeito de Catanduva, Afonso Macchione Neto (PSDB), o presidente da Câmara Municipal, Daniel Palmeira (PTB), e o prefeito de Paraíso, Gilberto Galbeiro (PP).

Grande parte do público foi composta por representantes de segmentos da Educação. O diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Eros Ronan, protestou contra a manutenção do veto às emendas da Educação. Uma das faixas dizia: "Escola bonita, salário feio", em referência à expansão de ensino tecnológico com a construção de novas unidades da Fatec, nas quais os professores continuam a receber baixos salários.

Pedro Augusto Ávila, advogado, observou o contra-senso de um professor aposentado ganhar dois salários mínimos e um presidiário custar mais de três salários ao Estado.

Os vereadores de Catanduva foram sucintos nos pedidos. Luiz Pereira (PP) disse que a cidade deveria ser classificada como comarca de 3ª entrância na reclassificação que vai ser implementada pelo governo do Estado. Fernando Pereira ressaltou a urgência da despoluição do rio São Domingos. Newton Cândido (PSDB) pediu a implantação de curso de graduação à distância e um ônibus-biblioteca para Catanduva. Nelson Lopes Martins (PP) falou em defesa da Fundação Padre Albino, instituição de ensino e hospital, que precisa de mais recursos para manutenção, num total de R\$ 2 milhões.

### Recuperação de estradas

O vereador de Catanduva Marquinhos Ferreira (PT) reforçou o pedido de despoluição do rio São Domingos e a recuperação de estradas vicinais. O empresário José Alexandre Ronan enfatizou a questão das estradas.

Renato Frate, de Catanduva, reiterou as propostas de recursos para a Fundação Padre Albino, a recuperação de estradas, a despoluição do rio São Domingos e destacou a necessidade de mais verbas para a Apae.

Sebastião Bizarri, agricultor, reivindicou indenização a pequenos lavradores por perdas decorrentes de quebra de safra.

O 1º secretário da Câmara de Catanduva, Vanir Braz (PSDB), pediu mais recursos para a Apae e o diretor técnico do Pólo Regional Centro Norte, de Pindorama, Lúcio Martins, pediu mais atenção ao segmento agrícola.

O desmonte do funcionalismo foi a preocupação manifestada por Reinaldo Alves. Ele falou de projeto de lei complementar que extingue o Ipep para professores, cabos e soldados, criando um novo fundo de contribuição. A matéria, segundo ele, põe por terra vários direitos dos funcionários públicos. Ele pediu também a criação de um posto de atendimento do Iamspe em Catanduva e protestou contra o veto às emendas da Educação na LDO 2006.

Mara Lúcia Furlan (PSDB), vereadora de Urupês, inovou ao solicitar a extensão do Programa Viva Leite ao idoso. Em nenhuma audiência anterior tal pedido havia sido feito.



Plenário da Câmara Municipal de Catanduva

Cássio de Freitas (PT), vereador de Novo Horizonte, pleiteou o asfaltamento da ligação de sua cidade ao rio Tietê e melhorias da estrada Catanduva - Novo Horizonte.

O presidente da Câmara de Novo Horizonte, Nelson Luiz Benevenuto (PDT), retomou a questão das vicinais, destacando a ligação entre seu município e Urupês. Solicitou também a construção de passarela para ligar os bairros de São José e Esplanada, sobre rodovia em Novo Horizonte, e benfeitorias em escolas técnicas estaduais.

### Palavra dos componentes da mesa

O prefeito de Catanduva, Afonso Macchione Neto, destacou a demanda da despoluição do rio São Domingos, a repavimentação de estradas e a instalação de uma unidade do Bom Prato em Catanduva.

O prefeito de Paraíso, Gilberto Galbeiro, quer maior atenção para os assentados de sua cidade e para aqueles que perderam o emprego em decorrência do fim da colheita de cana. "É preciso melhorar o atendimento do Estado na assistência social."

O presidente da Câmara local, Daniel Palmeira (PTB), entregou documento que solicita a recuperação de avenidas de Catanduva, bem como a construção de galerias pluviais.

Geraldo Vinholi (PDT), 1º secretário da Assembleia, disse que a audiência é uma experiência inovadora do Legislativo que vai permitir à região de Catanduva conquistar novos espaços. "É o momento de pedir mais dotação para investimentos na região, pois a partir deste orçamento será possível a apresentação de emendas pontuais."

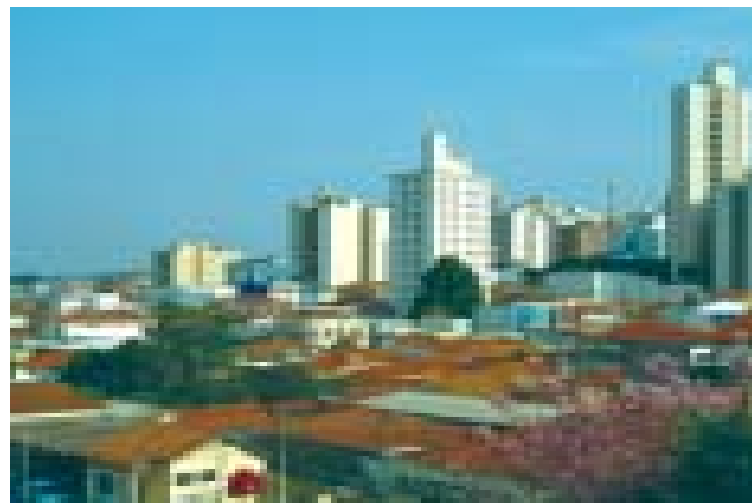
Ao fechar os trabalhos, Enio Tatto declarou que, além de fazer as sugestões ao orçamento, é importante que a população fiscalize a implementação de tudo o que foi sugerido.

# Catanduva

Ariranha  
Catanduva  
Catiguá  
Elisiário  
Irapuã  
Itajobi  
Marapoama  
Novais  
Novo Horizonte  
Palmares Paulista  
Paraíso  
Pindorama  
Sales  
Santa Adélia  
Tabapuã  
Urupês



Beth Sahão, Daniel Palmeira, Enio Tatto, Geraldo Vinholi e Gilberto Galbeiro



Vista parcial da cidade de Catanduva

# Santos

Bertioga  
Cubatão  
Guarujá  
Itanhaém  
Mongaguá  
Peruíbe  
Praia Grande  
Santos  
São Vicente

## Metropolização dos transportes e da infra-estrutura

O deputado Mário Reali (PT) presidiu, na Câmara Municipal de Santos, audiência pública para debater o orçamento estadual para 2006. Já tendo o projeto de lei orçamentária sido encaminhado para a Assembleia Legislativa, o objetivo da comissão nessa reunião foi ouvir as propostas da comunidade da Baixada Santista para melhor aplicar o orçamento, estimado em aproximadamente R\$ 80 bilhões.

Participaram da reunião o primeiro secretário da Assembleia, Fausto Figueira (PT), a deputada Maria Lúcia Prandi (PT), o relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), e o vereador José Lascane (PSDB), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Santos.

Segundo Reali, a idéia da comissão é valorizar o trabalho do Legislativo, aproximando-o mais da sociedade. O deputado também incentivou todos os presentes a se manifestar na tribuna, de forma a democratizar a discussão. O vereador Lascane afirmou que é importante insistir na participação popular e saudou os deputados estaduais.

## Cultura e turismo

Mauro dos Santos Custódio sugeriu a ampliação dos recursos destinados à cultura. "Estamos deixando projetos de lado, como a conclusão do Teatro Municipal de Cubatão", afirmou. Ele também quer implantar a Caravana do Cidadão.

O presidente da Protur – Ong ligada ao turismo sustentado, Maurício Campina, propôs a inclusão dos portadores de deficiência em atividades de lazer, mediante adaptação de equipamentos empregados no turismo.

O vereador de Santos Reinaldo Martins (PT) também abordou o incentivo à cultura e lembrou do Fundo Estadual de Cultura, projeto prometido pelo governador há algum tempo, mas que ainda não foi encaminhado ao Legislativo.

A metropolização foi o tema do pronunciamento do engenheiro Anuar Assad. Segundo ele, não há esse processo se não existir transporte coletivo e moradias dignas para a população. "Infelizmente, a EMTU está apostando em idéias que são inexecutáveis em nossa região, e este já é o terceiro projeto", reclamou.

"A saúde mental é um problema político e social." A afirmativa foi feita por Geraldo Peixoto, de São Vicente. "Os recursos para o setor são insuficientes e os serviços substitutivos não foram implantados. O Estado abriga o maior número de manicômios e precisa aprimorar esse atendimento", sugeriu.

O presidente da Câmara de Bertioga, Luiz Henrique Capelini (PL), destacou que sua sugestão é suprapartidária: trata-se da construção de um terminal rodoviário em sua cidade.

Bartolomeu de Souza, de Santos, falou em nome dos moradores dos bairros cota de Cubatão. Solicitou distribuição de água tratada na localidade, lembrando que é uma questão de saúde pública. João Inocêncio pediu a

implantação de cursos técnicos profissionalizantes no bairro Saboo, especificamente na Escola Padre Bartolomeu de Gusmão. Pediu mais atenção para a segurança na Vila Alemao, encravada na zona portuária.

Esteve presente à audiência a representante do Sindicato do Centro Paula Souza, Neusa Santana.

## Qualidade da água

A deputada Maria Lúcia Prandi disse que a qualidade da água na Baixada Santista é insatisfatória. "A região tem sérios problemas com saneamento, principalmente nos bairros cota, que também sofrem com a carência de moradias. Sobre o processo de metropolização, Prandi lembrou de suas reuniões com o secretário de Transportes Metropolitanos e cobrou a apresentação por parte da Secretaria de um projeto para a Baixada Santista.

Habitação também é a preocupação de Maria da Graça Moreira, de São Vicente. Ela defendeu a criação do Conselho Estadual de Habitação.

A criação de outro conselho foi sugerida por Cecília Silva. Ela integra o Conselho da Comunidade Carcerária do Guarujá e sugeriu a criação de um Conselho de Orçamento Participativo. Reivindicou, também, providências para o desassoreamento de canais em sua cidade, principalmente no rio Santo Amaro, e para as favelas, que precisam de um projeto de urbanização.

O vereador Maurício de Souza (PT), de Bertioga, afirmou que a anunciada duplicação da rodovia Rio-Santos não aconteceu. "O recapeamento, apesar de bem feito, não minimizou o número de acidentes, que continua crescente", disse. Ele também pediu a implantação de um terminal rodoviário em seu município.

Alexandre Verler, do Fórum de Cidadania de Santos, pleiteou um projeto melhor para o Porto de Santos, que a seu ver "está divorciado da região". Sugeriu também uma linha de metrô de superfície para a Baixada.

O primeiro secretário da Assembleia, Fausto Figueira, destacou que os problemas de uma região metropolitana não se referem apenas a uma cidade. "Temos que pensar também em escala metropolitana. Isso serve para os presídios, o porto e outros setores", alegou. Figueira disse que investir em determinados setores importantes para a população será possível com a nova abordagem na apresentação de emendas ao orçamento, que poderá ser feita de maneira regionalizada.

O que a comissão deseja realizar no orçamento de 2006 é pontuar tudo o que foi sugerido nas audiências públicas. Após essa afirmação, o deputado Edmir Chedid lembrou que existe déficit habitacional, enquanto a CDHU tem caixa suficiente para mais obras. "Basta que esse dinheiro seja aplicado de maneira mais descentralizada e regional", afirmou.

Chedid destacou que, a partir do próximo ano, a determinação não será apenas regionalizar o orçamento, mas também regionalizar o seu custeio. "Com certeza, nessa oportunidade, as autoridades de cada região não deixarão de participar das audiências", comentou.

"Não se trata de ser contra obras do metrô, por exemplo. Mas por que não fazer parcerias ou concessões dessa obra e aplicar o dinheiro em outros setores que são prioridade em todo o Estado?", indagou o relator. Para o deputado, é preciso mudar a consciência política. "Os deputados não precisam correr atrás de liberação de verbas, anunciando seus trunfos. Devem, sim, aprovar destinações específicas para os setores que carecem de recursos quando da votação do orçamento", concluiu.



Ao lado, plenário da Câmara Municipal de Santos. Acima, deputada Maria Lúcia Prandi fala na tribuna



Santos é uma das cidades mais antigas do Brasil. Seu povoamento começou por volta de 1540 e o passado deixou um precioso legado, como casarões, museus e igrejas. Em Santos está o maior complexo portuário da América Latina, construído no início do século XX, fase em que apresentou grande movimento como escoadouro do café. Santos possui, ainda, o maior jardim à beira-mar do mundo: sete quilômetros na orla.

Todos os municípios da região de governo cuja sede é Santos (Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, e São Vicente) enquadram-se no grupo 2 do Índice de Responsabilidade Social, em que os municípios, embora tenham níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais. Esta posição manteve-se inalterada para todos os municípios em 2000 e 2002.

Em 2005, a população da região, de acordo com dados da Fundação Seade, é de 1.625.115 pessoas, distribuídas numa área de 2.373 km<sup>2</sup>, 0,95% da área de todo o Estado. A taxa geométrica de crescimento populacional ao ano, entre 2000 e 2005, foi de 1,97%, um pouco acima da do Estado, que foi de 1,72%. A mesma taxa, no mesmo período, somente do município de Santos caiu consideravelmente: 0,32%.

A taxa de natalidade da região de governo de Santos é de 7,04 por mil habitantes, um pouco superior à do Estado, de 6,18. Em contrapartida, o

índice de longevidade é de 57 anos. Bem menor, se comparado, à idade média do Estado, de 67 anos. A de mortalidade infantil, contudo, é bem maior: 18,17 contra 14,25. A taxa de mortalidade por agressões é inferior à do Estado (25,43 contra 28,40 por cem mil habitantes), mas a por acidentes de transporte supera a estadual: 20,28 contra 17,36.

A economia da região é mais ativa nos setores de serviços e da indústria, com valor adicionado de R\$7.532,50 e R\$5.481,11 milhões em 2002, respectivamente. A agropecuária movimentou apenas R\$20,80 milhões no mesmo ano. O PIB da região, R\$13.681,72 milhões em 2002, representa 3,12% do PIB do Estado.

A região de governo de Santos investe mais em saúde, per capita, do que o Estado. Enquanto a média da região é de R\$240,22, a do Estado é de R\$171,41. Há alguns casos, como os municípios de Cubatão e Bertioga, em que este investimento é consideravelmente superior à média estadual: R\$535,26 e R\$394,84 respectivamente. A taxa de analfabetismo da região, de 6,27%, é ligeiramente inferior à do Estado, de 6,64%. Alguns municípios, porém, apresentam taxa de analfabetismo bem maior do que a estadual, como Guarujá (8,45%), Itanhaém (8,19%), Peruíbe (8,62%), Bertioga (8,26%) e Cubatão (9,06%). O município de Santos vai contra esta tendência, apresentando taxa de apenas 3,56%.

Considerada a porta de entrada do litoral norte, Caraguatatuba surgiu de uma pequena vila iniciada no século XVII e tornou-se estância balneária em 1947. Existem duas versões para a origem do nome da cidade: "enseada de altos e baixos", originário do tupi-guarani, e "Caraguatá", planta encontrada nas encostas da serra do mar. A cidade vive do turismo. Nos feriados prolongados e temporada de férias a cidade recebe milhares de pessoas.

A região de governo de Caraguatatuba engloba os municípios de Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. Todos se enquadram no grupo 2 do Índice de Responsabilidade Social, com bons níveis de riqueza, mas indicadores sociais ruins.

A área da região, 1.977 km<sup>2</sup>, representa 0,79% do território do Estado e abriga uma população de 269.781 pessoas. A taxa geométrica de crescimento anual da população ao ano, entre 2000 e 2005, é maior do que a estadual: 3,81% contra 1,72%. O município de Ilhabela, isoladamente, apresenta taxa de 1,14%, bem inferior à estadual, enquanto a do município de São Sebastião, 4,88%, é bem superior.

A taxa de natalidade da região é de 5,61 por mil habitantes, ligeiramente inferior à estadual, enquanto a de mortalidade infantil é bem superior: 17,18 por mil nascidos vivos contra 14,25, do Estado. No município de Caraguatatuba

a mortalidade infantil é de 20,19 por mil nascidos vivos, mas em Ilhabela cai consideravelmente: 8,32. A de mortalidade por agressões é de 43,49 por cem mil habitantes, superior à do Estado, que é de 28,40. O município de Caraguatatuba tem uma taxa de 53,27, quase o dobro da estadual. Já em Ilhabela, esta taxa cai para 16,44. A taxa por acidentes de transporte da região é também superior à estadual: 27,71, contra 17,36. Mais uma vez, neste caso, o município de Caraguatatuba apresenta taxa alta, de 38,84.

A economia da região concentra-se no setor de serviços, com valor adicionado de R\$959,70 milhões em 2002. A indústria aparece em seguida, com valor adicionado de R\$279,45 milhões e a agropecuária, em último lugar, com valor adicionado de apenas R\$5,04 milhões. O PIB da região é de R\$1.264,35 milhões, 0,29% do PIB de todo o Estado.

O investimento per capita em saúde na região de governo de Caraguatatuba é de R\$310,28 em 2003, bem melhor do que a estadual, de R\$171,41. A taxa de analfabetismo, contudo, é pior do que a do Estado: 8,57% contra 6,64% e, pelo Índice de Responsabilidade Social (IPRS), a região está situada no grupo 2, com índice de 42 na dimensão escolaridade, se colocando abaixo da média estadual que atinge 52.



### Recapeamento de estradas e saneamento básico

A Câmara Municipal de Caraguatatuba recebeu quase 70 pessoas, em 10/10, para a discussão de propostas ao orçamento estadual. A audiência foi conduzida pelo presidente da comissão, José Caldini Crespo (PFL), acompanhado pelos deputados Carlinhos Almeida (PT) e Afonso Lobato (PV) e pelo presidente da Câmara local, Juez Pardim (PPS).

Melhorias para a Santa Casa, aumento do efetivo policial, saneamento básico e recapeamento de estradas foram as principais propostas apresentadas pelos vereadores de Caraguatatuba. Aurimar Mansano (PTB) pediu sinalização e passarelas na SP-55. Já Cristian de Godoy (PL) sugeriu a municipalização da estrada. Omar Kazon (PL) reivindicou a construção de um hospital regional. Wilson Gobetti (PPS) sugeriu uma passarela no trecho da rodovia Rio-Santos localizado na divisa entre Caraguatatuba e São Sebastião, a recuperação e ampliação de escolas estaduais e uma unidade do Poupatempo. Aureliano Pereira (PTB) reivindicou uma ponte ligando a praia de Tabatinga ao município de Ubatuba.

Outro vereador de Caraguatatuba, Carlinhos da Farmácia (PSDB) apontou a necessidade de construção de abrigos para idosos, para mulheres vítimas de violência doméstica, para aleitamento materno e para moradores de rua, bem como a construção de um hemocentro e de casas populares.

O presidente da Câmara de Caraguatatuba priorizou a construção do hospital regional em sua cidade. Destacou também a pavimentação das estradas do Rio Claro e do Pirassununga, a construção de uma escola estadual de 5ª a 8ª série na zona sul e a construção de uma passarela na zona norte, no bairro Casa Branca.

### Representantes de Ubatuba

A cidade de Ubatuba foi bem representada na audiência pública em Caraguatatuba. A maior parte dos manifestantes reivindicou a instalação de uma faculdade gratuita na cidade e a implementação de melhores serviços de tratamento de esgoto. O vereador Jairo Félix Santos (PT), além de reforçar o pedido de uma universidade pública, propôs a construção de uma estação elevatória e de subestações de tratamento de esgoto.

Luciana Machado, moradora do bairro de Maranduba, pediu a implantação de um distrito policial e o recapeamento das vicinais que servem aos bairros Araribara e Folha Seca.

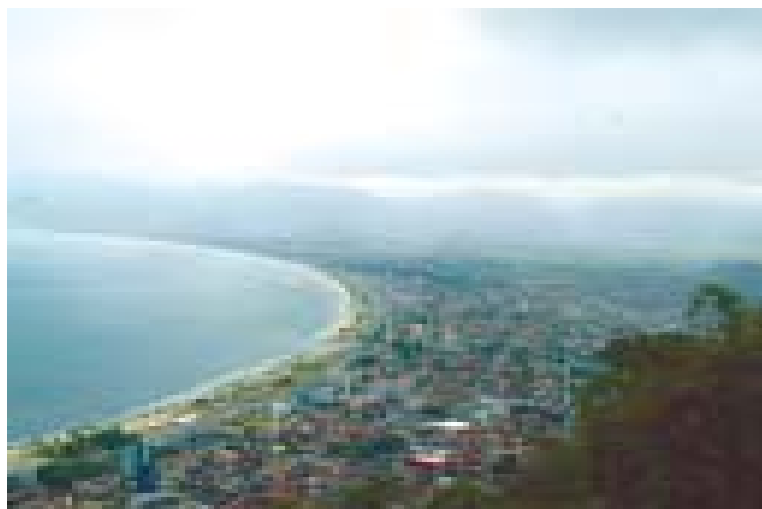
A presidente da Associação de Bairro de Maranduba, Maria Chagas, destacou que sua cidade sofre com o déficit habitacional e com a ocupação irregular de encostas, em lugares de risco. Ela ainda sugeriu uma unidade da Fatec para Ubatuba.

Os representantes de São Sebastião, Carlos Cipulo e Rosângela Dias, demonstraram preocupação com o meio ambiente – a região tem somente três fiscais da Cetesb – e com projetos de incentivo ao turismo.

### Outras manifestações

O professor Milton Ribas, de Caraguatatuba, quer a extensão aos professores estaduais do Litoral Norte do adicional por acesso de risco, pago aos educadores das grandes metrópoles.

Valorizar as associações de bairro, de forma que seus integrantes possam empreender ações em benefício das comunidades, foi a sugestão do radialista Celso Santana, de Caraguatatuba.



Vista aérea de Caraguatatuba



O representante do Conselho Tutelar Antonio Fernandes falou do crescimento desordenado e da necessidade de investimento no atendimento aos jovens. Presidente da ONG Onda Verde (Caraguatatuba), Paulo Ribeiro considerou que é de extrema importância que o contorno da rodovia previsto para Caraguatatuba no projeto de ampliação do Porto de São Sebastião seja incluído na primeira etapa de obras. Seu pedido foi reforçado por Ricardo Medeiros.

O prefeito de Caraguatatuba, José Pereira de Aguiar, endossou todos os pedidos feitos e mencionou a prioridade de dar atenção à Santa Casa e às estradas.

### Opinião dos parlamentares

Os deputados Afonso Lobato (PV) e Carlinhos Almeida (PT), ambos representantes da região do Vale do Paraíba e do Litoral Norte, comentaram as demandas apresentadas na reunião e reforçaram a importância dessas sugestões, que poderão ser atendidas na medida do possível nas emendas ao orçamento. "Quando os cidadãos expõem suas propostas, elas podem ser consagradas no orçamento de forma que as autoridades das localidades não precisem implorar pela liberação de verbas", disse Afonso Lobato.

Carlinhos Almeida perguntou sobre as providências que o governo vai tomar em relação ao impacto ambiental que a ampliação do porto de São Sebastião causará à região. "É preciso que haja um comprometimento com possíveis danos ambientais e sociais."

Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento, a partir de dados do Seade, disse que a região tem a maior taxa de mortalidade em estradas do Estado e faltam leitos em UTIs. "Tudo isso bate com as dificuldades apresentadas aqui, no que se refere à situação de estradas e do atendimento hospitalar."

A falta de tratamento de esgoto foi apontada com frequência pelos participantes. Chedid comentou o tema, lembrando que a Sabesp arrecada o dinheiro e, talvez por falta de direcionamento, não retribui devidamente em serviços para a população. "O Poupatempo é um serviço que custa barato ao Estado, mas atende a uma importante camada da população." O deputado o usou o exemplo para ilustrar como pequenas alterações na aplicação do orçamento podem fazer muita diferença para os moradores de determinada região.

O deputado Caldini Crespo encerrou a reunião lembrando que, apesar de exaustivas, as viagens pelo Estado foram gratificantes, porque abriram espaço para a participação da comunidade, por meio de suas lideranças locais. "Estamos cumprindo dispositivo da Constituição estadual, com nossa vontade de inovar e de democratizar o orçamento", disse Crespo, encerrando a 39ª audiência pública em cidades-sede de governo, compreendendo um total de 532 municípios do Estado.

Público indicou problemas nas estradas da região

Caraguatatuba

Caraguatatuba

Ilhabela

São Sebastião

Ubatuba

# Ribeirão Preto

[Altinópolis](#)  
[Barrinha](#)  
[Brodowski](#)  
[Cajuru](#)  
[Cássia dos Coqueiros](#)  
[Cravinhos](#)  
[Dumont](#)  
[Guariba](#)  
[Guataporã](#)  
[Jaboticabal](#)  
[Jardinópolis](#)  
[Luís Antônio](#)  
[Monte Alto](#)  
[Pitangueiras](#)  
[Pontal](#)  
[Pradópolis](#)  
[Ribeirão Preto](#)  
[Santa Cruz da Esperança](#)  
[Santa Rosa do Viterbo](#)  
[Santo Antonio da Alegria](#)  
[São Simão](#)  
[Serra Azul](#)  
[Serrana](#)  
[Sertãozinho](#)  
[Taquaraí](#)

## Educadores sempre presentes

Realizou-se em 13/10, na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, audiência pública para debater o orçamento estadual para 2006. Presidida pelo deputado Mário Reali (PT), a mesa de trabalhos foi formada pelo relator da peça orçamentária, Edmir Chedid (PFL), pelos deputados Simão Pedro (PT) e Rafael Silva (PL), pelo prefeito de Ribeirão Preto, Welson Gasparini (PSDB), e pelo vereador Beto Cangussu (PT).

Welson Gasparini disse que espera que o interior possa sempre ser valorizado pelo Poder Legislativo. "As competências de cada esfera estadual têm de ser fixadas formalmente. Chega de prefeitos ficarem de joelhos pedindo verbas a determinada autoridade de governo".

O representante do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, João Ailton Ferreira, falou sobre o recurso extra que os ensinos técnico e tecnológico deixaram de conquistar na LDO. Ele pediu que a mesma reivindicação – dotação de 1% da arrecadação do ICMS para o Paula Souza – fosse reforçada no orçamento.

Educação também foi o tema de Edson Ramachotti, presidente local do PDT. "A escola é uma obrigação social do Estado e merece melhor estrutura", afirmou, lembrando que a Febem também atende jovens em fase de aprendizado e não pode ser esquecida.

Marcelo Ferreira, da Adunesp/Jaboticabal, se solidarizou com o colega do Sinteps, e também pediu aumento do repasse às universidades. Destacou que houve um aumento na dotação da USP e da Unicamp, enquanto a Unesp não recebeu nada a mais, mesmo diante da expansão de cursos implantados nessa instituição. Ele também destacou a importância do esporte, que precisa de maior incentivo na região, com a criação de um pólo de desenvolvimento esportivo.

## Demandas definidas

Afonso Reis Duarte, secretário da Fazenda, pontuou as principais demandas da região. "É preciso criar mecanismos de cooperação entre Estado e municípios para minimizar o grande passivo ambiental da região e para a distribuição de medicamentos", afirmou Duarte, que também reivindicou aumento do efetivo policial e mais equipamentos. "Além disso, é preciso que o governo pense num programa de qualidade de ensino", concluiu.

O vereador Beto Cangussu disse que Ribeirão Preto não tem sido contemplado no orçamento dos últimos anos na mesma dose em que contribui. "Além de dotar os municípios de presídios, o governo poderia destinar mais recursos para as áreas sociais", reivindicou. Cangussu pleiteou mais escolas de ensino médio e mais verbas para escolas técnicas. "O ensino profissionalizante é uma forma de evitar que o jovem entre em contato com a criminalidade", opinou. Recursos para conjuntos habitacionais, com a devida infra-estrutura, universidades públicas da região, programas voltados à juventude, saneamento básico e estradas vicinais foram as sugestões do citado vereador.

## Atendimento de saúde problemático

Alguns profissionais ligados à área de saúde se pronunciaram para reclamar do problemático atendimento desse setor em Ribeirão Preto e região. Rachel Fogaça, funcionária do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto, pediu mais



Deputado Simão Pedro, na tribuna



Na tribuna, Edimir Chedid. Na mesa, Simão Pedro, Mário Reali, Beto Cangussu e Rafael Silva

recursos para o hospital e lembrou que muitos jovens com dificuldade na escola procuram o hospital. "A progressão continuada tem causado transtornos às crianças que acreditam ter alguma dificuldade de aprendizado, enquanto o problema reside no sistema", explicou.

O superintendente do HC, Milton Laprega, destacou que o hospital é referência na região, atendendo cerca de quatro milhões de pessoas. "O HC precisa de mais recursos para o custeio de atendimentos, bem como para investimentos", alegou.

Antonio José, do Sindsaúde, reivindicou a reposição automática de funcionários do HC e valorização desses profissionais, para que possam dar melhor atendimento à população. Ele também falou sobre a contrapartida do governo na manutenção do lamspe.

O vereador Sebastião Souza apontou a reativação do convênio entre governo e hospitais de Ribeirão – Santa Casa, HC e Beneficência Portuguesa – para atendimento público.

## Mais reivindicações

Gerson Barbosa, presidente da Associação de Bairro do Marincek, sugeriu mais investimentos para o setor social, na reurbanização das favelas e na recuperação do meio ambiente, no desassoreamento para proteger o aquífero Guarani e a preservação de áreas verdes de Ribeirão e região.

A cidade de Santa Rosa do Viterbo teve seus problemas apresentados pela vereadora Gisa Badan. "O hospital local não tem atendimento especializado e os municípios precisam se dirigir a outra cidade. O programa de moradia Prolar (sistema de lotes próprios) não contempla devidamente os cidadãos mais carentes, porque eles não recebem recursos para mão-de-obra e não têm condições de construir sozinhos suas casas", declarou. A vereadora ainda falou das Apaes, que não podem, segundo ela, continuar se mantendo somente com recursos de bingos e leilões. "O governo deve observar que o número de alunos subsidiados pela Secretaria da Educação não pode ser ampliado, enquanto a demanda não deixa de crescer".

## Informações dos deputados

Simão Pedro comentou as carências da região, como vicinais sem recapeamento e deficiência no atendimento de saúde. "Também quero lembrar a questão das enchentes, que não foi citada nessa audiência, mas que tem sido há muito tempo um problema constante em Ribeirão e região", comentou.

A iniciativa da comissão e a participação dos cidadãos foram destacadas pelo deputado Rafael Silva.

O relator Edmir Chedid comentou as dificuldades da região apresentadas pelos cidadãos que se pronunciaram. Sobre a política de saúde, o deputado afirmou que o Legislativo pretende fazer um trabalho sério junto ao governo federal.

"A CDHU é também responsável pela infra-estrutura dos conjuntos habitacionais e não tem tido competência para gastar o dinheiro nessas benfeitorias", destacou o deputado. O relator também informou que o repasse do governo para a área social não tem sofrido reajustes.

Mário Reali encerrou a audiência pública informando que o projeto do orçamento já havia chegado ao Legislativo e que estava estimado em pouco mais de R\$ 80 bilhões - "um valor mais realista", com uma transferência de recursos de uma área para outra na margem de até 17%.



Classificada no Grupo 1 do IPRS (municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais), a região de governo de Ribeirão Preto tem a história do seu município-sede ligada a fazendas de criação de gado. As primeiras datam de meados do século XIX. Mas foi a partir de 1876, quando Luis Pereira Barreto introduziu o café tipo "Bourbon", que a cidade iniciou seu desenvolvimento acelerado e, em 1889, tornou-se cidade. Apesar de momentos de crise, mantém-se como um pólo econômico importante. Seguindo a característica do Estado, a região de governo de Ribeirão Preto, com 9.348 km<sup>2</sup>, tem a maior parte de seus habitantes ocupando área urbana. De um total de 1.128.870, apenas 34.750 habitantes estão na área rural. Os outros 1.094.120 se espalham pelas áreas urbanas dos 25 municípios que compõem esta região.

No aspecto da saúde, a região tem consumido R\$ 199,20 per capita, enquanto no Estado este valor é de R\$ 171,41. Estão disponíveis 2.359 leitos do SUS e existem 115 unidades de atenção básica de saúde. A taxa de mortalidade geral é de 6,05 (por mil habitantes) e está próxima à média estadual (6,18). Também próxima à média estadual está a taxa de analfabetismo da região. No Estado o índice é de 6,64% e a média dos 25 municípios não ultrapassa os 6,96%. O setor de serviços apresenta o melhor desempenho quanto à empregabilidade, são 69.502 postos ocupados. O comércio ocupa a segunda posição com 34.577 trabalhadores formais e em terceiro aparecem os empregos na indústria, 15.890.

Também quanto ao desempenho econômico, o setor de serviços aparece na vanguarda, com R\$ 213.733,26 milhões gerados. A indústria ocupa a segunda posição, com um volume de R\$ 169.062,16 milhões. A seguir a área da agricultura aparece com R\$ 32.519,50 milhões gerados.

Ao se analisar comparativamente o desempenho dos 645 municípios do Estado, a região de Ribeirão Preto tem como destaques no ranking de escolaridade os municípios de Monte Alto (101) e Luís Antônio (187). Pontal (629) e Serra Azul (597) estão nas últimas colocações. No ranking de longevidade, as melhores posições são ocupadas pelos municípios de Dumont (29) e Altinópolis (34). Já Barrinha (517) e Guariba (460) estão nos últimos lugares. Luís Antônio (20) e Ribeirão Preto se destacam no ranking de riqueza. Como as cidades de menor desenvolvimento econômico aparecem Santo Antônio da Alegria (593) e Santa Cruz da Esperança (529).

Divididas em cinco grupos, pelos critérios do IPRS, as cidades da região estão assim distribuídas: Grupo 1 (nível alto de riqueza e bons indicadores sociais), Luís Antônio, Ribeirão Preto e Sertãozinho. Grupo 2 (nível alto de riqueza e nível médio nos indicadores sociais), Jaboticabal e Pontal. Grupo 3 (nível de riqueza baixo, mas bons indicadores sociais), Altinópolis, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Dumont, Quataporã, Monte Alto, São Simão e Taquaraí. Grupo 4 (baixo nível de riqueza e níveis intermediários de longevidade e escolaridade), Cravinhos, Jardinópolis, Pitangueiras, Pradópolis, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antônio da Alegria, Serra Azul e Serrana. No Grupo 5 (baixos níveis de riqueza e dos indicadores sociais) estão os municípios de Barrinha e Guariba.

Embora as terras que hoje formam São João da Boa Vista tenham sido ocupadas em 1822, foi a partir da chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Mogiana que as modificações mais significativas se fizeram sentir. Antiga área do município de Mogi Mirim, São João passou a ser reconhecida como cidade em 21 de abril de 1880. O nome da cidade explica-se pelo fato de a família Machado, primeiros moradores, ter chegado às vésperas do dia de São João e considerar que a região tinha belas paisagens, daí "Boa Vista".

Sede de uma região de governo classificada pelo Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) como sendo composta por municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza quanto nos indicadores sociais, São João e os outros 15 municípios apresentam contrastes. No Grupo 1 (municípios com nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais) aparece apenas a cidade de São José do Rio Pardo. No segundo grupo (alta riqueza e níveis intermediários nos indicadores sociais) estão Casa Branca e Mococa. Classificada como tendo baixo índice de riqueza e bons indicadores sociais (Grupo 3) aparece Tapiratiba. No Grupo 4 (municípios com baixo nível de riqueza e níveis intermediários nos indicadores sociais) estão os municípios de Aguas da Prata, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Santo Antônio do Jardim, São Sebastião da Grama, Vargem Grande do Sul e São João da Boa Vista. No quinto grupo (baixos indicadores sociais e baixo nível de riqueza) aparecem Aguaí, Caconde, Itobi, Santa Cruz das Palmeiras e Tambaú.

São José do Rio Pardo (112) e Casa Branca (129) são as melhores colocadas desta região de governo no ranking de riqueza estabelecido pelo IPRS entre os 645 municípios paulistas. Como destaques negativos aparecem Santo Antônio do Jardim (478) e Caconde (464). No ranking de escolaridade, São João da Boa Vista aparece como destaque positivo (206) ao lado de Espírito Santo do Pinhal (251). Os piores classificados neste

quesito são Tambaú (571) e Itobi (561). No último ranking proposto pelo IPRS, longevidade, os municípios de Santo Antônio do Jardim (107) e São Sebastião da Grama (217) se destacam, enquanto Itobi (600) e Santa Cruz das Palmeiras (517) aparecem nas últimas posições.

Com uma população de 474.602 habitantes, distribuída por 6.224 km<sup>2</sup>, a maior parte deles na área urbana, 411.765, apenas 62.837 na área rural, a região apresenta uma taxa de mortalidade geral de 7,17 (por mil habitantes) acima da média estadual (6,18) e uma taxa de analfabetismo de 8,74%, bem acima dos 6,64% para o Estado.

Em saúde, a região gasta per capita R\$ 146,15, valor inferior aos R\$ 171,41 gastos pelo Estado. Ainda no aspecto saúde, estão disponíveis 1.974 leitos pelo SUS e 67 unidades de atenção básica de saúde atendem à região.

Se em vários índices a região apresenta destaque negativo, no saneamento a comparação com o Estado é positiva. O nível de atendimento no abastecimento de água chega a 98,83% (média estadual, 97,38%), em atendimento pela rede de esgoto o índice é de 97,53% (Estado, 85,72%). A coleta de lixo tem índices de 99,12%, acima da marca estadual de 98,90%.

Os índices econômicos apresentam a agropecuária como o setor de maior destaque, com um valor adicionado de R\$ 1,8 bilhão, seguido de perto pelo de serviços, com R\$ 1,7 bilhão. A indústria aparece em terceiro com R\$ 966 milhões. O setor que mais emprega é o de serviços com 5.751 trabalhadores formais, seguido pela indústria, com 3.907 postos ocupados. Comércio aparece em terceiro com 3.793 trabalhadores empregados.



### Plano diretor de desenvolvimento

Realizou-se em 13/10 audiência pública na Câmara Municipal de São João da Boa Vista para debater o orçamento do Estado, com participação de cerca de 50 pessoas. Compuseram a mesa de trabalhos os deputados Mário Reali (PT), Simão Pedro (PT), Edmir Chedid (PFL), relator do orçamento, o prefeito de São João da Boa Vista, Nelson Mancini Nicolau (PMDB), e o vice-presidente da Câmara local, Rudney Fracaro (PMDB).

O prefeito Mancini Nicolau fez uma saudação especial à iniciativa da Comissão de Finanças e Orçamento, lembrando que o poder público tem a obrigação de servir ao povo. Em seguida, ele enumerou as principais demandas da região. Destacou a elaboração de um plano diretor de desenvolvimento regional, para que os municípios deixem de brigar pela instalação de uma indústria ou de uma faculdade. Destacou que a região precisa de uma universidade pública, de hospital regionalizado, da mudança da Diretoria Regional de Ensino para prédio próprio, implementação da 4ª vara judicial (já aprovada) e construção do desvio ferroviário.

O vice-presidente da Câmara local apoiou os pedidos do prefeito e lembrou da necessidade da construção de uma represa na região.

Paulo Josué Fonseca, cidadão de São João da Boa Vista disse que as demandas apresentadas pelo prefeito já devem ter sido encaminhadas ao governo em outras oportunidades. "Por que não foram atendidas até agora?" Finalizou dizendo que a região carece de melhor representação no Legislativo.

Juvenal Talifa, da Vila Valentim (SJBV), falou sobre o Centro de Detenção Provisória, que conta com quase 50 presos, enquanto São João da Boa Vista tem 20 presos. "Cada município deveria cuidar de seus presos."

### Pedidos da região

O vereador Carlos Roberto Basaglia (PMN), de Mococa, pediu a repavimentação das estradas que ligam sua cidade a Canoas e a Cajuru. Também pleiteou sede própria para a Polícia Militar de Mococa e verbas para a Santa Casa, sem esquecer do atendimento especializado em saúde da mulher.

Tratamento de esgoto é o principal problema de Caconde, segundo o diretor de Planejamento da cidade, Richard Poli, que afirmou não existir estação para isso na cidade. O mesmo problema é vivido em Aguaí,



Acima, integrantes do professorado e, abaixo, vista aérea da cidade



Plenário da Câmara Municipal de São João da Boa Vista

declarou o presidente da Câmara, Ronaldo Molles (PDT), que ainda reivindicou uma universidade pública para a região.

### Educação e seus servidores

A representante do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, Sílvia Helena Lima, afirmou que a situação das escolas técnicas em todo o Estado é de falta de equipamentos e de professores - problema que se agrava ainda mais com a expansão de ensino. Além de aumentar a dotação para as universidades, Sílvia destacou que é importante um dispositivo do orçamento que garanta a efetuação do repasse de recursos. Marcílio Ventura, da Unicamp, também pediu mais investimentos para a educação.

### Equilíbrio regional

Prefeito de Santo Antônio do Jardim e deputados se pronunciaram no último bloco da audiência pública de São João da Boa Vista. O prefeito Luiz Cláudio Tincha (PFL) disse que um orçamento bem elaborado pode proporcionar equilíbrio regional. Pediu para a sua cidade melhor asfaltamento das vias públicas, posto de saúde e escola de ensino fundamental.

O vereador José Renato Araújo (PP), de Tapiratiba, pediu a criação da vara distrital e o convênio direto entre Iamspe e consultórios, sem mediação da Santa Casa.

O deputado Simão Pedro disse que a audiência pública é uma forma democrática e participativa de discutir o orçamento. "Temos na audiência cidadãos vindos de vários cantos desta região de governo."

Simão elencou os temas apresentados na reunião e lembrou que a região de São João recolhe muitos tributos e por isso deveria ter a contrapartida dessa arrecadação em investimentos.

"A Sabesp precisa ser cobrada acerca de seus serviços. Se a empresa não os cumpre, cabe a retirada da concessão", afirmou o deputado Chedid em razão da apresentação de tantos problemas de saneamento existentes na região.

Após pontuar o que foi sugerido pelos cidadãos que compareceram à Câmara de São João da Boa Vista, o relator concluiu com um comentário sobre a questão prisional. "Descentralizar o sistema penitenciário é uma forma de distribuir problemas para todo o Estado", afirmou Chedid, lembrando que muitos hospitais deixam de atender até mesmo gestantes em favor de detentos, com receio de tentativas de resgate de presos.



# São João da Boa Vista

Aguaí  
Águas da Prata  
Caconde  
Casa Branca  
Divinolândia  
Espírito Santo do Pinhal  
Itobi  
Mococa  
Santa Cruz das Palmeiras  
Santo Antonio do Jardim  
São João da Boa Vista  
São José do Rio Pardo  
São Sebastião da Grama  
Tambaú  
Tapiratiba  
Vargem Grande do Sul

Ao lado, representante da região discursa na audiência

# Campinas

Americana  
 Artur Nogueira  
 Campinas  
 Cosmópolis  
 Engenheiro Coelho  
 Estiva Gerbi  
 Holambra  
 Hortolândia  
 Indaiatuba  
 Itapira  
 Jaguariúna  
 Mogi-Guaçu  
 Mogi Mirim  
 Monte Mor  
 Nova Odessa  
 Paulínia  
 Pedreira  
 Santa Bárbara d'Oeste  
 Santo Antonio da Posse  
 Sumaré  
 Valinhos  
 Vinhedo

## Educação no centro dos debates

Na audiência pública sobre o orçamento de 2006 realizada na Câmara Municipal de Campinas, participaram da mesa o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Caldini Crespo (PFL), o vice-presidente, deputado Enio Tatto (PT), o relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), os deputados José Zico Prado e Sebastião Arcanjo (ambos do PT), o vereador de Campinas, Paulo Búfalo (PT), e o representante da Prefeitura de Mogi Mirim, Gerson Rossi Jr.

De acordo com Crespo, a contribuição popular por meio da apresentação de sugestões que poderão ser incorporadas ao orçamento, na forma de emendas, é a melhor maneira de se aplicar os R\$ 80,7 bilhões que compõem o Orçamento do Estado de 2006. O objetivo principal das audiências públicas é diminuir as desigualdades regionais e sociais, porque o Estado ainda possui muitos bolsões de pobreza, em contraste com uma série de regiões ricas. "Trata-se apenas de distribuir melhor o orçamento público", afirmou.

## A Saúde e a cidade

As primeiras manifestações foram feitas pelos representantes do segmento da Educação. Doris Chaves de Paula, da Associação dos Professores Aposentados do Magistério Público do Estado de São Paulo (Apampesp), afirmou que o Centro de Assistência Médica e Ambulatorial (Ceama) não comporta a demanda de pacientes da cidade e que o ideal seria a construção de um hospital vinculado ao Iamspe. Ela também pleiteou a incorporação de gratificações ao salário dos servidores da Educação ativos e inativos. Carlos Roberto de Souza, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, também abordou a questão da saúde e citou que existem apenas quatro unidades do Sistema de Atendimento Médico de Urgência (Samu) para servir à região.

O Sindicato dos Ferroviários foi representado por Waldemar Raffa, de Campinas. Ele pediu o pagamento de precatórios e de reajustes salariais por parte do Estado. Também solicitou a conclusão das ligações férreas de Campinas.

O vereador Paulo Búfalo quer mais recursos para as bibliotecas e também para um programa de iluminação pública no entorno das unidades do Centro Paula Souza, que, segundo ele, estão em processo de expansão sem ter o aporte estrutural necessário. Enfatizou também a regionalização do hospital de Campinas.

"O transporte escolar é um direito assegurado em lei federal para os alunos de zonas rurais. Além disso, a lei estabelece que o benefício será pago pelo Estado", afirmou Hermano Tavares, secretário da Educação de Campinas, que reiterou que isso não tem acontecido, tendo a prefeitura que arcar com as despesas.

## Reivindicações da região

Moradores de cidades vizinhas a Campinas apresentaram na audiência as reivindicações locais. A vice-prefeita de Nova Odessa, Salime Abdo, pediu uma estação de tratamento de esgoto, inexistente em sua cidade. Solicitou também a construção de uma escola estadual e da sede do fórum, bem como repasses para o transporte e para a merenda escolar.

Carlos Gonçalves, de Hortolândia, também destacou o problema da falta de saneamento. Lembrou da carência de postos da Polícia Civil, Militar e do Corpo de Bombeiros. O problema ambiental também foi lembrado, quando Gonçalves relatou a situação do rio Jacuba.

A poluição ambiental é uma das dificuldades enfrentadas pelo município de Santo Antonio da Posse, que abriga o aterro Mantovani. O vereador Maurício Dimas (PPS) fez referência à situação dos loteamentos populares da região. "Há um conjunto da CDHU, construído há 10 anos, que se encontra abandonado pelo Estado." Segundo Dimas, falta hospital adequado em sua cidade, a exemplo do que acontece em quase todos os pequenos municípios.

A professora Regina, de Pedreira, quer a reforma do prédio da escola de sua cidade - segundo ela, totalmente depreciado.

Marcílio Ventura, da Unicamp, afirmou que o Hospital das Clínicas daquela universidade passa por dificuldades e, além disso, destacou que os funcionários da Unicamp têm sofrido seguidos cortes de benefícios.



Professores aposentados acompanham audiência

Paulo Mariante, funcionário do deputado Renato Simões (PT), ressaltou que não tem sido feita a devida campanha de esclarecimento sobre a lei que proíbe a discriminação de homossexuais. Segundo ele, o mesmo ocorre com a questão racial. Ele sugeriu a destinação de verbas para essas campanhas.

Os deputados José Zico Prado, Sebastião Arcanjo e Enio Tatto comentaram a importância das audiências públicas. Zico destacou o ineditismo do trabalho. "Pela primeira vez, o Poder Público procura ouvir toda a população do Estado, sobretudo a do interior paulista", declarou.

Para Arcanjo, o fundamental é a mobilização em torno das principais demandas. Ele acredita que o segmento tem que se unir em torno dos objetivos comuns. "A população precisa acompanhar o encaminhamento dado às sugestões feitas ao orçamento e cobrar a aplicação dos investimentos."

## Palavra do relator

Edmir Chedid disse que, mais uma vez, a Educação foi o centro do debate. Após criticar a gestão do secretário estadual da Educação, Gabriel Chalita, o deputado afirmou que foi frequente nas audiências anteriores a reclamação quanto aos problemas de prédios escolares e do transporte de alunos. Para o relator, a saúde não foge a esse contexto de dificuldades, particularmente a falta de recursos. "O orçamento estadual para 2006 veio com grave redução de investimentos na área de Segurança Pública, enquanto os cidadãos não deixam de apontar falta de efetivo e de equipamentos", mencionou.

O relator também destacou que mais de 300 municípios têm problemas de saneamento. "A Comissão de Serviços e Obras da Assembléia Legislativa deve promover uma reunião dos prefeitos para discutir o assunto", disse Chedid, explicando que isso vai contribuir para a sistematização de emendas referentes ao tratamento de esgoto.

Chedid apontou que a região de Campinas tem muitos representantes na Assembléia e declarou que espera que todos votem favoravelmente às emendas que a beneficiem. "A Comissão de Finanças e Orçamento definirá os critérios para o acolhimento de emendas, de forma a aprimorar a aplicação de investimentos, com ênfase para pontos regionais", concluiu o relator.



Deputado Tiãozinho do PT

Sede de uma região de governo com 22 municípios, com população estimada em mais de um milhão de pessoas em um território de 887 quilômetros quadrados, Campinas é uma das cidades mais desenvolvidas do Estado. Distante cerca de cem quilômetros da capital, é cortada por estradas que a ligam ao noroeste do Paraná, Mato Grosso do Sul, Paraguai e Bolívia, e outras que dão acesso ao Rio de Janeiro e ao sul de Minas Gerais. A origem do povoamento de Campinas está ligada à abertura dos caminhos para o sertão de Goiás e Mato Grosso. Em uma dessas trilhas, aberta entre 1721 e 1730, instalou-se um pouso para descanso dos tropeiros que utilizavam esse caminho entre as vilas de Jundiá e Mogi-Mirim. O nome da cidade deriva da denominação dada a esse pouso, que ficou conhecido como "Campinas do Mato Grosso".

Autoridades eclesásticas, em 1773, pressionaram para que fosse construída uma igreja matriz naquela localidade. Isso significou a emancipação religiosa de Campinas, embora a vila continuasse dependente politicamente de Jundiá. No dia 14 de julho de 1774, em uma capela provisória, foi celebrada a primeira missa por Frei Antonio de Pádua. Essa ficou sendo oficialmente a data da fundação de Campinas. Em 1842 a vila foi elevada à categoria de cidade. Marcada inicialmente pela lavoura canavieira e a indústria açucareira, com uso significativo de mão-de-obra escrava. A economia regional passou, gradativamente, da cultura açucareira à cafeeira, no início do século XIX. Com a chegada dos imigrantes europeus, a partir da década de 1870, substituiu-se, gradualmente, a mão-de-obra escrava nas fazendas e ferrovias.

A maioria dos municípios desta região de governo, de acordo com a classificação proposta pela Fundação Seade, através do Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS), apresenta indicadores econômicos e sociais bastante satisfatórios. Destas cidades, Artur Nogueira e Itapira, com índice de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade, se encontram no grupo 4; Pedreira se encontra no grupo 3, pois apresenta nível de riqueza baixo, mas bons indicadores em outras áreas. Dos 19 municípios restantes, sete (Cosmópolis, Engenheiro Coelho, hortolândia, Monte-Mor, Paulínia, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antonio de Posse e Sumaré) estão no grupo 2 - que agrega cidades com elevado nível de riqueza, mas com deficiência em indicadores sociais. Já Americana, Campinas, Holambra, Indaiatuba, Jaguariúna, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Nova Odessa, Valinhos, Vinhedo e Estiva Gerbi, com nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais, se encontram no grupo 1.

Campinas apresenta índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de 4,99%, melhor que o da região (6,14%). Ambos os índices, entretanto, são melhores que o

do Estado, que é de 6,64%. O índice 5,59% de mortalidade geral a cada mil habitantes está abaixo do índice estadual (6,18%).

Com base nos dados de 2003, da Fundação Seade, verifica-se que essa região de governo teve uma despesa per capita com Saúde acima da média estadual. Enquanto o Estado gastou cerca de R\$ 170, em média, com habitante, esta região de governo gastou R\$ 230. O município sede gastou ainda mais, cerca de R\$ 270. Por sua vez, o coeficiente (de 1,89 por mil habitantes) de leitos gerais ou especializados situados em estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) destinados a prestar atendimento gratuito à população, está abaixo da média estadual, que é de 1,97 por mil habitantes. Campinas tem um coeficiente ainda mais baixo (1,55). Em relação ao saneamento básico, que engloba abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo, Campinas apresenta índices semelhantes à média estadual, enquanto a região apresenta índices um pouco abaixo desta média, mas sem grandes contrastes.

Esta região de governo tem uma população estimada em 2.789.959 habitantes numa área de 5.290 quilômetros quadrados. A taxa geométrica de crescimento da população de Campinas, de 1,24% ao ano, está abaixo da taxa da região de governo, que é de 1,98%. O Estado tem uma média anual de crescimento populacional de 1,72%. Em relação à urbanização, os índices de Campinas e região são semelhantes à média estadual, que é de 93,65%. Prestação de serviços e comércio são os setores que mais empregam pessoas em Campinas, entretanto, as quase duas mil indústrias ali instaladas têm participação importante na economia da região.

No ranking estadual de riqueza, proposto pela Fundação Seade, que leva em consideração critérios como consumo de energia elétrica em residências, agricultura, comércio e nos serviços, bem como a remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público, além de Campinas - 23ª no ranking - Americana, Holambra, Indaiatuba, Jaguariúna, Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim, Nova Odessa, Paulínia, Valinhos e Vinhedo se encontram entre os cem municípios mais bem classificados. Em 2004, com exportações, esta região faturou, em dólares, cerca de 3,375 bilhões, sendo que apenas Campinas exportou cerca de 841 milhões. O PIB (produto interno bruto) da região, também em 2002, foi de R\$ 35,8 bilhões, enquanto que o município sede teve PIB de R\$ 10,8 bilhões. A frota de veículos da região tem cerca de um milhão de carros, quase metade em Campinas, com 480 mil veículos. Em julho de 2000, o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios na região, de R\$ 1.131, ficou acima da média estadual, que foi de R\$ 1.070. Campinas, com salários na faixa de R\$ 1.459, apresentou uma média salarial mais alta que a própria região.



Localizada próxima à região central do Estado, distante cerca de 170 quilômetros da capital, Piracicaba, com uma população estimada em cerca de 350 mil habitantes, uma área territorial de 1.353 quilômetros quadrados, é sede de uma região de governo com sete municípios.

A origem do nome Piracicaba é indígena, significa "lugar onde o peixe chega" ou "lugar onde o peixe pára". Foi no ciclo das entradas e bandeiras, na década de 1690, que o rio Piracicaba começou a ser percorrido. É dessa época que se tem notícia a respeito de desbravadores na região, em uma tentativa de Pedro de Moraes de obter uma sesmaria. Dessa experiência, porém, não resultou povoamento.

Com a descoberta das minas de ouro de Cuiabá, em 1718, foi construída uma estrada de São Paulo até aquelas terras para o transporte de gado. O povoamento teve início com essa estrada, construída em 1725. A estrada de ferro, a navegação fluvial a vapor, as escolas criadas, os engenhos, a policultura agrícola, a introdução do trabalho livre e a formação de pequenas propriedades influenciaram para que Piracicaba pudesse, no início do século XX, iniciar sua fase de desenvolvimento.

Enquanto a região de governo de Campinas se encontra em uma situação homogênea, a região de Piracicaba tem municípios classificados em todos os grupos, na escala de 1 a 5, conforme proposta da Fundação Seade – através do Índice Paulista de Responsabilidade Social – que afere os indicadores econômicos e sociais das cidades. No grupo 1, com nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais, estão Águas de São Pedro, Rio das Pedras e Saltinho. No grupo 2, que agrega cidades com elevado nível de riqueza, mas com deficiência em indicadores sociais, estão Capivari e a própria Piracicaba. Em uma situação intermediária, estão Rafard e Santa Maria da Serra, classificadas no grupo 3, por apresentarem nível de riqueza baixo, mas bons indicadores em outras áreas. Mombuca e São Pedro, com índices de riqueza baixo, mas com níveis médios de longevidade, estão no grupo 4. Por fim, em pior situação no IPRS, estão Charqueada e Elias Fausto, classificadas no grupo 5.

Piracicaba apresenta índice de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de 5,05%; melhor que o da região, que é 6,14%. Ambos os índices, entretanto, são melhores que o do Estado, que é de 6,64%. O índice regional de 6,46 de mortalidade geral a cada mil habitantes está pouco acima do índice estadual (6,18). Essa região de governo teve uma despesa per

capita com Saúde, ainda com base nos dados de 2003, da Fundação Seade, acima da média estadual. Enquanto o Estado gastou cerca de R\$ 170 em média com habitante, esta região de governo gastou R\$ 185. O município sede gastou ainda mais, cerca de R\$ 203. Por sua vez, o coeficiente (de 1,13 por mil habitantes) de leitos gerais ou especializados situados em estabelecimentos hospitalares públicos ou privados, conveniados ou contratados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) destinados a prestar atendimento gratuito à população, está aquém da média estadual, que é de 1,97 por mil habitantes. Piracicaba tem um coeficiente ainda mais baixo (0,83).

Em relação ao saneamento básico, que engloba abastecimento de água, esgoto sanitário e coleta de lixo, a região apresenta índices semelhantes à da média estadual, sendo que apenas em relação ao esgoto sanitário, os índices destacam-se positivamente em relação aos apresentados pelo Estado.

Esta região de governo tem uma população estimada em 514.500 habitantes numa área de 3.515 quilômetros quadrados. A taxa geométrica de crescimento da população de Piracicaba, de 1,65% ao ano, está abaixo da taxa da região de governo, que é de 1,74%. O Estado tem uma média anual de crescimento populacional de 1,72%. Em relação à urbanização, os índices de Campinas e região são semelhantes à média estadual, que é de 93,65%.

Os setores que mais empregam na região são a indústria e a prestação de serviços. Entretanto, o comércio, que emprega cerca de 20% dos trabalhadores, tem participação importante na economia da região. Em 2004, com exportações a região faturou, em dólares, cerca de 1,2 bilhão, sendo que apenas Piracicaba exportou cerca de 1,18 bilhão. O PIB (produto interno bruto) da região, também em 2002, foi de R\$ 5,5 bilhões, enquanto que o município sede teve PIB de R\$ 3,9 bilhões. A frota de veículos da região tem por volta de duzentos mil carros. Piracicaba, com 153 mil veículos, detém três quartos dessa frota. Em julho de 2000, o rendimento médio das pessoas responsáveis pelos domicílios na região, de R\$ 1.013, ficou aquém da média estadual, que foi de R\$ 1.070,00. Piracicaba, com salários na faixa de R\$ 1.114, apresentou uma média salarial mais alta que a própria região.



## Obras de pavimentação

Sob a presidência de José Caldini Crespo (PFL), a audiência Pública em Piracicaba, realizada em 17/10, reuniu o presidente da Câmara local, Gustavo Ranzani Herrmann (PPS), os deputados Edmir Chedid (PFL), Roberto Felício (PT) e Roberto Moraes (PPS), e o chefe de gabinete da Prefeitura de Saltinho, Edson Divino Lopes.

Crespo disse que reavaliar a forma de distribuição do bolo orçamentário é um caminho para se minimizar as diferenças sociais. "Sem perspectivas de desenvolvimento local, o jovem acaba deixando sua região rumo aos grandes centros. Isso não é solução, porque não muda o quadro dos bolsões de pobreza, de um lado, e da grande concentração de renda, do outro", advertiu o presidente da CFO.

O deputado Roberto Felício disse que é comum os cidadãos delegarem a vereadores e deputados a opção de decidir sobre as prioridades de cada região. "Porém, nem sempre tudo o que é preciso acaba sendo contemplado. Daí a necessidade de o cidadão participar", observou o parlamentar.

A pavimentação da ligação entre o centro da cidade e o bairro Godinhos foi o pedido mais freqüente na reunião. O vereador piracicabano João Manuel dos Santos (PTB) apontou essa prioridade, apoiado pelo morador Dirceu Camargo. Paulo Souza de Oliveira sugeriu a instalação de uma faculdade pública de medicina.

## Piracicaba

Carlos Cavalcanti, também cidadão de Piracicaba, sugeriu a criação de uma escola técnica para Santa Terezinha, a pavimentação para os bairros Monterrey, Jaguari e Vale do Sol, bem como dos acessos aos bairros rurais de Gran Park e Náutico. A pavimentação da vicinal que liga São Pedro a Piracicaba foi reivindicação de Francisco Edilson dos Santos.

Representantes de Capivari, Saltinho e Charqueada também apresentaram sugestões. O vereador de Capivari, Valentim Bartolucc (PFL), pediu a repavimentação de trechos da Rodovia do Açúcar, a melhoria da distribuição dos recursos do Fundef e salários para os professores. Eleandro da Silva, vereador de Charqueada (PMDB), abordou a questão das estradas. Ele deu ênfase à implantação da terceira faixa na SP-308, que liga sua cidade a Piracicaba.

O vereador Amarildo Firmino (PSDB), de Saltinho, pleiteou uma creche municipal, saneamento básico para o bairro do Arraial do São Bento e equipamentos oftalmológicos e de ultra-sonografia para o hospital de sua cidade. O vereador propôs também a criação de um aterro sanitário regional.



Valter Naime, da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba



Deputado Roberto Moraes, na tribuna

## Meio ambiente e participação

O vereador Euclides Buzetto (PT) ressaltou a importância da aprovação do projeto de lei que estabelece a cobrança pelo uso da água. "É a única salvação de muitos rios da região, que estão sofrendo, dia a dia, impactos ambientais", afirmou o professor, que não esqueceu de sua categoria, solicitando mais recursos para melhorar as condições dos aposentados.

Cabo Ferreira (PMDB), vereador de Piracicaba, abordou a polêmica instalação da Febem em sua cidade. Ele disse que, apesar de muitas opiniões contrárias, não é possível que os jovens infratores continuem sendo abrigados onde se encontram atualmente, "um local sem estrutura, que os amontoa menores indiscriminadamente".

Valter Naime, da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba, lembrou que a cidade tem boa experiência com orçamento participativo. "Os deputados precisam encontrar um meio de integrar os orçamentos participativos municipais com o estadual."

O presidente da Câmara de Piracicaba, Gustavo Herrmann (PPS), apontou vários problemas, dando destaque para o grande déficit habitacional de sua cidade - mais de 10 mil moradias.

## Pronunciamentos finais

O deputado Roberto Moraes comentou as sugestões apresentadas para sua região. Sobre as estradas, recordou que, mesmo aprovada, a licitação de qualquer obra só poderá ocorrer até o mês de julho de 2006, por conta de restrição eleitoral. "Será uma corrida contra o tempo."

O deputado anunciou algumas obras programadas pelo governo estadual para a região, particularmente as referentes à repavimentação de vicinais. Quanto ao projeto da cobrança da água, Moraes se posicionou a favor. Ao final de sua fala, ele anunciou que a cidade vai ter uma unidade de comando policial, o que possibilitará a desvinculação da região com relação a Campinas no que tange à Segurança Pública.

Edmir Chedid, relator do orçamento, afirmou que o Legislativo está num momento oportuno para implementar mudanças. "Diferentemente do que era feito até o ano passado, o relatório do próximo orçamento vai acatar emendas pontuais dos deputados e das bancadas", disse. Para o deputado, é importante que a população cobre o voto de seus representantes a favor das emendas da região. Chedid lamentou que as autoridades da região não estivessem presentes, "porque a audiência trata de um orçamento de nada menos do que R\$ 80 bilhões".

Em comparação com outras regiões do Estado, a de Piracicaba é rica, mas sofre com a falta de segurança pública e com uma alta taxa de mortalidade por violência, 21 em cada 100 mil habitantes. Chedid disse que a medida a ser adotada pelo governo nessa área – a unidade de comando anunciada por Roberto Moraes – é boa, mas que demorou a chegar.

# Piracicaba

Águas de São Pedro

Capivari

Charqueada

Elias Fausto

Mombuca

Piracicaba

Rafard

Rio das Pedras

Saltinho

Santa Maria da Serra

São Pedro

# Santo André

## Região Metropolitana

- [Arujá](#)
- [Barueri](#)
- [Biritiba Mirim](#)
- [Caieiras](#)
- [Cajamar](#)
- [Carapicuíba](#)
- [Cotia](#)
- [Diadema](#)
- [Embu](#)
- [Embu-Guaçu](#)
- [Ferraz de Vasconcelos](#)
- [Francisco Morato](#)
- [Franco da Rocha](#)
- [Guararema](#)
- [Guarulhos](#)
- [Itapeverica da Serra](#)
- [Itapevi](#)
- [Itaquaquecetuba](#)
- [Jandira](#)
- [Jujubim](#)
- [Mairiporã](#)
- [Mauá](#)
- [Mogi das Cruzes](#)
- [Osasco](#)
- [Pirapora do Bom Jesus](#)
- [Poá](#)
- [Ribeirão Pires](#)
- [Rio Grande da Serra](#)
- [Salesópolis](#)
- [Santa Isabel](#)
- [Santana de Parnaíba](#)
- [Santo André](#)**
- [São Bernardo do Campo](#)
- [São Caetano do Sul](#)
- [São Lourenço da Serra](#)
- [São Paulo](#)
- [Suzano](#)
- [Taboão da Serra](#)
- [Vargem Grande Paulista](#)

### Primeira audiência da Grande São Paulo

A primeira audiência pública da Grande São Paulo, e 43ª do Estado, sobre o orçamento estadual de 2006, foi realizada na Câmara Municipal de Santo André em 19/10. O deputado Mário Reali (PT) presidiu a mesa de debates, composta também pelos deputados Vanderlei Siraque (PT), Ana Martins (PCdoB), José Bittencourt (PDT), José Dilson (PDT) e Edmir Chedid (PFL), relator da peça orçamentária, e o vereador Itamar Fernandes, de Santo André.

Reali disse que a discussão sobre orçamento é uma tradição no ABC, que agora passa a ser adotada na Assembleia Legislativa, a partir de uma decisão da nova Mesa Diretora. "A elaboração da peça orçamentária de 2006 vai ter participação popular e maior transparência no acompanhamento de sua tramitação", afirmou o deputado, lembrando que esse processo inaugura um novo momento do orçamento estadual, até então, um projeto praticamente abstrato.

O orçamento, de aproximadamente R\$ 80 bilhões, sendo de R\$ 9 bilhões a margem para investimentos, já chegou ao Legislativo e encontra-se neste momento em pauta para o recebimento de emendas. Daí a importância de a comunidade apresentar sugestões que poderão ser aproveitadas pelos parlamentares e também pelo relator do orçamento.

### Paula Souza e pedidos do ABC

Neusa Santana, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, disse que os recursos anunciados pelo governador para a Educação não vão minimizar a gravidade da situação vivida pela categoria. "Uma dotação orçamentária maior poderia tirar o Centro Paula Souza da penúria, garantindo a qualidade de ensino". Neusa lembrou que novas unidades de ensino tecnológico vêm sendo criadas desenfreadamente e sem o aporte de recursos.

Maria Helena, do Fórum da Cidadania do Grande ABC, falou sobre o Parque Estadual Chácara Baronesa. Ela quer o cumprimento da lei que criou o parque e que possibilitará a transferência para moradias do Estado das 300 famílias residentes no local. Maria Helena também pediu o fechamento do parque para impedir novas invasões.

O cidadão santo-andreense Carlos Donisete quer a mudança do Centro de Detenção Provisória para outro local mais adequado, no próprio município de Santo André. Marcos Fortunato, por sua vez, solicitou mais investimentos para a segurança pública.

### Canalização de córregos

O vice-presidente da Câmara Municipal de Diadema, José Zito (PT), abordou a questão dos córregos das divisas. Ele pleiteou a canalização do Ribeirão dos Couros e do Córrego Taboão, entre outros, como forma de evitar as constantes enchentes. Mencionou ainda o problema da ponte de ligação entre Diadema e São Bernardo, que tem apenas um metro de altura sobre o rio e fica intransitável nos dias de chuva.

O Ribeirão dos Couros também é a preocupação do cidadão José Contreas. Ele disse que o córrego recebe esgoto in natura, que permanece a céu aberto.

Canalização dos córregos Taboão e da Ema foi o tema de Reinaldo Meira. "É inadmissível que famílias continuem morando praticamente dentro do esgoto", disse o morador de Diadema, afirmando que se trata de uma questão de saúde.

O vereador Antonio Leite (PT), de Santo André, propôs o desassoreamento do Ribeirão Oratório. Também reivindicou o aumento do efetivo policial militar e civil no ABC.

A crise no atendimento dos hospitais da região e a falta de distribuição de remédios foram apontadas por José Geraldo Nunes, de Santo André. José Batista Fernandes quer providências para melhorar a segurança pública e a qualidade das merendas nas escolas.

Os mananciais da região, alvo de frequentes polêmicas, foram o tema de Juares Eustáquio, de Diadema. Ele disse que em Eldorado muitas famílias vivem sem fornecimento de água.

Saúde foi o assunto tratado por Maria Iran, de Diadema. Ela não contestou a qualidade dos serviços, mas a demora no atendimento. "Uma consulta cardiológica pode levar dez meses", reclamou.

O cidadão Alberto Nunes protestou contra a classe política, eleita para representar a população. Ele disse que não consegue atendimento nos hospitais do ABC. Já Misael Dantas, de São Bernardo do Campo, lembrou que não há



Santo André e suas extensas avenidas

atenção aos jovens carentes e pediu mais verbas para projetos voltados aos adolescentes, inclusive os autores de infrações.

João Reis, de Diadema, lamentou o descaso do governo com a Educação, ao vetar o aumento de repasses de verbas. Criticou o programa de concessão de bolsa de estudos para estudantes mediante o trabalho nos finais de semana.

O vereador Dr. Airton (PSDB), de Santo André, apresentou a sugestão da abertura aos sábados das unidades do programa Bom Prato. Também pediu mais atenção para o Centro Paula Souza. O vereador Itamar Fernandes (PFL) apresentou uma série de propostas, com destaque para a assistência a deficientes físicos.

### Bancada do ABC

O deputado José Bittencourt (PDT) defendeu a criação de uma Fatec na cidade de Santo André. Lembrou que a região tem muitas demandas e o Estado, poucos recursos. "Tentar atender a todas as reivindicações dentro da peça orçamentária é um trabalho fantástico", disse o deputado.

As reivindicações do ABC foram sintetizadas por Vanderlei Siraque (PT). Ele advertiu que a criação de dois novos batalhões na região acabou dividindo o efetivo e prejudicando as unidades existentes. "É preciso aumentar o efetivo e criar a seccional de Mauá", ponderou.

Siraque também quer a duplicação da Rodovia Índio Tibiriçá e mais verbas para os hospitais Mário Covas (Santo André) e Serraria (Diadema), além da estadualização do Hospital Nardini (Mauá). "Importante também é a instalação de unidade para o atendimento de portadores de lábio leporino no Hospital Mário Covas, a exemplo do serviço prestado em Bauru", concluiu Siraque.

José Dilson (PDT) apresentou dados sobre os repasses de recursos do SUS. O parlamentar explicou que os procedimentos recebem repasses ínfimos, que acabam inviabilizando o atendimento. O deputado lamentou que o plenário da câmara não estivesse completamente cheio, porque a população deveria estar presente para participar da discussão sobre o orçamento.

Para a deputada Ana Martins (PCdoB), a crise na saúde está ligada à política das organizações sociais, que resultou na priorização do atendimento a pacientes conveniados, prejudicando aqueles que não têm como arcar com o custeio de planos de saúde.

Sobre a Febem, a parlamentar sugeriu a descentralização da instituição. "A experiência no Rio Grande do Sul foi bem sucedida. A criação de pequenas unidades possibilita assistência mais digna", argumentou a deputada.

### O relator

Segundo o relator do orçamento, deputado Edmir Chedid (PFL), não basta a construção de um prédio de hospital ou de faculdade, sem a devida ação para estruturá-lo. "Posso me manifestar com veemência, porque hoje existe a liberdade de expressão", afirmou o deputado. A Comissão de Assuntos Metropolitanos da Assembleia, presidida por Ana Martins, tem, segundo o deputado, uma tarefa importante de compilar os problemas das regiões metropolitanas e buscar soluções para eles.

Chedid reconheceu a revolta da população com relação ao atendimento de saúde. "A ampliação na distribuição de remédios é importantíssima, bem como a agilidade nos resultados de exames", disse o relator. "A falta de moradias poderia ser sanada com a criação de um conselho da CDHU, que indicaria onde aplicar os recursos", declarou Chedid. O deputado também destacou a importância de os municípios reverem os contratos com a Sabesp, empresa que deixa muito a desejar, segundo ele.



Embora a criação do município de Santo André seja relativamente recente, a formação de seu território e sua ocupação começaram no início do processo de colonização de São Paulo. As referências históricas, entretanto, ressaltam duas épocas distintas. A mais remota refere-se à antiga vila de Santo André da Borda do Campo que, apesar de sua rápida existência, de 1553 a 1560, foi muito importante para o período quinhentista da história do planalto.

Instalada por João Ramalho, localizava-se entre São Paulo e as matas da Serra do Mar, em uma região cortada pelo caminho primitivo dos índios e um meio estratégico para se chegar ao litoral.

Os conflitos entre João Ramalho, os fundadores de Piratininga e os padres jesuítas causaram a extinção da vila de Santo André da Borda do Campo por Mem de Sá (governador-geral do Brasil). Seus habitantes foram transferidos para os campos de Piratininga, junto ao Pátio do Colégio, onde foi reerguido seu novo pelourinho.

A antiga vila permaneceu, assim, em completo abandono até que um grupo de itinerantes, chefiado por Antônio Pires Santiago, construiu uma capela em honra de Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem, criando um novo núcleo populacional, que depois formaria a cidade de São Bernardo do Campo. A formação de Santo André atual, por sua vez, aconteceu no século XIX, com a passagem da Estrada de Ferro São Paulo Railway, em 1861, e a criação do primeiro povoado da cidade, denominado Alto da Serra ou Vila de Paranapiacaba. Seu centro histórico, propriamente dito, começou a se formar ao redor da estação ferroviária de São Bernardo em 1867.

Apenas em 14 de dezembro de 1910, quando foi criado o distrito com sede no povoado de

São Bernardo, retomou-se a denominação Santo André, menção à antiga vila quinhentista. O bairro da estação, nesse momento, destacava-se como o principal pólo industrial do município de São Bernardo, atraindo fábricas de diversas modalidades e um operariado proveniente do interior do Estado. A proximidade com a estação, as terras planas do vale do Tamanduateí e os estímulos fiscais contribuíram muito para o desenvolvimento de Santo André, que acabou se emancipando do município de São Bernardo em 30 de novembro de 1938.

Integrante da Região Metropolitana de São Paulo, o município de Santo André manteve-se no Grupo 2 nas edições 2000 e 2002 do IPRS (municípios com bom nível de riqueza, mas com deficiência em pelo menos um dos indicadores sociais). Dos mais de 640 mil habitantes, 20% estariam classificados como pertencentes a grupos de vulnerabilidade social média, alta e muito alta, segundo o IPVS, Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

Criado em 1925, Santo André é um município totalmente urbano, com área de 174,8 km<sup>2</sup> e população de 649.331 habitantes. No ranking do IPRS, que compara os 645 municípios paulistas, a cidade do ABC aparece em 31ª posição em riqueza, 397ª em longevidade e na 61ª colocação em escolaridade.

A taxa de mortalidade geral, 6,81 por mil habitantes, está acima da média estadual de 6,18 por mil habitantes. A taxa de analfabetismo é de 4,45%, abaixo da média de 6,64% para o Estado. A taxa de natalidade está acima da média no Estado, atingiu 17,31.

O destaque na área econômica é para o setor industrial, que apresenta desempenho de R\$ 3.491,96 milhões, seguido pelo setor de serviços com R\$ 3.312,59 milhões. A área de serviços é a que mais emprega, com 68.508 postos ocupados. A indústria aparece a seguir com 28.937 trabalhadores formais, seguida pelo comércio com 26.117 postos.

A história de Caieiras começou quando o coronel Antônio Proost Rodvalho comprou uma fazenda onde hoje se localiza a cidade. Após verificar a existência de minerais ricos em carbonato de cálcio, excelentes para a produção de cal, decidiu investir numa fábrica para produzir o produto. Em 1877 mandou construir 2 fornos de cal para dar início à produção. Esses fornos se encontram hoje desativados, ainda intactos (precisando de preservação).

Emílio Ascanha, morador da região, percebeu que poderia ser produzido papel e precisava de ajuda para montar uma fábrica. Associou-se a uma empresa alemã para desenvolver o projeto da fábrica. Em 4 de abril de 1890 deu-se o início da produção de papel.

Nessa época já existia uma estação ferroviária. A denominação "Caieiras" foi dada a esta estação, criada em 1883 pelo engenheiro Mac Leod e seus companheiros da antiga estrada de ferro The São Paulo Railway Company Limited.

Como era de praxe usar as características dos lugares onde eram edificadas as estações, escolheram os fornos de cal para dar origem ao nome Caieiras, referência dada ao conjunto de fornos de cal.

A partir daí, a história de Caieiras deve-se principalmente ao crescimento da indústria de papel, que ali se fundara, a qual veio se chamar Companhia Melhoramentos de São Paulo.

Caieiras foi distrito de Franco da Rocha até a emancipação político-administrativa em 14 de dezembro de 1958. A denominação "Cidade dos

Pinheirais" foi criada por Olindo Dártora, um dos responsáveis pela emancipação do município.

Com 71.221 habitantes, criada em 1959, a cidade de Caieiras tem 96,15% de sua população residindo na área urbana. Apenas 2.740 moradores ocupam a área rural.

Classificada no Grupo 2, como o município de Santo André, seu nível de riqueza é inferior à média estadual, enquanto o de longevidade supera o conjunto do Estado e o de escolaridade está próximo da média estadual. No ranking do IPRS, em riqueza aparece em 103ª posição, em longevidade aparece em 245ª e em escolaridade em 406ª. No Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, 52,3% de sua população apresenta índice de vulnerabilidade média, alta e muito alta.

A taxa de mortalidade geral, 4,85 por mil habitantes, está abaixo da média estadual de 6,18 por mil habitantes. A taxa de analfabetismo é de 6,10%, também abaixo da média de 6,64% para o Estado.

O destaque na área econômica é para o setor industrial, que gerou, em 2002, R\$ 378,36 milhões e empregou 4.446 trabalhadores. O setor de serviços gerou R\$ 264,92 milhões e teve 3.709 postos ocupados por trabalhadores formais. A atividade agropecuária gerou R\$ 2,86 milhões.



Avenida principal de Caieiras

### Duplicação da rodovia Tancredo Neves

O vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto (PT) conduziu os trabalhos da 44ª audiência pública, realizada na Câmara Municipal de Caieiras. Tatto explicou que o objetivo da audiência era ouvir as sugestões da comunidade para a aplicação dos recursos contidos no orçamento, que somam mais de R\$ 80 bilhões. Tatto argumentou que o peso de uma reivindicação feita por meio do orçamento é mais forte do que um pedido pessoal de um parlamentar.

Joaquim Costa (PT), vice-prefeito de Caieiras, disse que o orçamento de seu município é muito restrito. Ele apontou como demanda importante a duplicação da rodovia Tancredo Neves, principal acesso à região.

O vereador Agnaldo Correa de Campos (PFL), de Caieiras, declarou que a cidade sofre, nos horários de pico, com o tráfego da rodovia Tancredo Neves. Também apontou dificuldades no hospital municipal e na rede de esgoto – que precisa de ampliação.

### Municípios

Vander Luciano, de Caieiras, falou em prol do meio ambiente. Um projeto intermunicipal voltado à preservação ambiental foi sua reivindicação.

Francisco Amorim, de Francisco Morato, pediu, por intermédio do Fundo Metropolitano de Financiamento e Investimento (Fumefi), o asfalto em bairros da cidade, que também carece de saneamento básico. "A Santa Casa precisa de mais recursos. E a região, de ações voltadas à geração de emprego", completou.

O secretário de Obras e Planejamento, Sidnei de Moraes, falou sobre a rodovia Tancredo Neves (Estrada Velha de Campinas). "O governo excluiu a estrada de um pacote de obras realizadas em todo o Estado. Sem benfeitorias, a rodovia teve seu tráfego ampliado com o rodoanel", explicou. Moraes ainda pleiteou a construção de uma estação de tratamento de esgoto. O secretário disse que a criminalidade tem aumentado no município, que há alguns anos era a segunda cidade mais segura da Grande São Paulo.

José de Lima César Filho, cidadão de Caieiras, destacou a retificação do rio Juqueri, com desassoreamento e ampliação da calha. Fora esse pedido, o munícipe apoiou as reivindicações para duplicação da Tancredo Neves.

Ricardo Ferreira Filho, de Franco da Rocha, abordou o problema ambiental do complexo Juqueri. "Pagamos a taxa de tratamento de esgoto, serviço que ainda não foi implementado", disse Ricardo, afirmando que a Sabesp não é penalizada por despejar esgoto nos rios da região. Pediu ainda a instalação de um centro de esportes e cultura. O transporte coletivo também é problemático na região, uma vez que a grande maioria dos moradores trabalha na Capital. "Não há terminais rodoviários adequados", reclamou Ricardo.

Maria José Fidelis, de Caieiras, apontou a necessidade da geração de empregos para jovens e mulheres na cidade. Maior segurança e mais creches também foram suas reivindicações.



Cidadão fala sobre problema ambiental

# Caieiras

## Região Metropolitana

- [Arujá](#)
- [Barueri](#)
- [Biritiba Mirim](#)
- [Caieiras](#)
- [Cajamar](#)
- [Carapicuíba](#)
- [Cotia](#)
- [Diadema](#)
- [Embu](#)
- [Embu-Guaçu](#)
- [Ferraz de Vasconcelos](#)
- [Francisco Morato](#)
- [Franco da Rocha](#)
- [Guararema](#)
- [Guarulhos](#)
- [Itapeccerica da Serra](#)
- [Itapevi](#)
- [Itaquaquecetuba](#)
- [Jandira](#)
- [Juquitiba](#)
- [Mairiporã](#)
- [Mauá](#)
- [Mogi das Cruzes](#)
- [Osasco](#)
- [Pirapora do Bom Jesus](#)
- [Poá](#)
- [Ribeirão Pires](#)
- [Rio Grande da Serra](#)
- [Salesópolis](#)
- [Santa Isabel](#)
- [Santana de Parnaíba](#)
- [Santo André](#)
- [São Bernardo do Campo](#)
- [São Caetano do Sul](#)
- [São Lourenço da Serra](#)
- [São Paulo](#)
- [Suzano](#)
- [Taboão da Serra](#)
- [Vargem Grande Paulista](#)

# São Paulo

## Região Metropolitana

Arujá  
Barueri  
Biritiba Mirim  
Caieiras  
Cajamar  
Carapicuíba  
Cotia  
Diadema  
Embu  
Embu-Guaçu  
Ferraz de Vasconcelos  
Francisco Morato  
Franco da Rocha  
Guararema  
Guarulhos  
Itapeverica da Serra  
Itapevi  
Itaquaquecetuba  
Jandira  
Jujuitiba  
Mairiporã  
Mauá  
Mogi das Cruzes  
Osasco  
Pirapora do Bom Jesus  
Poá  
Ribeirão Pires  
Rio Grande da Serra  
Salesópolis  
Santa Isabel  
Santana de Parnaíba  
Santo André  
São Bernardo do Campo  
São Caetano do Sul  
São Lourenço da Serra  
**São Paulo**  
Suzano  
Taboão da Serra  
Vargem Grande Paulista

## Orçamento cidadão

A 45ª audiência pública programada para discutir e colher sugestões dos cidadãos para o Orçamento/2006 foi realizada no dia 20/10, no Auditório Franco Montoro da Assembléia Legislativa.

O deputado José Caldini Crespo (PFL), presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, dirigiu os trabalhos ao lado do relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), e dos deputados Enio Tatto, Mário Reali e José Zico Prado, todos do PT, e Ana Martins (PCdoB).

As presidentes Zilda Guerra, da Associação dos Professores Aposentados do Estado de São Paulo (Apampesp), e Neusa Santana, do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza, foram convidadas a compor a mesa. Ambas prestigiaram a iniciativa do Legislativo e compareceram à maioria das audiências públicas realizadas no interior e na Grande São Paulo.

Crespo disse que a proposta da comissão é colocar em prática o artigo 174 da Constituição Estadual, que preconiza que o Estado de São Paulo tenha um orçamento regionalizado. "Dar a São Paulo o Orçamento Cidadão é uma tentativa de diminuir as desigualdades regionais e, conseqüentemente, as injustiças sociais."

## Educação e saúde

A maioria dos cidadãos que participaram da audiência concentrou suas sugestões nas áreas de educação e saúde. Em meio a um público de aproximadamente 50 pessoas, as professoras aposentadas se destacaram, mais uma vez. Zilda Guerra, presidente da Apampesp, disse que a categoria não perde a oportunidade de marcar posição. Ela insistiu na tese de que o governo participe da manutenção do lamspe com a contrapartida de 2%. Sugeriu também a inclusão dos aposentados do magistério no quadro orçamentário de Despesa e Manutenção do Ensino.

Em nome do Fórum das Seis, Milton Vieira Prado Jr., da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp), afirmou que o segmento empreendeu greve em apoio aos parlamentares que votaram a favor do aumento de repasse para o ensino público. Prado falou sobre a inconveniência da expansão de vagas no ensino superior público sem aumento de verba para sua manutenção. Lembrou que existem despesas não caracterizadas como educação, como, por exemplo, os hospitais de clínicas, incluídos no orçamento das universidades.

O presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, Antonio Tuccilio, reforçou os três pontos prioritários para o funcionalismo público: fixação de data-base, maior atenção com o lamspe, com a contrapartida do governo e a ampliação do atendimento descentralizado – atualmente apenas 160 municípios são conveniados -, e pagamento de precatórios.

Integrante da Associação dos Docentes da USP (Adusp), Lígia Matsushigue também reforçou que a conta das universidades contém despesas que não são específicas do ensino. "Um terço do orçamento é para o pagamento de aposentadorias e outra boa parte vai para os hospitais universitários", explicou Lígia.

Como ocorreu nas audiências anteriores, o Centro Paula Souza foi representado em São Paulo. Neusa Santana reclamou do contingenciamento da verba destinada à instituição. "Dos R\$ 39 milhões previstos na dotação do Paula Souza, o governo liberou R\$ 27 milhões neste ano, que já está se encerrando." Neusa também criticou a expansão de ensino sem o aporte de recursos necessários para a manutenção de funcionários e equipamentos.

Fabio Siqueira, cidadão paulistano, destacou que os hospitais estaduais recebem poucos recursos. Ele pediu o aumento de verbas para os hospitais Heliópolis, Santa Marcelina, São Mateus e lamspe, entre outros.

Maria Gorete dos Santos solicitou a ampliação do atendimento do hospital

regional daquela cidade e a prioridade dos serviços para os moradores de Diadema.

## Melhorias nos transportes e moradias

A audiência pública da cidade de São Paulo revelou as preocupações da população com os problemas de transporte e da habitação. A extensão das linhas do metrô e mais moradias populares foram as reivindicações principais.

Francisco Assis de Souza Filho destacou a importância de o governo concluir as obras da avenida Jacu-Pêssego, de forma a ligar o Porto de Santos ao Aeroporto Internacional de Guarulhos. Assis também denunciou o fechamento de escolas estaduais, sob a alegação da administração estadual de que não há demanda de alunos. "Como isso seria possível se os jovens foram remanejados para escolas que acabaram com suas salas superlotadas, em média 45 alunos cada?" Assis concluiu dizendo que os prédios desocupados estão abandonados e se tornaram pontos de insegurança.

Criar o Fundo Estadual da Habitação é o anseio de Laila Mourat, do Movimento de Moradias. Ela defendeu que esse fundo possibilitará melhor aplicação dos recursos da habitação. Representante da Associação de Nordestinos de Guarulhos, Herbert Seabra, solicitou que a dotação da CDHU de 1% do ICMS fosse distribuída no orçamento por municípios, de acordo com a arrecadação feita em cada cidade. "O correspondente a 1% do ICMS recolhido no município de Guarulhos deveria ser aplicado na construção de mais moradias na própria cidade, que hoje conta com o maior número de favelados do Estado."

## Outras demandas

A presidente do Sindicato dos Peritos Criminais, Maria Márcia da Silva, reivindicou a realização de concurso para a categoria e a ampliação do quadro de peritos, bem como melhores condições de trabalho, mediante elevação salarial e fornecimento de materiais necessários ao trabalho pelo Estado.

Maria dos Anjos Santana, de Diadema, apontou como prioridade a canalização de córregos na Grande São Paulo, sobretudo, em sua cidade. Morador da cidade de Itapevi, Luiz Gomes Ferreira tratou também de saneamento básico. Ele pleiteou a canalização do rio Barueri Mirim, que passa pela região. Solicitou mais recursos para o Hospital Regional de Itapevi e a preferência no atendimento dos municípios daquela cidade. Para os portadores de deficiência física, Ferreira solicitou a instalação de acesso nas estações de trem da região e na Júlio Prestes.

Morador de Vila Cruzeiro, zona sul da capital, Celso Monastero enfocou os pedidos no meio ambiente, transporte e habitação. Ele sugeriu maior aporte para a Cetesb, o aperfeiçoamento da fiscalização ambiental, linhas metropolitanas de transporte para a zona sul e construção de mais moradias em substituição às favelas que não têm infra-estrutura sanitária.



Enio Tatto e Caldini Crespo exibem mapa das regiões paulistas



As primeiras notícias sobre o município de São Paulo estão relacionadas à vila de Santo André da Borda do Campo, criada em 1553, por determinação de Tomé de Souza. Paralelamente, surgiu outra povoação em torno do colégio dos padres jesuítas que, após a primeira missa celebrada em 25 de janeiro de 1554, passou a ser chamado de Colégio de São Paulo de Piratininga. A Região Metropolitana de São Paulo, com 39 municípios, reúne mais de 19 milhões de habitantes, espalhados por uma área de 8.051 km², com uma taxa de urbanização de 95,06%. Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jujuitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, Suzano, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista e o município de São Paulo estão categorizados, enquanto região, no Grupo 2 do Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS (municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais).

Os municípios da região metropolitana apresentam médias melhores que os índices estaduais: mortalidade geral 5,88 (por mil habitantes), no Estado este índice é de 6,18; a taxa de analfabetismo está em 5,57%, enquanto no Estado o índice é de 6,64% e natalidade (por mil habitantes), com 17,31 frente aos 15,94 do Estado. Considerando o IPRS, os 39 municípios estão assim distribuídos pelos 5 grupos: no Grupo 1 (nível elevado de riqueza e bons indicadores sociais) estão Barueri, Ribeirão Pires, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e São Paulo; no Grupo 2 estão Arujá, Caieiras, Cajamar, Cotia, Diadema, Embu,

Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Jujuitiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Santana de Parnaíba, Santo André, São Lourenço da Serra, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista; no Grupo 4 (baixos níveis de riqueza e níveis intermediários de longevidade e/ou escolaridade) estão Carapicuíba, Poá, Rio Grande da Serra e Santa Isabel; no Grupo 5 (baixos níveis de riqueza, de longevidade e de escolaridade) estão Biritiba Mirim, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Pirapora do Bom Jesus e Salesópolis.

Como destaques no ranking do IPRS, que reúne os 645 municípios do Estado, temos, no aspecto de escolaridade, São Caetano do Sul como 1º colocado e Poá na 62ª posição. Os piores colocados são os municípios de Itaquaquecetuba (637º) e Francisco Morato (638º). No aspecto longevidade, aparecem como destaques positivos Santana de Parnaíba (58º) e São Lourenço da Serra (70º), na outra ponta estão Franco da Rocha (599º) e Salesópolis (620º). Com melhores índices de riqueza, destacam-se na região metropolitana as cidades de Barueri (6º) e São Caetano do Sul (9º). Biritiba Mirim (387º) e Francisco Morato (477º) aparecem como as que apresentam os piores índices.

A despesa per capita com saúde de R\$ 153,34 é menor que a registrada para o Estado, R\$ 171,41. Os índices de saneamento estão próximos da média estadual: abastecimento de água 97,51%; para 97,38%; esgoto sanitário 82,77%, para 85,72%; coleta de lixo 98,91%, para 98,90%.

No desempenho econômico, a região apresenta como maior destaque o setor de serviços, que gerou, segundo dados de 2002, R\$ 125.166,69 milhões e empregou 2.182.072 trabalhadores formais. A indústria gerou R\$ 83.684,21 milhões e empregou 485.024 trabalhadores formais. A agropecuária aparece em terceiro com R\$ 788,68 milhões gerados e com 132.826 postos de trabalho ocupados formalmente.



Ana Martins, Neusa Santana, Mário Reali, José Caldini Crespo e o presidente Rodrigo Garcia

### Parlamentares sugerem

Os deputados também apresentaram demandas durante a audiência pública sobre o orçamento realizada na Capital. O vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto, apresentou dados sobre o orçamento. Ele afirmou que o aumento na arrecadação de taxas foi de aproximadamente 97% e que a cobrança da dívida ativa diminuiu em 43%. "O Estado tem mais dinheiro para investir e pode aumentar esse montante se cobrar os sonegadores. Porque deixar de receber dos devedores e deixar de investir?"

A sugestão do deputado para o orçamento foi a construção do hospital público de Parelheiros. "A região é muito carente e precisa de um hospital que atenda inclusive outros municípios próximos, como Embu-Guaçu."

Para o deputado José Zico Prado (PT), as audiências fortalecem a opinião popular. "É a primeira vez na história do Estado que acontece um processo de discussão nesses moldes. A sociedade ainda vai tomar consciência maior de que ela deve acompanhar e fiscalizar as ações do governo."

Zico pleiteou a extensão da linha dois do metrô até Cidade Tiradentes. "A obra possibilitaria o atendimento de três milhões de pessoas que já não podem depender somente de ônibus."

O deputado ainda solicitou a inclusão dos programas Bom Prato e Viva Leite no quadro orçamentário da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, desvinculando-os da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

Mário Reali disse que o orçamento encaminhado pelo Executivo, de R\$ 80 bilhões, teve um crescimento de 15,5% em relação ao anterior e que está mais perto da realidade, uma vez que nos projetos passados o crescimento sempre foi subestimado em cerca de 5%. "A margem de remanejamento permitida é de 17% e também houve aumento no repasse de verbas federais", acrescentou.

Para Reali, debater o orçamento em audiências públicas consolida o processo de cidadania, permitindo que a sociedade tenha maior controle sobre o dinheiro público, o que significa menos corrupção.

A deputada Ana Martins apresentou várias solicitações. Ela disse que é imprescindível insistir na contrapartida financeira do governo no lamspe. Destacou a conclusão da avenida Jacu-Pêssego, a duplicação da Ponte Cumbica, que liga a Capital a Guarulhos, a extensão do metrô a outros municípios, com destaque para a ligação de Itaquera a Guarulhos, o que atenderia a USP Zona Leste, e o aumento das verbas para a Educação. "O orçamento é o projeto mais importante que passa pela Assembléia porque define o desenvolvimento de São Paulo", concluiu Ana Martins.

As Santas Casas mereceram a atenção especial do deputado Roberto Felício (PT), que também falou em defesa da Educação. Para ele, a mobilização popular

pode interferir diretamente nas decisões de governo. Exemplo disso foi a passeata de professores que culminou com a retirada do PL 26/2005, que, segundo Felício, prejudicaria demasiadamente a categoria. O deputado lamentou que a apreciação do veto do governador às emendas para a Educação na LDO tenha sido simbólica. "Sou contra esse processo porque a sociedade tem o direito de saber exatamente como votou seu representante."

### Manifestação de apoio

O presidente da Assembléia Legislativa, Rodrigo Garcia, compareceu à audiência e ressaltou o trabalho que tem sido feito pela Comissão de Finanças e Orçamento para democratizar a discussão do orçamento estadual para 2006.

"A comissão foi buscar junto à comunidade informações para subsidiar seu trabalho, de forma a elaborar uma peça orçamentária que vai atender a população com mais humanidade", disse o presidente.

Rodrigo Garcia afirmou que, talvez, o resultado do processo não seja exatamente aquilo que todos sonharam, mas que ele representa um grande avanço. "Doravante, dificilmente a Assembléia vai apreciar projetos de orçamento sem ouvir o que a população tem a dizer."

Ao final da reunião, o deputado José Caldini Crespo esclareceu que o prazo para a apresentação de emendas é 7/11 e que, em data posterior, a Assembléia vai promover evento para a divulgação de todo o trabalho realizado pela comissão nas audiências públicas.

Após o dia 7/11, o relator terá 30 dias para elaborar seu parecer sobre o orçamento. Crespo acredita que por volta do dia 12/12 a comissão vai votar o parecer, que seguirá então para a apreciação do Plenário. "O resultado da votação final constará do site da Assembléia e a população vai poder acompanhar como votou seu deputado. Nossa comissão vai se empenhar para que a votação seja nominal, com cada deputado declarando seu voto."



# São Paulo

## Região Metropolitana

- [Arujá](#)
- [Barueri](#)
- [Biritiba Mirim](#)
- [Caieiras](#)
- [Cajamar](#)
- [Carapicuíba](#)
- [Cotia](#)
- [Diadema](#)
- [Embu](#)
- [Embu-Guaçu](#)
- [Ferraz de Vasconcelos](#)
- [Francisco Morato](#)
- [Franco da Rocha](#)
- [Guararema](#)
- [Guarulhos](#)
- [Itapeverica da Serra](#)
- [Itapevi](#)
- [Itaquaquecetuba](#)
- [Jandira](#)
- [Juquitiba](#)
- [Mairiporã](#)
- [Mauá](#)
- [Mogi das Cruzes](#)
- [Osasco](#)
- [Pirapora do Bom Jesus](#)
- [Poá](#)
- [Ribeirão Pires](#)
- [Rio Grande da Serra](#)
- [Salesópolis](#)
- [Santa Isabel](#)
- [Santana de Parnaíba](#)
- [Santo André](#)
- [São Bernardo do Campo](#)
- [São Caetano do Sul](#)
- [São Lourenço da Serra](#)
- [São Paulo](#)
- [Suzano](#)
- [Taboão da Serra](#)
- [Vargem Grande Paulista](#)

# Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



## O poder do cidadão

A formação de Osasco recebeu influências e foi beneficiada com as iniciativas de um grupo de imigrantes italianos e franceses. Eram, em grande parte, operários especializados em vidraria que chegaram à região por volta de 1890, em busca de um lugar onde pudessem desempenhar funções de comerciantes e de prestadores de serviços.

Antônio Agu, considerado o fundador do município, escolheu o nome do então subdistrito de São Paulo, o mesmo de sua cidade natal na Itália. Já o título de "Berço das Aviações da América do Sul", recebido em 1910, foi dado por Dimitri Sansaud de Lavaud, filho de um barão francês residente em Osasco. No início do século XX, foram instaladas empresas de grande porte como, por exemplo, a Hervy, em 1912, a Continental Products Company Frigorífico, em 1915 e o cotonifício Beltrano, em 1923, e foi por meio dessas indústrias que Osasco se desenvolveu. Em 31 de dezembro de 1918, tornou-se distrito do Município de São Paulo, mas somente em 18 de fevereiro de 1959 conquistou sua autonomia político-administrativa. Osasco tem uma população de 652.593 habitantes, que ocupam uma área totalmente urbanizada de 64,9 km<sup>2</sup>. Pela classificação do Índice Paulista de Responsabilidade Social-IPRS, o município

está no Grupo 2, que agrega os municípios bem posicionados na dimensão riqueza, mas com deficiência no nível de longevidade ou escolaridade. No ranking que congrega os 645 municípios do Estado, Osasco aparece em 24ª posição em riqueza, 488ª em longevidade e 416ª em escolaridade.

Pelo Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS) 44,8% da população do município pode ser classificada no grupo de vulnerabilidade média, alta e muito alta.

A taxa de analfabetismo é de 5,77% e a de mortalidade geral é de 5,72 por mil habitantes, ambas abaixo da média estadual. A taxa de natalidade, superior à estadual, atinge 17,31. Os gastos per capita com saúde também estão abaixo da média estadual, R\$ 157,91 para R\$ 171,41.

O desempenho econômico está vinculado principalmente à área de serviços, com R\$ 5.601,29 milhões gerados, a seguir vem a indústria com R\$ 1.535,47 milhões. Dos 101.698 trabalhadores formais, a área de serviços foi a que mais empregou com 54.126, a indústria absorveu 23.484 trabalhadores e a área comercial teve 22.660 postos ocupados.



### Falta de saneamento básico

Ao abrir a audiência pública na Câmara Municipal de Osasco, o vice-presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Enio Tatto (PT), afirmou que a única forma de a população participar como um todo é o deslocamento dos deputados até as diferentes regiões do Estado. Segundo Tatto, até pouco tempo, os municípios pequenos não tinham voz no Legislativo, e as soluções para o desenvolvimento estão na regionalização do orçamento.

Também participaram da reunião o relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), o presidente da Câmara local, José Barbosa Coelho (PSDB), e o presidente da Câmara de Jandira, Roberto Rodrigues (PL).

Coelho falou sobre a experiência de Osasco com o orçamento participativo e disse que a cidade tem os mesmos problemas da capital. "Tudo o que for feito para a capital deve ser estendido a Osasco."

Os vereadores de Osasco enumeraram as dificuldades da cidade.

Mário Luiz Guide (PSB) reclamou da falta de saneamento básico, enquanto três coletores-troncos estão sem uso na cidade. "Na vizinha Barueri há uma estação de tratamento e os coletores poderiam ser ligados a ela". Guide sugeriu a instalação de quatro bases comunitárias da PM em Osasco e a reforma de escolas estaduais. Seu colega Osvaldo Vergínio (PSDC) pediu mais moradias populares e a construção de sedes para as delegacias e batalhões de polícia. Também pleiteou uma unidade da Fatec e mais verbas para o hospital regional.

Também vereador, Marcos Martins (PT) quer mais segurança nas escolas e extensão da linha do metrô até Osasco. Ele apontou os problemas da poluição ambiental e da deficiência nos serviços da Sabesp. Já o seu colega Rubens Bastos reivindicou a extensão do metrô, o devido tratamento de esgoto – não apenas o afastamento – e a compensação financeira pelo impacto ambiental do Rodoanel. O funcionário da Câmara, José Alves Fontes, encaminhou as reivindicações do vereador José Amando. Entre os pedidos estão a ampliação da calha do Tietê na região, o combate à poluição ambiental, a conclusão de obras acessórias do Rodoanel e mais moradias populares.

### Comunidade local

Moradores de Osasco e cidades próximas participaram da audiência pública dando várias sugestões ao orçamento para 2006. Representante da Associação do Bairro dos Remédios, Tinha de Ferreira pediu que o governo desistisse da instalação de unidade da Febem em Osasco. Solicitou também uma Fatec para a cidade.

O técnico do DAEE, Delcídes Regatielli, coordenador do programa de combate às enchentes, pediu a realização de obras de contenção no Ribeirão Vermelho e no córrego Tijuco Preto. "A cidade de Osasco tem 38% de sua área com risco de enchentes", destacou.

Alberto Lucci quer a ampliação do fórum de Osasco. Já a reivindicação de José Eduardo Silva foi a construção de uma transposição da avenida Mutinga no km 15 da Rodovia Anhanguera. A avenida é uma importante ligação entre os bairros de Pirituba e Jaraguá, entre outros.

### Moradias para Carapicuíba

Solicitações para Carapicuíba foram apresentadas por Carlos Eduardo Campos. Mais moradias para população de baixa renda, atendimento



João Brito, de Pirapora, diz que sua cidade sofre com a falta de saneamento

oftalmológico no Hospital de Carapicuíba, albergue para os sem-teto e unidade do Poupatempo foram alguns dos pedidos.

Darci Ribeiro, de Osasco, propôs a construção de mais uma saída no Rodoanel, próxima ao Conjunto dos Metalúrgicos, e a reforma de escolas estaduais. Outro cidadão de Osasco, Messias Araújo, sugeriu maior investimento no atendimento de adolescentes.

O presidente da Câmara de Jandira, Roberto Rodrigues, focou suas solicitações na canalização de córrego de sua cidade, na construção da sede do fórum, na instalação de uma faculdade pública e no anel viário para o desvio do tráfego da Rodovia Castelo Branco.

Cidadão de Pirapora, João Brito afirmou que sua cidade sofre com a falta de saneamento. Ele ressaltou a necessidade da despoluição do Rio Tietê, cuja degradação ambiental tem prejudicado muito a região, com as espumas e o mau cheiro. O assunto foi reforçado pelo vereador de Jandira, Altamir da Silva, que também pediu a ativação da Estação de Tratamento de Barueri, com a construção dos coletores.

### Encerramento

Segundo o relator do orçamento, Edmir Chedid, o projeto do Executivo é muito genérico. Ele aborda programas e ações, sem especificar quais regiões vão receber os investimentos. Para Chedid, a falta de planejamento atinge todo o Estado. "Dezenas de microônibus da Secretaria da Educação encontram-se parados sem destinação. A explicação do secretário Gabriel Chalita é que os veículos serão encaminhados aos municípios numa futura oportunidade, quando for necessário". Enquanto isso, complementou o deputado, continuam enferrujando no pátio.

"A violência nas escolas estaduais é alta. Morrem mais estudantes do que jovens infratores durante rebeliões na Febem", disse Chedid, esperando que o secretário "acorde". Esse problema e a expansão de cursos técnicos preocupam o deputado. Ele afirmou que quer tentar garantir recursos no orçamento para esses segmentos. O relator afirmou que o governo está tentando, na prática, municipalizar os presídios e a Febem. Chedid informou que durante as audiências públicas realizadas no interior do Estado tomou conhecimento de que dezenas de cidades receberam penitenciárias sem que o efetivo policial tenha sido aumentado.

Cada vez mais, as prefeituras assumem despesas do Estado, como a compra de material para a segurança pública ou para o Judiciário. "Assim, no próximo ano, deveremos regionalizar o custeio do Estado, para determinar onde e como os recursos serão gastos, na procura de corrigir alguns procedimentos."

Sobre o problema da falta de saneamento e da poluição ambiental, o deputado lembrou que a Sabesp tem obrigações a cumprir, mas não tem feito seu trabalho com competência por conta do superfaturamento de obras. "A Justiça considerou ilegais 200 contratos da empresa."

### Região Metropolitana

- [Arujá](#)
- [Barueri](#)
- [Biritiba Mirim](#)
- [Caieiras](#)
- [Cajamar](#)
- [Carapicuíba](#)
- [Cotia](#)
- [Diadema](#)
- [Embu](#)
- [Embu-Guaçu](#)
- [Ferraz de Vasconcelos](#)
- [Francisco Morato](#)
- [Franco da Rocha](#)
- [Guararema](#)
- [Guarulhos](#)
- [Itapeçerica da Serra](#)
- [Itapevi](#)
- [Itaquaquecetuba](#)
- [Jandira](#)
- [Jujuitiba](#)
- [Mairiporã](#)
- [Mauá](#)
- [Mogi das Cruzes](#)
- [Osasco](#)
- [Pirapora do Bom Jesus](#)
- [Poá](#)
- [Ribeirão Pires](#)
- [Rio Grande da Serra](#)
- [Salesópolis](#)
- [Santa Isabel](#)
- [Santana de Parnaíba](#)
- [Santo André](#)
- [São Bernardo do Campo](#)
- [São Caetano do Sul](#)
- [São Lourenço da Serra](#)
- [São Paulo](#)
- [Suzano](#)
- [Taboão da Serra](#)
- [Vargem Grande Paulista](#)

# OSASCO



Reunião contou com a participação de moradores de Carapicuíba, Jandira, Pirapora, Barueri e Francisco Morato

# Taboão da Serra

## Região Metropolitana

Arujá  
 Barueri  
 Biritiba Mirim  
 Caieiras  
 Cajamar  
 Carapicuíba  
 Cotia  
 Diadema  
 Embu  
 Embu-Guaçu  
 Ferraz de Vasconcelos  
 Francisco Morato  
 Franco da Rocha  
 Guararema  
 Guarulhos  
 Itapeverica da Serra  
 Itapevi  
 Itaquaquecetuba  
 Jandira  
 Jujutiba  
 Mairiporã  
 Mauá  
 Mogi das Cruzes  
 Osasco  
 Pirapora do Bom Jesus  
 Poá  
 Ribeirão Pires  
 Rio Grande da Serra  
 Salesópolis  
 Santa Isabel  
 Santana de Parnaíba  
 Santo André  
 São Bernardo do Campo  
 São Caetano do Sul  
 São Lourenço da Serra  
 São Paulo  
 Suzano  
**Taboão da Serra**  
 Vargem Grande Paulista

### Sem-teto reivindicam desapropriação de área de ocupação

Cerca de 200 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) lotaram o plenário da Câmara de Taboão da Serra, em 21/10, para acompanhar a 47ª audiência pública realizada pela Comissão de Finanças e Orçamento (CFO).

Enio Tatto (PT) saudou os manifestantes dizendo que eles estavam no espaço certo para encaminhar suas reivindicações. Segundo o vice-presidente da CFO, quem sabe das necessidades de cada região são os seus moradores.

João Koga, vice-prefeito de São Lourenço da Serra, fez um agradecimento pela aprovação da lei específica da Guarapiranga nas comissões da Assembleia Legislativa.

O presidente da Câmara de Taboão da Serra, Maurício André (PSB), destacou a importância que a lei orçamentária tem na gestão do município. Disse que o orçamento municipal também será discutido em audiência pública. Ele reivindicou recursos e equipamentos para o hospital regional, a ampliação do programa Dose Certa de fornecimento de medicamentos, construção de um novo hospital, 10 ambulâncias, implantação do Corpo de Bombeiros da cidade, cobertura de quadras esportivas, mais um batalhão da PM, regularização fundiária, moradias populares, entre outros tantos pedidos.

O vereador Olívio Nóbrega Filho (PL) pleiteou a construção de um centro esportivo, a instalação de uma Fatec e verbas para o hospital regional. Quanto à regularização de terras, disse não ter sentido o governo deixar os moradores de áreas ocupadas em Taboão sem títulos, uma vez que alguns municípios do interior, como Araraquara, conseguiram o benefício.

Escola técnica profissionalizante, investimentos para o parque ecológico da região e centro de convivência da 3ª idade para Taboão da Serra foram as sugestões de Natal Soares, vereador local.

### Sem-terra

Os trabalhadores sem-terra ocuparam uma área no Jardim Helena, cujo proprietário ganhou liminar obtendo a reintegração de posse. Vivem ali mais de 1.300 famílias, que se recusam a deixar o local, porque não têm para onde ir. Paulo Felix (PSDB), vereador de Taboão, fez duas propostas. Uma trata de recursos para desapropriação de área no Jardim Helena e outra, de recursos para programas sociais. "A questão de moradia não é de polícia, mas de política", completou.

O coordenador estadual do MTST, João Batista, explicou que a área ocupada estava totalmente abandonada, freqüentado por marginais, e servia de ponto de desova de corpos. "Os ocupantes fizeram com que a área ganhasse valor social." Segundo Batista, o Estado tem histórico de invasões. "Quase 60% das periferias são formadas de áreas invadidas. Tanto que em Itapevi até o fórum da cidade se encontra em terreno na mesma condição."

A jovem Maria Helena, integrante do movimento, explicou que foi divulgado por autoridades que os ocupantes tinham concordado com uma saída pacífica. "Sair pacificamente é sair com soluções", considerou Maria Helena.

O vereador Aprígio disse que considera difícil o governo do Estado conceder mais de mil moradias somente para sua cidade. "Se os ocupantes de áreas



João Koga (à direita) agradeceu aprovação de lei específica da Guarapiranga na comissão

invadidas concordassem morar em outros municípios, poderiam ser concedidas casas para todos."

Já o professor Moreira (PT), vereador de Taboão, prestou seu apoio aos integrantes do MTST. Solicitou também ações de combate à criminalidade e obras complementares do Rodoanel.

Terezinha da Silva, também do movimento de moradias, reivindicou unidade do Banco do Povo e ações para um programa de segurança alimentar.

Polemizando com a platéia, o vereador Wagner Eckstein (PT) afirmou que a atual gestão municipal herdou déficit habitacional e social do governo anterior.

Manuel Rocha, do MTST do Jardim Nova Record, afirmou que dificilmente os integrantes de seu movimento são recebidos em sedes de instituições públicas. "Os representantes da Assembleia Legislativa não nos atenderam." Ele também falou sobre os problemas dos sem-terra. O deputado Enio Tatto disse que não tomou conhecimento da visita dos moradores à Assembleia.

O governo federal também não foi poupado pelo vereador Engenheiro Nei (PTB). Ele afirmou que os moradores de Taboão não recebem o benefício do programa Bolsa Família.

### Considerações dos parlamentares

O deputado Mário Reali (PT) afirmou que o orçamento aponta as áreas que receberão investimentos, mas não estabelece quais as regiões beneficiadas. Segundo ele, a criação de um conselho da habitação minimizaria os problemas habitacionais no Estado, pois os movimentos de mutirão atuam de forma eficiente. Ele enfatizou que o orçamento da CDHU e de R\$ 1,1 bilhão e que a maior demanda é de trabalhadores com salários entre um e três mínimos, concentrados na região metropolitana.

O relator do orçamento, Edmir Chedid (PFL), disse que as reuniões organizadas subsidiaram a atuação do governo. O deputado afirmou que a audiência de Taboão foi uma das mais interessantes da Grande São Paulo, porque contou com maciça participação popular. De acordo com o deputado, as autoridades locais polemizaram

por conta das diferenças ideológicas, mas estavam reunidas em torno do mesmo tema: a defesa dos manifestantes que precisam de terras.

Chedid destacou que os deputados que representam a região têm prazo até o dia 8/11 para apresentar emendas, e que estas poderão ser elaboradas a partir das sugestões feitas na audiência. O deputado informou que 400 licitações da CDHU foram inviabilizadas pelo Tribunal de Contas do Estado em razão de as obras terem sido superfaturadas. Chedid disse que, de fato, é difícil todas as moradias serem construídas numa única cidade, sobretudo, quando o município ocupa pequena extensão. "Além disso, é importante que os conjuntos habitacionais venham acompanhados de infra-estrutura básica, como centros de lazer, creches e outros serviços", concluiu o relator, reforçando que está pronto para elaborar um relatório que enfatize as aplicações dos recursos da CDHU.



Integrantes do MTST, ao fundo, reivindicam desapropriação de área no município



O antigo povoado de Taboão formou-se administrativamente em 30 de dezembro de 1953, quando se tornou distrito do município de Itapeverica da Serra, com o nome de Taboão da Serra. Situado nas terras de Itapeverica, região que havia começado a se configurar no século XVI, sofreu inicialmente a ação dos jesuítas, depois a influência da imigração alemã e, num período mais recente, um novo impulso ao seu desenvolvimento dado pela inauguração do ramal Mairinque-Santos, pertencente à Estrada de Ferro Sorocabana.

Em 18 de fevereiro de 1959, Taboão da Serra emancipou-se de Itapeverica, tornando-se município autônomo. Na década de 60, houve um aumento considerável de sua população e, embora contasse com um parque industrial próprio, grande parte de seus habitantes costumava trabalhar nas cidades vizinhas.

Classificada no Grupo 2 do IPRS, que reúne os municípios com bom nível de riqueza, mas com deficiências nos aspectos de longevidade ou escolaridade, o município de Taboão da Serra foi criado em 1959 e tem população de 197.644

habitantes, concentrados na zona urbana. No ranking do IPRS, que reúne todos os municípios do Estado, aparece em 45º lugar no indicador de riqueza, na 496ª posição em longevidade e em 513ª em escolaridade.

Com área de 20,5 km², Taboão tem taxas de mortalidade geral (5,57 por mil habitantes), de natalidade (17,31 por mil habitantes) e de analfabetismo (5,97%) abaixo da média estadual, respectivamente 6,18 por mil habitantes e 6,64%.

Pelos dados do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), 56,6% da população residente no município está nos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta.

Apresentando a mesma característica da média dos municípios paulistas, Taboão tem a maior parte de sua receita gerada pelo setor de serviços, R\$ 798,59 milhões, o setor industrial vem a seguir com R\$ 684,00 milhões. Quanto ao número de trabalhadores, que ocupam postos formais de trabalho, novamente o setor de serviços apresenta melhor desempenho com 18.038 empregados. A indústria vem na segunda colocação com 11.425 postos ocupados e o setor de comércio emprega 6.539 pessoas

A formação de Guarulhos se deve à iniciativa dos padres da Companhia de Jesus, por volta de 1560, de criar em torno do Colégio Piratininga vários aldeamentos para proteção contra as constantes investidas dos índios Tamoios. Um dos aldeamentos, habitado pelos índios Guarus pertencentes à família dos Guaianases, ficou encarregado de defender o caminho que levava à metrópole e acabou demarcando o lugar do futuro território do município.

O padre jesuíta João Álvares teria sido o responsável pela construção da primeira capela do povoado e, por isso, considerado o fundador da cidade. Em 1685, nas terras de São Paulo, foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos. Apenas em 24 de março de 1880, foi elevada à condição de vila, quando teve seu nome abreviado para Conceição de Guarulhos. A atual denominação, por sua vez, foi assumida em 6 de novembro de 1906 e recuperou a referência à tribo dos índios que primeiro habitaram essas terras, os guarus. Guarulhos vem do tupi-guarani *gwar u*, "aquele que come" ou um peixe de água doce chamado "barrigudinho".

Uma das características deste município, que faz parte da Região Metropolitana de São Paulo, é ter o maior índice de seus trabalhadores no setor industrial, são 85.809. Na seqüência aparece o setor de serviços, com 82.156, e a área comercial que emprega 36.483 trabalhadores.

Fundado em 1880, com uma população de 1.072.717 habitantes, distribuídos

pelos 317,1km<sup>2</sup> de sua área (97,85% na área urbana e apenas 2,15% na rural), Guarulhos tem no setor de serviços o seu melhor desempenho, com R\$ 6.668,06 milhões gerados. O setor industrial vem a seguir com R\$ 5.806,26 milhões e em terceiro está a agropecuária com R\$ 10,35 milhões.

Como outros municípios da região metropolitana, a cidade está classificada no Grupo 2 do IPRS. Apresenta, portanto, bom nível de riqueza, mas desempenho deficiente em longevidade ou escolaridade. A sua classificação no ranking do IPRS, que reúne todos os municípios paulistas, confirma o melhor desempenho na dimensão riqueza (33°), e deficiências no aspecto de longevidade (455°) e de escolaridade (548°).

Outro índice utilizado para caracterizar o desempenho social dos municípios é o IPVS-Índice Paulista de Vulnerabilidade Social. Por esse indicador, Guarulhos apresenta 59,2% de sua população classificada nos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta. A taxa de mortalidade geral (por mil habitantes) é de 5,13, no Estado este índice é de 6,18. A taxa de analfabetismo apresenta semelhança com a média estadual, no município o índice é de 6,30%, no Estado 6,64%. A taxa de natalidade acima da média estadual, atingindo 17,31 a cada mil habitantes.



### Preocupação com a falta de saneamento básico

Ao encerrar o cronograma de audiências no dia 24/10, o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Caldini Crespo (PFL), presidiu a 48ª reunião na Câmara dos vereadores de Guarulhos, com a presença de cerca de 70 pessoas.

Integraram a mesa de trabalho os deputados Paulo Sérgio (PV), Paschoal Thomeu (PTB), Ana Martins (PCdoB), Mário Reali (PT) e o vice-presidente da comissão, Enio Tatto (PT), além do vereador Geraldo Celestino e do presidente da Câmara local, Gilberto Penido.

A reunião de Guarulhos foi específica para que os moradores de Guarulhos, Arujá e Santa Isabel apresentassem sugestões para a elaboração de emendas ao orçamento.

Falta política séria de habitação. Essa foi a afirmativa de Herbet Seabra, presidente da Associação de Nordestinos. "O conjunto Padre Bento da CDHU sofre com a falta de estrutura", disse. Ele quer mais recursos para o cuidado com os conjuntos habitacionais da cidade e para a urbanização de favelas.

Nilo Arcanjo, do bairro de Bonsucesso, pleiteou a implantação do 10º distrito policial na localidade. Solicitou também mais creches para Guarulhos.

O cidadão Romualdo Dias pleiteou recursos para a construção de um novo prédio para abrigar o Fórum de Guarulhos. A alça de acesso entre avenida Santos Dumont e a rodovia Airton Senna foi outro pedido, juntamente com o aumento do efetivo da PM e a ligação da rede coletora à Estação de Tratamento do Parque Novo Mundo.

Hélio Izumi falou da necessidade de interligação de transportes intermunicipais por meio da regionalização dos meios de condução. Guarulhos também carece de saneamento básico, lembrou Hélio, pedindo a ampliação da Estação de Tratamento de São Miguel. Destacou que a cidade não possui avenidas perimetrais. "Guarulhos precisa ser incluída no futuro planejamento metropolitano". Para Arujá, pediu a ligação da Via Dutra a SP-56, a recuperação desta rodovia, a construção do trevo Mogi-Dutra e segunda pista para a avenida Mário Covas.

Maristela da Silva reside no Bonsucesso e contestou a instalação de uma unidade da Febem em Guarulhos. Afirmou que as escolas estaduais estão sucateadas, sem funcionários e que a cidade não tem escola técnica. Antonio Carlos Amorim disse que seu bairro não comporta uma Febem. Ele pediu a canalização do córrego Baquirivu.

### Ligação ao porto de Santos

Maria Inês Soares representou o prefeito de Guarulhos, Elói Pietá. Ela enumerou as obras que considera importantes para a região. Drenagem da cidade satélite de Cumbica, instalação de uma Fatec, extensão da estrada Jacu-Pêssego para ligar o Porto de Santos ao aeroporto internacional de Cumbica, construção do fórum, recapeamento da estrada de Nazaré, piscinão para o Jardim Alvorada e caminho para o transporte de produção agrícola familiar são as propostas.

Adilson Ceará reivindicou mais investimentos na capacitação de jovens. "Nada tenho contra a unidade da Febem, desde que não seja um depósito superlotado de adolescentes". O vereador Geraldo Celestino também comentou a situação da Febem. Ele concorda que cada cidade tenha uma unidade para receber seus jovens. "É fácil bater no governo. O difícil é governar."

Alberto Valadares, do Conseg, afirmou que o governo do Estado é responsável pela segurança e pediu um estudo sobre esse setor em Guarulhos. Segundo ele, faltam policiais e equipamentos. Segundo Valadares, a cidade ainda carece de uma unidade de avaliação de drogas apreendidas. A situação da Maternidade Jesus, José e Maria é precária, e o vereador Luiz Alberto Zappa pediu recursos para esse hospital, que já teve o fechamento anunciado. Ele solicitou outro acesso de Guarulhos para a Rodovia Fernão Dias.

A vereadora Helena Senna reivindicou conjuntos habitacionais em áreas de Guarulhos que ainda não foram contempladas. Ela solicitou a conclusão das obras da avenida Transguarulhense e reforçou a importância da ampliação do número de varas do Fórum de Guarulhos.

A cidade de Santa Isabel foi lembrada por Jorge Singh, que destacou que mais de 50% do território do município está em área de preservação ambiental e sua população sofre com a falta de perspectiva de ocupação profissional. Reclamou do número excessivo de presídios em Guarulhos.

O presidente da Câmara de Guarulhos, Gilberto Penido, resumiu as prioridades da cidade em segurança, saúde e educação. Entre os pedidos contidos em documento encaminhado à comissão, Penido mencionou o aumento do efetivo das polícias Civil e Militar.

### Preservação ambiental e educação

O vereador Edison Albertão destacou que a cidade precisa de 13 distritos policiais, ou seja, a instalação de mais três. A degradação ambiental e a ocupação do Parque da Cantareira foram os temas tratados por Albertão, que



Parlamentares e municipais acompanham discussões no plenário da Câmara de Guarulhos

disse que os mananciais estão comprometidos. "O parque merece uma regulamentação que o proteja de fato."

Roberto Samuel demonstrou preocupação com a poluição do Rio Cabuçu e o desmatamento do entorno da cidade. A capacitação de professores e a situação da saúde foram outros assuntos. "Criação de serviço de atendimento de ortopedia e mais recursos para o Hospital de Queimados são prioridades para Guarulhos."

Professor e vereador de Guarulhos, Auriel Brito protestou contra a crise que assola o sistema de ensino no Estado. Pediu que o Legislativo não aprovasse o PL 26/2005, que tratava da demissão de professores (*o projeto foi retirado pelo governador*). Para sua cidade pediu universidade pública. O morador de Guarulhos, Novinho Brasil, reforçou as palavras do vereador Auriel. Ele destacou que o projeto foi retirado para reavaliação, o que não impede que seja apresentado novamente. Afirmou que os professores estão em alerta e que não desistirão de repudiar o projeto.

O deputado Mário Reali apresentou dados do orçamento. Ele explicou a tramitação da peça orçamentária e lembrou que há uma margem para remanejamento que permite a realocação de verbas. Reali destacou que o acompanhamento popular da tramitação do projeto pode garantir a aprovação de emendas, sobretudo as pontuais.

Ana Martins se solidarizou com o pleito de uma universidade pública. "Um município com aproximadamente um milhão de habitantes merece uma faculdade", disse a deputada, completando que a extensão da Jacu-Pêssego interessa toda a Grande São Paulo.

Quanto à Febem, para Ana Martins, a solução seria a segmentação da instituição em pequenas unidades com o número máximo de 40 crianças, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Paschoal Thomeu disse que a reclamação popular mais comum se refere ao desemprego. "Ouço com frequência queixas sobre a falta de emprego no escritório de atendimento que mantenho em Guarulhos."

O deputado Paulo Sergio declarou que o governo não merece somente críticas. "Muito já foi feito por Guarulhos e isso não pode ficar esquecido." O parlamentar relatou algumas liberações de recursos para a cidade.

Ao final da audiência, o deputado Enio Tatto afirmou que antes da realização das 48 audiências, a comissão não poderia imaginar a repercussão em todo o Estado. "Faltando uma reunião para o término do cronograma, avalio que foi uma experiência muito produtiva, porque propiciou o diagnóstico da situação do Estado de São Paulo." O deputado apontou alguns dados do orçamento estadual para 2006. Ele frisou que o governo precisa incrementar a fiscalização de sonegadores, para que a receita cresça, apesar de o aumento real do orçamento ter sido de 15%. Segundo Tatto, a transferência de recursos por parte do governo federal aumentou mais de 80% e a arrecadação de taxas estaduais subiu 43%.

Sobre os investimentos, Tatto disse que as universidades tiveram perda de 25%. Já a segurança pública perdeu R\$ 6 milhões.



Deputada Ana Martins: solução para a Febem é a segmentação em pequenas unidades

# Guarulhos

## Região Metropolitana

- Arujá
- Barueri
- Biritiba Mirim
- Caieiras
- Cajamar
- Carapicuíba
- Cotia
- Diadema
- Embu
- Embu-Guaçu
- Ferraz de Vasconcelos
- Francisco Morato
- Franco da Rocha
- Guararema
- Guarulhos**
- Itapeverica da Serra
- Itapevi
- Itaquaquecetuba
- Jandira
- Juquitiba
- Mairiporã
- Mauá
- Mogi das Cruzes
- Osasco
- Pirapora do Bom Jesus
- Poá
- Ribeirão Pires
- Rio Grande da Serra
- Salesópolis
- Santa Isabel
- Santana de Parnaíba
- Santo André
- São Bernardo do Campo
- São Caetano do Sul
- São Lourenço da Serra
- São Paulo
- Suzano
- Taboão da Serra
- Vargem Grande Paulista

# Mogi das Cruzes



Mário Reali, Enio Tatto, Rubens Fernandes, Caldini Crespo, Alexandre Ripamonti, Ana Martins e Luis Carlos Gondim

## Região Metropolitana

Arujá  
Barueri  
Biritiba Mirim  
Caieiras  
Cajamar  
Carapicuíba  
Cotia  
Diadema  
Embu  
Embu-Guaçu  
Ferraz de Vasconcelos  
Francisco Morato  
Franco da Rocha  
Guararema  
Guarulhos  
Itapeverica da Serra  
Itapevi  
Itaquaquecetuba  
Jandira  
Jquitiba  
Mairiporã  
Mauá  
**Mogi das Cruzes**  
Osasco  
Pirapora do Bom Jesus  
Poá  
Ribeirão Pires  
Rio Grande da Serra  
Salesópolis  
Santa Isabel  
Santana de Parnaíba  
Santo André  
São Bernardo do Campo  
São Caetano do Sul  
São Lourenço da Serra  
São Paulo  
Suzano  
Taboão da Serra  
Vargem Grande Paulista

## Última audiência sobre orçamento

Ao abrir a 49ª e última audiência pública sobre o orçamento estadual para 2006, na Câmara de Mogi das Cruzes, o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, José Caldini Crespo (PFL), disse que um dos intuitos da comissão é diminuir as diferenças sociais por meio da melhor aplicação do orçamento. "Estamos aqui para ouvir as pontualidades da região", disse Crespo, que detalhou qual tipo de sugestão poderá ser encaminhada. Para o deputado, se não houver perspectiva de desenvolvimento, os jovens abandonam sua região. "A cada dia, os grandes centros urbanos vão ficando mais adensados, o que também inviabiliza a qualidade de vida."

Os deputados que integraram a mesa foram Mário Reali (PT), Ana Martins (PCdoB), Luis Carlos Gondim (PPS) e o vice-presidente da comissão, Enio Tatto (PT), juntamente com o presidente da Câmara local, Rubens Fernandes (PP), e o secretário de Finanças de Mogi, Alexandre Ripamonti.

## Reivindicações de Mogi

Mais recursos para a Santa Casa de Mogi, duplicação da Rodovia Mogi-Salesópolis e ampliação das varas judiciais. Esses foram os pleitos do vereador Rubens Fernandes. Seu colega de Câmara, Jolindo Costa (PP) quer uma universidade pública e uma base policial.

Sonia Regina, presidente da Associação de Bairro da Vila Industrial, pediu solução para área abandonada em seu bairro que, além de ter lixo acumulado, se tornou insegura. O secretário de Política Urbana de Suzano, Miguel Afonso, reivindicou a reforma de terminais rodoviários da EMTU e o prolongamento da Rodovia Airton Senna, de forma a propiciar o escoamento da produção agrícola.

## Cidades do entorno

De Biritiba Mirim, a moradora Beatriz Prado quer a implantação de um asilo em sua cidade para atender idosos carentes. O vereador Wellington Medeiros (PSDB), da mesma cidade, solicitou providências para a superlotação do cemitério



Crespo, presidente da CFO, e Ripamonti, secretário de Finanças de Mogi

local, um transtorno para Biritiba que, a exemplo de Salesópolis, não pode construir novos cemitérios por se encontrar em área de proteção ambiental.

Reinaldo Moreira (PFL), vereador de Biritiba, reforçou a questão do cemitério e pediu uma vara distrital em seu município. Ele advertiu que a água das represas de sua cidade é utilizada pelos habitantes da Grande São Paulo, sendo que Biritiba não recebe compensação financeira por isso. "A cidade não pode ter indústrias por abrigar mananciais."

## Transporte escolar

A deficiência do transporte escolar foi abordada pela vereadora de Mogi Odete Souza (PDT). Ela esclareceu que muitas crianças estudam a cerca de 10 km de casa e não têm condução para chegar à escola.

O conselheiro municipal Sílvio Marques sugeriu a criação de um fundo estadual da cultura para incentivar o setor nos municípios menores. Ele reforçou as palavras de Odete com relação ao transporte escolar. Jarbas Martins, de Biritiba Mirim, reivindicou a recuperação da Rodovia Mogi-Salesópolis. Além do problema do cemitério, disse que a cidade tem dificuldades para fazer o calçamento. O hospital de Biritiba é deficitário e, segundo Martins, não tem sequer maternidade.

Benedito Renno, morador de Salesópolis, frisou a importância da compensação financeira pelo abastecimento de água. Construir a Rodovia do Sol entre São Sebastião e Campinas, segundo Renno, representa um futuro melhor para a região de Mogi.

A compensação pelo fornecimento de água a toda a Região Metropolitana de São Paulo foi tema do discurso do deputado Gondim. "Esta região sofreu um desenvolvimento desorganizado e vai precisar de muitas emendas pontuais para diminuir suas dificuldades", disse.

Ana Martins avaliou que as demandas apresentadas mostram que é preciso aperfeiçoar projetos de lei e aprimorar políticas públicas para os diversos setores da sociedade.

O deputado Mário Reali explicou os passos pelos quais o orçamento deve passar em sua tramitação pelo Legislativo. Em seguida, o parlamentar lembrou que a duplicação da Rodovia Tamoios está prevista no orçamento. "A extensão da rodovia Airton Senna pode vir a ser incluída nesse tópico", declarou Reali, concluindo que as audiências públicas abrem um novo capítulo na democracia legislativa.

Enio Tatto descreveu alguns pontos verificados por ele ao longo das 49 audiências públicas. "Há pleitos comuns às regiões. Problemas nas estradas vicinais, na educação e na saúde foram apontados em todas as reuniões." O deputado espera que o plenário da Assembleia Legislativa possa aprovar o orçamento que será apoiado com o aval dos cidadãos de São Paulo.

Crespo encerrou a audiência dizendo que sua expectativa é a de que a comissão tenha feito escola. O Parlamento paulista deve continuar a realizar debates como os 49 promovidos em todo o Estado pela Comissão de Finanças e Orçamento, uma iniciativa totalmente inédita da Assembleia Legislativa.



Com o movimento das entradas e bandeiras chegaram os primeiros povoadores nas terras que formariam, mais tarde, o município de Mogi das Cruzes. Em 1561, Brás Cubas, após ter recebido uma sesmaria que começava ao pé da Serra do Mar e se estendia até Mboiygi, fundou a fazenda Pequeri em um local provavelmente próximo da região onde, em 8 de agosto de 1611, sob aprovação do então governador D. Diniz de Souza, seria criada a Vila de Sant'Anna das Cruzes de Mogi-Mirim, por Gaspar Coqueiro, capitão-mor da capitania de São Vicente. Localizada entre São Paulo e Rio de Janeiro, a vila costumava ser ponto de passagem obrigatória daqueles que se dirigiam para uma dessas capitanias. Caracterizou-se, também, como ponto de parada de bandeirantes e desempenhou importante papel na colonização do Estado de São Paulo. No período do Império, compreendia as paróquias de Santa Ana de Mogi das Cruzes, Nossa Senhora da Ajuda de Itaquaquecetuba, Senhor do Bom Jesus do Arujá e Nossa Senhora da Escada, que correspondem, atualmente, aos municípios de Suzano, Poá, Ferraz de Vasconcelos, Itaquaquecetuba, Guararema e Arujá. Em 13 de março de 1855, recebeu foros de cidade e sua atual denominação. Marcada por um desenvolvimento rápido, Mogi das Cruzes expandiu-se primeiramente com a lavoura do café e, depois, sob a influência da imigração japonesa, com as culturas de chá, frutas e hortaliças. Um dos municípios mais antigos da Região Metropolitana de São

Paulo, Mogi das Cruzes tem 320.116 habitantes (91,48%) em sua área urbana e 28.125 (8,52%) na área rural. Sua população total de 330.241 habitantes se espalha por uma área de 725,4 km<sup>2</sup>.

A taxa de mortalidade geral (por mil habitantes) é semelhante à média estadual, 6,10 para 6,18. A taxa de natalidade, por média a cada mil habitantes, atinge 17,31, sendo superior aos índices estaduais. Na comparação com a taxa de analfabetismo estadual (6,64%), o município apresenta índice semelhante, com 6,50%.

Na análise dos indicadores econômicos, a cidade tem na indústria o seu destaque com R\$ 620,31 milhões gerados. O setor de serviços, com R\$ 582,11 milhões, aparece em segundo, seguido pelo setor de agropecuária com R\$ 550,33 milhões. A maior parte dos trabalhadores com empregos formais está no setor de serviços, 22.194. A indústria é o segundo setor com 13.450 postos de trabalhos. O comércio aparece em seguida com 10.788 trabalhadores formais.

Também no Grupo 2, do Índice Paulista de Responsabilidade Social-IPRS (bom nível de riqueza, mas deficiência em pelo menos um dos dois indicadores sociais), o município aparece em 72º lugar no indicador riqueza, em 464º em longevidade e em 312º lugar em escolaridade, na comparação com os 645 municípios do Estado. O IPVS (Índice Paulista de Vulnerabilidade Social) classifica 44,7% de sua população como pertencente aos grupos de vulnerabilidade média, alta e muito alta.

# Equipe garante sucesso das audiências



No período de 8 de agosto a 24 de outubro de 2005, uma equipe de funcionários da Alesp deu apoio e acompanhou a Comissão de Finanças e Orçamento, dando suporte ao trabalho realizado nas 49 audiências públicas em todo o Estado de São Paulo.

Repórteres, fotógrafos, técnicos, assessores parlamentares e agentes de segurança se revezaram em viagens ao longo de 16 mil quilômetros do território paulista. Movidos por um verdadeiro espírito de equipe, não se furtaram a colaborar com tarefas que muitas vezes lhes fugiam à competência, e carregaram equipamentos, distribuíram material gráfico, prestaram atendimento ao público e aos parlamentares. Enfim, montaram a estrutura destinada às reuniões, possibilitando a divulgação de todo esse trabalho pelo *Diário da Assembléia*, pelo *Portal da Alesp* e pela *TV Assembléia*. É importante também assinalar o trabalho de assessoria de imprensa, que envolveu o atendimento aos jornalistas locais e a disseminação das informações por toda a imprensa regional.

## Equipe

**Coordenador geral** – Mário Liboni

**Assessoria de coordenação** – Eduardo Marques

**Diário da Assembléia e Portal Alesp** – repórter Marisa Mello e fotógrafos José Antonio Teixeira, Marco Antonio Cardelino e Maurício Garcia de Souza

**TV Assembléia** – repórteres Carolina Piza e Jorge Machado, cinegrafistas André Copasio e Vitor Piovan, técnicos de áudio Alexandre Magno e Doercio Gussi, e motoristas Ademilson Santos e Antonio Guimarães

**Assessores parlamentares** – Eliane Muzel, Janice Ferreira e Reinaldo Silva

**Agentes de segurança** – Antonio Cesar Lattaro, Edival Basílio Garcia, Marcelino Rusalen Netto, Marcos José da Silva, Pedro Arnaut, Rubens Zacarias e Sandro Ramos de Mello

# Datas das Audiências Públicas

08/08	Itapeva
08/08	Itapetininga
11/08	Jales
11/08	Fernandópolis
15/08	São Joaquim da Barra
15/08	Franca
18/08	Guaratinguetá
18/08	Cruzeiro
22/08	Limeira
22/08	Rio Claro
25/08	Presidente Prudente
25/08	Adamantina
29/08	Jundiaí
29/08	Bragança Paulista
01/09	Andradina
01/09	Dracena
05/09	Assis
05/09	Ourinhos
08/09	Botucatu
08/09	Avaré
12/09	São Carlos
12/09	Araraquara
15/09	Jaú
15/09	Bauru
19/09	Marília
19/09	Tupã
22/09	Lins
22/09	Araçatuba
26/09	São José dos Campos
26/09	Taubaté
29/09	Votuporanga
29/09	São José do Rio Preto
03/10	Sorocaba
03/10	Registro
06/10	Barretos
06/10	Catanduva
10/10	Santos
10/10	Caraguatatuba
13/10	Ribeirão Preto
13/10	São João da Boa Vista
17/10	Campinas
17/10	Piracicaba
19/10	Santo André
19/10	Caieiras
20/10	São Paulo
21/10	Osasco
21/10	Taboão da Serra
24/10	Guarulhos
24/10	Mogi das Cruzes

# Regiões de governo do Estado de São Paulo

**Região Metropolitana:** Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itapevi, Itaquaquetuba, Jandira, Jujutiba, Mairiporã, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, Suzano, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.

**Região de Adamantina:** Adamantina, Flora Rica, Flórida Paulista, Inúbia Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariápolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Sagres, Salmourão.

**Região de Andradina:** Andradina, Castilho, Guaraçai, Ilha Solteira, Itapura, Lavinia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci, Suzanópolis.

**Região de Araçatuba:** Alto Alegre, Araçatuba, Auriflora, Avandava, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Gastão Vidigal, General Salgado, Glicério, Guararapes, Guzolândia, Lourdes, Luiziana, Nova Castilho, Nova Lusitânia, Penápolis, Piacatu, Rubiácea, Santo Antonio do Arancaguá, Santópolis do Aguapeí, São João de Iracema, Turiúba, Valparaíso.

**Região de Araraquara:** Américo Brasiliense, Araraquara, Boa Esperança do Sul, Borborema, Cândido Rodrigues, Dobrada, Fernando Prestes, Gavião Peixoto, Ibitinga, Itápolis, Matão, Motuca, Nova Europa, Rincão, Santa Ernestina, Jeriquara, Miguelópolis, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista.

**Região de Assis:** Assis, Campos novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Florínia, Ibirarema, Lutécia, Maracaí, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina, Tarumã.

**Região de Avaré:** Águas de Santa Bárbara, Arandu, Avaré, Barão de Antonina, Cerqueira César, Coronel Macedo, Fartura, Iarai, Itaipava, Itaporanga, Manduri, Paranapanema, Piraju, Sarutaiá, Taguaí, Taquaritinga, Tejuapá.

**Região de Barretos:** Altair, Barretos, Bebedouro, Bajobi, Colina, Colômbia, Embaúba, Guairá, Guaraci, Jaborandi, Monte Azul Paulista, Olímpia, Pirangi, Severina, Taiaçu, Taiúva, Terra Roxa, Viradouro, Vista Alegre do Alto.

**Região de Bauru:** Agudos, Arealva, Avaí, Balbinos, Bauru, Borebi, Cabralia Paulista, Duartina, Jacanga, Leãois Paulista, Lucianópolis, Macatuba, Paulistânia, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Presidente Alves, Reginópolis, Ubirajara.

**Região de Botucatu:** Anhembi, Areiópolis, Bofete, Botucatu, Conchas, Itatinga, Laranjal Paulista, Pardinho, Pereiras, Porangaba, Pratânia, São Manuel, Torre de Pedra.

**Região de Bragança Paulista:** Águas de Lindóia, Amparo, Atibaia, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Joanópolis, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Nazaré Paulista, Pedra Bela, Pinhalzinho, Piracaia, Serra Negra, Socorro, Tuiuti, Vargem.

**Região de Campinas:** Americana, Artur Nogueira, Campinas, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Estiva Gerbi, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itapira, Jaguariúna, Mogi-Guaçu, Moji Mirim, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara d'Oeste, Santo Antonio da Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo.

**Região de Caraguatatuba:** Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião, Ubatuba.

**Região de Catanduva:** Ariranha, Catanduva, Catiguá, Elisiário, Irapuã, Itajobi, Marapoama, Novais, Novo Horizonte, Palmes Paulista, Paraíso, Pindorama, Sales, Santa Adélia, Tabapuã, Urupês.

**Região de Cruzeiro:** Arapeí, Sreias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro, Silveiras.

**Região de Dracena:** Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau d'Alho, Tupi Paulista.

**Região de Fernandópolis:** Estrela d'Oeste, Fernandópolis, Guarani d'Oeste, Indaiatuba, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Pedranópolis, Populina, Turmalina.

**Região de Franca:** Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Itirapuã, Ituverava.

**Região de Guaratinguetá:** Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim, Roseira.

**Região de Itapetininga:** Alambari, Angatuba, Boituva, Campina do Monte Alegre, Capela do Alto, Cerquilho, Cesário Lange, Guareí, Itapetininga, Quadra, São Miguel Arcanjo, Sarapuá, Tatuí.

**Região de Itapeva:** Apiaí, Barra do Chapéu, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Capão Bonito, Guapiara, Iporanga, Itaberá, Itaóca, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itararé, Nova Campina, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Taquarivaí.

**Região de Jales:** Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santana da Ponte Pensa, Santa Salete, São Francisco, Três Fronteiras, Urânia, Vitória Brasil.

**Região de Jaú:** Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Dois Córregos, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuí, Jaú, Mineiros do Tietê.

**Região de Jundiá:** Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itatiba, Itupeva, Jarinu, Jundiá, Louveira, Morungaba, Várzea Paulista.

**Região de Limeira:** Araras, Conchal, Cordeirópolis, Iracemópolis, Leme, Limeira, Pirassununga, Santa Cruz da Conceição.

**Região de Lins:** Cafelândia, Getulina, Guaiçara, Guaimbê, Guarantã, Lins, Pongai, Promissão, Sabino, Uru.

**Região de Marília:** Álvaro de Carvalho, Alvilândia, Echaporã, Fernão, Gália, Garça, Júlio Mesquita, Lupércio, Marília, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia, Vera Cruz, Santa Lucia, Tabatinga, Taquaritinga, Trabiçu.

**Região de Ourinhos:** Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Espírito Santo do Turvo, Ipaussu, Óleo, Ourinhos, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Timburi.

**Região de Piracicaba:** Águas de São Pedro, Capivari, Charqueada, Elias Fausto, Mombuca, Piracicaba, Rafard, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Maria da Serra, São Pedro.

**Região de Presidente Prudente:** Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Nanduba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabaí, Teodoro Sampaio.

**Região de Registro:** Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariqueira-Açu, Pedro de Toledo, Registro, Sete Barras.

**Região de Ribeirão Preto:** Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Motne Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taquaraí.

**Região de Rio Claro:** Analândia, Brotas, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Rio Claro, Santa Gertrudes, Torrinha.

**Região de Santos:** Bertiooga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruibe, Praia Grande, Santos, São Vicente.

**Região de São Carlos:** Descalvado, Dourado, Ibaté, Porto Ferreira, Ribeirão Bonito, Santa Rita do Passa Quatro, São Carlos.

**Região de São João da Boa Vista:** Aguai, Águas da Prata, Caconde, Casa Branca, Divinolândia, Espírito Santo do Pinhal, Itobi, Mococa, Santa Cruz das Palmeiras, Santo Antonio do Jardim, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo, São Sebastião da Gramma, Tambaú, Tapiratiba, Vargem Grande do Sul.

**Região de São Joaquim da Barra:** Ipuã, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra.

**Região de São José do Rio Preto:** Adolfo, Bady Bassitt, Bálamo, Cedral, Guapiaçu, Ibirá, Icem, Ipiquã, Jaci, José Bonifácio, Mendonça, Mirassol, Mirassolândia, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nipoã, Nova Aliança, Nova Granada, Onda Verde, Orindiúva, Palestina, Paulo de Faria, Planalto, Poloni, Potirendaba, São José do Rio Preto, Tanabi, Ubarana, Uchoa, União Paulista, Zacarias.

**Região de São José dos Campos:** Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca, São José dos Campos.

**Região de Sorocaba:** Alumínio, Araçariquama, Araçoiaba a Serra, Ibiúna, Iperó, Itu, Jumirim, Mairinque, Piedade, Pilar do Sul, Porto Feliz, Salto, Salto de Pirapora, São Roque, Sorocaba, Tapiraí, Tietê, Votorantim.

**Região de Taubaté:** Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luis do Paraitinga, Taubaté, Tremembé.

**Região de Tupã:** Arco-íris, Bastos, Borá, Herculândia, Iacri, João Ramalho, Parapuã, Quatã, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Tupã.

**Região de Votuporanga:** Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Floreal, Macauba, Magda, Monções, Nhadeira, Parisi, Pontes Gestal, Riolândia, Sebastianópolis do Sul, Valentim Gentil, Votuporanga.



**ASSEMBLÉIA  
LEGISLATIVA  
O Poder do Cidadão**